

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO

MARCELO VICTOR DA ROSA

DISCURSOS CIENTÍFICOS SOBRE A HOMOFOBIA NO PROCESSO DE
ESCOLARIZAÇÃO: ENUNCIADOS E PROBLEMATIZAÇÕES

CAMPO GRANDE, JUNHO, 2016.

Ficha Catalográfica

Rosa, Marcelo Victor da
Discursos científicos sobre a homofobia no processo de escolarização:
enunciados e problematizações / Marcelo Victor da Rosa; orientador,
Antônio Carlos do Nascimento Osório. – 2016.
255p.: il.

Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul, Campo Grande, 2016.

Educação. 2. Homofobia. 3. Discursos. 4. Enunciados I. Osório, Antônio
Carlos do Nascimento. II. Título.

MARCELO VICTOR DA ROSA

DISCURSOS CIENTÍFICOS SOBRE A HOMOFOBIA NO PROCESSO DE
ESCOLARIZAÇÃO: ENUNCIADOS E PROBLEMATIZAÇÕES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Curso de Doutorado do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito final para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório.

CAMPO GRANDE, JUNHO, 2016.

Marcelo Victor da Rosa

**DISCURSOS CIENTÍFICOS SOBRE A HOMOFOBIA NO PROCESSO DE
ESCOLARIZAÇÃO: ENUNCIADOS E PROBLEMATIZAÇÕES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito final para a obtenção do título de Doutor.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Doutor Antônio Carlos do Nascimento Osório / UFMS - Orientador

Prof. Doutor Kleber Prado Filho / UNIARP – Coorientador

Prof. Doutor Miguel Claudio Moriel Chacon / UNESP

Prof. Doutor Tiago Duque / UFMS

Prof^a Doutora Carina Elisabeth Maciel / UFMS

Prof^a Doutora Constantina Xavier Filha / UFMS

CAMPO GRANDE, JUNHO, 2016.

Aos pesquisadores/as que investigaram a homofobia e mesmo sem saber se tornaram os sujeitos dessa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, sou cristão e mesmo com críticas a Igreja, nunca perdi a fé na existência e mais que isso, presença de Deus em minha vida.

Aos meus pais, Marlene da Rosa e Zulmar Otavio da Rosa, que me amam, do seu jeito, às vezes não compreendidos por mim, porém nunca deixei de sentir o seu amor. Foi bom retornar ao lar e constatar que a família ainda é uma instituição acolhedora, mesmo com os desentendimentos.

Aos meus familiares em geral, irmãos, sobrinhos/as, tias/os, primos/as. Nunca vou esquecer a festa que fizeram em minha homenagem quando souberam que fui aprovado para ingressar no doutorado da UFMS. “Orgulho da família Rosa”.

Ao meu irmão Leandro Otavio da Rosa e família, e, minha irmã Andrea Elizabete da Rosa e família, que me receberam em suas casas no período em que fiquei em Santa Catarina. As minhas lindas sobrinhas Hamabili Larissa dos Santos e Izabely Guedes da Rosa, pela leitura dessa tese.

Aos membros do Grupo de Estudos e Investigações Acadêmicas nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF) – Arthur Galvão Serra, Mariuza Aparecida Camillo Guimarães, Daniel Derrel Santee, Mirella Villa de Araújo Tucunduva da Fonseca, Márcia Regina Cassanho de Oliveira, Marcelo Correa Pires, Arão Davi Oliveira, Dirlene de Jesus Pereira, Débora Alves, Miguel Gomes Filho, Myrna Wolff Brachmann dos Santos, Thiago Froes Acosta, Pedro Rodolfo Morelli, Carla Renata Capilé Silva, João Paulo Reis e demais. Aprendi muito com vocês a partir das nossas leituras e discussões acerca dos livros de Michel Foucault.

A Daniel Derrel Santee (GEIARF), por ter feito o *abstract*.

A Arthur Galvão Serra (GEIARF), Luiza Lana Gonçalves Silva (professora do curso de Educação Física da UFMS), Caroline Cavalcante do Nascimento (CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais) e ao Ex-secretário do curso de Educação Física da UFMS, Fabrício Diamante Gouvêa, pela leitura analítica, estrutural e crítica desta investigação.

A Caroline Cavalcante do Nascimento, pela revisão textual.

Ao professor e amigo Vitor Anjos (Vitinho) pela parceria na elaboração da apresentação no Prezi.

A professora Miriam Pillar Grossi que me recebeu no Instituto de Estudos de Gênero IEG/UFSC e muito contribuiu com a minha formação. Além de ter me aceito

como aluno ouvinte na disciplina de Tópicos Especiais em Assuntos Interdisciplinares III – Sexualidade, Gênero e Educação, vinculada ao curso de doutorado Interdisciplinar da UFSC. Estendo minha gratidão aos outros/as professores/as que compuseram essa disciplina: Teresa Kleba Lisboa, Luciana Patrícia Zucco e Rafael Cáceres Fera.

A equipe do projeto Papo Sério/UFSC do IEG/UFSC, coordenada pelas professoras Miriam Pillar Grossi e Marisa Naspolini. Foi maravilhoso poder voltar a ter contato direto com os/as estudantes dos ensinos fundamental e médio e poder trocar conhecimentos sobre temáticas atuais e importantes para a sociedade, como: gênero, sexualidades, mulheres, masculinidades e homofobia.

Aos professores do curso de Educação Física/UFMS e conselheiros/as do Centro de Ciências Humanas e Sociais/UFMS, por terem concedido meu afastamento. Ao professor Fernando Cesar de Carvalho Moraes, por não ter deixado que eu desistisse de participar da seleção de doutorado.

Aos bolsistas do projeto de extensão em Dança de Salão/UFMS, que mesmo com o meu afastamento continuaram tocando o projeto e, além disso, contribuíram realizando uma última leitura desta tese. Agradeço também aos professores Tamir Freitas Fagundes e Sandra Helena Correia Dietrich, ambos do curso de Educação Física/UFMS, pela colaboração.

Aos bailarinos/as do Bailah/UFMS. “Vocês são de que grupo mesmo?” Acho que isso resume o quanto me sinto feliz por ser o diretor desse grupo. Foi ótimo tê-los acolhido em Porto Belo/SC e por compartilhar com os/as integrantes a alegria de vencer o Prêmio Desterro, na categoria Dança de Salão Adulto – Conjunto. Que venham outros.

Aos meus amigos, em especial Tércio Zenatti de Barros, com ele conheci Fortaleza, Rio de Janeiro, Europa e o verdadeiro significado da palavra amizade. Vida...

Aos membros da banca, Prof. Doutor Miguel Claudio Moriel Chacon, Prof. Doutor Tiago Duque e Prof^a Doutora Carina Elisabeth Maciel, pela leitura crítica da tese e pelas importantes contribuições dadas.

Ao meu orientador Prof. Doutor Antônio Carlos do Nascimento Osório, que mesmo sem me conhecer anteriormente me escolheu no processo de seleção do doutorado e contribuiu significativamente com essa pesquisa. Nossas reuniões na

casa da Márcia Regina Cassanho de Oliveira (GEIARF), nas quais aprendi muito, foram ótimas. Um brinde (vinho importado com gelo) a essa amizade.

Ao meu coorientador Prof. Doutor Kleber Prado Filho, que me aceitou como orientando por *email*. Foi muito importante ter cursado suas disciplinas, as aulas foram ótimas. As orientações dadas na Lagoa da Conceição/Florianópolis-SC, foram especiais, agradeço pelo pão de queijo caseiro e às brilhantes correções realizadas, a elas devo os meus conhecimentos sobre Análise do Discurso. Um brinde (cerveja gelada) a essa amizade.

A todos/as que contribuíram direta e/ou indiretamente para essa tese, muito obrigado.

**“[...] a ideia de ninguém ser gay já me faz sentir falta de mim mesmo”
(SOLOMON, 2013, p. 31).**

RESUMO

ROSA, Marcelo Victor da. **Discursos científicos sobre a homofobia no processo de escolarização**: enunciados e problematizações. 2016. 255f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2016.

Embora as sexualidades estejam presentes de todas as formas e em suas diversas manifestações contemporâneas, ainda existe a necessidade de se pensar/repensar as diferentes expressões como a mesma vem sendo problematizada em distintos campos discursivos. Esta pesquisa tem por objetivo geral investigar os enunciados que formam discursos científicos sobre a temática da homofobia, particularmente, na educação escolarizada, a partir das análises de campos discursivos científicos que circulam na área da Educação. A pesquisa teve como ferramentas princípios teóricos e metodológicos foucaultianos e como critério de referência, os discursos voltados a emergência de seus diferentes enunciados, que possibilitaram, na medida do possível, compreender como a homofobia é problematizada na educação escolarizada. Os diferentes campos discursivos estudados referem-se a entidades acadêmicas, bases de dados, revistas especializadas e eventos acadêmico-científicos. Os resultados indicam que a homofobia se tornou uma problemática no âmbito acadêmico após o lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia e a partir dos discursos produzidos pela área de Educação se veicularam enunciados conservadores como aqueles que explicam a origem da homossexualidade entre outros. Destaca-se que eles fixam uma identidade sexual padronizada e não flexível. Contudo, existem os enunciados transgressores que buscam a resistência nas ações homofóbicas, ampliando e dando outros significados aos mesmos enunciados, criando novas siglas, bem como propõem posturas não vitimizadoras nas relações entre homofóbico/a e homossexual, porém, mantendo os preconceitos postulados historicamente nas práticas culturais.

Palavras-chave: Educação; Homofobia; Discursos; Enunciados.

ABSTRACT

ROSA, Marcelo Victor da. **Scientific discourse about homophobia in the schooling process: utterances and problems.** 2016. 255f. Thesis (Doctorate in Education) - Federal University of Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2016.

Although the sexualities are present in all forms and in its various contemporary manifestations, there still is the need to think/rethink the different expressions on how it is being problematized in the various discursive fields. This research aims at investigating the enunciations which form the scientific discourses about the homophobia theme, particularly in school education, starting from the analysis of scientific discourse fields used in the area of Education. The research had as tools the Foucauldian theoretical and methodological principles and as criteria of reference, the discourses on the emergence of the different enunciations, which enable us, whenever possible, to understand how homophobia is problematized in school education. The different discursive fields studied refer to academic institutions, databases, specialized magazines and scientific and academic events. The results indicate that homophobia became a problem in the academic environment with the introduction of the Program Brazil Without Homophobia and beginning from the discourses produced by the area of Education conservative enunciations evolved such as those which explain the origin of homosexuality, amongst others. It is evinced that they convey a pattern of sexual identity, which is not flexible. However, there are transgressive enunciations which seek resistance in homophobic attitudes, widening and bringing on other meanings to the same enunciations, thus creating new signs, as well as proposing non victimizing stances in the relations between homophobic and homosexual, however, maintaining the historically postulated prejudices of the cultural practices.

Keywords: Education; Homophobia; Discourses; Enunciations.

RÉSUMÉ

ROSA, Marcelo Victor da. **Discours scientifiques sur l'homophobie dans le processus de scolarisation: énoncés et problématisations.** 2016. 255p. Thèse (Doctorat en Éducation) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2016.

Tout en étant reconnues à travers ses plusieurs manifestations contemporaines, les sexualités méritent d'être (re)pensées dans la manière dont les différents champs discursifs les problématisent. Cette recherche a pour but principal de décrire et d'analyser les énoncés appartenant aux discours scientifiques autour du thème de l'homophobie, en particulier ceux qui relèvent des champs discursifs de l'Éducation au sens large, et de l'éducation scolarisée au sens strict. Le cadre théorique et méthodologique de la recherche suit la perspective foucaultienne, ayant pour critère de référence les discours à partir desquels émergent des énoncés qui permettent, tant que possible, de comprendre de quelle manière l'homophobie est problématisée dans l'éducation scolarisée. Le corpus d'étude est issu de différents champs discursifs: entités académiques, bases de données, revues spécialisées, événements à caractère académique et scientifique. Les résultats de la recherche indiquent que l'homophobie constitue désormais une véritable problématique en contexte académique, notamment après la sortie du Programme Brésil sans Homophobie. Par ailleurs, l'analyse des discours émanant du domaine de l'Éducation fait apparaître des énoncés conservateurs, à l'exemple de ceux qui expliquent la cause de l'homosexualité, parmi d'autres. Il ressort de ces discours une conception figée de l'identité sexuelle, et non pas mouvante. Néanmoins, des énoncés déviants ont été repérés, leurs buts étant de revendiquer la résistance au sein des actions homophobes, tout à la fois en élargissant et en accordant d'autres sens aux énoncés normatifs, par le biais de nouveaux sigles identitaires ou lorsqu'ils proposent des postures non victimisantes dans les rapports homophobe/homosexuel, en même temps qu'ils reproduisent les préjugés historiquement établis dans les pratiques culturelles.

Mots-clés: Éducation; Homophobie; Discours; Énoncés.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Trabalhos e Pôsteres do Grupo de Trabalho 23 (10 anos).....	64
Quadro 2 - Distribuição das temáticas por reunião.....	65
Quadro 3 - Cartografia das regiões e Instituições Provenientes dos/as Autores/as.....	66
Quadro 4 - Distribuição das temáticas e cartografia das regiões e Instituições Provenientes dos/as Autores/as.....	95
Quadro 5 - Distribuição das temáticas por Edição e Simpósio Temático.....	113
Quadro 6 - Cartografia das Regiões e Instituições Provenientes dos/as Autores/as.....	120
Quadro 7 - Distribuição das temáticas por revista.....	178
Quadro 8 - Cartografia das regiões e Instituições Provenientes dos/as Autores/as.....	179
Quadro 9 - Distribuição das temáticas por revista.....	196
Quadro 10 - Cartografia das regiões e Instituições Provenientes dos/as Autores/as.....	197

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BSH – Programa Brasil Sem Homofobia
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCS – Centro de Ciências da Saúde
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CLAM – Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
CNCD – Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNI – Conselho Nacional de Imigração
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DST – Doenças sexualmente transmissíveis
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FAMIG – Faculdade Minas Gerais
FAP – Faculdade de Artes do Paraná
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
GDE – Gênero e Diversidade na Escola
GE – Grupo de Estudos
GEERGE – Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero
GEIARF – Grupo de Estudos e Investigações Acadêmicas nos Referenciais Foucaultianos
GEISH – Grupo de Estudos Interdisciplinares em Sexualidade Humana
Grupo GAY-RIBS – Movimento de Combate a Homofobia, de Ribeirão Preto/SP
Grupo JAH – Grupo para Jovens e Adolescentes Homossexuais
Grupo MO.LE.CA. – Movimento Lésbico de Campinas/SP
GT – Grupo de Trabalho
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTQIAfobia – Lesbofobia, Gayfobia, Bifobia, Bigênerofobia, Transfobia, Travestifobia, Tansgênerofobia, Queerfobia, Intersexofobia, Aliadofobia e Assexofobia

LGBTTT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros

LOA – Lei Orçamentária Anual

MARGENS – Núcleo de Pesquisa: modos de vida, família e relações de gênero

MEC – Ministério da Educação

NEPAIDS – Núcleo de Estudos para a Prevenção da AIDS

NUGSEX – Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade

NUH – Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT

NUPSEX – Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero

NUSEX – Núcleo de Estudos da Sexualidade

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONGs – Organizações não-governamentais

PAR – Plano de Ações Articuladas

PBH - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

Pibid – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PLC – Projeto de Lei da Câmara

PNBE – Programa Nacional Biblioteca na Escola

PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos

PNEDH – Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PNLEM – Programa Nacional do Livro Didático para Ensino Médio

PPA – Plano Plurianual

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SciELO – Scientific Electronic Library Online

SECADI – Sistema Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SECULT – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

SED – Secretaria de Estado da Educação

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SIFG – Seminário Internacional Fazendo o Gênero

SPM – Secretaria Especial de Políticas para Mulheres

ST – Simpósio Temático

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UCB – Universidade Católica de Brasília

UCG – Universidade Católica de Goiás
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UEMA – Universidade Estadual do Maranhão
UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais
UEPA – Universidade do Estado do Pará
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPeI – Universidade Federal de Pelotas
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UNAMA – Universidade da Amazônia
UnB – Universidade de Brasília
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba

UNINOVE – Universidade Nove de Julho

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UNISUAM – Centro Universitário Augusto Motta

URCA – Universidade Regional do Cariri

USP – Universidade de São Paulo

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
1 DEFININDO O OBJETO DESTE ESTUDO.....	33
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	55
2.1 CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO E ANÁLISE DOS CAMPOS DISCURSIVOS E SEUS ENUNCIADOS.....	59
3 CAMPO DISCURSIVO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO.....	63
3.1 APRESENTAÇÃO DO CAMPO DISCURSIVO.....	63
3.2 HOMOFOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR.....	72
3.3 HOMOSSEXUALIDADE E HOMOFOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR.....	77
3.4 INTERFACES DOS ESTUDOS DE SEXUALIDADE COM A DISCRIMINAÇÃO DIRECIONADA A HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA.....	83
4 CAMPO DISCURSIVO BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES.....	94
4.1 APRESENTAÇÃO DO CAMPO DISCURSIVO.....	94
4.2 HOMOFOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR.....	96
4.3 HOMOSSEXUALIDADE E HOMOFOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR.....	102
4.4 INTERFACES DOS ESTUDOS DE SEXUALIDADE COM A DISCRIMINAÇÃO DIRECIONADA A HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA.....	106

5 CAMPO DISCURSIVO SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO.....	109
5.1 APRESENTAÇÃO DO CAMPO DISCURSIVO.....	109
5.2 HOMOFOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR.....	122
5.3 HOMOSSEXUALIDADE E HOMOFOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR.....	145
5.4 INTERFACES DOS ESTUDOS DE SEXUALIDADE COM A DISCRIMINAÇÃO DIRECIONADA A HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA.....	154
6 CAMPOS DISCURSIVOS QUALIS ÁREA DA EDUCAÇÃO E SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA.....	177
6.1 QUALIS A1.....	177
6.1.1 Apresentação do campo discursivo.....	177
6.1.2 Homofobia no contexto escolar.....	180
6.1.3 Homossexualidade e homofobia no contexto escolar.....	185
6.1.4 Interfaces dos estudos de sexualidade com a discriminação direcionada a homossexualidade masculina.....	192
6.2 QUALIS A2.....	196
6.2.1 Apresentação do campo discursivo.....	196
6.2.2 Homofobia no contexto escolar.....	198
6.2.3 Homossexualidade e homofobia no contexto escolar.....	204
6.2.4 Interfaces dos estudos de sexualidade com a discriminação direcionada a homossexualidade masculina.....	208
6.3 SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA.....	211

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....217

REFERÊNCIAS.....225

INTRODUÇÃO

Foi tão rápido ... a festa familiar estava tão alegre, tão descontraída, abrimos uma roda e a brincadeira consistia em ir até ao seu centro e realizar uma breve performance, assim como todos/as foram, eu também fui.

Na volta ao meu lugar na roda, um homem (não meu parente) cantou em alto tom um pedaço de uma música: “Tu é *gay*, tu é *gay* que eu sei! Tu é *gay*, tu é *gay* que eu sei!” ...

Constrangido e sem saber como reagir, preferi me retirar da festa logo após essa manifestação de repressão. Logo eu, um estudioso das relações de gênero, sexualidades e em nos últimos anos, HOMOFOBIA, não soube resistir ao discurso agressivo e inoportuno, de controle e isolamento – de uma hipótese de repressão, de ajustes ou de distorção, ou melhor, de uma certa verdade.

Devemos encarar esse ocorrido como um problema? Ou condição pessoal, certa identidade que determina todas as condições existenciais? Será que tem os mesmos elementos emocionais, assim como o sucedido com o jogador de vôlei Michael¹?

Cassal (2013a, p. 27) responde em parte essa hipótese complexa, afirmando:

A agressão é mais que uma violência individual, uma humilhação localizada. A homossexualidade como vergonha para a família, e o assassinato como favor para a sociedade; a morte, aqui, trata do poder sobre a vida.

Para ilustrar as palavras deste autor, recordamos de dois exemplos midiáticos ocorridos no ano 2015. O primeiro, a repercussão da propaganda do Boticário² para

¹ Anjos (2015) analisou o caso do referido jogador, para maiores aprofundamentos sugerimos a leitura do artigo publicado na Revista Movimento.

² *Link* da propaganda: <<http://www.youtube.com/watch?v=hAILEv4GYj4>> Acesso em: 12 ago. 2015. *Link* da repercussão reacionária dos fundamentalistas religiosos: <<http://www.youtube.com/watch?v=Rn8ET9Nos9g>> Acesso em: 12 ago. 2015 e <<http://www.youtube.com/watch?v=3NM1ihmbmK0>> Acesso em: 12 ago. 2015. *Link* de resposta de uma cristã ao discurso fundamentalista: <<http://www.youtube.com/watch?v=eCTATR7bwXs>> Acesso em: 12 ago. *Link* que avaliou o arquivamento do processo contra a Boticário no Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária: <<http://acapa.virgula.uol.com.br/politica/nao-contem-com-a-publicidade-para-omitir-a-realidade-diz-conar-sobre-o-boticario-com-lgbt/2/14/26888>> Acesso em: 12 ago. 2015. *Link* que informa que O Boticário recebeu o selo da Ordem dos Advogados do Brasil: <<http://acapa.virgula.uol.com.br/lifestyle/por-comercial-prolgbt-o-boticario-vai-receber-selo-da-ordem-dos-advogados-do-brasil/1/27/26788>> Acesso em: 12 ago. 2015.

o dia dos namorados e o segundo, a imagem do beijo lésbico entre duas idosas na novela da Rede Globo – Babilônia³.

Ambos as situações deixam evidente que em se tratando de homossexualidade masculina e feminina, a homofobia e lesbofobia aparecem coladas uma na outra, isto porque segundo Cassal (2013b, p. 4): “[...] a homofobia só foi inventada porque a homossexualidade já se estabeleceu enquanto uma ‘verdade’ dos sujeitos”. Então tudo são violências e dor?

Não, pois partindo do referencial foucaultiano, nas relações de poder a resistência se faz presente, desta forma, a vitimização na homofobia não faz parte do entendimento sobre a nossa concepção do que venha a ser homofobia. Não queremos dizer com isso, que os agredidos não tenham sofrido violências e dor, queremos apenas reforçar que, sendo o poder uma condição circulante, os sujeitos que sofreram e sofrem ações homofóbicas, devem a partir de si, pelas formas de se cuidarem, criarem e exercerem diferentes mecanismos de transgressões.

Nossa concepção de homofobia não se enquadra em uma definição fixa e totalmente fechada, contudo, algumas questões são importantes de serem marcadas. Além do entendimento já exposto, acreditamos que a homofobia é direcionada aos homens, pois esta não é um conceito tipo guarda-chuva que abarca todo o tipo de preconceito, discriminação e violência movidas por questões pertinente às sexualidades.

Desta forma, os conceitos como lesbofobia, transfobia, bifobia, entre outros, dimensionam uma prática social, na qual sua sustentação tem como pilares os mesmos elementos relacionando preconceito-discriminação-violência, para com as lésbicas, transexuais e bissexuais, não se isolam mais se agregam e na medida do possível, se fortalecem e se revigoram, pois em pauta estão as tentativas de controle.

Por outro lado, a LGBTTTQIfobia se constitui como uma alternativa no sentido de abarcar em um único conceito todas as diferentes formas de preconceito-discriminação-violência movidas por questões de ordem sexuais.

³ Link da repercussão reacionária ao beijo lésbico: <<http://www.youtube.com/watch?v=KgQtUpdp7MQ>> Acesso em: 12 ago. 2015. Link da resposta da atriz Fernanda Montenegro sobre o beijo lésbico: <<http://acapa.virgula.uol.com.br/cultura/fernanda-montenegro-comenta-boicote-a-novela-apos-beijo-lesbico-caca-as-bruxas/3/4/26158>> Acesso em: 12 ago. 2015.

Para uma melhor compreensão a respeito da homofobia, ainda temos dois pontos fundamentais, o primeiro é que ela não é direcionada apenas aos homossexuais, pois heterossexuais e bissexuais também podem ser capturados pela homofobia, uma vez que esta está intimamente ligada à existência de uma heteronormatividade hegemônica, ou seja, há um padrão instituído do que é ser homem/heterossexual no qual os próprios heterossexuais podem não se enquadrar e os homossexuais por sua vez, podem ser admitidos.

A heteronormatividade não seria hegemônica, assumindo uma perspectiva subalterna quando suas práticas não são aceitas socialmente como normais, baseados principalmente na moral cristã. A título de exemplos podemos citar: relacionamento afetivo e até mesmo casamento de um homem com duas mulheres; práticas de “suruba” e troca de casais entre casais também heterossexuais.

A segunda, diz respeito ao uso do prefixo fobia na formação da palavra homofobia. Historicamente esse prefixo é ligado a fatores como: medo, doença, emoção e ou algum tipo de síndrome, possibilitando desta forma que o conceito de homofobia seja marcado por questões de cunho biológicas e médicas, afastando de uma leitura histórica, social e cultural ao qual privilegiamos nesta tese.

Por fim, queremos deixar claro, que continuaremos utilizando o enunciado homofobia ao longo desta investigação, principalmente porque os movimentos sociais e as políticas direcionadas a população LGBTTTQI, se apropriaram deste e que o seu não uso pode de alguma forma fragilizar a luta dos movimentos sociais e das políticas. Entretanto, acreditamos que mediante a crítica aqui levantada, urge a necessidade de uma discussão a respeito dos limites e possibilidades do uso do enunciado homofobia, na busca de sua extrapolação restrita e fechada.

Voltando a questão de contextualizar a homofobia no cenário brasileiro, entendemos que esse se configura como contraditório, pois na mesma emissora que teve a reprovação de personagens lésbicos em outra novela Amor à vida, torce por um final feliz do personagem Félix, interpretado pelo ator Mateus Solano, que protagonizou o “tão esperado beijo gay” emocionando milhares de espectadores ao aparecer ao lado do seu pai, debilitado na última cena no final da referida novela⁴.

⁴ *Link* da cena final da novela: <<http://www.youtube.com/watch?v=nY3W98NDq2E>> Acesso em: 12 ago. 2015. *Link* da cena do beijo gay: <<http://gshow.globo.com/novelas/amor-a-vida/Fique-por-dentro/noticia/2014/01/final-feliz-para-o-amor-de-niko-e-felix.html>> Acesso em: 12 ago. 2015. *Link* da repercussão do beijo: <<http://acapa.virgula.uol.com.br/cultura/parabens-globo!-publico-comemora-beijo-gay-entre-felix-e-niko-em-amor-a-vida-reveja-a-cena!/3/4/23685>> Acesso em: 12 ago. 2015.

Quais as relações desse fenômeno social com a educação escolarizada?

Se considerarmos que a escola é parte constitutiva da sociedade e, portanto, tudo que ocorre fora dela implica diretamente nos modos de vida de alunos/as e profissionais da educação, a relevância de se investigar tal problema se faz necessário e urgente, uma vez que a instituição escolar além de proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos científicos, tem exercido outros papéis/funções sociais como a disciplinarização do corpo a partir de uma moral cristã, como veremos adiante.

Também a título de exemplo temos dois casos, o primeiro foi a suposta homofobia sofrida pelo aluno Peterson Ricardo de Oliveira que teria sido agredido na escola por ser filho de homossexuais, resultando em sua morte⁵ e, o segundo, foi a não aprovação da inclusão da expressão gênero, na primeira votação do Plano de Educação do Estado de São Paulo/SP⁶.

A não aprovação do referido Plano é um atraso e evidencia o retrocesso no campo das políticas educacionais no trato da sexualidade. Principalmente se considerarmos que desde 1997, foi publicado o volume 10 dos PCNs o qual apresenta o conceito de gênero como o principal referencial do documento.

Os PCNs em seu volume 10 tem por objetivo (BRASIL, 1997, p. 287): “[...] promover reflexões e discussões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, bem como de pais e responsáveis, com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica da escola no trato de questões da sexualidade”.

Para realizarmos uma análise do documento, procuramos investigar como os seguintes enunciados foram referendados: homofobia, homossexualidade, preconceito, discriminação e violência.

A homofobia não foi mencionada, já a homossexualidade apareceu cinco vezes, todas associando esta a um tema polêmico. Tais temas, em 2016, 19 anos após a publicação do documento, dificilmente seriam classificados como polêmicos em uma política nacional direcionada a educação. Sendo eles: ficar, namoro, disfunções sexuais, virgindade, erotismo, desempenho sexual e obstáculos na prevenção das DST/AIDS.

⁵ *Link* da reportagem: <<http://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2015/03/laudo-aponta-que-aluno-de-ferraz-sofreu-lesao-pulmonar-diz-familia.html>> Acesso em: 12 ago. 2015.

⁶ *Link* da reportagem: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/camara-de-sp-aprova-em-1-votacao-plano-municipal-de-educacao.html>> Acesso em: 12 ago. 2015.

Não queremos com isso afirmar que socialmente esses enunciados estejam todos superados ou que os enunciados não exemplificados aqui e apontados no documento como polêmicos ainda sejam polêmicos, nossa intenção é de evidenciar que historicamente ocorreram deslocamentos e os modos de se vivenciar e discutir as sexualidades na sociedade e na escola em especial, se modificou. O tema violência foi mencionado cinco vezes enfatizando a sexualidade infantil e as diferentes formas vivenciadas pelas mulheres.

As expressões discriminação e o preconceito apareceram dezenove e dezessete vezes respectivamente, sendo que dessas, sete vezes os dois enunciados são citados na mesma frase.

O enfoque do texto está principalmente nas relações entre homens e mulheres, sendo citadas algumas vezes as questões de gênero. Também foi destacado a não discriminação e atitudes preconceituosas aos portadores do vírus HIV/AIDS. Vale a pena destacar que em 1997 pouco se sabia em relação aos possíveis tratamentos destinados a essa doença e que ter AIDS foi sinônimo de morte, uma espécie de câncer terminal, com altos índices de transmissão, elevando as práticas de discriminações e preconceitos que se manifestaram de diferentes formas.

Em 2016, com o avanço das pesquisas que buscam tratamento para a AIDS, começa a ser desenhada outra realidade, talvez menos preconceituosa, porém longe da ausência de discriminações, pois as suspeitas de seus efeitos permaneceram.

Em relação aos preconceitos e discriminações vivenciadas pelos homossexuais, duas passagens merecem ser destacadas, são elas:

O trabalho com Orientação Sexual supõe refletir sobre e se contrapor aos estereótipos de gênero, raça, nacionalidade, cultura e classe social ligados à sexualidade. Implica, portanto, colocar-se contra as discriminações associadas a expressões da sexualidade, como a atração homo ou bissexual, e aos profissionais do sexo (BRASIL, 1997, p. 316).

Os momentos e as situações em que se faz necessária essa intervenção são os que implicam discriminação de um aluno em seu grupo, com apelidos jocosos e às vezes questionamento sobre sua sexualidade (BRASIL, 1997, p. 324).

Apesar de observarmos algumas ausências de discussões sobre homofobia/LGBTTTQIfobia, lesbianidade, transexualidade, bissexualidade

baseados em autores/as já consagrados nos estudos sobre a sexualidade como Foucault (disponíveis em 1997), o referido Documento indicou as questões relativas as discriminações e aos preconceitos direcionados aos homossexuais e mesmo de forma pouco aprofundada, já possibilitou de maneira introdutória que professores/as, outros profissionais e comunidade escolar refletissem a sexualidade para além dos enunciados biológicos e médicos tão presentes no campo educacional.

É neste cenário que a escola historicamente e por intermédio do estabelecimento de políticas vem cumprindo segundo Foucault (2004) o seu papel de instituição disciplinadora, como as demais, aquela que vigia e pune os corpos dos/as alunos/as que ousam escapar da domesticidade ao qual este espaço tem por função constituir. Apesar desse espaço disciplinador, a escola é também um espaço de relações sociais e intelectuais, de conhecimento e onde as possibilidades se constituem.

Essa responsabilidade institucional, de preservação cultural, teve seu surgimento no século XVIII. Conforme Foucault (2004, p. 173): “Assim, a escola cristã não deve simplesmente formar crianças dóceis; deve também permitir vigiar os pais, informar-se de sua maneira de viver, seus recursos, sua piedade, seus costumes”.

Também é nesse momento que se instaura e prevalece até os dias atuais um processo que aparentemente se manifesta como de repressão sexual, na medida em que o modelo adotado reduz naquela época, as relações sexuais a uma função meramente reprodutora e o casal heterossexual passa a ser a única possibilidade de garantir este propósito, as demais maneiras de ato sexual passam a ser compreendidas como um “amor mal”, devendo ser negado expulso e reduzido ao silêncio.

Contraditoriamente, a sociedade burguesa se vê forçada, como sempre, a flexibilizar tais propósitos, permitindo algumas ocorrências diferenciadas destas relações. O “amor mal” ou as relações ilegítimas se transformam em meios de viabilização de comércio, onde possam dar lucros, em uma época em que o trabalho é marcado pela exploração, as energias não podem ser dispensadas dos prazeres.

Para Foucault (2004), essa repressão é chamada por ele de hipótese repressiva, mas ele destrói esse pensamento e formula uma nova hipótese, mostrando que certas explicações funcionam, elas não podem ser encaradas como as únicas verdadeiras, já que servem como subsídios para as práticas culturais,

como uma condição posta, ultrapassando todos os limites, pois sexo, revelação e inversão das leis, são coisas hoje ligadas entre si.

Assim sendo, ao se tratar de homofobia, poderíamos dizer que tanto a escola como as famílias educam no sentido de normalizar os seus alunos/filhos a uma sociedade que deve ter na heterossexualidade sua única forma de expressão, para tanto cabe a vigilância constante, uma vez que essa não se trata de algo natural e uma vez percebido pelos diferentes modos de exames, que a homossexualidade está presente nos corpos de seus membros, a punição cumprirá seu papel de volta a norma.

Não é à toa que para encerrar seu livro *Vigiar e Punir*, Foucault (2004, p. 187) nos deixa a seguinte questão: “Devemos ainda nos admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com as prisões?”.

Por essas questões e outras que apresentaremos aqui, a presente tese intitulada “Discursos científicos sobre a homofobia no processo de escolarização: enunciados e problematizações”, vinculada ao Grupo de Estudos e Investigações Acadêmicas nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF) e à Linha de Pesquisa “Educação e Trabalho”, do PPGEdu/UFMS Programa de Pós-Graduação em Educação, tendo como temática - homofobia⁷, no contexto escolar e frente ao modelo de pesquisa aqui eleito (análise do discurso), na expectativa de gerar ações que levem a um repensar as sexualidades.

Falar em sexualidades envolve diferentes relações de saber-poder, com vista as práticas dos sujeitos, tornando-se uma questão de ordem multifacetada, sendo assim desafiadora, na medida em que, as instituições escolares, são espaços sociais, que refletem contradições e diferentes interesses, ganhando contornos diversos e muitas vezes perversos, quando lidam com as questões relacionadas a homofobia.

⁷ Para um maior conhecimento das atividades acadêmicas do GEIARF, sugerimos a leitura de Osório e Leão (2013) que mapearam a produção acadêmica do referido Grupo, focalizando principalmente as questões metodológicas. O autor e a autora reforçam que no grupo citado acima, a busca por aproximar o referencial teórico com as bases teóricas do objeto investigado é uma constante no GEIARF, afinal, cada pesquisador/a no grupo lança uma problemática pessoal, fruto de suas relações de saber-poder, que devido a essa característica, devem ser pensadas e refletidas de modo particular. Além disso, os resultados investigados devem ultrapassar as meras descrições dos dados, visando sempre que possível o movimento de resistência e transgressão das práticas sociais, culturais e econômicas.

Para Cassal (2013b, p. 7): “A homofobia marca os sujeitos como desviantes, e a cada um que é eliminado há outros tantos a serem identificados, procurados, assassinados”. Cabe então a seguinte indagação: Quem seriam os/as homofóbicos/as?

Na pesquisa de Pereira (2013) foi investigado o perfil do homofóbico e dos agredidos a partir dos dados captados pelo Centro de Referência e Promoção da Cidadania LGBT no município do Rio de Janeiro/RJ. Segundo a autora (2013, p. 9), os agredidos teriam o seguinte perfil: “[...] sexo masculino, auto identificado como gay, entende sua identidade de gênero como masculina e sua cor como negra e era jovem ou jovem adulto”.

Já no caso dos homofóbicos seriam aqueles de acordo com Pereira (2013), também do sexo masculino, mantinham certo vínculo com a vítima, como vizinho ou família, as agressões ocorreram na “vizinhança” ou na residência do agredido e as agressões eram verbais, físicas ou associadas.

Martins et al (2010) também investigaram o perfil dos homofóbicos e concluíram que: nos crimes letais nem sempre se descobre a identidade do assassino, já nos não letais, mesmo sabendo quem foi o agressor, geralmente não se realiza uma acareação; é comum a presença de preservativos na cena do crime; quando o crime é investigado, esse é classificado como latrocínio, crime de ódio ou passional e, por fim, afirmaram que os heterossexuais também são vítimas de homofobia.

Uma pesquisa realizada por Abramovay et al (2004) e financiada pela UNESCO em quatorze capitais brasileiras (Belém, Cuiabá, Distrito Federal, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Maceió, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória), revela que quase 40% dos alunos entrevistados não gostariam de ter homossexuais como colegas e mais de 35% dos pais não gostariam de tê-los como amigos dos seus filhos⁸.

Pouco comentadas em casa e alvo da curiosidade de crianças e adolescentes, as sexualidades são um aspecto central na vida do ser humano, constituído por sua relação com o mundo e consigo mesmo, engloba tanto o sexo, prazer e reprodução como as crenças, atitudes e valores. (JOLLY; ILKKARACAN, 2007).

⁸ Nova Escola: revista mensal. São Paulo: Abril, ed. 222, mai, 2009.

Em nossa sociedade, as diferenças entre homens e mulheres são fortemente atribuídas às distinções do aparelho genital, relacionadas ao fator biológico. Com base em definições do que é ser homem e/ou mulher edifica-se um sistema de discriminação e exclusão, que comporta vários estereótipos. O feminino e o masculino são apresentados como categorias opostas, excludentes e hierarquizadas. A dicotomia daí decorrente cristaliza concepções do que devem ser as atribuições femininas e masculinas e dificulta a percepção de outras maneiras de estabelecer as relações sociais (VIANNA; RIDENTI, 1998).

Vianna e Ridenti (1998) comentam que o conceito gênero começou a ser utilizado como uma maneira de se referir à organização social entre os sexos, de insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no corpo, e de destacar o caráter relacional das feminilidades e masculinidades, isto é, mulheres e homens passam a ser definidos em termos recíprocos.

Gênero remete, portanto, a uma tentativa de incorporar, na análise, aspectos que são socialmente construídos, observando que cada cultura define o que é masculino e feminino (VIANNA; RIDENTI, 1998), ou seja, trata-se de conceitos mutáveis, que podem e por vezes, devem ser alteradas.

Louro (1997, 2004) enfatiza a necessidade de se pensar as relações de gênero, as desigualdades entre homens e mulheres, de modo plural, ou melhor, ela afirma que os homens e as mulheres são identificados por gênero, classe, raça, etnia, idade, nacionalidade, etc e dessa forma, assumem e produzem diferentes “posições de sujeito”. Nessa relação, as redes de poder (instituições, símbolos, códigos, discursos e etc) precisariam ser examinadas.

Ainda conforme Louro (1997, 2004), a instituição escolar por sua vez está construída na afirmação da igualdade, enfatizando a base cultural comum a que todos os cidadãos e cidadãs deveriam ter acesso e colaborar na sua permanente construção. Articular a igualdade e a diferença, com as expressões da pluralidade social e cultural constitui hoje um grande desafio (CANDAU; MOREIRA, 2003).

No campo da educação, diante das diversidades, as instituições escolares estão sendo chamadas para lidar com a pluralidade de culturas, reconhecerem as diferenças, o inesperado, presentes em seu contexto e assim, abrir espaços para a manifestação e valorização das diferenças (CANDAU; MOREIRA, 2003).

A sexualidade entendida a partir do conceito de diversidade já vem sendo tratada com profundidade nos estudos de masculinidade e Teoria *Queer*. Contudo

na área de Educação esse tema ainda é pouco estudado. Um dos estudos encontrados que se propõe a estudar essa temática é o de Rosa (2004), que apresenta o estado da arte de pesquisas/publicações que tem como tema gênero/homoerotismo e homofobia na área de Educação Física e chega à conclusão da quase inexistência de estudos ligados ao homoerotismo.

Em relação à Teoria *Queer*, conforme Miskolci (2009) esta surgiu nos Estados Unidos na segunda metade da década de 1980. A escolha do seu nome, em si já a caracterizou por um teor crítico, pois *queer* no contexto norte-americano é utilizado para ofender e discriminar os/as homossexuais e no momento em que estudiosos/as resgataram tal enunciado, contribuíram para a desconstrução de uma lógica que naturaliza a heterossexualidade e cria os/as desviados/as, perversos/as, ou seja, os/as homossexuais.

Ainda segundo Miskolci (2009) a Teoria *Queer* se configura como sendo parte integrante das nomeadas teorias subalternas e tem por foco analisar os processos de normalização da sexualidade, problematizando principalmente uma concepção estanque de sujeito e identidade, sua proposta teórica deslocou o olhar até então centrado nos estudos das minorias para a discussão política da diferença.

No campo educacional, a Teoria *Queer* conforme nos aponta Louro (2001), se diferencia da perspectiva multicultural que concebe as diversidades/diferenças pela sua excentricidade exótica. Para essa autora, uma pedagogia *queer* trabalharia para desconstruir os processos de normalização as quais os/as LGBTTTQI são cotidianamente submetidos, colocando-os/as na condição de marginalizados/as.

Louro (2001) ainda comenta que uma proposta educacional *queer*, não se limitaria objetivar a inclusão dos/as LGBTTTQI e ou de conteúdos ligados a esse público em específico. Um deslocamento proposital, subversivo, reflexivo e provocativo deveria segundo essa autora pautar as ações na escola.

Assim, o problema de pesquisa, já explicitado no resumo dessa tese, fica caracterizado da seguinte maneira: Que enunciados formam os discursos científicos sobre a homofobia, considerando os diversos campos de discursividade científica que atravessam a área da Educação?

A hipótese central deste estudo é que a partir do lançamento de uma política nacional de combate a homofobia, o Programa Federal Brasil sem Homofobia, a homofobia se configurou como uma problemática, ou seja, se firmou como um objeto de investigação científica e com isso, diferentes campos discursivos, entre esses, os

diferentes enunciados vão sendo constituídos de forma pulverizada, preservando os preconceitos culturais (conservadores) e outros que buscam a transgressão (formas de resistências).

Antes do lançamento do referido programa, a homofobia era pesquisada, porém nem sempre nomeada como homofobia e essa era secundarizada pelos estudos de gênero, pois gênero era o principal foco das pesquisas e as questões de preconceito/discriminação/violência movidas por questões ligadas as sexualidades eram incorporadas em algumas investigações. Além disso, é importante notar que a partir da implantação desse programa oficial, ela ganha uma visibilidade com suporte institucional, passando a ser tratada como política de governo.

Temos por objetivo geral investigar os enunciados que formam discursos científicos sobre a temática da homofobia particularmente na educação escolarizada, a partir da análise de diversos campos discursivos científicos que circulam na área da Educação, e teve como objetivos específicos:

- Analisar em que condições históricas a homofobia na educação torna-se uma problemática;
- Analisar a produção científica das publicações da ANPEd sobre a homofobia na educação;
- Analisar a produção científica das publicações da BDTD sobre a homofobia na educação;
- Analisar a produção científica das publicações da Scielo - Qualis A1 e A2 da Educação sobre a homofobia na educação;
- Analisar a produção científica das publicações do Fazendo o gênero sobre a homofobia na educação;
- Analisar a produção científica das publicações da ANPEPP sobre a homofobia na educação.

A forma de estruturação deste relatório de tese está assim organizado:

No Capítulo I intitulado: Definindo o objeto deste estudo – onde é definido o objeto deste estudo, apresentando alguns conceitos e discussões em entorno dos estudos de gênero, sexualidades e homofobia.

No Capítulo II intitulado: Aspectos metodológicos – onde são tratados os aspectos metodológicos, baseados em Foucault e são discutidos os conceitos de

discursos e enunciados. Além disso, apresentamos os campos discursivos que foram analisados e os critérios adotados.

No Capítulo III intitulado: Campo Discursivo Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - analisamos os resultados das pesquisas que envolviam questões de homofobia masculina na educação escolarizada e analisamos os enunciados presentes neste campo discursivo.

No Capítulo IV intitulado: Campo Discursivo Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - analisamos os resultados das pesquisas que envolviam questões de homofobia masculina na educação escolarizada e analisamos os enunciados presentes neste campo discursivo.

No capítulo V intitulado: Campo Discursivo Seminário Internacional Fazendo Gênero - analisamos os resultados das pesquisas que envolviam questões de homofobia masculina na educação escolarizada e analisamos os enunciados presentes neste campo discursivo.

No capítulo VI intitulado: Campos Discursivos Qualis área da Educação e Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia - analisamos os resultados das pesquisas que envolviam questões de homofobia masculina na educação escolarizada e analisamos os enunciados presentes neste campo discursivo.

Por último, são apresentadas as Considerações Finais evidenciando alguns dos nossos resultados de pesquisa, que mapeiam os enunciados científicos que formam os discursos científicos da área de Educação acerca da homofobia na educação escolarizada.

1 DEFININDO O OBJETO DESTE ESTUDO

O objetivo deste capítulo é analisar algumas questões teóricas principalmente aquelas referentes às sexualidades e homofobia no sentido de apresentar alguns enunciados, conceitos e discussões que fundamentarão as análises dos discursos posteriores.

Para tanto, buscamos em escritos de documentos⁹ teóricos ou normalizadores, a partir do referencial foucaultiano, para compreender a homofobia enquanto uma prática social e, além disso, seus desdobramentos na educação escolarizada.

A partir dessa busca, entendemos que as disparidades existentes nas relações entre homens e mulheres são frutos de uma cultura ocidental, baseada na “família tradicional”, na qual foi designado à mulher o papel de educadora, aquela que cuida dos afazeres domésticos, educa os filhos e deve estar sempre subordinada às vontades do marido. E ao homem foi incumbido o papel de chefe da família, que sai para trabalhar e sustenta financeiramente a casa.

As determinações históricas nos mostram o sexo feminino como tradicionalmente dominado. A mulher é considerada ‘incapaz’ de produzir, física e intelectualmente, tanto quanto o homem, sendo inferiorizada na sociedade – à exceção de desempenhos que lhe foram conferidos e se legitimaram como ‘tipicamente femininos’ (SARAIVA, 2005, p. 43).

Ainda de acordo com a autora, tal estrutura familiar desenvolveu através dos tempos uma tipificação sexual, de modo a normalizar ao papel desempenhado pelo homem um maior prestígio em relação à mulher. A dominação da cultura masculina diminuiu as possibilidades das mulheres frente à sociedade.

Contudo as mulheres foram adquirindo visibilidade na sociedade. No começo do século XX eram formados movimentos de mulheres que buscavam mudanças civis e movimentos feministas que lutavam por transformações mais profundas nas relações sociais de poder. Esses movimentos adquiriram força a partir dos anos 1960.

As feministas americanas estavam preocupadas com a maneira como os estudos femininos tratavam as mulheres de forma estreita e isolada, surgindo a

⁹ Principalmente os Parâmetros Curriculares Nacionais.

necessidade do termo gênero “[...] para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico” (SCOTT, 1995, p. 1).

Ainda segundo Scott: “A maneira como esta nova história iria simultaneamente incluir e apresentar a experiência das mulheres dependeria da maneira como o gênero poderia ser desenvolvido enquanto categoria de análise” (1995, p. 2).

Podemos entender gênero, como uma categoria envolvida nas relações de poder que perpassam pelas questões políticas, sociais e históricas, pois:

Quando se fala em gênero, fala-se além das definições estabelecidas sob o ponto de vista gramatical e além do sentido biológico de diferenciação entre os sexos. O conceito – estabelecido para referir-se às relações entre homens e mulheres – surgiu no âmbito da luta de mulheres, como forma de superar o determinismo biológico que se impunha na compreensão das relações entre estas e os homens e, principalmente, para suplantar as teorias essencialistas que buscavam explicar as diferenças entre essas duas dimensões dos seres humanos. O debate sobre essas relações sociais girava em torno das relações de poder e, para tanto, o conceito serviu como forma de melhor explicitá-las (LOPES, 2009, p. 41).

O conceito de gênero veio se contrapor ao conceito de sexo/papéis sexuais. Afinal, enquanto o segundo termo nos permite olhar para um indivíduo e classificá-lo em um grupo como, por exemplo: homem forte ou mulher frágil, o primeiro nos consente a possibilidade de refletir acerca das construções sociais, históricas e culturais do indivíduo de forma relacional, recusando assim as antigas explicações baseadas no determinismo biológico para explicar as diferenças entre mulheres e homens.

Desta forma, ao nos referirmos ao conceito gênero, podemos entender o indivíduo, com todas as suas particularidades, pois este ser é constituinte ao longo do tempo através de suas próprias experiências, não apenas como algo a ser apontado e classificado.

Gênero é usado para estudar as relações sociais entre os sexos, suas manifestações e construções acerca do ‘ser homem’, ‘ser mulher’ e outras possibilidades que discutiremos posteriormente. Contudo, quando se aproxima o conceito de gênero com o referencial foucaultiano temos que entender e mais que isso, estabelecer algumas possibilidades e limites desta aproximação.

Narvaz e Nardi (2007) ampliam a discussão acerca das contribuições e limites dos estudos baseados em Foucault para os/as feministas e o contrário também, pois versaram sobre as possibilidades e limites do movimento feminista para com os estudos foucaultianos.

O principal limite da perspectiva feminista¹⁰ tendo como base de reflexão o referencial foucaultiano são as políticas identitárias e essencialistas, pois na tentativa de se buscar uma essência da mulher/feminino para fortalecer o movimento feminista, essas acabam aprisionando o sujeito em determinados papéis, comportamentos, que os naturalizam, como por exemplo, quando se reivindica o uso do enunciado orientação sexual no sentido de que se nasce com determinada identidade sexual, o que retiraria “a culpa” dos sujeitos de ser o que são, uma vez que não teriam o poder de escolha/opção¹¹ (NARVAZ; NARDI, 2007).

Já o limite do referencial foucaultiano para com o movimento feminista está na ausência das reflexões que o conceito de gênero fez emergir na análise da dominação dos sujeitos na sociedade e da constituição da subjetividade, além dessa ausência, temos a invisibilidade da mulher nas análises da história da sexualidade em seus três volumes, pois a análise de Foucault é centrada na masculinidade, até nas escolhas dos pensadores e fontes da Grécia antiga (NARVAZ; NARDI, 2007).

Mas nem tudo são limites, uma vez que ambos contribuíram com a desconstrução dos modos de existência de dominação que não eram percebidos pela sociedade, buscando evidenciar que não existe um sujeito autônomo e universal, o sujeito é sempre concebido no presente de modo histórico. Tem-se então um sujeito contextualizado, nas microrrelações (NARVAZ; NARDI, 2007).

Esse processo de subjetivação é carregado de grande responsabilidade em relação à maneira como devemos nos comportar, perante a família, os amigos, os professores, colegas de trabalho e outros. De certa forma, quando a menina nasce, há todo o cuidado de comprar roupas rosa, mais a frente ganham bonecas e até mesmo brinquedos que imitam utensílios domésticos; quanto ao menino, logo são compradas roupas azuis ou verdes, depois a bola de futebol, logo é esperado que seu comportamento frente aos colegas seja mais viril (DAÓLIO, 2003).

¹⁰ É importante frisar que o movimento feminista é plural, por isso a perspectiva essencialista não é uma característica universal, seria uma corrente/tendência dentro do movimento.

¹¹ Os enunciados opção sexual e orientação são discutidos posteriormente nesta tese.

Seria um engano afirmar que o homem deve ser masculino ou a mulher feminina baseando-se no padrão hegemônico existente em nossa sociedade. Discriminar aquele ou aquela que foge deste padrão é um equívoco, pois cada pessoa expressa suas masculinidades ou feminilidades de forma individual e única, que podem variar também conforme o contexto, a época e a cultura em que está inserida.

Para as teóricas estruturalistas, o gênero implica em alteridade, ou seja, para que exista o masculino é necessário seu oposto, o feminino. O processo de constituição de identidade se dá pelo reconhecimento de que existem pessoas idênticas e diferentes de nós mesmos. Para esta corrente, o gênero se constrói sobre o corpo biológico, que é sexuado. As estruturalistas pensam que só pode haver dois gêneros, uma vez que eles se constituem cognitivamente sobre o corpo sexuado, que é dual (macho e fêmea). A existência de dois gêneros não exclui a possibilidade de que estes sejam constituídos em vários modelos de feminino e de masculino, modelos que variam histórica e culturalmente, mas também que têm diferentes matrizes no interior de cada cultura (GROSSI, 2004, p. 5).

Um indivíduo do sexo masculino pode também manifestar feminilidades, assim como alguém do sexo feminino pode manifestar suas masculinidades sem que isso interfira em sua sexualidade.

Desta forma, caracterizar uma mulher como masculinizada, ou um homem como afeminado, seria ir ao encontro de ideias que culturalmente são usadas, principalmente naquelas em que o patriarcado ainda vigora, de que as mulheres devem se comportar 'assim', e os homens 'assado', aquelas devem ser sensíveis, frágeis e estes fortes e viris.

A exemplo disto temos Clastres (2001), em *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia*. O autor nos conta a história de dois indivíduos da tribo Guayaki localizada no Paraguai. Esta tribo não conhece a forma de trabalho em que participem ao mesmo tempo homens e mulheres. As tarefas são fortemente marcadas pela divisão sexual e os principais ícones dessa divisão são 'O Arco', que o menino recebe do pai e 'A Cesta', que a menina recebe da mãe. As mulheres são proibidas de tocar no arco, pois isso poderia trazer azar ao caçador, e os homens não tocavam na cesta porque seria motivo de vergonha.

Porém, existiam na tribo dois homens que carregavam cestos. Um deles era o viúvo Chachubutawachugi, que caçava e recolhia frutos com as mãos e para transportar seu alimento usava um cesto, já que não havia mulher para transportar sua comida. O outro caso é o de Krembegi, que vivia como uma mulher e conforme

Clastres (2001, p. 127): “[...] Krembegi havia encontrado, por meio de sua homossexualidade, o topos ao qual o destinava logicamente sua incapacidade de ocupar o espaço dos homens [...]”.

Enquanto o primeiro era motivo de chacota geral, o segundo não causava nenhuma atenção especial. Esses dois homens através de seus cestos manifestavam a diferença das relações que tinham com suas masculinidades: Krembegi carregava seu cesto como uma mulher, já Chachubutawachugi colocava a tira do seu cesto no peito e nunca na testa como as mulheres, era uma forma muito mais cansativa de realizar o trabalho, mas para ele era a única maneira de demonstrar que apesar do cesto, continuava sendo um homem.

Fazendo ainda referência ao texto de Clastres, no caso do índio Chachubutawachugi, que não seguia o que seria o seu papel de gênero, recaía sobre ele o desprezo por parte de todos da sua comunidade. Trazendo esse conceito para a nossa sociedade espera-se que a menina brinque de casinha e o menino de carrinho, que ela seja graciosa e ele másculo. Como nos mostra Sayão (2002, p. 6): “Diferentemente da identidade de gênero, os papéis de gênero são as formas de manifestação ou representação social de ser macho ou fêmea [...]. Esses variam de uma cultura para outra e dentro de uma mesma cultura”. E é com base nisso que nos deparamos com a seguinte questão: Como esses indivíduos, tão diferentes são educados como se fossem iguais? Ainda há crença de que os meninos são mais agitados porque nasceram homens, e homens são – ou devem ser – mais ativos que as mulheres.

Isto é um problema na escola infantil; os meninos são vistos como hiper-ativos, hiper-agressivos e parece que este não é um problema das meninas. Evidentemente que as professoras (e os pais) acreditam seriamente que aqueles meninos são hiperativos porque nasceram assim, que isto é uma característica natural (inata) do sexo masculino e não que se trata de um comportamento esperado e estimulado de meninos, que devem desde a tenra infância se comportar como pequenos homens (GROSSI, 2004, p. 6-7).

Assim certos professores, pais e colegas de classe, incentivam o comportamento mais rude de meninos, e pré-concebem ideias acerca daqueles que não se comportam assim e têm dificuldade para entender que existem diferentes formas de expressão das masculinidades e feminilidades, assim como há diferentes formas de expressão das sexualidades.

Desta forma, podemos entender as sexualidades como expressão da afetividade, do prazer, da conjugalidade, das identidades, mas também, como parte integrante do ser político, ou seja, ao exercermos nossa sexualidade estamos expondo nossas formas de conceber o mundo em suas inúmeras teias de relações culturais, sociais e econômicas. Pensando assim, haverá também manifestação das sexualidades entre dois amigos que brincam, ou entre duas amigas que se abraçam, na busca de um prazer, que não necessariamente é o sexual. As sexualidades estão intimamente ligadas com a sociedade em que aquele corpo está inserido e é neste contexto que se criam problemáticas, como por exemplo, a manifestação das sexualidades dos jovens.

Os roteiros sexuais espelham as múltiplas e diferentes socializações que uma pessoa experimenta em sua vida: família, tipos de escolas, acesso a distintos meios de comunicação, redes de amizade e vizinhança. Esses roteiros são especialmente relevantes na fase em que as sexualidades se tornam uma questão muito importante: na adolescência/juventude, quando se dá o início da vida sexual com parceiro, e, a seguir, na passagem à vida adulta (HEILBORN, 2006, p. 46).

Para Anjos (2000) as sexualidades são um fenômeno social. A maneira com que a sociedade lida com as sexualidades sofreu modificação ao longo dos séculos. No Brasil, por exemplo: antes da colonização não havia pudores, os índios ofereciam suas mulheres como forma de demonstrar sua reciprocidade, o que para os portugueses era uma situação muito incomum; no entanto, após a chegada dos portugueses e a catequese, até mesmo a vestimenta daquele povo foi modificada.

Nas sociedades burguesas do século XVII, com a intervenção da igreja a sexualidade foi controlada/disciplinada. E ainda que não fosse citado, o pudor que havia na atmosfera da época impedia que fosse chamado pelo nome. Diferentemente, porém do que aconteceu nos três séculos posteriores a este, a verbalização acerca das sexualidades foi ganhando espaço, e com isso houve uma grande explosão discursiva. Nas confissões durante o século XVIII os fiéis eram encorajados a detalhar suas vidas íntimas.

Não penso aqui tanto, na multiplicação provável dos discursos 'ilícitos' [...] o cerceamento das regras de decência provocou, provavelmente, como contra-efeito, uma valorização e uma intensificação do discurso indecente. Mas o essencial é a

multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder: incitação institucional a falar do sexo e a falar dele cada vez mais; obstinação das instâncias do poder a ouvir falar e a fazê-lo falar ele próprio sob a forma da articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado (FOUCAULT, 1988, p. 24).

Em seu livro *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, Foucault (1988) defende a ideia de que ao contrário do que se pensa nos últimos séculos as sexualidades não foram reprimidas, houve na verdade uma grande liberação discursiva focada na preocupação dos governos em relação a questões voltadas para a natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação, *habitat*.

Hoje podemos acrescentar também as preocupações governamentais em relação à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). Dessa forma as sexualidades passaram a ser faladas não apenas relacionando-as com questões morais, mas também com questões práticas.

No século XVIII o sexo se torna questão de 'polícia'. [...] Polícia do sexo, isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição. [...] Uma das novidades de poder, no século XVIII, foi o surgimento da 'população', como problema econômico e político: população-riqueza, população mão-de-obra ou capacidade de trabalho, população em equilíbrio entre o seu crescimento próprio e as fontes de que dispõe (FOUCAULT, 1988, p. 31).

Foucault (1988) entende que apesar do silenciar a respeito desta questão durante a época clássica (meados do século XVI até o final do século XVIII) principalmente com o sexo das crianças, que só foi desmistificado com o texto *Três Ensaio sobre a teoria da sexualidade* (de Freud)¹², as sexualidades continuavam a ser abordadas, mesmo sem a antiga liberdade de linguagem entre adultos e crianças, professores e alunos.

E desapareceram progressivamente os risos estrepitosos que, durante tanto tempo, tinham acompanhado as sexualidades das crianças e, ao que parece, em todas as classes sociais. Mas isso não significa um puro e simples silenciar. Não se fala menos do sexo, pelo contrário. Fala-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos (FOUCAULT, 1988, p. 33).

¹² FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

Ao final do século XVIII havia três códigos que regiam as práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil, sendo que à sua maneira cada um ditava regras separando as coisas lícitas das ilícitas. Centravam suas atenções nas relações matrimoniais que eram sobrecarregadas de regras e recomendações.

Este sistema focado na aliança legítima provocou modificações no discurso das sexualidades dos séculos XVIII e XIX, mudanças que vão desde a condenação do adultério, de casamentos consanguíneos, da sedução de religiosos, até da prática de sodomia.

Foucault (1988) as nomeia como sexualidades periféricas e diz que em se tratando de repressão, há uma visão ambígua, pois de um lado existe a indulgência, considerando-se que a severidade dos códigos foi atenuada no século XIX, mas que por outro lado existe o controle e mecanismos de vigilância em volta das sexualidades. E diz ainda que a questão mais importante talvez não seja a repressão, mas sim a forma de poder exercido.

[...] o discurso sobre o sexo, já há três séculos, tem-se multiplicado em vez de rarefeito; e que, se trouxe consigo interditos e proibições, ele garantiu mais fundamentalmente a solidificação e a implantação de todo um despropósito sexual. Não obstante, tudo isso parece ter desempenhado, essencialmente, um papel de proibição. De tanto falar nele e descobri-lo reduzido, classificado e especificado, justamente lá, onde o inseriram procurar-se-ia, no fundo, mascarar o sexo (FOUCAULT, 1988, p. 61).

Os sujeitos têm seus corpos examinados, classificados, nomeados e submetidos a julgamentos prévios em relação a comportamentos, condutas, posturas partindo da aparência que esses têm, ou seja, da sua configuração, daquilo que se pode ver imediatamente (LOURO, 2003).

Os sujeitos primeiramente serão vistos como homens ou mulheres e serão examinados e julgados, aos olhos da sociedade, como tais. Será esperado um comportamento apropriado para cada sexo no qual homens deverão ter relações sexuais com mulheres, e mulheres deverão ter relações sexuais com homens.

Dessa forma temos estabelecido dentro de nossa cultura uma conduta, que deve ser seguida e obedecida que define como homens e mulheres deverão se comportar, do que irão gostar e como deverão ser.

De modo mais amplo, as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre

aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais) e aqueles que ficam fora dela, às suas margens. Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os 'outros' sujeitos sociais que se tornarão 'marcados', que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como 'o segundo sexo' e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (LOURO, 1997, p. 15-16).

Entrando na questão específica desta pesquisa, a relação sexual/afetiva entre homens está presente na história desde as sociedades primitivas, seus primeiros relatos aparecem por volta de 2.500 a. C no Egito. A partir da tradição judaico-cristã que essa prática foi vista como pecaminosa e no século XIX a medicina a definiu como doença fisiológica passando também a ser vista como desvio no desenvolvimento das sexualidades.

Surgiu então a nomenclatura homossexualismo, com o sufixo 'ismo' que a indicaria como doença. É importante tencionar que nem todas as palavras terminadas em ismo tem conotação de doença, como por exemplo, feminismo entre outros.

Segundo Palma e Levandowski (2008), somente mais tarde, em 1973 a Associação Psiquiátrica Americana tirou a homossexualidade do rol das doenças e dois anos após, em 1975, a Associação Americana de Psicologia procedeu com os mesmos encaminhamentos. Em 17 de maio de 1990 a Organização Mundial da Saúde (OMS) também declarou que a homossexualidade não constitui doença, distúrbio e nem perversão e os psicólogos não mais colaborarão com serviços que propunham tratá-la e curá-la.

A enunciação do "homossexual" é muito mais do que simplesmente definir o sujeito (homem (s) ou mulher (es)) que mantém relações sexuais ou afetivas com pessoas do mesmo sexo, assim como heterossexual se referindo às pessoas que mantêm relações sexuais e/ou afetivas com o sexo oposto e os bissexuais, que se relacionam com ambos os sexos, pois:

Enquanto a homossexualidade em si não é considerada uma escolha, pode-se dizer que em um sentido mais profundo o indivíduo de fato escolhe tornar-se gay (isto é, adotar uma identidade gay) quando atravessa o rito de passagem conhecido como *coming out*. Sucintamente, *coming out of the closet* refere-se ao processo através do qual o homossexual revela sua orientação sexual a outras pessoas (sejam familiares, amigos, colegas de trabalho ou

estranhos), tornando-se visível, culturalmente inteligível e desafiando abertamente o discurso sexual hegemônico (NUNAN, 2003, p. 126).

No Brasil o assunto ganhou ênfase no final da década de 1970 com a fundação do Grupo Somos em São Paulo que teve por objetivo trazer ao Brasil do final do regime militar discussões ligadas às sexualidades que já existiam nos Estados Unidos e na Europa. O Grupo Somos queria dar visibilidade às sexualidades na sociedade brasileira, vistas de forma conservadora e preconceituosa. Para isso seus membros participavam de passeatas, debates e reivindicações dos movimentos sociais. Esse grupo tornou-se referência para muitos outros grupos que surgiriam posteriormente¹³.

As relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo ao longo da humanidade vêm mudando, e com isso, muda-se também o enunciado, uma vez que as práticas (vivências dessa sexualidade) também são outras, por exemplo: homossexualidade, homossexualismo, sodomita e uranista. A sodomia tem sua origem no contexto bíblico e era usada para designar as práticas sexuais pervertidas relacionadas ao sexo anal, executadas entre homens-homens ou homens-mulheres que viviam em Sodoma e Gomorra. Já uranista é um termo médico para explicar a inversão sexual, ou seja, perversões sexuais, tendo como norma a heterossexualidade, a anormalidade seria a prática sexual entre homem-homem.

É importante destacar que existe uma nomenclatura diferente para a homossexualidade, enquanto que para os homens usa-se o termo 'gay' para as mulheres usa-se 'lésbica'. Essa diferença é principalmente destacada pelos movimentos feministas com o objetivo de terem uma maior visibilidade (BORGES, 2009).

Para este estudo tais terminologias serão utilizadas, o que realmente importa, porém, é que essas questões sejam entendidas de forma histórica e política como pertinentes a toda a sociedade e que as sexualidades, estejam elas manifestadas da forma que for, sejam compreendidas em suas diferenças.

Uma forma encontrada pelo governo brasileiro de se trabalhar a homossexualidade nas escolas, foi o Programa Brasil Sem Homofobia.

Resultado de uma articulação entre o Governo Federal e a Sociedade Civil Organizada o Programa Brasil Sem Homofobia visa combater à violência e

¹³ Disponível em: <http://www.sepex.ufsc.br/anais_4/trabalhos/560.html> Acesso em: 03 Jan. 2013

discriminação contra os LGBTTTQI a partir da equiparação de direitos legais e combate à violência e discriminação LGBTTTQIfóbica.

Para entender o que é o programa faz-se necessário que nos reportemos ao ano de 1995, em que no fórum das Nações Unidas em Beijing, o tema discriminação, contendo como pressuposto a orientação sexual foi citado pela primeira vez. A proposta sugerida foi recusada, pois para a aprovação é necessário que todos os estados envolvidos estejam de acordo; com a objeção de delegações islâmicas a sua aceitação não foi possível.

Em 2000, o tema foi apresentado na Conferência Regional das Américas em Santiago do Chile, que foi a preparatória para a Conferência de Durban na África do Sul¹⁴ (onde no ano seguinte seria realizada entre os dias 31 de agosto a 7 de setembro de 2001 a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância). Desta forma, em 2001 na Conferência, o Brasil introduziu o tema acerca da orientação sexual, o diagnóstico da situação atual do país em relação à discriminação por orientação sexual e uma lista de propostas.

Na época o jornal Folha Online publicou a seguinte declaração da delegada do Paquistão Mumtaz Boloch: "Entendemos que essa é uma conferência sobre racismo. O tema da orientação sexual, portanto, não tem como ser discutido aqui. Não há razão para isso". Para o Padre e delegado do Vaticano Michael Blume não seria necessário nem cabível tratar da orientação sexual.

A proposta brasileira incluindo orientação sexual entre as formas de discriminação que agravam o racismo foi apoiada; no entanto não foi incluída no texto final da Declaração de Plano e Ação da Conferência de Durban.

Em 2001, foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), medida adotada pelo governo segundo as recomendações da Conferência de Durban. Representantes de organizações civis, movimentos de *gays*, lésbicas e transgêneros integram o CNCD. Desta forma, temáticas voltadas para o combate à discriminação baseadas na orientação sexual foram incluídas neste conselho.

Algumas medidas para o combate à discriminação e violência contra homossexuais e bissexuais foram tomadas, por exemplo: a criação em 2003 da Comissão para receber denúncias de violação dos direitos humanos de

¹⁴ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/discriminacao/cenferenciadedurban.html>> Acesso em: 20 fev. 2013. Todas as informações desta página foram consultadas neste site.

homossexuais. Em 2003 também um Grupo de Trabalho foi designado a elaborar o Programa Brasileiro de Combate à Violência e à Discriminação LGBTT. No mesmo ano ainda o CNI passou a reconhecer a união de pessoas do mesmo sexo.

No campo da educação esse programa teve por objetivo central a mudança de comportamento dos gestores públicos e para tal foram constituídas ações para apoiarem projetos que atuem na promoção da cidadania homossexual e/ou combate à homofobia, capacitação de representantes e profissionais que atuem na defesa dos direitos humanos e incentivo a denúncias que mencionem a violação dos direitos do segmento LGBTT.

Se faz importante mencionar que a discriminação que esses indivíduos sofrem pode ser decorrente de um conceito pré-concebido ou o que denominamos de preconceito.

O preconceito é, por definição, o já sabido pelo eu, um saber prévio e independente a qualquer escuta interpessoal. No preconceito, evita-se a confrontação face-a-face com o rosto do outro-próximo. Sua alteridade permanece sempre negada por uma imputação que é intrinsecamente um ato de violência. É um exercício do poder do eu. Um poder que é também fuga do sempre arriscado, incerto e surpreendente lugar de encontro com o não sabido (SEMINÁRIO, 2005, p. 2).

Desta forma, o preconceito é decorrente da rejeição ao que não nos é comum, ao que nos causa algum espanto, pela diversidade ou pelo desconhecimento de sua origem e assim o indivíduo preconceituoso não se dispõe a conhecer, a entender ou a aceitar a diferença que lhe é apresentada.

Seminário (2005, p. 2) afirma: “[...] o preconceito é um modo de des-responsabilização pessoal que serve como barreira para o ato relacional inclusivo e afirmativo da irredutibilidade da pessoa”.

O preconceito pode ser um juízo antecipado ou opinião precipitada, sem reflexão prévia, um meio de prevenção ou mesmo uma atitude injusta e negativa em relação a um grupo ou indivíduo (CARNEIRO, 2007).

O preconceito está associado aos estereótipos:

O conhecimento e as crenças que um indivíduo tem acerca de um grupo social constituem o estereótipo desse grupo. O estereótipo é armazenado na memória e pode influenciar as percepções e os

comportamentos subsequentes em relação a esse grupo e aos seus membros (BERNARDES, 2003, p. 308).

Os estereótipos estão presentes na vida em sociedade e são partes de uma ordem social, que estabelece fronteiras entre o que é considerado “normal” ou “anormal”, “certo” ou “errado”, “aceitável” ou “inadmissível”. Estereotipar reduz a possibilidade de um indivíduo, generalizando-o e enquadrando-o em um padrão, desta maneira ele passa a ser visto pelo que representa e não pelo que é. Atribuir estereótipos às pessoas restringe suas possibilidades em termos de mudança de comportamento e ser aceito pela maioria ou continuar a ser visto como diferente e correr o risco de ser rejeitado (a) (ROSO et al., 2002).

Há uma tendência em supervalorizar o grupo no qual estamos inseridos, e desvalorizar outros grupos antes mesmo de conhecê-los, e esse desconhecimento acaba levando o observador a uma avaliação normalmente errônea e negativa. Para Guerra (2002), esta conduta é uma espécie de herança passada de geração a geração, que favorece tal comportamento.

A discriminação é consequência do preconceito, entretanto não devem ser confundidos. Enquanto o preconceito é um julgamento, conceito pré-concebido, a discriminação pode ser definida “[...] como comportamento manifesto, geralmente apresentado por pessoa preconceituosa, que se exprime através da adoção de padrões de referência em relação aos membros do próprio grupo e/ou de rejeição em relação aos membros dos grupos externos” (PEREIRA, 2002, p. 77).

O preconceito é censurado moralmente já a discriminação é um crime reconhecido por lei e exatamente por isso sua manifestação tem sido cada vez mais sutil e disfarçada. A discriminação é uma forma de violência contra o direito de “ser”. O fato é que vivemos em um mundo onde as diferenças estão cada vez mais visíveis, sendo assim, a diversidade humana é reconhecida justamente por abarcar a condição plural das inúmeras possibilidades de se ser o que se é. Já não existe espaço para a tolerância, pois tolerar o outro favorece a propagação da violência simbólica, na medida em que não são estabelecidos os vínculos afetivos para uma vida plena.

As autoras Bandeira e Batista (2002) defendem a ideia de que o preconceito é uma máquina de guerra, por ser precursora da discriminação e por conseguinte da violência. E hoje nesta ‘guerra’ há pessoas que não têm proteção alguma:

Até há pouco, bater em mulheres, negros e homossexuais, por exemplo, era uma prática considerada se não corriqueira, mas despercebida como uma forma de violência na sociedade. Os alvos da violência escondiam-se no próprio sofrimento sem poder nomeá-lo, denunciá-lo ou compreendê-lo (BANDEIRA; BATISTA, 2002, p. 119 e 120).

Mulheres, negros e homossexuais ainda sofrem diariamente esse tipo de violência como se fosse uma prática corriqueira. Para os dois primeiros, porém já existem leis federais e específicas, condenando e inclusive penalizando os responsáveis por tais atos: a Lei Federal nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989 define como crime os comportamentos resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, e entre suas penas está inclusa multa e até mesmo reclusão entre um a cinco anos (BRASIL, 1989). Já as mulheres estão protegidas pela Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006, que institui mecanismos para reprimir e prevenir a violência contra a mulher. Nesta lei o Art. 2º declara que:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (BRASIL, 2006, p. 1).

As medidas para o descumprimento deste artigo variam entre afastamento da vítima de violência do lar, proteção judicial, quanto ao ofensor poderá pagar multa, ser afastado do lar, pagamento de alimentos provisório.

Embora no artigo citado acima esteja presente a proteção de mulheres independentemente de sua orientação sexual, não existe nenhuma lei federal que dê suporte jurídico as lésbicas e que condene a lesbifobia como um crime; apenas leis estaduais defendem essa minoria. Há um documento no senado a ser promulgado, entretanto líderes religiosos e mesmo senadores são contrários à aprovação deste PLC 122/2006, que propõe a criminalização da homofobia. Se aprovado o PLC alterará a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, incluindo nesta a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero como crime. A pessoa discriminada

poderá prestar um queixa formal e caso comprovada a veracidade da acusação, o réu estará sujeito às penas definidas por lei¹⁵.

Hoje no Brasil alguns estados possuem tais leis, como: Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo, Piauí, Pará, Paraíba, Alagoas, Maranhão¹⁶, entre eles está Mato Grosso do Sul com a Lei nº 3.157, de 27 de Dezembro de 2005¹⁷, combatendo a discriminação devido à orientação sexual.

Entre as formas de penalização estão: advertência por escrito, multa, proibição de contratação pública estadual por um ano e no caso de ser um agente público poderá ser aberto um processo administrativo para a apuração dos fatos, infelizmente em muitos casos mesmo quando há uma lei protegendo os homossexuais ela é anêmica quanto à punição dos ofensores.

Laraia (1986) reflete acerca do preconceito e da discriminação fazendo uma analogia com o legado cultural ao dizer que a nossa herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade.

Para o autor, na cultura estão inseridas atitudes discriminatórias e por vezes agressivas para aqueles que se atrevem a contrariar os modelos considerados 'normais' ou 'naturais' pela sociedade. Para ele o "[...] modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural" (LARAIA, 1986, p. 70).

Hoje o padrão de família existente em nossa sociedade é de um casal heterossexual, de preferência com a cor da pele clara, classe média, cristão e com filhos, essa é ainda é referência, embora essa questão esteja em pauta em vários setores da sociedade brasileira. O que foge disto não será visto com bons olhos, serão considerados "os outros", aqueles que serão diferentes do "normal" e se tornarão "marcados" ou estigmatizados (LOURO, 2003).

Bicha, mulherzinha, afeminado, viado, boiola, sapatão, mulher-macho, paraíba, são tantas as expressões para rotular, classificar, nomear de forma preconceituosa e estigmatizada as homossexualidades/lesbianidades.

¹⁵ Disponível em <<http://www.naohomofobia.com.br/lei/index.php>> Acesso em: 23 fev. 2015.

¹⁶ Disponível em: <http://www.abglt.org.br/port/leis_os.php#> Acesso em: 23 fev. 2015.

¹⁷ <http://www.abglt.org.br/port/leiest3157.html>> Acesso em: 23 fev. 2015.

Para considerar algo normal, é preciso que imediatamente haja o seu oposto: o anormal, o antinatural, aquele ou aquilo que foge dos padrões estabelecidos historicamente, socialmente, culturalmente; dessa forma a homossexualidade ainda está classificada como um comportamento errôneo.

Essa identidade sexual não é novidade no cenário brasileiro que nas três últimas décadas tem tido maior visibilidade, isso representa para a hegemonia heterossexual um incômodo, pois há na homossexualidade uma modificação interpretativa dos atos homoeróticos que antes admitia somente para o passivo uma classificação estigmatizante (HEILBORN, 1996). Dessa forma o homem que mantinha relação sexual com outro homem, sendo o primeiro ativo, não era considerado como *gay*.

Em 1988 com o assassinato do diretor teatral Luiz Antônio Martinez Correa, no Rio de Janeiro, grandes jornais começaram a usar da expressão “assassinatos de homossexuais” para reconhecer a existência de uma espécie de crime que até então, tão pouco era noticiado. Com estudos baseados em jornais cariocas Lacerda observa que em 1992 aparece pela primeira vez a expressão homofobia, no jornal O GLOBO, para designar horror ao homossexual (RAMOS; CARRARA, 2006).

Mudanças de conceitos – como as citadas acima - agregadas a manifestações mais evidentes do grupo LGBTT causaram um certo desconforto à sociedade tradicionalista. Desta forma, expressões e atos manifestos que agredem de alguma forma homossexuais passaram a ser considerados homofobia.

Nunan (2003, p. 78) define homofobia - ou preconceito sexual “Como atitudes negativas direcionadas a um determinado indivíduo (ou grupo) por causa de sua orientação sexual”. Piadas, grosserias, insultos, palavras ou olhares reprovadores, agressão física ou moral e assassinato, são práticas comuns na ordem social contra *gays*, *lésbicas*, *bissexuais*, *transexuais* e *travestis*. Esse enunciado será melhor problematizado nos próximos capítulos, no momento que analisaremos os discursos científicos sobre a homofobia.

Ainda em relação a esse enunciado:

Como se a homossexualidade fosse contagiosa e estivesse constantemente ameaçando a heterossexualidade dos sujeitos, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse contagiosa, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais (LOURO, 1999, p. 29).

Para Pereira e Leal (2005), lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros são minorias, e como tal enfrentam preconceitos e discriminações de uma sociedade heterossexista que apenas os tolera se estes permanecerem no armário, não assumindo jamais sua orientação sexual e como consequência tal comportamento pode elevar o nível de estresse e ansiedade nesses indivíduos.

Sentimentos como vergonha, culpa e medo acompanham o público LGBTTT desde antes do *coming out* (sair do armário) até mesmo aqueles/as que resolvem se assumir publicamente, pois dessa maneira passam a fazer parte de uma classe de indivíduos rejeitada socialmente. Esta forma de homofobia é uma estrutura poderosa que mantém populações aprisionadas a si mesmas e assim tornando os sujeitos invisíveis e não identificados.

Tendo como pressuposto a ideia de que toda dominação precisa ser aceita e interiorizada para ser exercida por longo tempo, a sociedade heterossexista faz uso de sentimentos como vergonha, medo, exposição ao ridículo para manter uma suposta ordem heterossexual. Esta é uma imposição tirânica instituída autoritariamente ao longo dos séculos.

Essa história de repressão é um fator importante para que os homossexuais se sintam culpados por pertencerem a um grupo que foge dos padrões, levando à alguns sentirem medo de se assemelharem a um perfil estigmatizado e se escondem, se marginalizam (NASCIMENTO, 2010).

Neste panorama, a vida pública e a vida privada dos homossexuais são coisas distintas, dois mundos separados e independentes. Publicamente a pessoa precisa de alguma maneira, senão afirmar uma falsa heterossexualidade, suprimir sua homossexualidade, ocultar seus desejos, calar suas vontades, mudar seu discurso, conviver arbitrariamente com pessoas que publicamente manifestam aversão a um comportamento que o indivíduo precisa esconder para conseguir viver em paz. A violência que esse grupo enfrenta vai muito além dos crimes clássicos de ódio, agressões físicas e/ou verbais, a homofobia se manifesta com variedades que vão muito além da simplificação do discurso a respeito da intolerância em relação à orientação sexual (CÓRDOVA, 2006).

Por outro lado, se existe a vergonha de se ver, se assumir e se mostrar homossexual, há também aqueles que lutam pela visibilização de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e outras possibilidades, tanto na esfera pessoal como na coletiva, atuando de maneira a resistir ao controle heterossexista e seus

mecanismos já comentados anteriormente. Como exemplo, podemos citar a comunidade LGBTTT, que além de mobilizar a sociedade para questões políticas, estimula a desconstrução de todas as ideias (homofóbicas) já citadas.

Se existe a vergonha gay (homofobia interiorizada), o seu contrário diz respeito ao orgulho da diversidade sexual, difundidos nas Paradas de Orgulho LGBT de todo o mundo. Este orgulho se faz mediante uma (re)apropriação de estilos de vida e identidades não-hegemônicas, condição que reverteria o estigma em orgulho, tanto privado quanto público, reivindicando sua existência de modo a desbancar o discurso heterossexista (NASCIMENTO, 2010, p. 236).

Esses grupos, ainda segundo Nascimento (2010), seriam capazes de tecer uma rede de sustentabilidade para a possível emancipação psicossocial e política de modo a edificar condições que favoreçam a cidadania, a redução de desigualdades e inclusão social.

Desta forma é importante recordar a influência do Grupo LGBTTT na implantação do programa “Brasil sem Homofobia”, sendo este programa pioneiro para a desmistificação e desestigmatização do ‘ser homossexual’, problema enfrentado por toda a sociedade homoafetiva, desde os mais velhos, até os mais jovens que estão em idade escolar. É importante destacar que ao trabalharmos com o entendimento da diversidade sexual inclusa na sigla LGBTTT, o “ser homossexual” não representa todas as outras possibilidades de manifestação das sexualidades, como o ser lésbica, ser travesti, ser transexual, ser bissexual, entre outras.

Em se tratando de escola, qual seria o seu papel de instituição frente à política de enfrentamento a homofobia aqui relatada?

Osório (2010a) em um capítulo denso discute várias questões teórico-metodológicas baseadas em Foucault, trata em especial das instituições. Para o autor, as instituições são constitutivas socialmente, ou seja, ao mesmo tempo em que influenciam a sociedade são formadas por essa, uma de suas principais funções é o disciplinamento do corpo, por meio de técnicas que visam recuperar o sujeito.

No caso da instituição escolar, principalmente a pública, uma vez que essa segue as normas estipuladas pelo Estado (Instituição por natureza), sua principal função é otimizar o tempo de aprendizagem e para isso, criam-se regras de conduta, exames que polarizam o desempenho escolar em aprovado ou reprovado, tudo em um espaço de vigilância e punição severas como foi a palmatória e outras mais sutis como o cantinho da reflexão. Aqui os indivíduos (alunos/as) são considerados os

frágeis/fracos e precisam ser salvos e/ou recuperados socialmente (OSÓRIO, 2010a).

Para se investigar as instituições Osório (2010a) entende que não se deve procurar encontrar um sentido/explicação unilateral, afinal o poder é sempre circulante e presente nas práticas sociais. Problematizar os discursos ali presentes possibilitará que as condutas e verdades do pesquisador sejam colocadas em xeque, pois a realidade da escola é plural, dinâmica e a relação saber-poder investigada pelos arquivos presentes resultará em uma arqueologia. Na mesma, os jogos de verdade e de regras, com seus enunciados e dispositivos não cronológicos, contraditórios e descontínuos deverão ser analisados seriamente para que a pesquisa possa ser considerada fruto de um referencial foucaultiano ao analisar uma instituição, como por exemplo, a escola.

Além disso, Osório (2010a) salienta que na análise do discurso, devemos prestar atenção no quanto somos seduzidos pela realidade ali explicada pelos gestores, em uma tentativa de falsear a realidade e ou supervalorizar seus interesses políticos, principalmente pelo discurso da educação inclusiva, pois: “[...] A história sempre nos ensinou que o discurso não é simplesmente o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, é o elemento pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder que procuramos deter” (OSÓRIO, 2010a, p. 126).

É a partir dessa visão crítica e não ingênua que devemos refletir o enunciado de inclusão. Para Osório (2006) a questão da inclusão das diferenças na escola não passa por simplesmente assegurar a matrícula, tem-se que pensar na permanência do alunado no processo de escolarização. Para tal, é imprescindível que aos professores seja ofertado cursos de formação continuada de qualidade, para que os/as mesmos/as reflitam suas práticas pedagógicas e, mas que isso, modifiquem velhas intervenções discriminatórias de seletividade.

Osório (2006, p. 71) entende que:

O professor, frente à realidade social e aos fragmentos normativos de seu trabalho, nada mais é do que um ‘sujeitado’ que vive num suplício constante, na mediação do caos social em que ele e seu aluno se situam e as possibilidades pedagógicas da aprendizagem, ambos controlados e vigiados pelo poder público instituído.

Para mudar esse quadro, se é que é possível, o autor busca na pesquisa acadêmica, dados concretos que possibilitarão um repensar das práticas pedagógicas, culturais e sociais que permeiam o processo de escolarização.

Ainda no sentido de aprofundarmos as discussões acerca da escola, se faz importante discutir a educação escolarizada. Recorremos novamente a Osório (2010b), pois este aprofunda a educação escolarizada, passando por sua crítica a instituição escolar e a falsa ideia de inclusão escolar. Para tal, o autor lança mão de vários dados nacionais e alguns de Mato Grosso do Sul, para evidenciar o quanto estamos longe de um processo de escolarização que atenda as necessidades individuais de cada aluno.

O autor é crítico ao entendimento de que a inclusão escolar seria uma política de integrar a todos no processo de educação. Osório (2010b) comenta que só podemos pensar em inclusão se refletirmos os processos de exclusão, pois, enquanto a exclusão é caracterizada pela punição, por exemplo do uso de exames, notas classificatórias, comportamentos disciplinares vigiados e regrados, como a proibição de não poder beijar na escola e ou ser expulso da mesma por praticar atos considerados ilícitos ao espaço escolar.

Já a inclusão é uma estratégia de governamentalidade do Estado para com sua população, a ideia seria incluir para melhor vigiar e punir os/as alunos/as que agirem fora dos objetivos da instituição escolar, criada para conduzir esse processo de regulamentação dos corpos dóceis.

Para se afastar de uma educação pautada nos objetivos do controle e disciplinarização, ou seja, da instituição escolar, o processo de escolarização que não ocorre somente na escola, deve segundo Osório (2010b), centrar-se no aluno, para que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado, sem discriminações, sendo então um lugar acolhedor, possibilitando uma desregularização do sujeito.

Osório (2013) desenvolve a ideia de regularização e desregularização do sujeito, focalizando o corpo como central nos processos de subjetivação e transgressão das práticas sociais que ora sujeitam ou libertam o sujeito.

O autor lembra que o corpo não é resultado de processos de escolhas pessoais, uma vez que somos constantemente sujeitados socialmente e nessa relação entre o eu e os outros é que o corpo se constitui. Mas que isso:

O corpo passa a ser do outro, não dele próprio. A sujeição, além de se transformar em mecanismo de concessão, passa a ser a sobrevivência nas relações sociais, mas também não deixa de ser, antes de tudo, uma violência pessoal. Dependendo das formas de constituir essas dinâmicas constantes das exigências e do grau valorativo que se atribui diante dos prazeres, das frustrações e das negações, nada foge ao uso do corpo (OSÓRIO, 2013, 91).

Contudo, também reforça que apesar de sermos semelhantes, cada corpo é único em suas características, mesmo aquelas ligadas a área biológica, por isso, devemos valorizar as diferenças, o que atualmente se configura como o enunciado de diversidade.

O enunciado da diversidade é um dos princípios que embasam as políticas e programas desenvolvidos no Brasil, sob a orientação dos organismos multilaterais, isso é facilmente constatado no *site*¹⁸ da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que traz no nome a Diversidade como um pilar de sustentação.

Não é e nem será uma tarefa fácil trabalhar a partir do conceito de diferença, como por exemplo, no campo da sexualidade, uma vez que para a valorização da diversidade sexual entre outras práticas culturais e sociais:

É fundamental ter-se clareza de que reconhecer não implica aceitar, mas sim abrir um novo espaço de negação da diferença, pois não há uma alteração nas práticas culturais, nem do ponto regulatório que garanta possibilidades de convivência entre as diferenças que marcam os corpos, menos ainda nas práticas culturais (OSÓRIO, 2013, 75).

Além disso, o autor reforça o já mencionado sobre as funções da instituição escolar, seus reais objetivos, que servem como uma forma de controle, vigilância, disciplinarização dos corpos. A escola atualmente além de possibilitar a aprendizagem, é um local destinado a outras utilidades/funções como alimentação, relações afetivas, brincadeiras, trabalho e outras.

Por fim, o autor apresenta como linha de fuga para o sujeito subjetivado pelas práticas sociais e culturais a possibilidade de uma estética da existência, a partir do

¹⁸ Ver <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/apresentacao>> Acesso em: 29 dez. 2015. Segundo as informações contidas no *site*, a SECADI tem por objetivo: “[...] contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais”.

referencial foucaultiano. A desregularização do sujeito rumo à liberdade do eu ocorre pelo cuidar de si mesmo, onde o sujeito elabora e ou reelabora modos de vida (práticas de si) decisivas e valorativas contra instituições punitivas (como a escola), práticas de violências e ou discriminação (como a homofobia), por exemplo.

No próximo capítulo iremos apresentar os caminhos metodológicos desta pesquisa e os critérios utilizados para a realização das análises.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste capítulo é apresentar os caminhos metodológicos percorridos para se analisar os discursos científicos sobre a homofobia na educação escolarizada.

Para isso, tendo como referencial a produção teórica de Foucault, conceituamos o que venha a ser análise dos discursos e enunciados, além disso, apresentamos os campos discursivos desta tese e os critérios metodológicos para cada campo discursivo.

Essa pesquisa¹⁹ teve como fio condutor, as questões pertinentes as problematizações referentes à temática, operando assim em relação aos aspectos metodológicos que funcionará como um operador metodológico, denominado de problematização. Para Foucault (2010a) existe uma diversidade de possibilidades para que algo se torne um problema social, é nesse sentido que estudamos quais as condições que tornaram a homofobia algo real e discutido socialmente, principalmente nos discursos científicos da área de educação, constituindo desta forma a problematização desta tese.

Acreditamos que diferentes condições estão implicadas nesta constituição, como o contexto histórico, político, cultural, leis, normas, movimento social nacional e internacional, além da implantação do programa Brasil Sem Homofobia, no ano de 2004.

Neste sentido, a problematização não é empregada apenas às questões referentes aos aspectos metodológicos, mas, sim, pelas possibilidades de elaboração de suas análises, na escavação de subsídios que permitem e entendem a noção de campos, mais extenso e amplo, do que um limite de problema de pesquisa, como por exemplo, as práticas institucionais.

Neste sentido, a problematização se situa no intervalo, entre o tempo e espaço, como formas não limitadas de pensamentos que constituem os processos de subjetivação do sujeito. É nesse sentido que Foucault (2010a, p. 233) argumenta que:

Mas o trabalho de uma história do pensamento seria encontrar na origem dessas diversas soluções a forma geral de problematização que as tornou possíveis – até em sua própria oposição; ou, ainda, o que tornou possíveis as transformações das dificuldades e obstáculos de uma prática em um problema geral para o qual são

¹⁹ Comitê de Ética sob o Número CAAE 46180515.6.0000.0021.

propostas diversas soluções práticas. É a problematização que corresponde a essas dificuldades, mas fazendo delas uma coisa totalmente diferente do que simplesmente traduzi-las ou manifestá-las; ela elabora para suas propostas as condições nas quais possíveis respostas podem ser dadas; define os elementos que constituirão aquilo que as diferentes soluções se esforçam para responder. Essa elaboração de um dado em questão, essa transformação de um conjunto de complicações e dificuldades em problemas para os quais as diversas soluções tentarão trazer uma resposta é o que constitui o ponto de problematização e o trabalho específico do pensamento.

Prado Filho (2013) reforça que para Foucault, o importante não seria desvelar a origem ou porque uma questão social ganha evidência em determinado momento, mas, pela via de uma arqueologia das problematizações, investigar a história presente, para assim, fazer emergir os diferentes regimes de verdades que o constituem como tal, ou não.

Esta pesquisa se configura como sendo uma análise de discursos. Para entendermos melhor como se discorre tal metodologia, recorreremos a Foucault (1988), que nos apresenta uma breve discussão sobre método em História da sexualidade I, especificamente no capítulo IV que trata do dispositivo de sexualidade. Para ele, o ponto principal de análise não está centrado na repressão sexual e ou leis de proibições, mas sim nas condições de exercício de poder. Condições estas que não são geradas por um sistema estrutural de dominação geral, mas que, ao contrário, são capilares, resultantes de jogos complexos de forças e verdades sobre o sexo.

Mas adiante no mesmo capítulo, Foucault (1988) apresenta, nas suas palavras, quatro prescrições de prudência para análises de relações de poder, ao mesmo tempo reforça não se tratem de imperativos metodológicos. A quarta regra designada como a regra da polivalência tática dos discursos, nos parece muito pertinente para o tipo de pesquisa aqui realizada.

Assim Foucault (1988, p. 95) trata os discursos em termos de articulação saber x poder, afirmando que: “[...] deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme e nem estável.”, argumentando que o discurso é múltiplo e é composto por diferentes estratégias, bem como: “[...] veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo.” (p. 96).

Por fim, Foucault (1988, p. 97) comenta que o discurso pode apresentar contradições na mesma ação estratégica e apresenta dois níveis interrogatórios: “[...] o de sua produtividade tática (que efeitos recíprocos de poder e saber podem proporcionar) e o de sua integração estratégica (que conjuntura e correlação de forças tornam necessária sua utilização em tal ou qual episódio dos diversos confrontos produzidos)”.

Em termos metodológicos, Foucault (1999) aponta quatro princípios/regras para a análise dos discursos: descontinuidade, especificidade, regularidade e por fim exterioridade. Além disso, apresenta quatro noções que regulam a análise dos discursos: a noção de acontecimento, a de série, a de regularidade e a de condição de possibilidade.

Tendo em conta os princípios e noções que compõem a análise dos discursos, Foucault (1999, p. 60) entende que tal análise se configura a partir de dois conjuntos analíticos: o primeiro é o crítico em que: “[...] põe em prática o princípio da inversão: procurar cercar as formas da exclusão, da limitação, da apropriação de que falava há pouco; mostrar como se formaram para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas.”

O outro conjunto é o genealógico, em que: “[...] põe em prática os três outros princípios: como se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discursos; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação”.

Prado Filho (2013) apresenta uma leitura crítica a respeito do uso metodológico do discurso tendo como referencial os escritos de Foucault, pois para ele não se pode engessar o discurso com conceitos padronizados, nem com modelos de análise preestabelecidos, independente do campo de análise ao qual o mesmo está sendo produzido.

Esse entendimento do autor amplia a forma como o discurso deve ser compreendido, pois se distancia de modelos tipo fluxogramas e ou quadros analíticos que apresentam esquemas prontos. Prado Filho (2013, p. 96) aponta algumas pistas de como se realiza uma análise dos discursos, que não devem ser tomadas como receitas práticas para a sua aplicação, ao contrário, possibilitam o esclarecimento:

Ela refere-se a acontecimentos;
 Mostra descontinuidades mais que descreve regularidades discursivas;
 Toma os saberes em sua positividade e não em sua cientificidade;
 Mostra mais dispersão e ruptura que a unidade dos discursos;
 Trata jogos de verdade como jogos de poder;
 Descentra do sujeito e desloca do problema da autoria, mostrando a produção da subjetividade nos jogos de verdade do conhecimento, ou a sujeição do sujeito ao discurso, às práticas discursivas.

Para realizar a análise dos discursos científicos acerca da problematização da homofobia no campo educacional, foram apontados os enunciados que formam tais discursos. Por isso, fez-se importante trazer a tona como Foucault pensa o enunciado. Para tal empreitada, recorreremos ao terceiro capítulo intitulado “O enunciado e o arquivo” do livro: A arqueologia do saber (2008).

Segundo Foucault (2008, p. 90) “[...] enunciado é a unidade elementar do discurso”. Contudo, o autor alerta seus leitores do risco de se querer definir o enunciado, por isso, neste livro Foucault como em outras publicações, escreve o que não é, e em outros casos afirma algo, e mais adiante desloca/descontrói o que escreveu há pouco. Como podemos perceber na “definição” acima lançada, pois adiante Foucault (2008, p. 98) comenta:

Não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.

Outro alerta que Foucault (2008) nos traz é que não devemos focalizar a análise dos discursos na relação entre o autor e a descrição completa de seus escritos, afinal, o que este falou certamente se deu a partir de condições reais e concretas, que são o solo para que o dito e o não dito seja fortalecido e disseminado socialmente, formulando com isso, a posição do sujeito no discurso.

Com isso, Foucault (2008) deixa claro que não existe neutralidade na exposição de um enunciado e que este não é formulado idiosincraticamente, ou seja, existe uma pluralidade de enunciados que se articulam, porém também se diferenciam e que a partir de jogos enunciativos de saber-poder desempenham seu papel.

Justamente por isso, no momento em que nas análises os diferentes enunciados forem sendo apresentados aos leitores, a descrição segundo Foucault

(2008) não deve buscar encontrar e interpretar um núcleo interior explicativo teleológico que daria conta das razões lógicas do enunciado em questão, ao contrário, deve investigar as reais condições materiais que possibilitaram sua existência e o seu acúmulo na história que ocorrem por um conjunto de signos, e que se articulam com outros enunciados.

Esses outros enunciados, são singulares, mesmo que comparando um com outro, possamos encontrar palavras, frases, desenhos, figuras, fotos idênticas, eles não são os mesmos, Foucault (2008). Isso pode ser facilmente percebido quando se trata de homofobia, pois mesmo se tratando da mesma temática, os enunciados se dão a partir de diferentes signos, como por exemplo, religiosos, médicos, antropológicos entre outros, ganhando assim diferentes significados.

2.1 CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO E ANÁLISE DOS CAMPOS DISCURSIVOS E SEUS ENUNCIADOS

Os enunciados foram analisados nos seguintes campos discursivos: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; Scientific Electronic Library Online; Seminário Internacional Fazendo Gênero e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

A escolha desses campos se deu principalmente por entendermos que todos são reconhecidos pela comunidade acadêmica como importantes locais de busca das pesquisas científicas realizadas no âmbito nacional, como por exemplo, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e o Scientific Electronic Library Online. Além disso, como essa tese é da área da educação, se fez importante investigar as pesquisas realizadas pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação e também da Psicologia, que vem historicamente estudando a sexualidade humana e suas implicações com a educação. Por fim, de modo mais específico, elegemos o Seminário Internacional Fazendo Gênero para representar os diferentes congressos de gênero/sexualidade que tem problematizado a homofobia, ressaltamos que o referido seminário é considerado pelos/as estudiosos/as de gênero/sexualidade um dos mais importantes espaços para o debate dessa temática pela comunidade acadêmica.

Faz-se importante destacar que ao nomearmos os locais onde os enunciados foram analisados como campos discursivos, estamos nos referindo a relação tempo-espaço, mais exatamente como afirmam Prado Filho e Teti (2013) uma geopolítica dos discursos, que empregam algumas metáforas espaciais como campo por exemplo.

Prado Filho e Teti (2013) ainda reforçam que o que está em questão na análise dos campos são as relações de saber-poder-subjetividade (eixos metodológicos foucaultianos), que se constituem pelo movimento, possibilitando uma leitura cartográfica da problematização investigada.

Para cada campo discursivo apresentamos os critérios de análise, decidimos apresentar separadamente, pois os critérios são diferentes para cada campo analisado.

Para as produções da ANPEd, após pesquisa em seu site oficial²⁰, constatamos que no ano de 2003 durante a 26ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Poços de Caldas – MG, foi criado o GE 23 Gênero, Sexualidade e Educação, e no ano de 2005, o GE 23 tornou-se GT 23. Por esse motivo, decidimos analisar os trabalhos completos que tratam da temática da homofobia na escola, a partir do ano de 2004.

Para as publicações da BDTD²¹ não delimitamos o ano da publicação e para a base de dados do Scielo²² optamos em eleger apenas as publicações da área da educação, pois nosso foco é a homofobia na educação. Os estratos escolhidos foram de periódicos classificados como A1 e A2 nacionais, pois consideramos que aqui se encontram os periódicos mais procurados e valorizados pelos pesquisadores, além disso, acreditamos que a excelência na qualidade das

²⁰ A pesquisa dos trabalhos da ANPEd será realizada em busca aos sites de cada reunião, na ordem cronológica:

<<http://27reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 02 mar. 2015;

<<http://28reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 02 mar. 2015;

<<http://29reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 02 mar. 2015;

<<http://30reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 02 mar. 2015;

<<http://31reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 02 mar. 2015;

<<http://32reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 02 mar. 2015;

<<http://33reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 02 mar. 2015;

<<http://34reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 02 mar. 2015;

<<http://35reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 02 mar. 2015;

<<http://36reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 02 mar. 2015.

²¹ A pesquisa na BDTD foi realizada em busca ao site:

<<http://bdt.d.ibict.br>> Acesso em: 02 mar. 2015.

²² A pesquisa no Scielo será realizada em busca ao site:

<<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/publico/pesquisaPublicaClassificacao.seam?conversationPropagation=begin>> Acesso em: 02 mar. 2015.

publicações se deve entre outros fatores aos financiamentos, experiências profissionais, grupos de estudos, além de critérios rigorosos de avaliação dos artigos. Também não delimitamos o ano da publicação.

Para o SIFG, encontramos no site²³ os anais eletrônicos a partir do quarto encontro, que ocorreu no ano 2000, nos outros seminários, ocorreram diferentes publicações. No primeiro fazendo gênero foi publicado uma coletânea intitulada *Fazendo Gênero* (não encontrada), no segundo resultaram duas publicações: um número especial da *Revista de Ciências Humanas* (UFSC, CFH - v. 15, n. 21. Florianópolis: EDUFSC, 1997) e o livro *Masculino, Feminino, Plural: o gênero na interdisciplinaridade*, organizado por Miriam Pillar Grossi e Joana Maria Pedro, e publicado pela Editora Mulheres em 1998 (GROSSI; PEDRO, 1998). Por fim, no terceiro encontro produziu um número especial da *Revista de Ciências da Saúde: Gênero e Saúde* (UFSC, CCS - v. XVII, n. 1, jan/jun, Florianópolis: EdUFSC, 1998) e o livro *Falas de Gênero. Teorias, análises, leituras*, organizado por Alcione Leite da Silva, Mara Coelho de Souza Lago e Tânia Regina Oliveira Ramos, também publicado pela Editora Mulheres, em 1999 (SILVA et al, 1999).

Para as publicações da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, no *site*²⁴, encontramos os anais do primeiro evento realizado em Caruaru no ano de 1988 até o XV Simpósio realizado em Bento Gonçalves no estado do Rio Grande do Sul, ano de 2014.

Para todos os campos discursivos acima apresentados, utilizamos os seguintes descritores/palavras chave: homofobia, homossexualidade e sexualidade. Após uma primeira coleta dos artigos, a partir desses três descritores, foram identificados quais desses tinham como foco de análise a educação escolarizada para então compor os resultados que foram analisados nos próximos capítulos.

Esses mesmos descritores compuseram a divisão dos subitens nos campos discursivos para a organização das análises, pois percebemos ao longo da pesquisa e principalmente no momento de coleta dos dados, que as pesquisas/artigos/teses e dissertações/trabalhos completos em alguns casos tinham como foco de análise a homofobia e, em outros a discussão da homofobia se inseria na própria discussão da homossexualidade masculina e em outros mais generalistas, incluíam a questão

²³ A pesquisa do *Fazendo Gênero* será realizada em busca ao site: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=605> Acesso em: 02 mar. 2015.

²⁴A pesquisa da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia será realizada em busca ao site: <<http://www.anpepp.org.br/old/5-Simposios/simposios.htm>> Acesso em: 02 mar. 2015.

da homofobia no debate da sexualidade que era o foco de suas investigações. Esses dois últimos não centraram a homofobia como objeto de pesquisa, porém não foram desconsiderados por avaliarmos que seus resultados contribuíram para a análise do discurso científico da homofobia na educação escolarizada.

Para a análise dos enunciados, optamos por nomeá-los ao longo do texto e ao final de cada campo discursivo, e ressaltá-los enquanto peças que emergem neste como figuras, por isso, não faremos um capítulo específico para tratá-los separadamente.

Retomando esse conceito de Foucault, nas nossas análises não se fez seleção/exclusão de enunciados, deu-se visibilidade aos enunciados presentes nas produções científicas, sendo assim, estes emergiram.

Também é importante destacar que o tratamento do discurso não é homogêneo nesta tese, ou seja, o que apareceu e foi analisado em um campo discursivo não necessariamente irá aparecer e ou será analisado em outro campo discursivo. Neste sentido, o discurso é tomado como uma peça particular, cabendo ao pesquisador/a estar atento/a aos seus campos de análise.

Por fim, não cabe ao pesquisador/a foucaultiano interpretar o sentido e significado dos discursos, compete ao mesmo analisar a regularidade discursiva de cada campo, bem como suas tentativas de construções lógicas internas, destacando as relações de poder.

No próximo capítulo analisamos os dados provenientes dos campos discursivos aqui já relatados, iniciando pela ANPEd.

3 CAMPO DISCURSIVO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO

O objetivo deste capítulo é analisar os resultados dos trabalhos acadêmicos publicados nas bases de dados, começando pela ANPEd, que tiveram como foco de suas investigações a homofobia na educação escolarizada, buscando contextualizar o campo discursivo em questão, e, explicitar as relações de saber-poder produzidas no confronto de discursos dos diferentes autores/as.

Para isso, sintetizamos alguns dados numéricos no sentido de mapear a produção científica do campo e separamos as produções a partir dos descritores homofobia, homossexualidade e sexualidade entrelaçados com a educação escolarizada.

3.1 APRESENTAÇÃO DO CAMPO DISCURSIVO

Ao levantarmos os trabalhos completos apresentados na ANPEd, identificamos a existência do GT 23 intitulado: Gênero, Sexualidade e Educação. Na reunião da ANPEd de 2013, Ribeiro e Xavier Filha (2013) apresentaram um trabalho encomendado sob o título de: Trajetórias teórico-metodológicas em 10 anos de produção do GT 23.

Segundo essas autoras, no ano de 2003 durante a 26ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Poços de Caldas – MG, foi criado o GE 23 Gênero, Sexualidade e Educação, e no ano de 2005, o GE 23 tornou-se GT 23. Por esse motivo, decidimos investigar os trabalhos completos que tratam da temática da homofobia na escola, a partir do ano de 2004.

Na 27ª Reunião da ANPEd, Meyer et al (2004) foram convidadas a apresentarem o novo GE por via de um trabalho encomendado. Segundo Meyer et al (2004, p. 2) o objetivo deste estudo foi:

[...] dar início a esse diálogo teórico-metodológico, a partir da apresentação e discussão de perspectivas que alimentam a produção acadêmica em três dos grupos de pesquisa: Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS), Grupo de Estudos Interdisciplinares em Sexualidade Humana (GEISH/FE/UNICAMP) e Núcleo de Estudos da Sexualidade (NUSEX/UNESP/Araraquara).

Após apresentarem separadamente cada grupo de pesquisa, chegaram a algumas análises provisórias, que giram entorno do entendimento que as abordagens e referencial teórico-metodológico dos três grupos são distintos em alguns pontos, pois se fundamentam em diferentes autores e possuem linhas de pesquisa que se diferem também uma das outras, contudo todas almejam constituir produções que problematizam as questões de gênero e sexualidade e justamente neste ponto argumentam: “Uma tarefa que pode se tornar mais profícua e prazerosa quando apoiada e alimentada por redes como este G.E.” (MEYER et al, 2004, p. 14).

Ao investigar os dez anos de produção do GT 23, um primeiro dado significativo foi a presença de três trabalhos completos que realizaram um estado da arte tanto como recorte justamente as pesquisas/estudos publicados no GT 23 e antes da sua constituição. Além do já citado trabalho encomendado de Ribeiro e Xavier Filha (2013), temos: Backes e Pavan (2011) e Ferreira e Nunes (2010).

De acordo com o levantamento realizado por Ribeiro e Xavier Filha (2013), a quantidade de trabalhos apresentados tanto pôsteres como apresentação oral (trabalhos completos) foi de 172, como podemos observar no quadro 1 abaixo:

Quadro 1: Trabalhos e Pôsteres do Grupo de Trabalho 23 (10 anos)

Ano	GE/GT	Reunião	Local	Trabalho aprovado/apresentado	
				Trabalho Apresentação oral	Pôster
2004	GE	27 ^a	Caxambu/MG	13	05
2005	GE	28 ^a	Caxambu/MG	13	08
2006	GT	29 ^a	Caxambu/MG	12	04
2007	GT	30 ^a	Caxambu/MG	16	01
2008	GT	31 ^a	Caxambu/MG	11	03
2009	GT	32 ^a	Caxambu/MG	12	02
2010	GT	33 ^a	Caxambu/MG	15	03
2011	GT	34 ^a	Natal/RN	15	00
2012	GT	35 ^a	Porto de Galinhas/PE	17	03
2013	GT	36 ^a	Goiânia/GO	17	02
TOTAL				141	31
TOTAL GERAL (Trabalho e Pôster)				172	

Fonte: Ribeiro e Xavier Filha (2013, p. 3)

Importante destacar que, conforme as autoras, no ano de 2013 o número de trabalhos não é exato, pois no momento da publicação alguns ainda estavam sendo avaliados. Comentam também, que existe uma regularidade quantitativa do número de trabalhos publicados. Iremos utilizar apenas os resultados provenientes dos trabalhos completos, visto que os pôsteres não trazem detalhes teórico-metodológicos que necessitamos para analisarmos como ocorreu a produção do conhecimento científico relativo ao tema homofobia no GT 23 no período selecionado. Esses trabalhos apresentados foram classificados conforme quadro 2 a seguir.

Quadro 2: Distribuição das temáticas por reunião

Reunião	Homofobia no contexto escolar	Homossexualidade e homofobia no contexto escolar	Sexualidades e homofobia no contexto escolar	Subtotal
27		1		1
28			2	2
29		1		1
30			2	2
31			1	1
32	1		2	3
33		1	3	4
34		2		2
35	1	1	2	4
36		1	1	2
Total				22

Fonte: Dados empíricos analíticos coletados na pesquisa.

Dos 141 trabalhos completos, apenas dois tratam diretamente da homofobia na escola; sete versam a respeito da homossexualidade no contexto escolar, perpassando por questões de homofobia e treze pesquisas/estudos investigaram questões acerca das sexualidades, refletindo tanto a respeito da homossexualidade quanto da homofobia. Em termos percentuais, apenas 15,6% investigaram a homofobia e ou homossexualidade no contexto escolar, o que pode ser considerado um número baixo, visto a especificidade do GT, entretanto percebemos certa regularidade na quantidade de trabalhos publicados.

Ainda em termos quantitativos, dos 141 trabalhos, 48% são provenientes da região sudeste, 40% do sul, 5,7% do nordeste, 3,5% do centro-oeste, 0,7% centro-oeste e sudeste, 0,7% nordeste e sudeste e por fim, 1,4% não constam a região²⁵.

Coadunando com a interpretação de Ribeiro e Xavier Filha (2013), acreditamos que diferentes justificativas poderiam ser hipotetizadas para o inexpressivo quantitativo de publicação nas outras regiões do Brasil, entre elas questões de financiamentos e publicações nas ANPEd regionais. A supremacia de investigações na região sudeste e sul também foi encontrada na pesquisa de Ferreira e Nunes (2010).

No recorte que apresentamos, a saber, homofobia na escola, trazemos a seguir o quadro 3 que reúne os dados acerca da região e instituições vinculadas.

Quadro 3: Cartografia das regiões e Instituições Provenientes dos/as Autores/as

REGIÃO	INSTITUIÇÕES	NÚMERO DE AUTORES/AS	TOTAL
Sudeste	UERJ	4	12
	USP	2	
	UFU	2	
	UNESP	1	
	UFJF	1	
	UFV	1	
	PUC – Rio	1	
Sul	UFPR	4	7
	UNISINOS	1	
	UFRGS	1	
	UDESC	1	
Centro-Oeste	UFMT	2	3
	INEP	1	
Norte	UEPA	2	3
	UNAMA	1	
Nordeste	UEMA	1	1

Fonte: Dados empíricos analíticos coletados na pesquisa.

Somando toda a quantidade de autores/as temos 26 e identificada à região do Brasil a qual o/a pesquisador/a estava vinculado, temos os seguintes percentis: Os resultados reforçam os dados apresentados em diferentes pesquisas apontadas acima, uma vez que: 46,2% trabalhos são da região sudeste, 26,9% do sul, 11,5% do centro-oeste, 11,5% do norte e 3,9% do nordeste.

²⁵ Em alguns casos os/as autores/as do mesmo trabalho residiam em estados diferentes.

identificada às instituições participantes, temos um total de 16, destas, são privadas: UNAMA, UNISINOS e PUC – Rio, totalizando apenas 18,7%, o restante 81,3% são públicas.

Em relação às questões qualitativas, as produções científicas segundo Ribeiro e Xavier Filha (2013), nos últimos cinco anos são fundamentadas nas abordagens teóricas ditas pós-críticas (pós-estruturalismo, pós-modernismo, pós-gênero²⁶, Estudos Culturais, Estudos de Gênero, Estudos étnicos e raciais, Estudos *Queer*, dentre outros).

As teorizações dos estudos e ensaios apresentados fundamentaram-se especialmente em Foucault, Derrida e Guatarri, Nietzsche, Scott, Louro, Butler, Preciado, Connell, Borrillo, Lacan. Destes, as autoras destacaram a forte influência que os estudos/publicações de Louro e Foucault exercem no GT. A primeira autora por estar presente em quase todas as pesquisas nestes últimos cinco anos; já o segundo autor, o destaque se justifica, pois segundo Ribeiro e Xavier Filha (2013, p. 16):

O conceito de sexualidade como dispositivo histórico analisado por Foucault (1997) é quase que unânime nos trabalhos apresentados nos últimos anos no GT, mesmo para os que adotam perspectivas teórico-críticas diferentes das do pós-estruturalismo.

A influência das abordagens pós-críticas também foi mencionada na investigação realizada por Backes e Pavan (2011), contudo os autores fazem uma crítica ao encaminhamento pouco transgressor e subversivo da forma como as pesquisas realizadas no GT 23, no período de 2005 a 2009, vêm abordando as relações de gênero e as sexualidades em suas análises, uma vez que as mesmas enfatizam os processos de reprodução nas relações de gênero, afirmando que estas são heteronormativas e por isso sexistas, e pouco mencionam os processos de resistências imbricadas nas relações de poder que tangem às relações de gênero e sexualidades, como podemos perceber no seguinte trecho:

Isso nos parece mais intrigante se consideramos que o campo teórico mais anunciado é o 'pós' (pós-estruturalista, pós-crítico, pós-moderno...) um campo transgressor e que reconhece que a transgressão ocorre mesmo nas situações mais adversas. Cabe registrar que essa ênfase se dá em todos os contextos investigados (escola, mídia, jogos/brinquedos, rua, políticas públicas...). Em

²⁶ As autoras apenas citam e não explicam o que seria a abordagem pós-gênero.

alguns trabalhos a transgressão é até lembrada, mas a rigor ela 'desaparece' ao longo do trabalho, em alguns ela reaparece nas 'considerações finais', em outros não. Sem desconsiderar a importância dessa ênfase, pensamos que estudos que dêem visibilidade aos processos transgressores que estão em curso, são centrais para desestabilizar a lógica heterossexual e sexista ainda hegemônica como tão bem mostram os trabalhos apresentados no GT (BACKES e PAVAN, 2011, p. 12).

As análises realizadas por Backes e Pavan (2011) poderiam observar o “não dito”, que também é produtor de discursos inseridos numa relação de poder e conseqüentemente nos processos de resistência.

Veja que se não há resistência, não há relações de poder. Porque tudo seria simplesmente uma questão de obediência. A partir do momento que o indivíduo está em uma situação de não fazer o que quer, ele deve utilizar as relações de poder (FOUCAULT, 1995, p. 234).

O terceiro e último trabalho é o de Ferreira e Nunes (2010)²⁷, que realizaram uma investigação acerca das características gerais de produção em relação aos temas gênero e sexualidade apresentados durante as Reuniões da ANPEd, no período de 2000 a 2006. Destaca-se dessa forma, três diferenças em relação ao trabalho encomendado que foi produzido por Ribeiro e Xavier Filha (2013). Em primeiro, o período de investigação anterior ao início das publicações específicas no GE; segundo a procura de trabalhos em todos os GTs, mesmo após a criação do GT 23 e por terceiro a não delimitação em relação à forma de apresentação da publicação (trabalho completo e pôster) e sim todas as formas de veiculação dos conhecimentos produzidos nas reuniões da ANPEd.

Segundo Ferreira e Nunes (2010), no período anterior à criação do GE, 2000 a 2003, foram apresentados 1.518 produções, destes 62 trabalhos trataram questões referente a gênero e/ou sexualidade, perfazendo 4,1% da produção total. Após a criação do GE, 2004 a 2006, das 1.542 produções, 95 trabalhos investigaram gênero e/ou sexualidade, totalizando 6,1% da produção total.

²⁷ Essas autoras publicaram pesquisas semelhantes em dois campos discursivos distintos: FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; NUNES, Georgina Helena Lima; KLUMB, Márcia Cristiane Völz. As temáticas gênero e sexualidades nas reuniões da ANPEd de 2000 a 2006. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 55, p. 899-920, dez., 2013a e FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; KLUMB, Márcia Cristiane Völz; MONTEIRO, Maria Cecília Madruga. Mapeando a produção sobre gênero e sexualidades na ANPEd. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013b, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013b. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=51> Acesso em: 23 maio. 2015.

Com a criação do GE e após concretização de um GT com apresentações a partir de 2006, houve uma valorização nos trabalhos direcionados a temática de gênero e/ou sexualidade, mostrando a importância do GT 23 na ANPEd, para a ampliação de debates, produções e críticas em relação a temática já citada, como expresso por Meyer et al (2004), bem como os dados já discutidos de Ribeiro e Xavier Filha (2013).

Em termos quantitativos, apesar de haverem crescido, nos anos de 2006, 2008 e 2009 o número de trabalhos caiu, porém essa queda foi pequena como podemos conferir no quadro 1.

A temática de gênero e sexualidades, segundo as autoras aumentou significativamente a partir da criação de GE, pois no período anterior à criação, apenas dois trabalhos foram veiculados e após, esse número aumentou para oito.

Em relação ao sexo dos/as realizadores/as da pesquisa, as autoras concluíram que: 133 são mulheres, 15 são homens, 7 a autoria foi conjunta e 2 a autoria foi uma parceria entre um homem e uma mulher. O que demonstra que a grande maioria dos/as autores/as são mulheres e há pouca produção na área de gênero e sexualidades por parte dos homens. As autoras destacaram que o número de homens vem aumentando ao longo dos anos e que estes geralmente investigam questões referentes às sexualidades e poucos trabalham com as questões de gênero.

Apesar de ser um dado interessante para se discutir as questões ligadas à produção científica acerca dos estudos de gênero e sexualidade, existe um fator limitante em realizar uma análise a partir do nome da/o autor/a para se determinar a identidade de gênero a partir desse dado. Essa visão essencialista, a qual o sexo enquanto componente biológico é fonte para classificações sociais, vem demonstrando ao longo da história ser limitante, pois binarismos são formados e principalmente, preconceitos e discriminações são enraizados sutilmente (como apresentado no trabalho em questão) e às vezes nem tão sutilmente assim (como ocorre nas ações discriminatórias motivadas por questões sexuais).

Em se tratando da temática homofobia e escola/educação, a partir do nosso recorte, os dados se mostraram diferentes dos mencionados, pois: o percentual de homens pesquisando essa temática foi de 41%, o mesmo valor encontrado para as mulheres 41%, já 13,5% constituíram parceria entre um homem e uma mulher e 4,5% parceria entre duas mulheres. Se somarmos o percentual de mulheres que

publicaram sozinhas e em duplas chegamos a 45,5 %, o que nos levaria a concluir que a maioria dos trabalhos foi realizada por mulheres, porém o que mais se evidenciou foi o número significativo de homens investigando questões referente à homofobia/homossexualidade, reforçando as impressões finais do estudo de Ferreira e Nunes (2010), quando mencionam que os homens preferem estudar questões ligadas as sexualidades.

Outro dado levantado por Ferreira e Nunes (2010), tratou de identificar se a instituição de pesquisa é pública ou privada e os dados encontrados pelas autoras se diferem dos resultados aqui já mostrados. No estudo de Ferreira e Nunes (2010), 66,7% são públicas e 33,3% são privadas e no recorte do presente estudo, 18,7% são privadas e o restante 81,3% são públicas. De qualquer forma, ambos os dados apontam que as instituições públicas ainda são o local de investigação que mais contribuem para a reflexão científica dos estudos de gênero e sexualidade.

Assim como já argumentado nos estudos/pesquisas de Meyer et al (2004) e Ribeiro e Xavier Filha (2013), os dados levantados por Ferreira e Nunes (2010, p. 10), consideram Guacira Lopes Louro, uma referência nos estudos de gênero e sexualidade no GT 23, uma vez que:

[...] a produção da UFRGS prepondera – única instituição que tem trabalhos em todas as reuniões anuais -, o que pode ser explicado pela presença, nela, do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) –, fundado por Guacira Lopes Louro, sua coordenadora entre os anos de 1990 e 2000 e, como sabemos, pesquisadora com grande inserção nos estudos de gênero.

Em relação ao financiamento das pesquisas, Ferreira e Nunes (2010), comentaram que 37% dos trabalhos foram financiados e 63% não foram financiados aproximando dos dados levantados neste recorte, sendo que 36,4% das pesquisas na temática homofobia, homossexualidade e sexualidade foram financiadas.

A maioria dos trabalhos na área de homofobia não trazia a informação referente ao financiamento, atingindo 41% dos trabalhos no recorte deste estudo, somando esse dado com os 22,6% que expressaram não ter nenhum financiamento, acreditamos que se tivessem recebido financiamento estes autores colocariam os órgãos de fomento (podendo até ser uma exigência da instituição que financiou o trabalho), por isso, consideramos que a maioria dos trabalhos não é financiada, o que nos leva a perguntar: Essa temática é desvalorizada pelos órgãos de fomento? Quais motivos para essa desvalorização? Os autores procuram investimentos? Sob

quais condições procuraram? Trabalhar academicamente com a sexualidade é complicado? A sexualidade é desvalorizada academicamente e gênero seria um pouco mais valorizado?

As autoras Ferreira e Nunes (2010, p. 13) finalizaram o trabalho completo avaliando qualitativamente como as investigações do GT 23 vêm tratando o conceito de gênero em comparação com os outros GTs, ao expressarem que:

Aliás, diga-se de passagem, que há ainda outra diferença a caracterizar os trabalhos do GT 23 e os dos demais grupos: para efeitos de nossa categorização, consideramos que todos os textos deste grupo fazem uso do gênero como ferramenta principal de análise, diferentemente do que acontece nos demais, onde podem estar arrolados tanto trabalhos desse tipo como aqueles que utilizaram gênero apenas como mais uma variável entre outras.

Esses foram alguns dos principais dados apresentados pelos estudos aqui discutidos, os quais realizaram um estado da arte que tem em seu *lócus* de investigação o GT 23. Ao analisar a produção discursiva do SIFG, encontramos outro trabalho que realizou um estado da arte de publicações da ANPEd, em específico sobre a temática das masculinidades, se trata da pesquisa de Cunha (2013).

A partir da análise dessas publicações, a autora concluiu que a temática de masculinidades foi estudada a partir de dois focos: a construção da identidade masculinidade e a docência masculina.

A identidade masculina foi fortemente ligada unicamente a perspectiva heterossexual, os homens em geral submetem seus corpos a diversas ações como as atividades físicas de combate para se enquadrarem nesse padrão.

Em relação à docência masculina, os homens não relacionaram o exercício da profissão de professor ao universo feminino, contudo, nas atividades da escola os mesmos procuraram executar tarefas consideradas masculinas.

Passamos neste momento a apresentar uma análise dos trabalhos que tratam da questão da homofobia no contexto escolar, e como já mencionamos, dois trabalhos focalizaram a problemática da homofobia neste contexto em específico, são eles: Junqueira (2009) e Rizzato (2012).

3.2 HOMOFOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Rizzato (2012) realizou uma pesquisa com doze professores da rede estadual de ensino do estado de São Paulo que participaram de um curso de capacitação na área de gênero e sexualidade. Após as análises, aponta algumas percepções dos professores com relação à temática da homofobia na escola, como a presença de querer saber uma causa, geralmente biológica/inatista da origem da homossexualidade, a autora considera essa prática uma homofobia velada, pois caso a ciência conseguisse encontrar tal genes a homossexualidade poderia ser evitada, prevenida com um diagnóstico precoce e certamente diagnosticada, poderia ser tratada biologicamente com reposição hormonal ou com intervenções na alteração genética²⁸. Importante destacar que a homofobia velada geralmente é praticada na escola por via de brincadeiras, como as piadas por exemplo. Enunciado genético: regime enunciativo genético.

A autora menciona que esse pensamento acima é fortemente direcionado a homossexualidade masculina, pois em relação à feminina, os professores entendem que essa prática seria parte de uma experimentação das alunas que com o tempo passaria, evidenciando desta forma um discurso de silenciamento do desejo feminino. As professoras também entendem que a homossexualidade seria influenciada por possíveis falhas na educação familiar, o que poderia gerar filhos homossexuais. Enunciado cultural

Outros dados também emergiram das falas dos professores como: os alunos homossexuais devem ser discretos, ou seja, a aceitação do aluno homossexual estaria condicionada a abstinência do seu desejo. O namoro também foi mencionado, e este deve ser controlado por parte dos professores e direção independentemente de quem estiver namorando, contudo práticas homoeróticas são punidas com mais rigor do que as heterossexuais. As alunas são consideradas por alguns professores como sendo as mais homofóbicas, pois utilizam da sua condição de amigas de sujeitos homossexuais para se autopromoverem e fazerem deles objeto de gozação e exibicionismo. Enunciado moral.

²⁸ Sobre essa mesma concepção, Oliveira e Morgado (2006, p. 04) entendem que: “Seja para legitimar o preconceito contra os homossexuais, seja para amenizar a intolerância, muito já se afirmou sobre supostas causas e origens do desejo homossexual, por meio de ‘teorias’ que privilegiam, ora isoladamente, ora em combinações variadas, aspectos endocrinológicos, genéticos e ambientais”.

A partir dos dados analisados, Rizzato (2012, p. 2) considera que:

Os/as entrevistados apresentam diferentes percepções sobre a homofobia na escola, assim como níveis distintos de envolvimento com a temática. A experiência social em homofobia desses sujeitos mostra-se fortemente permeada por suas vivências pessoais e profissionais, pelo grau de contato com pessoas não heterossexuais, pela participação no curso de formação continuada e, como não poderia deixar de ser, pela experiência social em gênero e sexualidade. Contradições e dissonâncias são uma constante nos relatos dos/as professores/as, e muitas variáveis são trazidas e apresentadas por eles/as quando o assunto é diversidade sexual, variáveis estas que, na maioria das vezes, contradizem-se umas às outras.

O segundo trabalho que versou acerca da homofobia na escola foi realizado por Junqueira (2009) que inicia seu texto apresentando uma concepção alargada do que venha a ser homofobia, em seu entendimento, o emprego reducionista associado ao medo/ódio enfraquece o conceito, pois práticas de resistências desta forma estariam subjugadas e não seriam evidenciadas. Afirma também que o fato de existirem programas de políticas públicas como o Brasil Sem Homofobia²⁹, não garante que as relações sociais se alterem a partir de uma norma reguladora. Em termos empíricos, o autor sintetizou as falas de agentes públicos de médio e médio-alto escalão das três esferas de governo ou de dirigentes escolares entre 2005 e 2008, essas falas aconteceram em reuniões de comissões. Segundo seus dados, as estratégias predominantes foram classificadas em: “negação”, “hierarquização”, “diversionismo”, “apelo ao senso de oportunidade” e “antecipação fatalista” considerando a homofobia no contexto escolar. Diferentes regimes enunciativos.

Em relação à categoria negação, apresenta três possibilidades. A negação literal, como as falas: “Nessa escola, não temos gays nem lésbicas” e “A homofobia não é um problema”. Esse pensamento segundo o autor, não exime da elaboração de representações homofóbicas, pois a “ausência” do sujeito não inviabiliza a sua existência na sociedade como um todo.

Já na negação implícita, são desconsideradas as suas implicações psicológicas, físicas, morais, políticas, geralmente como justificativas fundamentadas em técnicas de fuga, como a fala: “Em outros países é pior do que aqui”.

²⁹ Resultado de uma articulação entre o Governo Federal e a Sociedade Civil Organizada o projeto Brasil sem Homofobia é um programa de combate à violência e discriminação contra os LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) a partir da equiparação de direitos legais e combate à violência e discriminação homofóbica.

Por fim, na negação interpretativa, mais do que rejeitar diretamente o fenômeno, procura-se atribuir a ele um significado ou um contorno diverso. Como por exemplo: “Será que é assim mesmo? Afinal, faltam dados, indicadores que comprovem que essa violência seja fruto da homofobia.” ou “Isso é uma questão de foro íntimo”.

Passando agora para a hierarquização, a homofobia não é negada, porém é considerada de menor importância tendo como referência outras questões que a escola “enfrenta”: “Devemos primeiro enfrentar a falta de escolas / o analfabetismo / a pobreza / a evasão escolar / a distorção idade-série / o racismo...”.

No diversionismo, percebemos a articulação de discursos nitidamente escapistas para dar novos rumos à discussão, esvaziando uma ação concreta: “Isso é muito complexo”; “A escola não está preparada”; “É suficiente falarmos em direitos humanos” e “Já temos muitas frentes de trabalho e não precisamos abrir mais uma”.

No apelo ao senso de oportunidade, a intervenção é eternamente adiada e a tarefa, confiada ao “tempo natural das coisas”, às próximas gerações: “Ainda é cedo” e “Isso é cultural, não convém forçar uma mudança abrupta e extemporânea”.

Por fim, na antecipação fatalista, ressaltam-se dimensões negativas das ações de reconhecimento da diversidade e de crítica da homofobia: “Não vai adiantar”; “Nossa contribuição não fará nenhuma diferença”; “Sempre foi assim e continuará sendo em todo o mundo” e “Vai gerar uma reação homofóbica contra a qual não estamos preparados”.

A questão religiosa aparece tanto no trabalho de Junqueira (2009) como no de Rizzato (2012), contudo não foi o principal aspecto nas falas de seus informantes. Junqueira (2009, p. 1) aponta que:

[...] nos contextos aqui analisados, não apenas reverberam ditames da heteronormatividade, mas revelam uma indisposição que, mais do que uma indiferença, ou uma resistência ou simples recusa, expressa um estado de ‘negação’ que tende a preservar intacto todo um quadro de opressão cujos centros gravitacionais são a ‘masculinidade hegemônica’ [...] e a heteronormatividade. Uma negação que, não raro, pode configurar uma espécie de reação em contraposição a qualquer esforço em favor do ‘direito democrático à sexualidade’ [...] e do reconhecimento dos ‘sujeitos da política sexual’ [...].

Como já mencionamos nesta tese, nas relações de poder, as quais o sujeito está imerso e não aceita a condição de assujeitamento, o mesmo realiza processos

de resistência, isto é verdadeiro tanto para os homossexuais que se sentem prejudicados por serem considerados pecadores e aberração por parte dos religiosos fundamentalistas, quanto os fundamentalistas religiosos que resistem à luta dos direitos homossexuais na sociedade judaico-cristã.

Serra (2013) embasado em Foucault compreende a resistência como uma ação de auto constituição do sujeito, que busca outras possibilidades de subjetivação frente às normalizações. A partir dos seus dados empíricos, o autor entende que os sujeitos que frequentam o projeto Orquestra Viver Bem³⁰, em seus processos de resistência, vão além da simples função assistencialista designada como multiplicadores, pois as resistências produziram desestabilizações de diferentes modos.

Outro conceito que pode ser compreendido de outra forma a partir de uma leitura foucaultiana é a heteronormatividade. Aqui a norma enquanto sufixo da palavra, expressaria uma universalidade da heterossexualidade, e por isso se configuraria como a única norma para as inúmeras formas de se viver a sexualidade humana.

Partindo do entendimento de Guimarães (2005, p. 16) que:

A normalização a que nos referimos significa compreender este processo como mais um mecanismo de dominação, nas possíveis relações entre 'anormais' e 'normais', sendo estes últimos aqueles que não transgridem, que se sujeitam ao discurso de verdade veiculado pela relação saber/poder, sendo, portanto, a normalização um processo de sujeição das pessoas com ou sem deficiência a uma condição determinada *a priori* pelas organizações que estabelecem as regras/normas para a escola ou outros espaços sociais.

Mesmo que o objeto de investigação no estudo anteriormente citado seja a pessoa com deficiência, podemos relacionar essa compreensão da normalização com as relações entre homossexualidade e heterossexualidade, desta forma, ambas as sexualidades resultam da sujeição a qual todos os seres humanos vivem. A autora lembra que o processo de sujeição já está estabelecido em nossa sociedade, querendo ou não, somos resultado de um *a priori*, na qual as práticas sociais com suas regras, mantem a constituição de binarismos, como sujeitos homossexuais,

³⁰ De acordo com Serra (2013, p. 9): “[...] orquestra do Grupo Viver Bem, fundado há pouco mais de uma década por esposas de magistrados para oferecer para alguns jovens do bairro Nova Lima e proximidades inicialmente aulas de ballet, mas depois outros cursos, como artesanato, pintura, informática, inglês e há cinco anos também a orquestra (inicialmente violino e depois violão, violoncelo, contrabaixo e flauta)”.

que transgridem os dispositivos de verdade e os heterossexuais, que não transgridem, formando assim uma polaridade entre os anormais (homossexuais) e os normais (heterossexuais).

Guimarães (2005) complementa argumentando que quando se discute leis, normas e regras a partir de uma fundamentação foucaultiana, não podemos analisar pela lente do sistema jurídico, pois as leis seriam efetivadas/exercidas nas práticas sociais. Trazendo para o foco da discriminação no contexto da homossexualidade masculina, por exemplo, a aprovação da adoção por casais homoafetivos, não seria uma questão individual de um casal que pretende adotar, ao contrário, seria um processo amplificado das relações de saber e poder, que ao disciplinarem os sujeitos, estabelecem a subjetivação, resultando em sujeições e assujeitamentos provenientes da normalização e não diretamente da lei supostamente negada ou implantada.

Em sua tese de doutorado Guimarães (2012, p. 23) concebe que: “[...] a norma, em seu princípio, não constitui regra. As regras são consolidadas a partir das práticas sociais desenvolvidas naquele dado espaço, a partir de suas próprias relações de poder e saber”.

É a partir desse entendimento, que criticamos o uso do conceito de heteronormatividade, pois da forma como esse conceito está sendo empregado nos estudos acerca da homofobia, existiria apenas uma norma para a sexualidade humana, e esta seria a heterossexualidade, contudo, a norma não pode ser singular e sua leitura deve ser analisada juntamente com os diferentes discursos de verdades implicados nas práticas sociais, que são plurais e abarcam uma diversidade de manifestações da sexualidade humana.

A discussão acerca dos processos de normalização especificamente na instituição escola é o foco do texto de Osório e Osório (2004), pois assim como em outras instâncias, a escola reafirma as práticas sociais que marcam alunos como normais ou anormais. Neste texto em específico, os autores fazem uma interessante discussão da inclusão no contexto escolar, e iniciam o mesmo afirmando que a inclusão só pode ser entendida no contexto de uma sociedade disciplinar e conseqüentemente de exclusão.

Para os autores, ter como ponto de partida a inclusão significa partir de um discurso de sedução expresso, que legitima a igualdade e o direito como condição para que as diferenças sejam respeitadas, os autores questionam que esse discurso

não considera o fato de as práticas sociais serem pautadas pelos processos disciplinares desde o século XVI, que não incluem os sujeitos excluídos nas principais decisões/questões de interesse social, mesmo quando aparentemente o Estado utiliza de um discurso a favor da inclusão.

O Estado utiliza da inclusão como estratégia de controle, ou seja, quanto mais próximo, mais fácil de exercer o poder e disciplinar os/as transgressores/as. Principalmente em se tratando do Brasil, pois as diferenças regionais seriam a principal barreira para o Estado manter a governabilidade dos sujeitos.

Os autores entendem que para se questionar a inclusão no campo escolar, não devemos pensar apenas nas minorias, que em última instância seriam os excluídos, a inclusão deveria ser pensada para além de determinados grupos, e por fim, a escola nos moldes atuais tem servido para disciplinar os sujeitos para o Estado, por isso, sugerem que devemos conceber outra concepção de escola que não marque seus alunos como normais e anormais, e que entenda que os mesmos são constituídos cotidianamente.

Passamos agora a analisar os resultados provenientes de pesquisas que tratam da homossexualidade no contexto escolar, priorizando principalmente os dados que versam a temática da homofobia, são sete pesquisas: Neto (2004), Oliveira e Morgado (2006), Almeida e Mota (2010), Bassalo (2011), Almeida (2011), Sepulveda (2012a) e Sá-Silva e Eggert (2013).

3.3 HOMOSSEXUALIDADE E HOMOFOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Neto (2004) investigou a produção da homossexualidade no contexto escolar e comentou que esta permanece oculta na escola e aparece apenas em momentos de violência, um exemplo seria a revelação de que um aluno é *gay* e a ameaça da heteronormatividade estaria instaurada.

Em relação à homofobia, comenta que um homossexual é morto a cada dois dias no Brasil³¹. Por fim, compreende que o termo homossexual enquanto categoria social, que generaliza os sujeitos a partir de uma configuração identitária seria uma construção vazia, que não conseguiria, por exemplo, entender o preconceito existente entre os próprios homossexuais.

³¹ Dados do antropólogo Luiz Mott citados na pesquisa de Neto (2004).

Solomon (2013) ao contrário de Neto (2004) tem uma concepção diferente sobre o esvaziamento da identidade, pois ao pesquisar transgêneros, anões, surdos e outros, o primeiro autor acredita que ao se afirmar transgênero, anão e surdo como uma identidade, isso afastaria essas possibilidades humanas de serem vistas como patológicas.

O autor também percebe que o conceito de identidade está passando por mudanças e reflexões, o que não inviabilizaria o seu uso como podemos perceber na passagem abaixo:

No século XXI, afloram novas discussões sobre seres humanos que não seriam pessoas, pessoas que não seriam seres humanos, homens que são mulheres, mulheres que são homens e seres humanos que são pessoas, mas não são homens nem mulheres (SOLOMON, 2013, p. 774).

Para esse autor, as relações de gênero na modernidade são complexas e principalmente as identidades por ele nomeadas como horizontais, são vivenciadas com dificuldade por aqueles que não estão na norma como, por exemplo, os transgêneros. As identidades horizontais seriam aquelas em que os/as filhos/as seriam/teriam de diferentes de seus pais, ex: pais heterossexuais e filhos homossexuais, pais de estatura considerada normal e filho anão, pais ouvintes e filhos surdos.

Oliveira e Morgado (2006) mencionaram que ao se falar de homossexualidade na escola, fica evidente que professores, orientadores e pais não estão preparados para lidar com o tema, considerando a homossexualidade uma doença, perversão ou deformação moral. Também compreendem que essa forma de entender a homossexualidade contribui para que muitos jovens achem mais fácil morrer, ou serem infelizes do que contar para os pais, amigos e professores que são homossexuais. Regime enunciativo médico.

A partir das falas de dois estudantes de Cuiabá/MT, consideraram que os alunos abertamente homossexuais são prejudicados em seus estudos/aprendizagens e, que isso, se deve também pelas dificuldades com que os professores lidam com a homossexualidade dos mesmos.

Os relatos também mencionaram que para os professores, os alunos homossexuais poderiam contaminar os colegas ao expressarem sua sexualidade, e que a relação que os mesmos têm com seus alunos se modificam a partir do

instante que a homossexualidade é revelada, como podemos perceber na fala abaixo:

Nos depoimentos de Bernadete e Raul eles afirmam que se comportavam sexualmente iguais aos outros – de acordo com a heterossexualidade, a relação entre professor - aluno acontecia de maneira diferente, eram cordiais, o que não continuou após saberem de sua orientação homossexual. Os dois jovens homossexuais relatam os constrangimentos a que foram submetidos ao assumir publicamente sua orientação na escola. Deixaram de ser bons alunos, amigos fiéis para se tornarem quase que exclusivamente homossexuais, como se fossem *marcianos*. O que tem que ser entendido é que nossa sexualidade deve representar um potencial de escolha, mudança e diversidade. Mas, no entanto, a escolha de assumir-se homossexualmente na escola, transformou em destino, ou pior em aprisionamento Oliveira e Morgado (2006, p. 11).

As autoras finalizaram comentando que mediante o caos com que a escola trata da homossexualidade, os alunos entrevistados comentaram que a parada de orgulho *gay*, movimentos sociais, bares e boates *gays* são os espaços de convivência e aprendizado aos quais se sentem acolhidos, ou seja, apresentam os territórios de resistência encontrados pelos informantes.

Almeida e Mota (2010) estudaram o docente homossexual, e ao perguntarem se um/a professor/a homossexual deveria contar os/as alunos/as como ele/a vivia a sua sexualidade, a maioria³² (71,2%) respondeu que não, e justificou argumentando que independente da identidade sexual, a vida pessoal e a intimidade do/a professor/a não deveriam ser discutidas com os/as alunos/as, pois acarretaria em uma atitude desprovida de ética profissional.

O autor e a autora criticam esse posicionamento, pois entendem que a sexualidade como parte constitutiva do ser humano não pode ser retirada do corpo em certos momentos/territórios. Ainda concluíram que na maioria das vezes, professores e professoras perpetuam práticas preconceituosas/discriminatórias no espaço escolar formal, e que não será por força de decreto e/ou documentos oficiais, mas pela sensibilidade e o compromisso com à construção identitária de alunos/as que a diversidade sexual será compreendida.

Na pesquisa de Bassalo (2011) apoiada em alguns autores, compreende que os homossexuais são facilmente identificados pela escola, contudo a homofobia não, pois a heterossexualidade enquanto norma legitimaria ações discriminatórias para com outras manifestações da sexualidade e isso não seria considerada uma ação de

³² Incluindo os três docentes abertamente homossexuais que responderam o questionário.

agressão. A concepção de homofobia expressa por essa autora está fortemente marcada pelo contexto da exclusão/violência para com os/as homossexuais.

A partir de revisões históricas, Bassalo (2011) cita que o termo homossexual, foi empregado primeiramente em 1869 por um médico húngaro Benkert, para nomear/identificar a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo. O médico deslocou a compreensão de que a homossexualidade era um crime, argumentando que a mesma seria inata, e deveria ser tratada pela medicina e não pela Justiça. Regime enunciativo criminal.

Empiricamente a autora apresentou dados proveniente de uma capacitação realizada com 140 professores que participaram do GDE. A homossexualidade era tratada a partir de leitura de textos e discussões em roda, os professores não se sentiram incomodados, contudo após a exibição de um filme que mostrava cenas de afetos homoeróticos, os mesmos manifestaram reações diferentes, pois a imagem os retirou da zona de conforto ao qual estavam antes da exibição.

Assim como apontaram os dados de Junqueira (2009), Bassalo (2011) identificou posturas homofóbicas, principalmente as de negação, contudo diferente do primeiro autor, percebeu em seus informantes posturas mais abertas às quais chamou de revisão, ou seja, os professores que participavam da capacitação estavam sendo influenciados positivamente pela mesma, e também identificou professores engajados na compreensão das práticas homoeróticas enquanto direito do sujeito homossexual.

Para encerrar seu texto, a autora entende que se reconhecer e respeitar as diferentes possibilidades de viver as sexualidades e combater a homofobia, seria uma das responsabilidades dos professores e ao fazerem isso, estariam praticando a escuta daquilo que não é dito, porém é negado.

Almeida (2011) em um trabalho individual aborda os documentos oficiais da educação que tratam da homossexualidade. O documento inicialmente mais divulgado nas escolas que tratou da questão de gênero e sexualidades foram os PCN's e de acordo com uma leitura minuciosa, percebeu-se que a homossexualidade é citada de forma explícita no PCN - 10 ao lado de outros temas historicamente marcados como negativos: aborto, pornografia e prostituição, como podemos visualizar:

Com a inclusão da Orientação Sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação

sexual, o 'ficar' e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura (BRASIL, 1997, p. 293).

Partindo para a empiria, de acordo com os sujeitos entrevistados, dos setenta e três docentes que responderam o questionário apenas três mencionaram conhecer o PCN - 10. Esse dado reforça a constatação que a homofobia na escola não é combatida.

Almeida (2011) ainda menciona a existência de mais dois documentos oficiais que tratam da homossexualidade no contexto escolar, um seria o Manual do Multiplicador Homossexual, publicado em 1996 pelo Ministério da Saúde como proposta de ação complementar a prevenção às DST, principalmente a AIDS. Já o segundo, publicado em 2004 pelo mesmo ministério, foi o Programa Brasil Sem Homofobia, esse já foi pensado/construído juntamente com as organizações civis não governamentais, com o intuito de pensar a homofobia na sociedade e principalmente na escola. Segundo o autor, essas iniciativas oficiais ainda não influenciaram consideravelmente o campo educacional, as ações de transformação ainda são poucas e muito localizadas.

O autor critica o uso do termo orientação sexual, pois entende que a sexualidade é descoberta e não orientada, por isso prefere o termo identidade sexual, por considerar que este último possibilita uma leitura histórica, cultural e social das práticas homoeróticas, tratarei desse tema adiante, pois outros pesquisadores criticam o uso do termo identidade.

Sepulveda (2012a) investigou como se dá a formação da identidade de alunos com orientação homossexual a partir das categorias de exclusão e discriminação na escola, concluindo que os estudantes sentem-se discriminados e estigmatizados, interferindo negativamente na constituição da sua identidade sexual.

De acordo com Sepulveda (2012a, p. 03):

As identidades dos sujeitos são formadas diante do contexto cultural e das práticas discursivas e essas submetem esses sujeitos a processos de subjetivação. Os processos de subjetivação se originam a partir de obrigações plurais pelas quais os indivíduos são formados pelos discursos de verdade, levando-os assim as processos (sic) de objetivação que transformam seres humanos em sujeitos.

Esses processos de objetivação, geralmente são manifestados por situações de discriminação e perseguição e por esse motivo, a identidade sexual ao qual possuem é negatizada no contexto escolar, abrindo espaço para que outras identidades estigmatizantes sejam assumidas por esses sujeitos.

Sepulveda (2012a) assim como outros/as estudiosos/as, entendem que a homofobia é a atitude de hostilidade contra as/os homossexuais, porém a autora não a restringe a esse aspecto, uma vez que amplia o conceito afirmando que a homofobia consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal, e por isso, o homossexual é colocado a distância, fora do universo comum dos humanos, possibilitando desta forma que no processo de subjetivação dos homossexuais a resistência possa ser exercida.

De forma bem contundente, a autora indaga³³ que a homofobia parece ser necessária à constituição identitária das pessoas, pois a mesma é formada em oposição ao que é diferente e por isso, para superá-la no contexto educacional será preciso desconstruir tal processo.

A partir dos seus dados de campo, a autora descreve o caso do aluno Bernardo que é homossexual e praticante de candomblé. Para a pesquisadora, o referido aluno não é discriminado na escola por uma questão religiosa, mas sim pela sexualidade. Afirma ainda que Bernardo foi expulso da escola por amedrontar os outros estudantes.

Sepulveda (2012a) entende que ao praticar tal ato, Bernardo exerceu a resistência à homofobia direcionada a ele. Nesse sentido, a subjetivação alimenta a resistência e possibilita novas formas de estar/viver no mundo, novas subjetivações aparecerão, formando novas subjetividades, e isso só ocorreu por conta da homofobia. Nesse contexto, de opressora a homofobia emancipou o estudante da condição cristalizada de oprimido, tanto que ele voltou à escola para dar continuidade aos seus estudos.

O último trabalho é o de Sá-Silva e Eggert (2013) os quais pesquisaram livros de medicina publicados entre 1928 a 1978, que tratam da homossexualidade e dialogam esse tema com a educação. O autor e a autora investigaram trinta e dois livros e concluíram que os discursos eram corretivos, ou seja, pretendiam curar os homossexuais da sua condição, e para colocar o homossexual na condição de

³³ Embasada por autores como Borrillo.

doente, a homossexualidade era descrita como desviante e anormal. Enunciado patologizante.

Os livros que tinham como foco as questões da educação foram escritos com uma linguagem simples e acessível, pois os médicos/autores pretendiam que ao lerem suas publicações, os professores conseguiriam prevenir e corrigir os alunos da homossexualidade.

Por fim, afirmaram que os autores pretendiam (re)conduzir o aluno homossexual a heterossexualidade, praticando o que os pesquisadores chamaram de pedagogia dos manuais médicos.

Para finalizar as análises dos trabalhos da ANPEd que investigaram a homofobia, temos treze pesquisas que embora no título não apresente nem o descrito homofobia nem homossexualidade, no corpo da publicação encontramos interfases como o objeto de estudo aqui proposto, são eles: Furlani (2005), Ribeiro (2005), Silva (2007), Ferrari (2007), César (2008), Silva Junior (2009), Almeida e Mota (2009), César (2010), Bassalo (2010), Braga (2010), Sierra (2012; 2013) e Castro (2012).

3.4 INTERFACES DOS ESTUDOS DE SEXUALIDADE COM A DISCRIMINAÇÃO DIRECIONADA A HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA

Furlani (2005) aproxima em sua revisão da literatura o conceito de sexualidade com a ideia de monstros³⁴, uma vez que a existência das monstruosidades só existe em contraposição a normalidade. Sendo assim, o monstro transita em uma lógica não identitária natural, o que o colocaria em uma posição ontogênica de resistência/transgressão das sexualidades/heteronormatividade por exemplo. A autora aproxima o monstro à perspectiva pós-estruturalista de rompimento dos binarismos presentes em nossa sociedade.

A autora confere a educação sexual o papel de desconstruir a construção social-cultural das monstruosidades sexuais, combatendo principalmente as hierarquias identitárias e o preconceito/discriminação independente de sua origem.

³⁴ A autora não citou Foucault para falar dos monstros, ela referendou o seguinte autor: COHEN, Jeffrey Jerome. A cultura dos monstros: sete teses. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Pedagogia dos Monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Belo Horizonte: Autêntica, p.23-60, 2000.

Ribeiro (2005) refletiu sobre as concepções e práticas sexuais da Colônia (Brasil), dos séculos XVI e XVII, destacando as ações de punição do Santo Ofício da Inquisição. Durante os séculos XVI e XVII, a sexualidade no Brasil manifestava-se de diferentes formas, sendo que o homem aproveitava da sexualidade da índia desregularizada, das negras eróticas e das próprias mulheres. Para conter as práticas sexuais extraconjugais, os padres inquisidores penalizavam os subvertidos, e cada pena era documentada, esses registros podem ser considerados como os primeiros documentos oficiais que regulamentavam a educação sexual no Brasil. Enunciado da moral religiosa.

O autor comentou que os transgressores, acusados de crimes ou delitos sexuais, tinham suas vidas expostas a toda a população, principalmente os que praticavam a sodomia, considerada heresia e também denominada pecado nefando. O inquisidor procurava saber em detalhes como ocorreu tal prática sexual, pois para cada forma de expressão da sexualidade a pena era diferenciada, sendo penetração com gozo entre homens, uma das mais condenadas.

Silva (2007) expôs a experiência com um material audiovisual em um projeto de pesquisa que investigou a formação da identidade feminina e masculina na família e na escola.

A autora tratou da relevância dos PCN's para a educação formal, introduz o tema afirmando que a questão da orientação sexual foi publicada junto com o tema Pluralidade Cultural, no volume 10, considera que o material foi um avanço principalmente em relação ao conceito de gênero. Encerra argumentando que a concretização desse material poderia gerar práticas diferenciadas nas escolas, decorrente principalmente de uma política governamental e logicamente de posturas flexíveis dos educadores.

Ao analisar os PCN's, César (2010) por meio do conceito foucaultiano de biopoder e governamentalidade, discute o referido documento como um dispositivo de controle da sexualidade dos alunos e professores. Certa abertura se configurou na escola para que diferentes discursos pudessem ser expressos, agora as "verdades" acerca da sexualidade são expostas por uma grande quantidade de profissionais (o autor menciona até dentistas) que discutem e formam a concepção normalizadora da sexualidade no contexto escolar.

Ferrari (2007) analisou uma brincadeira denominada “a loba”³⁵, que era executada pelos meninos e assistida pelas meninas. O autor comenta que mesmo sendo bem violenta, os meninos não falaram mal da brincadeira, ao contrário, fortaleciam a sua masculinidade exatamente por participarem dela. Argumenta ainda que o fato de resistirem à violência era uma ação para se afastarem de serem considerados homossexuais, pois não sendo a masculinidade algo inato, todos estão sendo avaliados/julgados a todo tempo.

O autor também refletiu acerca da forma como a escola tratou a brincadeira, sendo prioritariamente analisada apenas pelo viés da violência, sendo que as questões de sexualidade e gênero nem sequer foram visualizadas no contexto, desta forma, naturalizando o processo de construção das sexualidades e o papel da escola neste momento.

César (2008) a partir da leitura crítica de personagens midiáticos que subverteram a normalização de gênero, como foi o caso da personagem Agrado de “Tudo sobre minha mãe”³⁶, apresenta o conceito transgressor de “terrorista de gênero”, talvez mais forte ainda foi o exemplo de Thomas³⁷, que realizou mudança de sexo, tornando-se um homem, que engravidou, como podemos defini-lo? Aqui é que se encontram os monstros de Furlani (2005) com os terroristas de César (2008).

A autora também apresentou dados que evidenciaram que professores que participaram de formações acerca da temática de sexualidade conseguem desconstruir os monstros e não terrorizam seus alunos com práticas preconceituosas, ou não. Por isso, argumentou que no contexto das práticas sexuais trabalhadas de forma não discriminatória não caberia perguntar aos alunos se algo é normal, como: “É normal ser homossexual?”, pois: “Perguntar pela normalidade é

³⁵ Ferrari (2007, p. 4) descreveu a brincadeira “a loba” da seguinte forma: “De repente surge uma lata de refrigerante amassada, utilizada como bola, que era chutada pelos meninos sem um rumo definido. Conforme a direção que a latinha tomava, havia uma certa preocupação em correr. De forma que deu para perceber que a ‘brincadeira’ consistia em tentar acertá-la em alguém, ao mesmo tempo em que cada um, individualmente, tentava fugir e não ser atingido por tal objeto. Quando isso ocorria, todos os outros corriam para cima daquele que foi atingido dando-lhe chutes, socos, pancadas com o braço, tapas, pontapés, enfim, todo tipo de agressão. O menino que apanhava tinha a preocupação de escapar de todos, tentando evitar o máximo do contato e correndo em direção a uma das traves (do gol) mais próxima, numa extremidade ou outra da quadra. O grupo só encerrava a ação no momento em que aquele que estava sendo perseguido encontrava uma das traves”.

³⁶ Tudo sobre mi madre (Tudo sobre minha mãe – Título no Brasil) é um filme espanhol de 1999, do gênero drama, dirigido por Pedro Almodóvar. Para uma leitura crítica e acadêmica a partir dos estudos de gênero/sexualidade indicamos o artigo de Maluf (2002).

³⁷ Para maiores detalhes indicamos a leitura da notícia vinculada: <<http://oglobo.globo.com/blogs/pagenotfound/posts/2012/03/08/primeiro-homem-gravido-curte-familia-mas-sofre-isolamento-435184.asp>> Acesso em: 11 jul. 2014.

pertencer ao mundo definido e mapeado pelos processos disciplinadores e normalizadores” (CÉSAR, 2008, p. 11).

Silva Junior (2009) de forma bem incisiva afirma que a escola é um dos locais mais perversos para se viver a homossexualidade. O autor realizou uma pesquisa com os professores da Escola Municipal Nós do Morro, e assim como César (2008), considera que a participação em projetos de capacitação dos professores possibilita novos olhares dos educadores para com as diferentes manifestações da sexualidade.

Almeida e Mota (2009) trouxeram novamente a temática que articula docência e homossexualidade, segundo os/as professores/as participantes de sua pesquisa, todos sofrem com atitudes LGBTTFóbicas³⁸, contudo esses manifestaram resistência ao poder exercido, colocando dessa forma o conceito de homofobia em discussão, pois como já mencionamos, a ampliação desse conceito permite entender que os sujeitos que foram coagidos pela homofobia expressam e aprendem de diferentes formas a estabelecer a resistência, que é plural, no sentido de que não existe um padrão do que venha ser uma tipificação, nem pode ser julgada, como sendo uma boa ou fraca resistência, pois essa é sempre idiossincrática.

Para entendermos melhor como a resistência se apresenta na homofobia, se faz importante discutirmos o conceito de norma, sendo que para Braga (2010, p. 08):

Diferentemente do que temos pensado (referendados no estruturalismo que ainda nos resta), a subversão não é uma força evidente de oposição à norma que se situa fora dela, pois não se trata de uma luta declarada e transparente, mas de uma operação ambivalente que age no interior, produzindo deslocamentos e colocando em questão a própria originalidade e completude da norma a ser repetida. A exclusão subjacente a esse processo não é, portanto, produzida fora da norma, antes produzida e mantida dentro dela: a criação do ‘anormal’ é, ao mesmo tempo, efeito da repetição da norma e condição do seu funcionamento. É em relação ao ‘anormal’ que faz sentido pretender instaurar, ratificar, validar a norma.

A criação do homossexual enquanto sujeito sexual “anormal” é fortemente apoiada pelos dogmas religiosos. Esse ponto foi discutido por Almeida e Mota

³⁸ Alguns autores preferem o termo LGBTfobia pois ao usar homofobia, as lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, não seriam abarcados nesse conceito. Conforme já explanamos, o termo LGBTfobia ainda permanece aqui atrelado a “fobia” e por isso posto no rol das patologias o que já criticamos neste texto.

(2009) rapidamente no trabalho, os autores consideram que estes contribuem para os processos de discriminação quando se trata de homossexualidade.

Bassalo (2010) discutiu a sexualidade no período que compreende o final do século XIX e meados do século XX, pois é nesse período que a eugenia tornasse uma preocupação social e tem suas ramificações na escola. A autora recordou do empenho da Editora Calvino, no Rio de Janeiro ao editar a “Coleção de Cultura Sexual”, com 20 títulos e “Freud ao alcance de todos”, com 13 títulos.

Temos nesse momento histórico a influência de médicos e educadores para a propagação de dispositivos normalizadores do corpo, formando uma Educação Sexual eugênica, principalmente dos meninos, como pôde ser notado na I Conferência Nacional de Educação de 1928.

Castro (2012) investigou como a diversidade sexual é tratada no ambiente escolar. O autor faz uma crítica à forma como o discurso religioso “acolhe” “tolera” o sujeito homossexual, porém controla e vigia as práticas sexuais dos mesmos. O autor apresenta uma concepção alargada de homofobia ao afirmar que todas as pessoas independentemente da forma como vivem sua sexualidade, sejam elas homossexuais, heterossexuais, transexual, etc são constantemente vigiadas em relação a sua sexualidade, e quando alguém exerce a mesma fora dos padrões sociais, está sujeito a ações homofóbicas.

Ainda pensando ou repensando a homofobia, Castro (2012) reforça a ideia de outros autores (SEPULVEDA, 2012a; COSTA, 2012) que temos que nos afastar de um discurso vitimista para compreendermos amplamente como ocorre à homofobia na sociedade, pois:

Aprendemos, com as leituras, pesquisas e análises que foram feitas durante todo esse trabalho, que já sabemos muito sobre o que *não devemos fazer*, mas que há ainda muito que descobrir sobre o que *deve ser feito e como fazê-lo*. (CASTRO, 2012, p. 17, grifos do autor).

Para encerrar a análise dos trabalhos publicados na ANPEd, ficou evidente que os/as pesquisadores/as valorizaram em suas investigações o conceito de identidade, sendo esta um dos fios condutores para a reflexão da homofobia e homossexualidade no contexto escolar/educação.

Os autores Backes e Pavan (2011, p. 4) sintetizam as principais características do conceito de identidade nos trabalhos por eles analisados:

Lidos todos os trabalhos do GT no período 2005-2009, nossa análise mostra que os conceitos de identidade, diferença e cultura possuem, entre outras, 5 características: a) as identidades e diferenças são produzidas culturalmente; b) a identidade se produz na relação com a diferença no território da cultura; c) a concepção biológica é reducionista, a cultural é mais complexa; d) a necessidade de criticar a normalização e a lógica da heteronormatividade produzidas pela cultura; e) a preocupação de mostrar que processos de subversão, transgressão, resignificação coexistem com práticas normalizadoras/heteronormais na cultura.

No presente recorte, considerando o período de 2010 a 2013, pode-se afirmar que as características acima predominam, embora nos anos de 2012 e 2013 tivemos a publicação de dois trabalhos que problematizam o conceito de identidade, sendo esse autor Sierra.

Sierra (2012) baseado em Foucault analisou as formas atuais de governamentalidade dos sujeitos LGBT, no Brasil, além das estratégias biopolíticas que os normalizam, principalmente na esfera educacional.

Esse autor é um dos principais pesquisadores que criticam o uso do conceito de identidade para compreensão da LGBTfobia, o autor não nega a importância que o emprego de tal conceito teve para os estudos *Queer*, contudo a identidade restringiria a possibilidade de uma “vida viável” para algumas formas de se viver as sexualidades, pois não se conseguia abarcar todas. Enunciado de práticas identitárias.

Quando se pensa em incluir identidades não hegemônicas e se nomeia tais identidades, ocorrem inversamente a esse processo novos corpos/sujeitos excluídos. É nesse contexto que o Estado na intenção de “tolerar” o movimento LBTT, o realiza para sustentar o que o autor chama de “viabilidade-moral-econômica”, pois a sociedade de consumo não poderia se dar ao luxo de excluir tal público economicamente ativo, a sua margem.

Sierra (2012) propõe uma discussão de multidões-corpos, multidões-vida, multidões *queer*, que não estão atreladas a condição de identidades, mas de uma pluralidade de modos de vida, o que conceitua como vivibilidades.

No texto produzido por Sierra (2013), este dá continuidade às críticas aos conceitos de identidade, uma vez que a ideia de que a identidade abarcaria tanto os outros quanto o eu é falsa, pois nessa relação se formam os binarismos, e esses não incluem e não provocariam os tensionamentos necessários para subverter a heteronormatividade. Apesar do autor não empregar o conceito de vivências-homo

para romper com a heteronormatividade, acreditamos que da forma como o mesmo trabalhou em seu estudo possibilitaria tal leitura, uma vez que vivências-homo seriam novas referências que não teriam a pretensão de anular, por exemplo, as vivências-hétero.

A utilização do conceito de *queer*, passa pelo entendimento da não rotulação que, por exemplo, como o conceito de identidade estabelece, por isso, o autor sugere os conceitos de vivências-homo e atitude *queer*, que seriam atitudes que possibilitariam “esfumaçar” aqueles/as que estão/vivem nas fronteiras de gênero, identidades e sexualidade.

É nesse contexto que Sierra (2013) traz o conceito de sujidade, que seriam formas não tradicionais de se viver a sexualidade, que são frequentemente discriminadas por serem consideradas anormais. Contudo, essas enquanto alternativas de viver e mais, de se ter um corpo, os desejos e prazeres seriam plurais, e se constituiriam em outros modos de vida.

Silva (2009) apresenta dados de grupos de homens que utilizam a internet para marcarem encontros coletivos para praticarem “sexo” desprotegido. Para esses praticantes o prazer seria atingido, por exemplo, na penetração sem o uso de camisinha, urinar no parceiro, ejacular no parceiro após outros terem ejaculado, entre outras práticas. Para alguns praticantes, o medo da contaminação da AIDS, é o fator motivacional para o desejo e prática sexual.

Segundo Silva (2009, p. 694):

Diante das incertezas e fragilidades do mundo contemporâneo, colocar-se em risco aparece como uma forma importante de afrontamento do mundo (e da morte) para dar um novo sabor e sentido à própria vida. [...] Nestes novos contextos, o próprio indivíduo passa a buscar um sentido para a sua vida desafiando, deliberadamente, os riscos. É uma maneira, portanto, de fabricar sentido através do *afrontamento real ou simbólico da morte*. [...] Gostaria, portanto, de ressaltar que a ideia de prazer do risco não significa, necessariamente, movimento intencional (consciente) em direção ao adoecimento ou contaminação pelo HIV. Estou reconhecendo que esse prazer está intimamente vinculado à ideia de transgressão (ou violação) de fronteiras, que incluem a separação dos corpos. Essa possibilidade de transgredir ou atravessar esses limites mobiliza diferentes sentimentos e emoções, entre eles, medo, ansiedade, preocupação e culpa. [...] Todas essas mudanças põem em xeque alguns modelos tradicionais sobre a moral sexual, sobre o modelo de *self* racional e a própria racionalidade implicada no discurso da saúde.

Para aprofundar os limites da ação política do conceito de identidade, Sierra (2013, p. 05), propõe o conceito de viabilidade-moral-econômica, que estaria pautada em dois princípios:

[...] a) *a uma certa moral*, que prescreve quais corpos e quais práticas sexuais e afetivo-amorosas são corretas, honradas, saudáveis, seguras e aceitáveis diante, tanto das recomendações dos próprios movimentos sociais, quanto das políticas públicas de Estado; b) *a uma certa economia*, que institui quais corpos e quais práticas sexuais e afetivo-amorosas atendem ao projeto de utilidade-rentabilidade que a ordem do consumo e do trabalho neoliberais apregoam como necessárias ao projeto de consolidação do sujeito de direito e de sua conseqüente e paradoxal exclusão pelo mesmo sistema jurídico-econômico que o criou e diz incluí-lo.

Os trabalhos completos publicados na ANPEd, de maneira geral, trouxeram contribuições proveniente de pesquisas realizadas em diferentes programas de pós-graduação na área de Educação, sendo a maioria realizada a partir de análises empíricas, ou seja, com dados de campo que evidenciaram um panorama de preconceito e discriminação (todos os trabalhos de campo trouxeram dados que apontaram preconceitos e discriminação), mas também foi possível constatar dados que permitem perceber avanços e resistências.

Embora Silva (2007), César (2008) e Silva Junior (2009) também explicitaram preconceitos e discriminações, esses foram os únicos trabalhos que apresentaram dados que expressaram avanços e resistências, sendo esses provenientes dos cursos de formação docente (capacitação) que ampliaram a visão desses profissionais em relação à homofobia no contexto escolar.

A partir dos resultados das diferentes pesquisas veiculadas neste campo discursivo, diagnosticamos os seguintes enunciados sobre a homofobia na educação escolarizada: genético, cultural, médico/patologizante, criminal, moral, moral religiosa e identidade/práticas identitárias.

Os enunciados genético, cultural, médico/patologizante e criminal, problematizam as possíveis explicações para a origem da homossexualidade.

O enunciado genético foi e ainda é usado por aqueles/as que defendem a homossexualidade, alegando que os sujeitos homossexuais não teriam culpa nem possibilidade de escolha para ser o que são. Essa concepção inatista/essencialista da sexualidade, também foi capturada pela ciência que tentou e ainda se esforça em explicar por meio de dados anátomo-fisiológicos, sendo eles: níveis hormonais,

estrutura do DNA, características sexuais secundárias como pelos, voz e tamanho das genitálias e por fim, o tamanho das partes do corpo humano, como o crânio, desta forma, de posse desses dados, explicariam a origem da homossexualidade e possíveis tratamentos e/ou cura desta “doença”.

A partir da mensuração destes dados e a comparação com a faixa de normalidade anátomo-fisiológica dos heterossexuais, novos experimentos e/ou procedimentos corretivos eram e são usados na tentativa de aproximar os considerados anormais da normalidade.

O argumento acima é a principal fundamentação contida no enunciado médico/patologizante, o qual considera a homossexualidade uma doença e por isso passível de cura.

Observa-se neste enunciado uma concepção inatista da sexualidade e a homossexualidade enquadrada como uma condição, portanto, caberia ao sujeito homossexual à escolha de se aceitar e sair do armário, ou viver fechado no mesmo, pois sua essência/sexualidade seria a homossexualidade.

Como na história, nenhum enunciado deve ser analisado pela sua continuidade, os enunciados genético e médico/patologizante possibilitaram com que a homossexualidade deixasse de ser considerada um crime, marcado pela intencionalidade de quem o pratica, para se deslocar enquanto um assunto reservado ao campo médico e não mais da justiça, pois o sujeito homossexual não poderia alterar sua sexualidade de forma intencional. Esse foi o argumento evidenciado pelo enunciado criminal.

Por fim, na contramão dos três enunciados analisados até aqui, que buscam caracterizar a origem da homossexualidade na genética/doença, o regime enunciativo cultural entende que a homossexualidade é influenciada pela forma como os sujeitos interagem e aprendem socialmente, uma vez que conforme tal enunciado, ao nascermos, somos como uma folha em branco, e, se tratando de sexualidade, nossas relações sociais influenciariam no que seremos enquanto identidade sexual.

Desta forma, as instituições como escola, família e igreja, devem ser vigiadas em relação à forma como educam os sujeitos homossexuais, ou aqueles que apresentam o estereótipo do *gay*, e mais que isso, devem vigiar todos os sujeitos.

Essa vigilância seria uma tentativa de impedir que um sujeito se torne homossexual e ou que um homossexual influencie outros sujeitos heterossexuais a mudarem sua sexualidade, tornando-se homossexuais.

Outro enunciado presente neste campo discursivo é a moral. O julgamento do que é certo ou errado, comportamentos aceitáveis ou não aceitáveis, práticas recomendáveis e outras não recomendáveis, se apresentam enquanto componentes do modo como a sociedade cria seus valores e costumes em relação à sexualidade e em especial a homossexualidade. Estes de forma tradicional são repassados de geração a geração e que se não criticados, se perpetuam por longos tempos.

Historicamente a religião se configura como uma das principais instituições formadoras de valores e tradições que moldam a moral. Nesse contexto o enunciado da moral religiosa no Brasil, vem há séculos impondo uma linha normativa do que é certo e ou errado em se tratando das sexualidades, perante as leis da igreja e de Deus, com base nos escritos sagrados da Bíblia.

Tanto os/as católicos/as quanto os/as evangélicos/as dizem aceitar os sujeitos homossexuais, desde que os mesmos não exerçam sua sexualidade homoerótica, ou seja, se aceita a pessoa e não o seu pecado.

Devemos lembrar que vivemos em um país laico, onde todas as expressões religiosas devem conviver harmoniosamente, contudo, isto nem sempre ocorre, o que temos visto é que outras religiões como as de origens afrodescendentes são discriminadas em nossa sociedade. Logo estas que estão mais abertas à diversidade sexual.

O último enunciado analisado diz respeito à identidade/práticas identitárias, que surgiram neste campo discursivo como um dos principais argumentos para a presença da homofobia no contexto da educação escolarizada. Por isso, esse enunciado acabou recebendo uma análise mais aprofundada no próprio decorrer do campo, o que não ocorreu nos outros campos discursivos uma vez que cada campo discursivo tem suas lógicas próprias e não devem ser analisados de forma padronizada.

No contexto da formulação deste enunciado, a presença marcante do conceito de gênero se fez presente, principalmente os relativos aos estereótipos de homem, mulher, homossexual, masculinidade e feminilidade. As então chamadas identidades de gênero marcam o sujeito e o aprisionam em classificações muitas vezes fixas e não flexíveis eis então, uma das principais críticas dos/as

estudiosos/as foucaultianos/as para com o enunciado de identidade e suas práticas identitárias.

No próximo capítulo analisamos as pesquisas provenientes da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

4 CAMPO DISCURSIVO BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES

O objetivo deste capítulo é analisar os resultados provenientes de teses de doutorado e dissertações de mestrado encontrados na BDTD, que tiveram como foco de pesquisa a homofobia na educação escolarizada. Além disso, contextualizar o campo discursivo em questão, e, explicitar as relações de saber-poder produzidas no confronto de discursos dos diferentes autores/as.

Em termos metodológicos, apresentamos alguns dados numéricos que mapearam a produção científica do campo, e assim como nos outros campos discursivos, também separamos as produções a partir dos descritores homofobia, homossexualidade e sexualidade entrelaçados com a educação escolarizada. Não definimos um recorte temporal para delimitar a procura das dissertações e teses.

4.1 APRESENTAÇÃO DO CAMPO DISCURSIVO

Encontramos em uma primeira busca 108 dissertações/teses com o descritor homofobia, com o descritor homossexualidade, 283 pesquisas e por fim, sexualidade 1.742 investigações. Seguindo com a seleção, buscamos desse quantitativo quais tem como foco o contexto escolar e para uma melhor visualização dos dados aqui encontrados, optamos por reuni-los no quadro a seguir.

Quadro 4: Distribuição das temáticas e cartografia das regiões e Instituições Provenientes dos/as Autores/as

Região	Instituição	Homofobia no contexto escolar	Homossexualidade e homofobia no contexto escolar	Sexualidade e homofobia no contexto escolar	Total
Sudeste	USP	1	1	2	4
	UFU			1	1
	UFSCAR	1			1
	UERJ	1			1
	UFMG		1		1
	PUC-Rio	1			1
	UNINOVE		1		1
Sul	UFRGS	3		1	4
	UFPeI		1		1
	UFSC	1			1
		8	4	4	16

Fonte: Dados empíricos analíticos coletados na pesquisa.

Após busca ao *site* da BDTD, encontramos 16 trabalhos realizados em Programas *Stricto Sensu* no Brasil, os quais foram enviados para esse banco de dados e que tratam direta ou indiretamente a homofobia no processo da educação escolarizada. Desses, 08 analisam a homofobia na educação escolarizada, 04 focam na homossexualidade passando por questões como a homofobia e 04 também investigaram as sexualidades e perpassaram pela homofobia na escola.

Importante destacar que na área de estudos acerca da homofobia e educação, a maioria das publicações é originária das áreas de Educação e Psicologia Social.

identificada à região do Brasil a qual o/a pesquisador/a estava vinculado, temos os seguintes percentis: região sudeste com 62,5%, sul com 37,5%, em relação às regiões nordeste, centro-oeste e norte não encontramos nenhuma tese ou dissertação.

Assim como já apresentamos nas análises da ANPEd, aqui as regiões sudeste e sul se destacaram, aqui em especial, pois foram as únicas regiões do Brasil a divulgarem neste importante banco de dados, dissertações e teses que tratam sobre o recorte aqui analisado.

Identificadas as instituições participantes, temos um total de 10, destas, são privadas: PUC-Rio e UNINOVE, totalizando apenas 20%, o restante 80% são

públicas, o que reforça os dados aqui já apresentados que apontam que a temática da homofobia foi investigada predominantemente pelas instituições públicas.

Passaremos agora a analisar os principais resultados das investigações que focalizaram suas pesquisas na homofobia no contexto escolar, são eles: Rossi (2010), Pamplona (2012), Daniliauskas (2011), Quartiero (2009), Costa (2012), Sepulveda (2012b), Santos (2008a) e Santos (2011).

4.2 HOMOFOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR

A dissertação de Rossi (2010) analisou as estratégias de implementação das ações educacionais do BSH no Estado do Rio Grande do Sul. O autor identificou duas estratégias: parcerias entre Estado e Organizações Não-Governamentais que fazem parte do Movimento LGBTT Brasileiro e convênios com Universidades Federais. A outra estratégia se deu através do Plano de Ações Articuladas que os municípios e o Estado do Rio Grande do Sul elaboraram, para capacitarem profissionais da educação em relação aos temas gênero e sexualidade.

Segundo o autor, a ação: “Apoio à Qualificação de Profissionais da Educação em Educação para a Diversidade e Cidadania”, que integra o programa “Educação para a Diversidade e Cidadania” da SECADI do ano de 2005, recebeu 94 projetos, dos quais 68% são de ONGs. Para o mesmo, esses dados evidenciaram um engajamento das ONGs em relação à temática e por outro lado o “despreparo” do Estado em executar políticas dessa natureza. Também argumenta que nem todas as regiões do Brasil foram contempladas com recursos, como exemplo a região norte que não obteve nenhuma aprovação, já as regiões sudeste e sul, foram as mais contempladas, conforme visto nos trabalhos da ANPEd, essas regiões possuem maior concentração de pesquisadores de gênero e sexualidade.

Já para a ação: “Promoção da Cultura de Reconhecimento da Diversidade Sexual e da Igualdade de Gênero, no enfrentamento ao sexismo e à homofobia” cresce o número de projetos aprovados pelas universidades públicas e prefeituras, já as ONGs permanecem liderando com 21 projetos aprovados. Esses dados se aproximam daqueles apresentados pela ANPEd e também aqui na BDTD, no sentido da produção do conhecimento ser proveniente das universidades públicas em relação a temática de gênero e sexualidade. O autor também aponta para uma descontinuidade de ações políticas para a promoção do programa Brasil Sem

Homofobia, uma vez que no ano de 2008, não foi lançado nenhum edital de incentivo público para o referido programa.

Em relação ao PAR, que definiu o planejamento multidimensional da política de educação da rede pública para os anos de 2008 a 2011, o que poderia ser uma excelente possibilidade para ampliar as ações políticas sobre a temática, o autor mostrou que os municípios do Rio Grande do Sul não escolheram o curso que trataria diretamente da homofobia.

O autor também critica veementemente a estratégia de não possibilitar que as ONGs participem de editais públicos com recursos financeiros para ações de combate a homofobia, principalmente a partir de 2007.

A dissertação de Pamplona (2012) realiza uma análise do kit anti-homofobia e o considera como um dispositivo de poder, que apesar de tratar do tema diversidade sexual, o mesmo realiza um assujeitamento das diferenças, na medida em que os discursos são fortemente heteronormativos.

Para a autora, os audiovisuais contidos no kit anti-homofobia que debatem a lesbianidade, bissexualidade e travestilidade, constroem as cenas sem que os sujeitos sejam amplamente evidenciados e protagonizados nas histórias.

Pamplona (2012, p. 135), a partir da análise dos discursos midiáticos analisados, apresenta os principais dispositivos de verdades expressos a respeito do kit anti-homofobia:

Falam de um material que pretende fazer das escolas verdadeiras academias de homossexuais. Afirmam existir uma minoria barulhenta que pretende sobrepor-se a uma maioria absoluta de heterossexuais. Conjecturam a possibilidade da criação de um terceiro sexo com uma lei. Asseguram que o material contém linguagem vulgar e imagens pornográficas. Sustentam que há uma afronta aos valores de família, ou ainda, que se trata de uma desconstrução da família. Reforçam a convicção de que nenhum pai ou mãe deseja ter um filho ou filha homossexual. Alegam que o material estimula a homossexualidade, pedofilia e pederastia. Defendem que as homossexualidades são opções sexuais, ou, modismo, aberração, doença, perversão. Asseguram que o material é uma apologia à sexualidade precoce, ou uma maneira de despertar nas crianças, que não possuem maturidade devida, um assunto angustiante. Atribuem às homossexualidades um caráter de problema comportamental crônico, ou rotulam essas de serem afrontas à sexualidade natural, biológica, reprodutiva.

A autora finaliza afirmando que o Kit em si não repercutiu da forma como o MEC o idealizou, pois o mesmo apesar de ter criado, após as críticas recebidas e apontadas acima, recuou ou pior, renegou sua criação. O conteúdo do kit não

contemplou o segmento homossexual nem os conservadores, no fundo os debates existiram mais pela possibilidade de se discutir/aceitar a diversidade sexual do que o kit (uma espécie de bode expiatório) dessa ala política e social brasileira no esforço de manter a heteronormatividade.

A dissertação de Daniliauskas (2011) amplia o entendimento de Pamplona (2012), pois compreende que a partir do instante da implementação de uma política para a diversidade sexual, surgem resistências, principalmente dos/as fundamentalistas religiosos, que se articulam no sentido de barrarem tal avanço social.

Contudo, seus dados provenientes de uma análise das políticas públicas destinadas ao público LGBTT, no que tange a educação, também levantam que ocorreu um aumento na quantidade, profundidade e inter-relação dos documentos oficiais, abertura de espaços de participação democrática; o maior envolvimento com o movimento LGBTT e por fim a existência de recursos financeiros para execução de projetos na temática específica.

A dissertação de Quartiero (2009) também analisou as políticas públicas, porém seu foco foi o BSH e a sua produção de enunciados. A autora compreende que uma proposta de inclusão carece de uma leitura mais atenta para compreender a fundo as concepções ali expressas, como por exemplo: só existe inclusão porque a relação entre as pessoas é desigual, e uma proposta de inclusão irá então evidenciar tal posição dos sujeitos excluídos/carentes/em risco. Por outro lado, irá fortalecer o papel do Estado para a sociedade, pois este estaria realizando uma política de inclusão.

No campo da diversidade sexual, as políticas de inclusão estariam pautadas no discurso dos direitos humanos e no direito à escolarização, fundamentadas no intolerável conceito da tolerância. Um exemplo possível seria a política de prevenção a DST/AIDS para com os/as profissionais do sexo, pois a intenção não é a inclusão destes na sociedade, mas uma ação de eugenia, visando diminuir os gastos com internações, remédios e cuidados hospitalares dos/as infectados, bem como a segurança/saúde da população heterossexual não doente.

Em termos de empiria, afirma que a repercussão do BSH nas escolas pesquisadas se deu de maneira diferenciada. Na escola municipal, a maioria dos/as professores/as não tinha conhecimento do programa, o que ocorreu foram ações

pontuais e individuais, que geravam resultados pouco relevantes, pois visavam apenas alterações comportamentais dos alunos homofóbicos.

Já na escola estadual investigada, justamente pela construção e implementação de um projeto pedagógico que se instaurou pela influência da professora trans Juliana na escola e também de um comprometimento assumido pelas professoras, da supervisão pedagógica e da direção da escola, possibilitou debates/discussões a respeito da diversidade sexual na formação humana.

A dissertação de Costa (2012) investigou critérios para a avaliação do preconceito contra orientações não heterossexuais no Brasil. O autor sugere o uso da expressão “preconceito contra orientações não heterossexuais”³⁹ no lugar de “homofobia”, para se referir à manifestação do preconceito do ponto de vista individual.

Além dessa crítica ao uso do termo homofobia, o autor entende que associar o sufixo “fobia” o coloca no bojo das patologias, desta forma o “agressor” seria também um doente, o que diminuiria sua responsabilidade pelas ações discriminatórias por ele/a executada. Por isso, propõe retirar a homofobia da área psicopatológica e prefere inseri-la na psicologia social.

O autor comenta ainda que o termo heteronormatividade foi criado por Michael Warner na década de 1990 para definir o sistema de ideias que estabelece a heterossexualidade como norma, e essa norma compreende que sendo ser humano se é heterossexual, como podemos observar na tabela 1, que traz um modelo teórico criado pelo autor, para fundamentar suas proposições.

Tabela 1: Modelos teóricos

Conceito	Unidade de Análise	Intervenção
Heteronormatividade	Discurso	Transgressão
Heterossexismo	Estrutura Social	Mudança Social
Preconceito contra orientações não heterossexuais	Atitude	Educação

Fonte: Costa (2012, p. 51)

³⁹ Conforme discutido por Castro (2012) os heterossexuais também podem ser alvo de preconceito por questões ligadas a sexualidade, por isso, a expressão de Costa (2012) possui esse limite teórico.

Em se tratando de preconceito contra orientações não heterossexuais, o autor resgata algumas pesquisas comportamentais como a realizada por Adams, Wright e Lohr apud Costa (2012, p. 56) em que:

Homens autodeclarados heterossexuais foram expostos a estímulos eróticos homossexuais e tiveram as mudanças na circunferência peniana monitoradas. Os participantes mais preconceituosos apresentaram aumento na circunferência peniana ao serem expostos a vídeos com estímulos homossexuais explícitos. Ou seja, o preconceito está aparentemente associado ao desejo homossexual que os sujeitos negam ou não têm ciência.

Esta pesquisa comportamental evidencia a forma como a sexualidade era e ainda continua sendo fortemente pensada a partir de elementos biológicos e essencialistas, limitando a sexualidade puramente a uma questão de ato sexual (ou quase ato sexual), o que implica em uma leitura reducionista da sexualidade humana. Estabelecer uma relação de causa e efeito, a qual o aumento peniano comprovaria um desejo homossexual latente, porém reprimido, seria apenas um exemplo neste vasto campo comportamental.

A partir do levantamento dos dados obtidos por meio de um resgate dos artigos publicados a respeito da homofobia, entre 1973 a 2011, Costa (2012) percebeu um aumento significativo das pesquisas sobre homofobia após a implantação do Programa Brasil Sem Homofobia, o que ocorreu no ano de 2004. Outro dado importante foi que algumas pesquisas evidenciaram que as pessoas vítimas de discriminação devido à sua orientação sexual não denunciam e nem sequer pedem ajuda.

O autor também apresentou algumas pesquisas que mencionavam como os discriminados lidavam com essa ação, os meios mais utilizados foram às redes de sociabilidade, como espaços de lazer LGBTT e o rir de si mesmo.

Segundo Costa (2012, p. 57):

Ao longo dos anos de estudos, alguns consensos foram construídos a respeito do preconceito contra orientações não heterossexuais: a) homens e mulheres têm atitudes similares em relação a mulheres homossexuais, no entanto, homens tendem a ser mais preconceituosos em relação a homens homossexuais; b) as atitudes preconceituosas favorecem o adoecimento das pessoas que tem como alvo; c) mulheres tendem a ser menos preconceituosas do que homens; d) pessoas com idade mais avançada tendem a estigmatizar mais os indivíduos não heterossexuais do que aquelas

de meia idade; e) uma maior escolaridade está associada a um menor grau de preconceito; f) o preconceito correlaciona-se positivamente com racismo, visão tradicional e estereotipada das expressões de gênero, visão ortodoxa e conservadora da religião e conservadorismo político; g) pessoas que tiveram contato prévio com indivíduos não heterossexuais tendem a ser menos preconceituosas do que aquelas que nunca tiveram; h) por fim, a percepção de que os pares manifestam atitudes negativas contribui para manifestações do preconceito.

Para concluir, Costa (2012) sugere que as próximas pesquisas relacionem a temática do preconceito contra orientações não heterossexuais com as seguintes questões/categorias: classe, idade, escolaridade, raça/cor e religião.

A tese de Sepulveda (2012b) verificou a influência dos processos de exclusão de alunos homossexuais na sua constituição identitária e também dos heterossexuais. Em sua pesquisa de campo, que os alunos homossexuais expuseram situações em que vivenciaram sofrimento, e que essa vivência surtiu dois movimentos distintos: força para lutar contra o sofrimento e para outros apenas dor.

Para a autora, entre o que é produzido em termos legais/leis, e a forma como efetivamente os sujeitos vivem a sexualidade na sociedade existe um grande distanciamento e a escola como sendo integrada à sociedade não escapa deste contexto.

Contudo, finaliza a pesquisa observando que sua intervenção na Escola Estadual de Ensino Fundamental República gerou/possibilitou que alguns professores repensassem suas convicções a respeito da temática homofobia/diversidade sexual.

A dissertação de Santos (2008a) também concluiu a partir de seus dados que os homens são mais controlados em sua sexualidade comparados com as mulheres. A autora exemplifica esse controle trazendo relatos dos alunos discriminados sexualmente que preferem abandonar a escola ao invés de enfrentarem o problema.

Contudo a mesma compreende esse abandono como fruto de discriminação e não como uma possível resistência do aluno, como foi possível perceber na análise de Sepulveda (2012b) e na forma como esse conceito foi concebido por Foucault e atualmente é empregado por pesquisadores foucaultianos.

Essa foi a única dissertação realizada na área de Educação Física, que tem a homofobia como objeto, e como já dissemos aqui, essa disciplina é central nas diferentes investigações quando se relata ações homofóbicas dando voz aos

alunos/as. A autora menciona que situações homofóbicas ocorrem nessa disciplina principalmente nas aulas mistas e durante o processo de ensino-aprendizagem do conteúdo de dança ou de expressão corporal.

O referido estudo comparou dois grupos de egressos do curso de Educação Física da UFSC, um que frequentou a disciplina *Gênero e Co-Educação Física* e outro que não frequentou. Concluiu que não foi possível verificar diferenças significativas, contudo entende que o fato do primeiro grupo ter frequentado a disciplina optativa é uma mostra que enquanto acadêmicos, os egressos já demonstravam uma preocupação com a temática investigada.

Ambos os grupos mencionaram que a formação inicial não foi suficiente para que na prática pedagógica os mesmos pudessem trabalhar pedagogicamente questões acerca da homofobia, mesmo assim, alguns desses egressos participaram/produziram projetos que tratam de gênero/sexualidade/homofobia no contexto escolar.

A dissertação de Santos (2011) investigou a presença da homofobia no contexto escolar. A autora apresentou o kit anti-homofobia, seus componentes (cartazes, um livro com sugestões de atividades para o professor e três gravações audiovisuais sobre o tema) e mencionou que esse material foi altamente criticado principalmente pelos fundamentalistas religiosos, que resistiram à promoção desse material nas escolas brasileiras.

A autora reconhece a heteronormatividade em nossa sociedade e sugere estratégias de intervenção pautadas na criatividade, diálogo por meio de uma política do respeito e tolerância.

Passamos agora a analisar as teses e dissertações que tiveram como foco de análises a homossexualidade no contexto escolar e que tangenciaram questões homofóbicas em seus dados, são eles: Marsiglia (2009), Neto (2006), Silva (2008a) e Souza (2013a).

4.3 HOMOSSEXUALIDADE E HOMOFOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR

A dissertação de Marsiglia (2009) revisou a literatura para aprofundar o preconceito direcionado aos professores homossexuais. Para tal, resgata o conceito de tolerância, e apesar de ampliar seu significado, compreendendo que nem tudo deve ser tolerável, acredita que o ser humano deve ter o direito de escolhas, e

justamente nesse contexto que reside à possibilidade de se tolerar as escolhas, o que ela chama de “integridade de cada um”.

Propõe que o trabalho desenvolvido pelos professores na educação possibilite o respeito às individualidades, além disso, que a formação de estigmas em virtude da forma como cada um vive sua sexualidade seja o fio condutor e ou inicial para mudanças no nível macro social.

A dissertação de Neto (2006) investigou a produção da masculinidade de estudantes do ensino médio. Assim como em outras investigações (SOUZA 2013a, FRANCO, 2009) expõe que a Educação Física, na fala dos sujeitos discriminados aparece como a disciplina onde mais ocorrem os atos homofóbicos no contexto escolar.

Esses mesmos sujeitos, se sentem constrangidos perante as agressões a que são submetidos, os sentimentos vão desde vergonha até a vontade de abandonar os estudos. O autor descreve o caso de um aluno chamado Cleber, que ao relatar à diretoria as discriminações a que foi submetido, a ação por parte da mesma se limitou a transferir essa situação à família do referido aluno, e mais, sem nenhum trato afetivo que isso poderia gerar na forma como a família iria receber tal situação.

Tanto esse pesquisador quanto outros/as como Rosa (2004) vem apontando as dificuldades históricas que a área da Educação Física tem com relação às questões referentes ao gênero e sexualidade. O trabalho de Rosa (2004) versou sobre a formação inicial dos professores de Educação Física e um dos principais resultados é de que a homofobia é expressa de forma sutil, velada, outras não tão veladas assim, como à ideia de que mulheres jogadoras de futebol são lésbicas e os homens que dançam são homossexuais.

Outros/as pesquisadores/as também investigaram a relação entre Educação Física-gênero-sexualidade, como por exemplo, Altmann et al (2011) que refletiram acerca das habilidades motoras de meninas e meninos na prática de jogos esportivos. As autoras consideraram que as diferenças de desempenho entre alunas e alunos tem relação com a forma não crítica tanto dos alunos/as quanto dos/as professores/as em refletirem as singularidades/diferenças entre homens e mulheres. As mesmas propõem que as aulas sejam ministradas de forma coeducativa, proposta essa que questiona e aproxima as diferentes manifestações de gênero e sexualidade nas aulas.

Voltando a pesquisa de Neto (2006), esse também revelou que nem todos os sujeitos discriminados agem da mesma forma. Muitos não se colocam como vítimas indefesas e partem para o revide, que para o autor, esses sujeitos foram além da atitude de “não ligar” para tais insultos.

O autor expõe também a internet; ter contato com outros alunos/as e professores assumidamente homossexuais; ser aceito por colegas heterossexuais; ação do movimento homossexual e a cultura *gay* como formas de resistência.

A dissertação de Silva (2008a) relatou as histórias de três alunos da cidade de Pelotas/RS que transgridem a heteronormatividade por marcarem em seus corpos a possibilidade de transitarem na fronteira entre os gêneros.

Esses/as estudantes, não se colocam no armário como forma de proteção, ao contrário, se posicionam na escola como alunos/as altamente sexualizados/as e justamente por isso, incomodam a normalidade heterossexual posta. Em alguns casos, seus corpos causam uma confusão identitária, pois alunos/as e professores/as não sabem ao certo nem como se direcionarem a eles, por isso, ao se transvestirem, observavam que as reações variavam: curiosidade, xingamento, desconfiança, fuga do olhar e aprovação da atitude.

Não se vitimizam, pois se são tratados/as com agressividade reagem agressivamente, se tratados/as com ironia reagem ironicamente. Por formarem um grupo, se sentem mais forte, sendo essa uma forma de resistência aos insultos.

Os/as outros/as estudantes por sua vez, retirados/as de sua zona de conforto, somam esforços para normalizarem o espaço escolar e chegaram a solicitar a direção da escola expulsão e ou troca dos alunos de sala, uma vez que os três estudavam na mesma sala.

A direção acatou a sugestão e realizou a separação dos/as mesmos/as, contudo essa separação causou uma ação de resistência por parte do grupo separado, alegando homofobia por parte da direção. Esse ato da escola de separar o grupo foi uma forma de isolar e enfraquecer a resistência dos alunos, dificultando a comunicação e esvaziando a amizade entre eles.

Foucault (2010b) ao refletir o conceito de prática de si, menciona que na sociedade romana a amizade formava uma rede social, fortemente hierarquizada, que ligava um sujeito ao outro, por meio das obrigações que cada um deveria exercer na sociedade. O grau de proximidade entre duas pessoas definia o quanto amigos eram.

Neste contexto, a amizade daria todo um suporte para a prática de si, como foi observado no momento em que os amigos resistiram à separação a qual estes seriam submetidos. Manter a rede de amizade entre eles foi a estratégia utilizada por cada aluno para o cuidar de si mesmo e ao mesmo tempo cuidar do outro.

Esses alunos também expuseram que no confronto com os/as outros alunos/as ameaçavam revelar que entre eles existiam outros homossexuais, usando dessa forma, esse saber como forma de poder.

A dissertação de Souza (2013a) também conclui a partir das falas de seus sujeitos que as aulas de Educação Física seriam um dos principais espaços de exposição da sexualidade, corroborando para práticas homofóbicas.

A autora pretendia associar a sexualidade dos homossexuais com a questão do sucesso escolar, em dois cursos muito prestigiados na UFMG: Direito e Medicina. Contudo, seus dados não foram conclusivos no sentido de afirmar que a orientação sexual fosse considerada um empecilho para alcançar um alto nível de escolaridade.

Outra reflexão significativa realizada pela autora foi a conclusão que os acadêmicos investigados exerceram suas escolhas pautados unicamente nos seus interesses pessoais, o que para Souza (2013a) não possibilitou uma ação coletiva dos acadêmicos, como por exemplo, luta dos direitos de estudantes homossexuais para serem respeitados no contexto escolar.

A autora ainda afirma que as estratégias que garantiram sucesso aos/as estudantes entrevistados/as se relacionam à omissão da orientação sexual, à condição financeira privilegiada e à postura de proteção das renomadas escolas particulares frequentadas, pois estas preferem tornar a sexualidade não hegemônica de seus/as alunos/as mantida na invisibilidade.

Para finalizarmos as análises sobre homofobia nas teses e dissertações, partimos agora para as interfaces dos estudos de sexualidade com a discriminação direcionada a homossexualidade masculina, tendo como escopo de análise os/as seguintes pesquisadores/as: Dulac (2009), Silva (2010a), Rizzato (2013) e Franco (2009).

4.4 INTERFACES DOS ESTUDOS DE SEXUALIDADE COM A DISCRIMINAÇÃO DIRECIONADA A HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA

A tese de Dulac (2009) analisou os discursos sobre a sexualidade de professores que participaram de cursos de formação docente que tinham como foco esta temática. Para os/as seus/as entrevistados/as a homossexualidade seria mais aceita se a sua causa fosse a genética, pois então os sujeitos homossexuais não seriam culpados de tal condição biológica.

Os/as professores/as argumentaram que não conhecem os estudos acerca da homossexualidade e suas relações com a educação, e este desconhecimento justificaria suas dificuldades em trabalhar com esse tema na escola. Consideram também que existem disciplinas autorizadas a discutir sobre a sexualidade, que seriam: Ciências, Biologia, Educação Física e Ensino Religioso.

Os sujeitos investigados afirmam que é mais difícil de trabalhar em sala a homossexualidade no momento em que existam alunos *gays* “esparrentos”. Comentam também, que as ofensas são ditas aos alunos discriminados sempre tendo como referência o gênero oposto da vítima.

Por fim, a autora traz à tona a história de Apolo, um professor entrevistado pela mesma, que relatou ter sofrido uma ação homofóbica pelos seus alunos. O referido professor preferiu chamar a atenção dos alunos, ou seja, o mesmo usou de seu poder em sala de aula e saiu da posição de vítima, buscando uma resistência ao fato ocorrido, deixando desta forma, bem claro que o poder é algo circulante, e nunca centralizado unicamente em um dos polos (vítima-agressor).

A tese de Silva (2010a) investigou a noção de respeito tanto nas políticas públicas direcionadas as pessoas LGBTT como de alunos/as de uma escola pública. A partir do conceito de direito humanos, que embora fosse compreendido pelos seus informantes como universal, efetivamente não era considerado em sua larga abrangência quando se tratava, por exemplo, de questões sexuais, pelo simples fato de os professores desconhecerem as diretrizes educacionais voltadas ao respeito à diversidade sexual. Outro ponto negativo encontrado no trato às questões sexuais na escola é a descontinuidade de projetos dessa ordem no contexto investigado.

Uma das considerações finais apontadas confirma o dado que brincadeiras, “zoação” e “tiração de sarro” são meios usados em alguns momentos de forma sutil,

em outros nem tão sutil assim, para expressarem o preconceito contra orientações sexuais não heterossexuais.

A dissertação de Rizzato (2013) averiguou o trato com a homofobia executada em sala de aula pelos professores. A autora trabalha com o conceito de identidade e esse abarca o seu antagonista, ou seja, a diferença. Desta forma, o heterossexual como norma se consolida a partir de um distanciamento de uma identidade homossexual e mais do que distanciar, os sujeitos heterossexuais praticam atos homofóbicos para se afirmarem heterossexuais.

A autora chega ao entendimento que a empatia desenvolvida pelo/a professor/a com um/a aluno/a assumidamente homossexual e outras identidades não heterossexuais possibilitam uma ampliação da forma como a diversidade sexual é entendida e vivenciada no contexto escolar.

Além da empatia, Rizzato (2013, p. 253) apresenta outros elementos que contribuem para ampliação da diversidade sexual e reflexão da homofobia no contexto escolar:

[...] ter idade inferior a 40 anos; entender a homossexualidade como orientação sexual; possuir menos de quinze anos de experiência docente; vivenciar um percurso profissional marcado por uma escolha intencional pela profissão e por uma identidade de satisfação em ser professor/a; não basear-se na lógica judaico-cristã para pensar a sexualidade. Ter desenvolvido alguma proposta com alunos/as sobre a temática das relações de gênero e da sexualidade na escola e ter tido o interesse próprio como motivação para participar do curso Convivendo com a Diversidade Sexual na Escola.

A autora ao repensar os cursos de formação continuada que tratam de questões ligadas a gênero/sexualidade critica a falta de continuidade dos projetos; relata que em muitos casos os/as professores/as capacitados ao chegarem à escola após a realização do curso não conseguem desenvolver nenhum projeto, pois se veem sozinhos no contexto escolar e justamente por isso, a autora propõe que cursos dessa natureza sejam realizados *in loco*.

A dissertação de Franco (2009) investigou a identidade sexual de professores homossexuais e suas relações com a profissão. A partir de seus dados, reconhece que o/a professor/a gay, travesti e lésbica ao exercer a docência não consegue retirar de seu corpo a sexualidade, pois esta última é corpo, e sendo este algo visível, em certos momentos da profissão os docentes viram expostos a sua sexualidade mesmo que não tenham expressado nada sobre essa temática. Essa

exposição gerou diferentes intervenções, desde ampliação das discussões sobre diversidade sexual a processos de discriminação.

Os processos de resistência por parte dos docentes foi assim relatado: postura enérgica perante os/as alunos/as, para que esses não questionem sua sexualidade; manter laços de respeito e afeto com os/as alunos; delimitar no início do ano letivo os limites desses laços afetivos e manter-se no armário.

Sobre manter-se no armário, um professor após ser insultado por seus alunos, como forma de resistência decidiu sair do armário e enfrentar as agressões verbais as quais sofria, por isso deixava bem claro para seus alunos, segundo sua fala: “Eu sou viado mesmo! O que você tem a ver com isso?”.

Franco (2009) é mais um pesquisador que conclui que os homossexuais masculinos sofrem mais preconceito do que as lésbicas. Esse dado também se evidenciou na profissão de professor, pois os professores *gays* relataram mais casos de discriminação movidos por questões sexuais do que as professoras lésbicas.

Encerrando a análise das dissertações e teses publicadas no BDTD, observamos que nenhuma dessas produções foi publicada antes do lançamento do BSH.

Além disso, destacamos a representatividade quantitativa e também qualitativa das dissertações e teses defendidas na UFRGS e USP (cada um com quatro publicações) na área aqui investigada.

No próximo capítulo analisamos as pesquisas provenientes dos trabalhos completos encontrados no SIFG.

5 CAMPO DISCURSIVO SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO

O objetivo deste capítulo é analisar os resultados provenientes de trabalhos apresentados no SIFG, que tiveram como foco de pesquisa a homofobia na educação escolarizada. Além disso, contextualizar o campo discursivo em questão, e explicitar as relações de saber-poder produzidas no confronto de discursos dos diferentes autores/as.

Assim como nos outros campos discursivos, analisamos alguns dados numéricos que auxiliam a visualizar a totalidade da produção científica do campo na temática em questão a partir dos descritores homofobia, homossexualidade e sexualidade entrelaçados com a educação escolarizada.

5.1 APRESENTAÇÃO DO CAMPO DISCURSIVO

O primeiro SIFG, aconteceu de 30 de novembro a 2 de dezembro de 1994, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura da UFSC⁴⁰ e teve como foco de discussão a questão do gênero na Literatura, na História e na Antropologia, enfocando ainda questões do feminismo contemporâneo.

Este evento teve por resultado a publicação de uma coletânea, intitulada Fazendo Gênero, que reuniu os trabalhos apresentados por cerca de 100 pesquisadoras. Não encontramos essa publicação, por isso, não conseguimos analisá-las.

Do segundo seminário realizado em 1996, resultaram duas publicações. A primeira foi um número especial da Revista de Ciências Humanas, na qual os artigos discutem a naturalização da violência masculina sobre as mulheres e outros sobre o caráter relacional e hierárquico da categoria gênero, através da temática da submissão feminina.

A segunda publicação fruto deste seminário foi o livro Masculino, Feminino, Plural (GROSSI; PEDRO, 1998), que traz diversos capítulos, escritos por diferentes autores/as. As temáticas variam entre: adolescência e meia idade, conjugalidade e separação, aborto e maternidade, afetividade e agressividade, esporte, cangaço, cultura açoriana, teoria feminista, masculinidades e violência doméstica.

⁴⁰ Todos os SIFG foram realizados na UFSC, sede Florianópolis.

O terceiro seminário ocorreu em 1998 e produziu também duas publicações. A primeira foi um número especial da Revista de Ciências da Saúde: Gênero e Saúde, na qual os artigos estabelecem um diálogo entre gênero/sexualidade com a saúde.

A segunda publicação foi o livro Falas de Gênero: teorias, análises, leituras Silva et al (1999) que trata de questões ligadas a teorias e bases epistemológicas dos estudos de gênero, mulheres, identidade, políticas públicas e de saúde, criminalização de práticas abortivas, novas formas de paternidade, incursão da medicina no debate sobre a sexualidade, transgêneros e literatura e masculinidade.

No quarto Seminário Internacional Fazendo Gênero, realizado no ano de 2000, ocorreram 40 GTs. Como nenhum GT tinha por título a homofobia, decidimos analisar diversos GTs, como por exemplo: GT 10 – Genealogia do Silêncio, GT 12 – Gênero e Discursos, GT 21 – Trabalho Docente, GT 22 – Práticas Pedagógicas, GTs 24 e 25 – Maculindades, GTs 32, 33 e 34 - Gênero e Representação, GT 35 – Gênero e Análise do Discurso, GT – 36 Corpo e Corporeidade e o GT 40 – Homossexualidade e Identidades *Queer*. Nenhuma produção sobre homofobia foi encontrada.

No quinto seminário, realizado em 2002, dos 61 GTs, apenas no GT Gênero, cidadania e educação, encontramos um resumo que discutiu a temática de homofobia na educação.

A pesquisa de Cunha e Mendes (2002) investigou como a escola trata a homossexualidade de dois professores. Apesar das autoras ainda usarem o enunciado da intolerância, elas questionam neste estudo os conflitos provenientes de questões ligadas à sexualidade, enfrentadas por seus dois sujeitos de pesquisa. Seu referencial teórico é fundamentado pelo conceito de identidade e é a partir deste que as mesmas discutem o profissionalismo docente no meio escolar.

No sexto seminário, 2004, nos 45 GTs, não encontramos nada relacionado à homofobia. Neste ano, o *site* trazia poucas informações sobre a produção científica, contendo apenas nomes dos autores e título do trabalho.

A partir do ano de 2006 começaram a aparecer trabalhos relacionados à temática homofobia no SIFG, (Emergência da problematização). Assim dedicaremos esta parte do texto a analisar os discursos produzidos neste importante evento científico.

O sétimo seminário, realizado em 2006, teve por temática: gênero e preconceito e a partir desse ano, no *site* é possível ler e analisar o resumo das mesas redondas, minicursos e oficinas realizadas, além é claro dos trabalhos completos⁴¹.

Antes de avaliarmos esses trabalhos completos, iremos descrever a produção discursiva das mesas redondas, mini cursos e oficinas do ano de 2006 até o seminário de 2013, entretanto somente aquelas/es que trataram da homofobia; homossexualidade e homofobia; e por fim, sexualidade e homofobia na educação escolarizada.

Em 2006, tivemos duas mesas redondas que se aproximam dos nossos descritores. A primeira intitulada Erotismo, sexualidade e preconceito, discutiu a Diversidade Sexual humana e preconceito: entre os saberes “psicológicos”, os saberes “sociais” e os saberes “médicos”. Foi estabelecido um diálogo entre Biomedicina e a Psicologia, para estudar os jogos de força que constituem a heteronormatividade, além disso, discutiu o distanciamento entre os movimentos sociais e a produção acadêmica, isto porque de um lado os movimentos sociais lutam pelos direitos humanos e por outro o meio acadêmico busca desconstruir a lógica identitária nos estudos de gênero e sexualidade.

A segunda mesa abordou Gênero e Ciência e discutiu a "ciência sexual moderna" e a "verdade" sobre o sexo. A partir da década de 1970, os saberes da "sexologia moderna" foram impulsionados pela mídia, tornando a verdade sobre a sexualidade não apenas algo afirmado pelo meio acadêmico, mas também pela população em geral.

Em 2008 tivemos dois minicursos e uma oficina. A oficina intitulada: Violências na construção das identidades de Gênero, problematizou as violências que perpassam a formação das identidades de gênero, usando para isso cenas teatralizadas para gerar o estranhamento dos processos de naturalização dos gêneros.

O primeiro minicurso, com o título: Corpo e violência: o que a escola tem a ver com isso? discutiu as diferentes violências vivenciadas e produzidas no contexto escolar, que perpassam as relações corporais, utilizando para isso, diferentes recursos audiovisuais para sensibilizar os participantes.

⁴¹ O pdf não está disponível para todos os trabalhos.

O segundo minicurso: Gênero, sexualidades e homofobia, abordou a multiplicidade de áreas (antropologia, sociologia e a história) que atreladas aos direitos humanos, possibilitam olhar para a homofobia na escola a partir de uma visão humanista.

Em 2010, tivemos uma oficina: O meu Corpo, o teu Corpo: deslocamentos possíveis, que discutiu o corpo desde a antiguidade até a contemporaneidade, analisando e principalmente através de dinâmicas somáticas, os/as participantes experimentaram como o corpo vem sendo tratado, por exemplo, pela via da disciplina, exploração, desejo, rejeição, medo, liberdade e transgressão. A fundamentação foi Wilhelm Reich e Roberto Freire.

Por fim, em 2013 tivemos três mesas redondas, a primeira: Estado, Políticas *Queer* e a cena pública contemporânea, que problematizou a contribuição dos movimentos sociais para com as políticas públicas no campo das sexualidades e relações de gênero.

A segunda mesa redonda: Gênero e Diversidade na Escola: Experiências e Práticas Pedagógicas na Formação de professoras/es da Educação Básica, discutiram o processo de implementação do curso GDE e seus impasses enquanto política pública de formação de professoras. Também, refletiram os resultados que essa formação teve no impacto das práticas educacionais no âmbito das escolas da rede pública de ensino.

Já a terceira mesa redonda: Trans-Lesbo-Homofobia e os Movimentos LGBT Transnacionais, refletiu como as violências trans-lesbo-homofóbicas têm sido abordadas pelos movimentos LGBT no Brasil e no plano internacional.

Partindo agora para as análises dos trabalhos completos apresentados nos Simpósios Temáticos (ST's) do SIFG, assim como feito nas análises da ANPEd, aqui também analisaremos os trabalhos completos que tratam da homofobia no contexto escolar, Homossexualidade e homofobia no contexto escolar e por fim as interfaces dos estudos de sexualidade com a homofobia direcionada a homossexualidade masculina. É importante destacar que a cada SIFG todos os ST's são aprovados e desta forma, o seminário não possui ST permanente.

Quadro 5 Distribuição das temáticas por Edição e Simpósio Temático

Edição e Ano	ST	Homofobia no contexto escolar	Homossexualidade e homofobia no contexto escolar	Sexualidade e homofobia no contexto escolar	Total
7° - 2006	ST 07 -Gênero e sexualidade nas práticas escolares.		1	6	7
8° - 2008	ST 5 – Cidadania e violência na educação: questões de corpo e gênero.	2	1		3
8° - 2008	ST 10 – Educação Infantil e relações de gênero.	1			1
8° - 2008	ST 20 – Juventudes, gênero e violência.		1	1	2
8° - 2008	ST 33 – Subjetividade, gênero e sexualidade.			2	2
8° - 2008	ST 40 - Estado laico, sexualidade e políticas públicas.			4	4
8° - 2008	ST 44 - Questões de gênero na produção cultural para crianças: literatura infantil, filmes, desenhos, sites, publicidade e outros artefatos culturais.			1	1
8° - 2008	ST 46 – Homossexualidades no Brasil contemporâneo: práticas, saberes e experiências.	1	1		2
8° - 2008	ST 51 – Gênero e sexualidade nas práticas escolares.	2	1	3	6
9° - 2010	ST 19 – Educação sexual nas escolas: um debate sobre experiências, inovações, preconceitos, desafios, dificuldades,	4			4

	facilidades e avanços (entre outros aspectos).				
9° - 2010	ST 28 – Formação de professoras/es: a importância das questões de gênero e sexualidade.	1		5	6
9° - 2010	ST 37 –Gênero e sexualidade nas práticas escolares.	1	2	3	6
9° - 2010	ST 42 – Gênero, Direito e Psicanálise: interfaces, deslocamentos e traduções nos modos de subjetivação contemporâneos.	1			1
9° - 2010	ST 47 – Homossexualidades no Brasil contemporâneo: práticas, saberes e experiências.	1		2	3
9° - 2010	ST 48.1 – Sexualidades em debate.			1	1
9° - 2010	ST 58 – Novas Perspectivas sobre Direitos Humanos: reconfigurações teórico-metodológicas, novos atores e processos no cenário internacional e perspectivas para o contexto brasileiro.	1		1	2
9° - 2010	ST 63.1 – Redefinindo a cultura escolar.			1	1
9° - 2010	ST 67.1 – Sexualidades em diversidade.	1			1
9° - 2010	ST 68 – Sexualidade, gênero e processos subjetivos.			1	1

9° - 2010	ST 74.1 – Trajetórias e experiências em Gênero e Diversidade na Escola.			8	8
9° - 2010	ST 76.1 – Violência e gênero.	1			1
10° - 2013	ST 035 – Educação, Relações de gênero e memórias: narrativas, experiências e diálogos educativos.			1	1
10° - 2013	ST 036 – Educação, sexualidade, gênero e juventudes.	2		1	3
10° - 2013	ST 056 – Gênero e práticas corporais e esportivas.	1			1
10° - 2013	ST 063 – Gênero, diversidade e sexualidade no campo da educação.			3	3
10° - 2013	ST 073 – Geografias, gêneros e sexualidades.	1			1
10° - 2013	ST 076 – <i>In Dreams Begin Responsibilities: The Consequences of Gay Rights Without Social Justice in the Transnational Sphere.</i>		1		1
10° - 2013	ST 080 – LGBTT e escolas.	2	3	1	6
10° - 2013	ST 094 – Pesquisa- intervenção Feminista: perspectivas, desafios, interseções.			1	1

Fonte: Dados empíricos analíticos coletados na pesquisa.

Totalizamos 80 trabalhos que tratam direta ou indiretamente a homofobia no processo de educação escolarizada. Desses, 23 analisam a homofobia na educação escolarizada, 11 focam na homossexualidade passando por questões como a homofobia e a maioria dos trabalhos, 46 investigaram as sexualidades e perpassaram pela homofobia na escola.

Os primeiros trabalhos completos sobre homofobia no SIFG foram apresentados em 2006, somando 7 pesquisas (01 homossexualidade e homofobia e 06 sexualidades e homofobia), em 2008 temos 21 (06 homofobia, 04 homossexualidade e homofobia e 11 sexualidades e homofobia), em 2010 temos a maior quantidade de trabalhos apresentados, somando 35 (11 homofobia, 02 homossexualidade e homofobia e 22 sexualidades e homofobia) e por fim em 2013 temos uma diminuição de investigações totalizando 17 (06 homofobia, 04 homossexualidade e homofobia e 07 sexualidades e homofobia).

Em relação a essa diminuição no quantitativo de publicações, acreditamos que vários fatores contribuíram para que isso ocorresse, entre esses podemos destacar a não continuidade de políticas públicas dirigidas ao grupo LGBT. Dentre essas políticas, BSH nos últimos anos não vem desenvolvendo por parte do governo federal ações concretas por meio de editais públicos, como aqueles direcionados a formação de professores, essa dado reforça a nossa hipótese de que a homofobia se tornou uma problemática a partir da implantação de políticas públicas.

De 2006 a 2013, 29 ST's apresentaram pesquisas no SIFG. Observando o resumo da proposta do ST bem como o seu título, nenhum desses tratou especificamente da homofobia. Apenas quatro ST's citam a homofobia, não como objeto de investigação, mas sim como exemplificação de uma das violências e ou temas aos quais os/as autores poderiam enviar trabalhos completos, são eles: no ano de 2008 (Cidadania x violência na educação: questões de corpo e gênero⁴²) e em 2013 (Gênero, diversidade e sexualidade no campo da educação⁴³). Os outros dois ST citam o BSH em seus resumos como exemplos de ações do Governo ao combate a homofobia, porém o programa não era o foco das análises dos ST, são

⁴² Ver em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st05.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

⁴³ Ver em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=208> Acesso em: 23 maio. 2015.

eles: em 2010 (Formação de professoras/es: a importância das questões de gênero e sexualidade⁴⁴) e em 2013 (LGBTT e escolas⁴⁵).

No ano de 2006 dos 68 ST's, apenas um continha alguma investigação sobre a homofobia, em 2008 dos 72 ST's, oito apresentam pesquisas sobre o nosso recorte, em 2010 temos 96 ST's, destes, 12 discutiram questões ligadas a homofobia, a maior quantidade de ST's do SIFG a discutir essa temática em todas as suas edições e por fim, em 2013 temos uma diminuição de ST's discutindo, retornando para oito, apesar dos número de ST's do evento terem atingido recorde, chegando a 115.

Em relação à continuidade dos ST's no decorrer das edições do SIFG, constatamos que o ST Gênero e sexualidade nas práticas escolares ocorreu nos anos de 2006, 2008 e 2010 e outro ST também foi realizado mais que uma vez, o ST Homossexualidades no Brasil contemporâneo: práticas, saberes e experiências, em 2008 e 2010.

Analisando os resumos dos ST's, disponíveis no *site* do SIFG, o ST Questões de gênero na produção cultural para crianças: literatura infantil, filmes, desenhos, *sites*, publicidade e outros artefatos culturais, apresentado em 2008, menciona⁴⁶ que o mesmo ampliará e dará prosseguimento ao ST intitulado "Questões de gênero na literatura e na produção cultural para crianças", realizado durante o 7 SIFG. O ST Sexualidade, gênero e processos subjetivos, apresentado em 2010 também aponta⁴⁷ uma continuidade ao ST realizado no SIFG 8.

Ainda a partir desses resumos, constatamos que a maioria dos ST's menciona a busca por um olhar interdisciplinar⁴⁸ para as questões investigadas, ou seja, no nosso caso, a homofobia foi tratada por meio do diálogo com diferentes áreas do conhecimento, como: psicologia, educação, sexologia, antropologia, saúde e outros. Além disso, o conceito de identidade⁴⁹ seria uma condição de possibilidade

⁴⁴ Ver em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=146> Acesso em: 23 maio. 2015.

⁴⁵ Ver em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=96> Acesso em: 23 maio. 2015.

⁴⁶ Ver em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st44.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

⁴⁷ Ver em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=80> Acesso em: 23 maio. 2015.

⁴⁸ A título de exemplificação ver o ST: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=80> Acesso em: 23 maio. 2015.

⁴⁹ A título de exemplificação ver o ST: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=96> Acesso em: 23 maio. 2015.

atrelada a gênero e a sexualidade para se analisar as questões de homofobia. Identidade como um enunciado.

Pensando as sexualidades e as diversas questões que cruzam a mesma, os resumos apontam para a importância das políticas do governo federal, estadual e municipal no combate a homofobia, como práticas, sendo que no ano de 2010 o ST (Formação de professoras/es: a importância das questões de gênero e sexualidade), comenta⁵⁰:

O Governo Federal vem fazendo um esforço para atuar junto a profissionais do magistério, através de editais que incluem temas sobre educação e diversidade; educação e gênero; educação sem homofobia; educação para a equidade, enfim uma série de possibilidades para se formar, através da educação, cidadãos e cidadãs sem preconceitos e que convivam respeitosamente com a diversidade (2010, s/p.).

Ainda em 2010 existiu um ST (Trajetórias e experiências em Gênero e Diversidade na Escola⁵¹), destinado a compartilhar resultados da formação de docentes a partir do programa de aperfeiçoamento à distância (geralmente semipresencial) intitulado: Gênero e Diversidade Sexual e Étnico-racial.

O entendimento das sexualidades nos ST's é compreendido pela crítica ao enunciado médico-biológico, ainda que não se nega o quanto nosso corpo é biológico. As sexualidades são analisadas a partir de componentes culturais, sociais, econômicos e históricos, como podemos visualizar no ST (Gênero e sexualidade nas práticas escolares⁵²) do ano de 2006, formando um regime enunciativo.

Cabe destacar o lugar do Direito e da Psicanálise quando se pensa em Direitos Sexuais, como podemos perceber no ST de 2010 (Gênero, Direito e Psicanálise: interfaces, deslocamentos e traduções nos modos de subjetivação contemporâneos⁵³).

Além da crítica a perspectiva médico-biológica, no ano de 2008 o ST (Estado laico, sexualidade e políticas públicas⁵⁴) criticou o fundamentalismo religioso, pois para os/as proponentes do ST, esse compromete a viabilidade de políticas direcionadas aos direitos sexuais e reprodutivos.

⁵⁰ Ver em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=146> Acesso em: 23 maio. 2015.

⁵¹ Ver em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=223> Acesso em: 23 maio. 2015.

⁵² Ver em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/st_07_A.html> Acesso em: 23 maio. 2015.

⁵³ Ver em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=74> Acesso em: 23 maio. 2015.

⁵⁴ Ver em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st40.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

Outra questão levantada foi a importância do respeito para com a diversidade sexual e o ST acima analisou esse viés a partir da ruptura da cadeia simbólica sexo-gênero-sexualidade, que é constituída historicamente por pressupostos essencialista, naturalizantes e normalizadores. Observamos aqui um deslocamento da perspectiva médico-biológica naturalizante, essencialista para um tratamento histórico-político das questões que envolvem as práticas de homofobia, sexualidade e gênero.

Ainda em 2008 o ST (Questões de gênero na produção cultural para crianças: literatura infantil, filmes, desenhos, sites, publicidade e outros artefatos culturais⁵⁵) expressou que a cadeia simbólica supracitada cria de forma também naturalizante representações do feminino e do masculino, tendo como referencial a heteronormatividade.

⁵⁵ Ver em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st44.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

Quadro 6 Cartografia das Regiões e Instituições Provenientes dos/as Autores/as

REGIÃO	INSTITUIÇÕES	NÚMERO DE AUTORES/AS	TOTAL
Sul	UFSC	14	50
	UFRGS	10	
	FURG	5	
	UTFPR	4	
	UFPR	4	
	UEM	3	
	UEPG	3	
	UFSM	2	
	SED/PR	2	
	UFPeI	1	
	FAP	1	
	SED/SC	1	
Sudeste	UNESP	13	45
	UFRJ	7	
	USP	6	
	UFJF	5	
	UERJ	4	
	UFF	3	
	UNISUAM	2	
	UNIMEP	1	
	PBH	1	
	CEFET-MG	1	
	UFU	1	
	UFMG	1	
	Centro-Oeste	UnB	
UCB		6	
UFMT		4	
UFG		3	
UNEMAT		1	
Inep		1	
UCG		1	
Nordeste	UESB	4	16
	UFBA	3	
	UFRPE	3	
	UFC	2	
	UNEB	1	
	UFPB	1	
	SECULT/Salvador	1	
	UFAL	1	
Norte	Nenhuma Instituição	0	0

Fonte: Dados empíricos analíticos coletados na pesquisa.

Somando toda a quantidade de autores/as temos 137⁵⁶, contudo é importante lembrar que não excluímos da somatória total da instituição o/a autor/a que tenha publicado mais de um trabalho no SIFG. Identificada à região do Brasil ao qual o/a pesquisador/a estava vinculado, temos os seguintes percentis: região sul com 36,5%, sudeste com 32,9%, centro-oeste com 18,9%, nordeste com 11,7% e a região norte não apresentou nenhum trabalho.

Se compararmos esses percentuais com os dados já discutidos da ANPEd, temos algumas diferenças relevantes, o primeiro é o fato de o sul ter um percentual maior que o sudeste no SIFG, na ANPEd 54,5% trabalhos são da região sudeste e 22,7% do sul, esse fato pode ser explicado pelo motivo de o SIFG ser realizado sempre na UFSC (região sul) e a ANPEd a cada reunião busca-se uma instituição de região diferente. No SIFG as regiões centro-oeste e nordeste tiveram um aumento na quantidade de trabalhos apresentados em relação à ANPEd, sendo que o centro-oeste obteve 9,1% e o nordeste 4,6%. O SIFG só perde em termos quantitativos para a região norte, pois na ANPEd 9,1% são desta região do Brasil, enquanto que no SIFG essa região não apresentou nenhum trabalho.

Identificadas às instituições participantes, temos 39 ao total, sendo: o sul e o sudeste com 12 instituições cada, centro-oeste 07, no nordeste 08 e no norte nenhuma instituição. Destas instituições, são privadas: UNISUAM, UNIMEP, UCB e UCG, totalizando apenas 10,3%, os restantes 89,7% são instituições públicas. Mesmo que na ANPEd 100% dos trabalhos apresentados sobre homofobia (levando em consideração apenas o descritor homofobia) foram realizados em instituições públicas, o percentual do SIFG reforça a presença do esforço dos/as pesquisadores/as públicos federal, estadual e municipal no combate a homofobia.

Passaremos agora a analisar os principais resultados das pesquisas que focalizavam suas análises na homofobia no contexto escolar, são eles: Nardi (2008a), Santos et al (2008), Santos e Silva (2008), Ferrari (2008), Longaray e Ribeiro (2008), Borges (2008), Joca (2010), Gonçalves (2010), Rocha Filho (2010), Marretto et al (2010), Souza et al (2010a), Fernandes et al (2010), Diaz e Souza (2010), Gato et al (2010), Castelluccio (2010), Martins (2010), Peçanha e Devidé (2010), Joca (2013), Sala e Grossi (2013), Muñoz e Pinto (2013), Santos et al (2013), Freitas e Santos (2013) e Braga e Ribeiro (2013).

⁵⁶ Não contabilizamos nesse número um trabalho da Universidade do Porto/Portugal e 03 trabalhos que não informaram suas instituições.

5.2 HOMOFOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Nardi (2008a) investigou a implantação e produção de políticas públicas sobre as discriminações de caráter homofóbico e sexista nas escolas do Brasil e da França.

O autor analisou a realidade da França como sendo a primeira vista mais aberta às questões ligadas a diversidade sexual, citou como exemplo o reconhecimento legal de uniões de pessoas do mesmo sexo, chamado de Pacto Civil de Solidariedade, ainda que este apresente limites de direitos civis. Já na escola, as questões ligadas à sexualidade são inexistentes, gerando desta forma o que o autor aponta como “sofrimento psíquico” que seria causado pela negligência governamental para essa temática. Quando a questão da homofobia aparece na sociedade francesa, essa parte de uma leitura baseada em um recorte bem definido: os/as migrantes pobres.

No Brasil a realidade é diferente, pois o autor entende que a nossa sociedade é historicamente homofóbica, o que acabou mobilizando de forma embrionária políticas públicas para a educação ao combate da homofobia, tendo como destaque o BSH. Contudo, Nardi (2008a) entende que no Brasil, a lei não produz uma normalização (no sentido de impedir ações homofóbicas) e que na prática, a homofobia ainda é uma questão muito forte.

A leitura que o mesmo apresenta a partir dos resultados de suas investigações sobre a homofobia na escola, revelam uma “patologização” da pobreza, concebida de forma medicalizada e psicologizada, na qual a sexualidade é interpretada de forma binária, de um lado temos o “polo selvagem/pobre/doente/perverso/negro-mestiço/não-educado” e do outro “civilizado/rico-classe média/sadio/normal/branco/educado”.

Segundo Nardi (2008a, p. 6):

Os efeitos da patologização da pobreza podem ser compreendidos a partir da individualização da questão da sexualidade no contexto da escola; ou seja, existe um paralelismo entre pobreza e patologia e, como a ‘doença’ se materializa no indivíduo (mesmo que a pobreza seja entendida como da ordem do social), a ação das escolas se resume a entender os ‘casos’ problemáticos de alunos e alunas marcados por uma suposta ‘hipersexualização do comportamento’. Comportamento este cuja origem e causa se situa, em grande parte, na família. A família pobre emerge nos relatos como desestruturada

(face ao modelo idealizado da família nuclear burguesa) e malthusiana, ou seja, que se reproduz sem limites e sem responsabilidade e que cria um ambiente de promiscuidade próprio ao desenvolvimento de patologias de ordem sexual.

Santos et al (2008), a partir do projeto "Ser (Poder Ser): promovendo a diversidade na escola", que teve a parceria com a SECADI/MEC, concretizaram a formação de docentes do Distrito Federal. Importante destacar que tal capacitação é prevista e concretizada a partir do 5º item do BSH, que se refere ao "Direito à Educação: promovendo valores de respeito e à não discriminação por orientação sexual".

As autoras concebem a homofobia na escola como expressão de violência verbal e ou física que gera diferentes exclusões e podem chegar à evasão e o sofrimento da vítima.

Ainda comentam que a partir dos relatos dos/as professores/as, observaram uma sensibilização para com a homofobia na escola, gerando atitudes e comportamentos mais conscientes para tais questões. Entretanto, as sexualidades ainda são compreendidas de forma preconceituosa o que gerou muita desistência do projeto.

Santos e Silva (2008), também investigaram a formação de professores, contudo focaram na formação inicial de professores de Educação Física que cursaram a disciplina optativa Gênero e Coeducação na Educação Física da UFSC e compararam com outro grupo de estudantes que não cursaram tal disciplina.

Seus dados apontaram que não houve diferença entre quem cursou ou não a disciplina no trato da homofobia na escola. Entretanto, destacaram que o desconhecimento da área de gênero e sexualidade pode gerar intolerâncias para com a diversidade sexual no contexto escolar.

Ferrari (2008) investigou as formas de organização do *bullying* a partir das falas de adolescentes de uma escola pública federal na cidade de Juiz de Fora/MG. Os alunos demonstraram uma naturalidade da homofobia expressa por meio de brincadeiras.

Apesar de que algumas das características da brincadeira serem: imaginação, construção e não intencionalidade objetiva, entendemos assim como Wajskop (1995, p. 119) que: "No entanto, apesar destas variantes inclusas em um sistema imaginativo e de liberdade, a brincadeira não é fantasia, mas uma atividade

sociocultural originária nos valores e hábitos de uma determinada sociedade ou grupo social”.

Isto quer dizer, que quando se diz “brincando” para alguém que essa pessoa é *gay*, se pretende de alguma forma dar algum sentido para tal atitude, pode ser sinônimo de ironia, um termo pejorativo que revela o poder simbólico da violência, ou seja, esta brincadeira revela um preconceito sexual (ROSA, 2004).

Outro dado da pesquisa foi o fato da homofobia ser centralizada pelos meninos, o autor interpretou a mesma como parte da construção da identidade e dominação masculina, a qual nesse processo de formação da masculinidade, os homens se afastam dos comportamentos femininos e homossexuais, muitas vezes utilizando de diferentes tipos de violência, para garantirem sua masculinidade hegemônica. Por isso, para o autor, o combate à homofobia representa o combate ao machismo.

Longaray e Ribeiro (2008) tiveram por objetivo analisar os discursos de adolescentes sobre principalmente à homossexualidade, discursos esses que foram capturados durante a execução de um projeto desenvolvido em uma turma do primeiro ano do Ensino Médio de uma Escola Estadual, do município do Rio Grande/RS.

Para as autoras, assim como no trabalho anterior, a homofobia é um problema concretizado por meio de brincadeiras, risos e piadas de mau gosto. Reconhecem a escola como um espaço importante na construção de identidades, entre elas a sexual e mencionaram que a mesma deva problematizar a diversidade sexual, combatendo todo tipo de preconceito e discriminação direcionado às pessoas homossexuais.

Um dos resultados encontrados foi que os/as alunos/as não tiveram problemas e ou receio de falarem sobre a questão da sexualidade/homossexualidade, já ao contrário, os professores apresentaram dificuldades para tratarem desse assunto e uma das principais causas seria o silenciamento da diversidade sexual e por consequência a homofobia. Desta forma, as autoras parecem generalizar o universo das falas dos alunos como sendo positivas e dos professores como sendo limitadoras.

Longaray e Ribeiro (2008) ainda criticam o discurso biológico, pois este foca nas questões de reprodução e se aproximam de uma concepção histórica das

identidades sexuais, sendo que para elas essa leitura cria e possibilita um modelo educacional inclusivo.

Borges (2008), também realizou sua pesquisa a partir dos resultados provenientes da formação de professores de Porto Alegre/RS. Essa formação teve o apoio de uma ONG. Aqui, o entendimento de homofobia é formulado de forma idêntica ao de Santos et al (2008), reforçando a violência e o sofrimento para explicarem a mesma.

A autora inicia seu texto trazendo um dado, menos de 10% dos assassinos de homossexuais são presos, logo ela conclui que esse crime não é investigado por causa de certa desvalorização na sociedade.

Assim como na pesquisa apresentada anteriormente, a maioria das professoras relata dificuldade em tratar de temas como sexualidade, homossexualidade e violência. Suas informantes relataram um caso de um menino (da educação infantil) que por ter um estereótipo enquadrado no feminino (na concepção de suas professoras), este não teria um bom futuro. Esse e outros relatos sempre eram ditos por meio de piadas e risos.

As professoras também mencionaram o papel discriminador das famílias, que repreendiam um aluno de sete anos porque este gostava de se maquiar, algo considerado anormal ao gênero masculino, pois aproxima o homem ao universo da feminilidade.

Algo presente neste estudo e que vai aparecer em alguns dos próximos autores aqui analisados é a ideia que concebe menos preconceito ou até total invisibilidade discriminatória para os homossexuais que se aproximam da masculinidade hegemônica e ao mesmo tempo se afastam da feminilidade, ou seja, um homossexual efeminado sofre homofobia e o discreto (na fala das professoras) não, por isso, as mesmas dizem “respeitar” os alunos homossexuais, desde que esses tenham comportamentos considerados masculinos.

Solomon (2013) também concorda com a ideia de que quanto mais próximo da heteronormatividade hegemônica, menos preconceito o homossexual sofrerá, o autor dá o exemplo da distinção de discriminação recebido por um homossexual atleta de um time de futebol americano de outro que é estilista de moda.

Contudo, em suas pesquisas sobre pessoas trans, o autor afirma que não podemos generalizar, pois existem trans que não querem ser reconhecidos/as como

peças trans, ou seja, querem ser invisibilizados/as no cotidiano. Outras/os fazem da sua experiência trans uma forma de existência e vivência política.

Essa última concepção é defendida por Kich (2008) quando a mesma analisou uma publicação de Marco Aurélio Maximo Prado e Frederico Viana Machado. Segundo a autora, esses pesquisadores valorizam a experiência de “sair do armário”, pois sabem o quanto difícil é tal atitude, e, mas do que uma atitude individual, a questão ganha outra dimensão a partir das contribuições do movimento homossexual e mais do que isso, a atitude de permanência no armário pode ser interpretada conforme expressa Kich (2008, p. 129): “O silenciamento do outro, assim como a sua deslegitimação, fazem parte deste processo de construção do preconceito na medida em que este outro, silenciado, ocupa um não lugar na sociedade”.

Ainda sobre a questão da invisibilidade e a cobrança de discrição aos homossexuais por parte da sociedade, Beleli (2008) investigou como a homossexualidade foi veiculada pelas imagens e textos de duas novelas da Rede Globo de Televisão.

Seus resultados se aproximam da ideia foucaultiana de que ao se incluir algo, a intenção é incluir para melhor controlar:

Sem dúvida, a visibilidade de gays e lésbicas nas telenovelas, e de forma mais tímida na publicidade, é crescente. Mesmo as imagens sarcásticas – exibidas no passado recente e, certamente, não erradicadas –, de certa forma, ofereciam inteligibilidade a personagens gays e lésbicas, etiquetando esses sujeitos a partir de normas estabelecidas. Na mudança, o encapsulamento dos personagens gays e lésbicas em um modelo de família parece ser um recurso utilizado para aproximar ainda mais esses sujeitos das convenções estabelecidas (BELELI, 2008, p. 128).

Voltando a Borges (2008), essa ainda apresenta algumas críticas levantadas pelas professoras com relação à sexualidade na escola, entre os argumentos estão: não continuidade e concretização de intervenções na escola, geralmente os agentes da escola acreditam que existem outros temas de maior relevância, falta de material adequado para abordar esse assunto, mas também falta de competência das mesmas para as questões de homofobia, sendo que as professoras mencionaram que deva existir pessoas especializadas e qualificadas nesse assunto para abordarem e não elas, esses especialistas são profissionais da área da saúde.

A autora também relatou o fato de duas professoras que participaram das primeiras turmas que ao tentarem criar condições para o debate sobre diversidade sexual em suas escolas foram negadas. A justificativa foi que o tema de sexualidade para crianças pequenas não seria algo apropriada à idade e que ao falarem fariam apologia à homossexualidade.

Além disso, as professoras não conseguiram exercer o papel de multiplicadoras (proposto no curso de capacitação), pois foram questionadas se realmente eram heterossexuais e as próprias sofreram homofobia. Como consequência disso, essa pressão por parte da escola e também por familiares das mesmas, várias abandonaram o curso de formação de professores.

Aqui, mais uma vez, é pertinente a crítica à concepção recorrente em espaços educacionais do papel dos multiplicadores, realizada na dissertação de Serra (2013, p, 41):

Propor que algumas coisas não se encaixam naturalmente é apontar para as resistências como espaços da diferença, dos conflitos que produzem desestabilizações, onde os sujeitos possam deixar suas marcas sem necessariamente serem apenas multiplicadores.

Joca (2010), é mais um autor a tratar da formação de professores e assim com Santos et al (2008) o projeto de capacitação ocorreu com auxílio de edital público financiado pelo programa BSH e na busca de parcerias, como ocorreu também com outros autores/as, exemplo Borges (2008), Joca se aproximou do Grupo de Resistência Asa Branca e da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

A primeira observação foi que a palavra “problema” era utilizada no contexto das sexualidades não heterossexuais. O autor frisou que a palavra problema deve vir com aspas, pois no contexto da diversidade sexual nenhuma expressão deve ser compreendida como um problema. Problema como enunciado.

Os educadores/as, conforme Joca (2010) apresentaram três posturas no processo do curso de capacitação: indiferença, concretizada principalmente pelo silenciamento e pela negligência como uma estratégia de não se expor ao discurso politicamente incorreto e ser estigmatizado como preconceituoso. Aqui a homofobia é velada como trataremos mais adiante.

O segundo, a indisponibilidade, é uma rota de fuga do educador, pois este assume que o tema é relevante, porém ou se considera não qualificado ou acredita que algum especialista deva exercer esse papel na escola. Para o autor isso ocorre em decorrência do medo de se expor.

Já o terceiro, o compromisso, é expresso pelos educadores/as abertos ao diálogo quando o assunto é homossexualidade. Porém, o autor alerta que tal postura flexível esbarra na falta de conhecimentos mais articulados e politizados e que em sua maioria são exercidas concepções baseadas no senso comum.

No decorrer da formação, os organizadores ficaram sabendo que os professores se motivaram a se inscrever no curso influenciados por amigos LGBT. Na dissertação de Rosa (2004) o autor também concluiu que a relação de proximidade/amizade de pessoas que se consideram heterossexuais com homossexuais possibilitou uma diminuição no preconceito.

Por fim, o autor aponta algumas limitações para a inclusão do debate sobre homossexualidade na escola: a falta de políticas públicas efetivas no combate ao sexismo e homofobia; o entendimento que tal assunto cabe restritamente à família respeitando seus dogmas religiosos; violação do princípio constitucional do “Estado Laico”; a valorização dos conteúdos curriculares o que leva a uma desvalorização de temas transversais; concepção biológica da sexualidade; falta de conhecimento científico e politizado no trato para com a diversidade sexual.

Gonçalves (2010), fez um trabalho conjunto com sua turma de alunos de um curso técnico do campus de Divinópolis do Cefet-MG, a qual os mesmos sob sua orientação realizaram todas as etapas de uma pesquisa científica que objetivou capturar dos colegas dos demais cursos a existência de práticas discriminatórias com relação aos homossexuais, resultando em várias matérias de cunho jornalístico.

A partir dos seus resultados algumas incoerências foram observadas como o fato de 61% dos alunos não se considerarem preconceituosos quanto aos homossexuais e 27% que “sim”. No entanto, 43% afirmam já ter presenciado ou ouvido falar de prática de atitudes discriminatórias em ambiente escolar.

Outra questão indagou: se pudessem, optariam por não ter colegas homossexuais como colegas de classe? e 74% dos entrevistados responderam que “não”, desde que estes sejam discretos, afirmativa esta que contou com 73% dos alunos, endossando os resultados de outros pesquisadores como Borges (2008).

A religião compôs um dos itens avaliados no cruzamento das respostas dos alunos, pois como já levantado por diferentes pesquisadores nesta tese, a religião está inserida nos discursos que compõem a homofobia.

Gonçalves (2010) afirma que os alunos evangélicos assumem ter preconceito contra gays com 39% contra 23% dos católicos proporcionalmente. 22% dos

evangélicos não gostariam de dividir a sala de aula com colegas *gays*, esse percentual é menor com os católicos com 13%. Por fim, 40% dos evangélicos consideram a homossexualidade uma doença contra 14% dos católicos.

A grande conclusão desse estudo é que a homofobia se manifesta de forma velada, pois a maioria (61%) dos alunos declara não possuir nenhum tipo de preconceito contra os homossexuais, contudo, a partir da estratificação e cruzamento dos dados a homofobia aparece, evidenciando para o autor uma intolerância aos alunos homossexuais. Esse dado também foi encontrado na pesquisa de dissertação de mestrado de Rosa (2004) na qual a homofobia também apareceu de forma velada, incluída no discurso do respeito/amizade na qual são impostas algumas condições, como por exemplo, um distanciamento físico/afetivo pelo medo de receber “cantada” desse amigo homossexual.

Rocha Filho (2010), fez uma revisão da literatura abordando os conceitos de heterossexismo e homofobia na educação. Para o autor o heterossexismo se configura por uma supervalorização da heterossexualidade em relação às outras formas de opção sexual e esse conceito é fundamental para a análise da homofobia na escola. Apesar de muito criticado, o uso da expressão opção sexual vem ganhando mais espaço frente o uso de orientação sexual, como veremos adiante na pesquisa realizada por Sala e Grossi (2013). Opção sexual e orientação sexual são enunciados.

O autor se apropria do conceito de tolerância para propor uma harmonia entre as diferentes opções sexuais no ambiente escolar e social. Para tanto, isso só será possível quando a cadeia simbólica sexo-gênero-sexualidade for discutida e superada socialmente. Enquanto o homossexual for visto como desvio da norma do gênero masculino, essa harmonia encontrará barreiras na escola, formando regimes enunciativos. O enunciado da tolerância.

No campo de estudos/pesquisas sobre a diversidade sexual, essa cadeia simbólica é criticada, pois não existem apenas dois gêneros (masculino e feminino) e as chamadas identidades sexuais não se limitam em heterossexual, homossexual e bissexual. Além disso, uma pessoa que nasceu, por exemplo, com uma vagina, pode se assim desejar e resistir aos diferentes mecanismos de poder impostos por

uma sociedade sexista, exercer a sua masculinidade, visto que essa é aprendida socialmente, além de ser heterossexual⁵⁷.

É nesse sentido que a estudiosa de sexualidade Sarasa (2008, p. 11) reforça que:

Considere novamente a cadeia simbólica para lembrar que não há nenhuma relação entre sexo, gênero, sexo e orientação sexual. Assim, você pode ter certas características sexuais (pênis, escroto) e ao mesmo tempo identificar-se com o gênero feminino e desejar ter relações sexuais com uma mulher. Ou o que é o mesmo, você pode ter pênis e escroto, e desejar viver a vida como mulher homossexual, bissexual ou heterossexual⁵⁸.

Marretto et al (2010) realizaram um estudo transversal com estudantes do ensino médio público nas cidades do Oeste Paulista (Presidente Prudente, Assis e Ourinhos).

Para Marretto et al (2010, p. 2) a homofobia é:

[...] um importante dispositivo regulatório, produtor e mantenedor da produção binária dos gêneros, e que, para se manter vigente, apresenta-se como verdade incontestada. Para tal, precisa do apoio de diversos discursos que a naturalizem enquanto verdade.

É notório reafirmarmos que a homofobia enquanto um enunciado, não deve ser concebida de forma fixa e eterna, ou seja, tanto o conceito dos autores acima quanto outros como homopreconceito e LGBTTTQIfobia e mesmo a homofobia, é diariamente pensada e reconstruída, o que dá uma dinâmica ao seu léxico.

Acreditamos que a tentativa de não construir um conceito a partir da “fobia” seja algo interessante, ao mesmo tempo em que conceber que as discriminações movidas por questões ligadas às sexualidades não são praticadas da mesma forma para todas as possibilidades de se vivenciar a sexualidade seja um caminho viável para se compreender melhor esse fenômeno social.

⁵⁷O programa da Rede Globo, Profissão Repórter de 18 de novembro de 2014, apresentou a história do casal de namorados, Duda (mulher trans) e Robs (homem trans). Como nomear esses indivíduos em termos de condição sexual? Possíveis respostas: heterossexuais, homossexuais ou outra categoria ainda não criada? Ver a entrevista no site: <<http://globo.com/rede-globo/profissao-reporter/t/programas/v/transsexuais-falam-sobre-adequacao-sexual-e-como-encaram-a-sociedade-parte-2/3774027/>> Acesso em: 21 nov. 2014.

⁵⁸ Texto original Sarasa (2008, p. 11): “Pensemos otra vez en la cadena simbólica para recordar que no existe relación entre sexo, género, prácticas sexuales y orientación sexual. Por tanto acreditamos se puede tener unos determinados caracteres sexuales (pene, escroto) y al mismo tiempo identificarse con el género femenino y desear tener relaciones sexuales con una mujer. O lo que es lo mismo, se puede tener pene y escroto, y desear vivir la vida como mujer homosexual, bisexual o heterossexual”.

De acordo com os autores, a homofobia seria manifestada em quatro categorias. A primeira é a homofobia pastoral, conceituada a partir de suas diversas manifestações contrárias à homossexualidade, fortalecidas pelos discursos religiosos, heterocentristas, tradicionalistas, normalizadores, que produzem sujeitos anormais, bizarros e doentes.

A homofobia institucional diz respeito à invisibilidade da homossexualidade em termos jurídicos na garantia de seus direitos. A homofobia interpessoal é manifestada por meio de piadas, insultos e chacotas expressos por um vocabulário pejorativo depreciativo. A quarta e última é a homofobia cordial, aqui o indivíduo homossexual é aceito desde que não exerça sua homossexualidade.

Essas manifestações ocorrem em cinco níveis. O primeiro é a repulsa, na qual a homossexualidade é vista como uma ameaça, um pecado, o que justifica as ações que visam sua cura por exemplo. O segundo é a pena/antipatia, aqui a heterossexualidade é valorizada e os heterossexuais manifestam pena dos homossexuais. A terceira é a indiferença, pois a homossexualidade não é vista como ameaça à heterossexualidade. A quarta é a tolerância, pois a homossexualidade é vista como algo passageiro e que se não superada na fase adulta é por questões de fracasso no desenvolvimento psicológico. A última é a aceitação, pois se entende que algo deva ser aceito.

Partindo para os resultados da pesquisa, 34.1% acreditam que a homossexualidade é uma escolha e 29.5% que essa não é normal. Um resultado positivo foi que 50.3% aceitam e consideram a homossexualidade como não ameaçadora. Porém, 38% concebem a homossexualidade como um desvio e deva ser curada e 29.5% acha a heterossexualidade mais normal que as outras manifestações da sexualidade.

Como vemos mostrando ao longo dos resultados das pesquisas aqui já analisadas, de acordo com Marretto et al (2010), um percentual significativo dos estudantes aceita ter amigos *gays* desde que os mesmos não demonstrem sinais de homossexualidade.

Por fim, as autoras e o autor chegaram à conclusão segundo seus dados que a escola é o local mais citado pelos alunos que declararam terem sofrido agressões/discriminações, seguido pela casa/família. Os meninos como apontando em outros estudos, são os mais discriminadores.

Souza et al (2010a) propuseram uma pesquisa-intervenção, para investigar as estratégias educativas de professores diante de uma situação de homofobia na escola entre alunos.

Para esses autores os alunos homossexuais são discriminados, pois seu comportamento de gênero e orientação sexual não corresponde à heteronormatividade e aos referenciais de gênero dominantes. A homofobia é expressa por meio do silenciamento, insultos e gozações.

Os resultados da pesquisa apontam que a homossexualidade é vista como um problema que merece reflexão, a qual é esclarecida pelos professores utilizando a verbalização de valores morais (certo e errado) diante do preconceito realizado por seus alunos. Essa intervenção dos professores deve gerar uma conscientização e repreensão da situação discriminatória, garantindo o direito do aluno ser diferente.

Segundo Souza et al (2010a) as crenças religiosas e explicações biológicas são utilizadas como fundamento para conceberem a sexualidade e a forma com essa ainda não é respeitada em sua plenitude, impossibilitando uma educação inclusiva.

Mediante os resultados provenientes da pesquisa-intervenção as autoras e o autor acreditam não ser suficiente esperar que uma educação moral baseada no desenvolvimento das capacidades racionais seja capaz de desenvolver a consciência do ato discriminatório, possibilitando uma escola inclusiva.

Fernandes et al (2010) apresentam os resultados provenientes de uma parte da pesquisa de doutorado intitulada “Políticas educacionais de combate à homofobia no Brasil (2004-2009)” que tem por objetivo estudar como a homofobia se tornou categoria de políticas públicas no MEC do Governo “Lula” no período de 2004 a 2009.

A homofobia para esses autores não pode ser analisada pelo viés da fobia e ou individualizada, a leitura deve ter uma perspectiva social. Para tanto, os mesmos trazem um breve recorte histórico da homofobia, desde seu aparecimento no contexto norte-americano nos anos 1960 sob a base do senso comum, após isso, a mesma se tornou uma categoria de análise psicológica da década de 70 até início de 2000, foi incorporada nas políticas de governo frente aos sistemas de valores excludentes. Diferentes regimes discursivos e práticas.

Ainda sobre a conceitualização da homofobia, Fernandes et al (2010, p. 2) entendem que:

A homofobia não é uma 'natureza das coisas' [...]. Considero que a homofobia pode apenas explicar fenômenos sociais específicos se discutida paralelamente com valores particulares e visões de mundo e não como um conceito universal que tenha os mesmos significados em diferentes sociedades. Entendemos a homofobia como algo que não pode ser universalizado, tampouco pode ser usada no singular (devemos sempre pensar em 'homofobias'); mas é imperativo que ela possa ser comparada para fins analíticos e políticos.

Para o autor e as autoras, antes dos anos 2000 as políticas do governo eram executadas apenas pelo Ministério da Saúde, que tinha como foco a AIDS. Após esse ano, outros Ministérios também começaram a tratar dessa temática.

Em 2002 com a eleição do PT para o governo federal, possibilitou um avanço no trato da homofobia. O governo do Fernando Henrique Cardoso priorizou a área de saúde/AIDS para os/as LGBT. Também foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação na secretaria de direitos humanos no Ministério da Justiça e ativistas LGBT tem assento nesse conselho, que lança o BSH em maio de 2004.

No sentido de acompanhar a implementação do BSH no MEC, foi criado um grupo de trabalho que teve a participação efetiva de componentes originários tanto da academia como ativistas. Além disso, em julho de 2004 o MEC criou uma agência chamada SECADI a qual implantou as seguintes prioridades: formação continuada de professores, organização de seminários e eventos, criação de prêmios e concursos e publicação de material didático-pedagógico. Destes, a formação de professores recebeu maior prioridade.

A questão dos movimentos homossexuais é também discutida por Kich (2008), para a autora existem dois perfis do movimento social *gay*, o primeiro seria os tradicionais, os quais se fundamentam na concepção marxista e por isso focalizam seus esforços na luta de classes, o segundo seria os novos movimentos, que trabalham a partir das identidades e diversidade e priorizam questões mais particulares e específicas das então chamadas minorias. Ambos os perfis estão presentes na produção do conhecimento científico e fazem um paralelo entre movimento social e academia, o que possibilita que a homofobia seja pensada para além de questões puramente ativista ou exclusivamente científica.

Para Fernandes et al (2010) o BSH viabilizou que a homofobia fosse tratada não apenas pelas áreas de Saúde e Segurança Pública (eixo dos Direitos Humanos), mas também Educação, Cultura, Trabalho, Meio Ambiente, dentre outras áreas ministeriais. Uma crítica levantada pelos autores é a ausência de ações

concretas em algumas áreas como, por exemplo, o Ministério do Trabalho. O foco principal recaiu para a Educação e Cultura.

Após leitura deste trabalho, percebemos que os autores não criticam a não continuidade de investimentos no segundo mandato do governo Lula em relação ao programa BSH.

Diaz e Souza (2010) problematizaram o conceito *bullying* utilizado para caracterizar o fenômeno da violência no contexto social/escolar, pois alguns estudos se apropriam deste enunciado para analisarem a homofobia na escola, como por exemplo, temos Ferrari (2008), Peçanha e Devede (2010) e Carvalho (2010). O enunciado *bullying*.

Essa problematização parte da crítica ao fenômeno da violência como concebida por uma polaridade entre vítima e agressor, a qual a vítima é fraca e o agressor possuidor de um poder (forte), pois para as autoras a violência se naturaliza.

É neste sentido que Diaz e Souza (2010, p. 3) complementam:

Entendemos que problematizar o denominado *bullying escolar* e o *bullying homofóbico* como fenômenos associados à violência e não reconhecimento do outro, amplia as possibilidades de análise e as consequentes implantação de ações que possam desestabilizar a proliferação desses fenômenos. Assim, entendemos a importância de relacionar os pressupostos de fundação do Estado Moderno e de legitimação da violência na constituição da civilização, do Direito, e da subjetividade, conforme postos pela modernidade e suas instituições sociais e jurídicas. Verifica-se que há desde a perspectiva do Estado de Direito Moderno, bem como, do conceito *bullying*, a naturalização da violência e sua justificativa como intrínseca às relações sociais, o que fornece ferramentas para sua reprodução e reforça o fenômeno que se pretende combater.

Influenciadas pela formação da área da psicanálise, as autoras trabalham com o conceito da subjetividade cindida⁵⁹ para criticarem a concepção instintiva da violência, que acarreta em uma generalização deste conceito. Como proposta de entendimento, elas sugerem que a violência seja compreendida pelo desejo de

⁵⁹ Segundo Toresan e Aguiar (2011, p. 531): “Além de ser caracterizado como um sistema com lógica própria e, via de regra, adversa à da consciência, o inconsciente, para Freud, é o que genuinamente constitui a subjetividade, e não apenas um indesejável detalhe da mesma. Nesse caso, o decentramento do eu e da consciência e a quebra da apregoada unidade da subjetividade promovem um novo ordenamento: subjetividade cindida e primordialmente regida pelo inconsciente. É na sua obra *Interpretação dos Sonhos*, particularmente em seu Sétimo Capítulo, que Freud (1900/2007a) apresenta claramente essa concepção do aparelho psíquico dividido em instâncias, pré-consciente/consciente e inconsciente, e elabora a sintaxe própria do inconsciente”.

destruição que envolve a dimensão simbólica dos sentidos e as representações agregadas às pulsões. Regime enunciativo da psicanálise.

Para as autoras, nomear um tipo específico de violência como o *bullying* e mais estratificamente o *bullying* homofóbico na escola, descola esse fenômeno do seu contexto social (maior), assumindo algumas características únicas. Ainda comentam que o combate à violência não deve priorizar a produção de leis jurídicas, formais, racionais e binárias.

Peçanha e Deive (2010) investigaram como os docentes atuam para minimizar o *bullying* homofóbico nas aulas de Educação Física nas séries iniciais do ensino fundamental.

Os pesquisadores tiveram dificuldade para obter dos professores as suas percepções em relação às palavras que seus alunos usam no trato da sexualidade. Diante do *bullying*, segundo os professores, sua principal estratégia foi trabalhar o respeito mútuo. Além disso, também citaram usar as recomendações dos PCN's a partir de uma postura ética.

Para o autor e autora, a ética é uma boa alternativa desde que o professor evidencie como evitar ações discriminatórias. A inclusão também foi citada e os autores reforçaram que todos devem ser respeitados e as diferenças devem ser toleradas.

A partir dos dados, foi possível visualizar uma contradição, pois a maioria dos professores disse desconhecer a expressão *bullying*, entretanto todos responderam que já presenciaram o fenômeno em suas aulas, sendo o apelido a ação mais utilizada pelos alunos/as.

Os autores sugerem que todos os professores deveriam receber treinamento para saber lidar com o *bullying* homofóbico, o que provocaria uma redução da incidência do mesmo. No entanto, os resultados de pesquisas que investigaram as intervenções pós- formação continuada, relataram que a maioria dos professores não consegue agir no contexto escolar por vários motivos. Mais adiante iremos analisar esses trabalhos principalmente a partir dos resultados dos cursos de GDE.

Além de um trabalho ético, pautado no respeito, no diálogo, fundamentado em uma educação inclusiva, os autores propõem que as aulas de Educação Física sejam executadas no modelo de aulas mistas e Co-educativas.

Em relação à tipologia das aulas de Educação Física Escolar, é interessante observar os resultados de uma pesquisa realizada por Jesus e Deive (2006) que

investigaram a preferência do modelo de aula por parte dos discentes. Os resultados apontaram para uma maior aceitação das aulas separadas por sexo em relação às aulas mistas e coeducativas, por isso, os autores comentaram que os/as professores/as devem aos poucos implantar novos modelos de aulas para não sofrerem com o alto índice de rejeição por parte do alunado.

Gato et al (2010) avaliaram o preconceito contra as pessoas homossexuais em Portugal e no Brasil, sendo os universitários os seus sujeitos de pesquisa.

Os estereótipos ligados à masculinidade/gênero seriam para os autores inflexíveis e resultariam em diferentes discriminações direcionadas aos homossexuais, praticadas principalmente pelos homens. Segundo os mesmos, o autor Lehne nomeou esse fenômeno como homossexismo. O homossexismo como enunciado.

Os autores criticaram o uso do conceito de homofobia e preferem o termo homopreconceito, proposto por Logan. De acordo com Gato et al (2010, p. 3) a crítica ao conceito de homofobia se deve pois:

- i) os instrumentos existentes destinados à sua avaliação não captam uma sintomatologia verdadeiramente fóbica; ii) não abarca a diversidade de respostas adversas à homossexualidade; iii) remete a discriminação contra os homossexuais para o plano individual, ignorando os mecanismos religiosos, ideológicos e psicopatologizantes que lhe subjazem.

Baseados em Morrison e Morrison, os autores apresentaram o conceito de homonegatividade moderna. Esse conceito explica os argumentos daqueles/as que não percebem a homofobia como uma realidade concreta na sociedade, que discrimina diariamente sujeitos LGBT. Os principais argumentos segundo Gato et al (2010, p. 3) seriam:

- i) a discriminação contra os homens e mulheres homossexuais já não existe; ii) os direitos reclamados pelos gays e pelas lésbicas são ilegítimos (ou desnecessários); iii) os gays e as lésbicas exageram a importância da sua preferência sexual e, ao fazê-lo, auto excluem-se da cultura dominante.

Segundo seus dados, os estudantes universitários portugueses e brasileiros demonstraram baixo índice de preconceito aos homossexuais, a hipótese é que esse público seria mais liberal. Quando o homopreconceito apareceu nas falas, ele foi enquadrado na categoria analítica chamada heterossexismo, pois aqui o

preconceito é expresso de forma sutil, ao contrário da categoria chamada de homopatologização que confere um grau explícito do preconceito.

A hipótese dos autores para compreender esse quadro analítico é a política do eticamente correto, que invisibiliza a expressão sincera das reais concepções sobre a homossexualidade por parte de quem fala que teme ser tachado de preconceituoso/a.

Castelluccio (2010) apesar de não focar sua análise na escola expõe como o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul vem tratando a questão da homofobia em diferentes contextos, entre esses a escola. Como essa tese é defendida neste mesmo estado, acreditamos ser pertinente expormos seus resultados para compreendermos melhor as políticas do estado ao qual a presente pesquisa de doutorado está inserida.

Segundo o autor, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul aprovou a Lei N.º 3.157, de 27 de dezembro 2005 que prevê medidas de punição/multas para o combate à discriminação por orientação sexual. No ano seguinte, no sentido de efetivar ações concretas de combate à discriminação foi criado o Centro de Referência em Direitos Humanos de Combate à Homofobia, por força do Decreto nº 12.212/2006. Suas principais ações são de prevenção, atendimento às vítimas e instalação de processo administrativo para investigar os casos de discriminação de LGBTTs.

Conforme Castelluccio (2010) alguns profissionais apesar de disponíveis para assumirem as vagas não se sentiram bem com a proposta do Centro. Como o almejado era um grupo interdisciplinar coeso e adequado para o trato com esse público específico, foi realizada uma seleção interna dos servidores do Estado de Mato Grosso do Sul.

Tendo sua equipe formada, buscou-se parceira com a UFMS e no ano de 2007 essa equipe participou de um curso de capacitação ministrado pelo Núcleo de Estudos de Gênero.

De portas abertas, o Centro não tinha demanda de pessoas procurando seus serviços. Novamente a UFMS foi procurada e se constatou a falta de coragem para denunciar a homofobia, por isso, foram estabelecidas parcerias com diversas Secretarias (Estaduais e Municipais), Universidades e Conselhos de controle social, e, o Centro divulgou seus serviços. O conhecimento da população possibilitou um crescimento no seu atendimento.

Martins (2010) envolveu suas alunas(os) estagiária(os) da disciplina de Estágio Supervisionado III, do Curso de Licenciatura em Teatro da Faculdade de Artes do Paraná e também professoras(es) que ministram aula de Teatro nas escolas estaduais e municipais de Curitiba e Região Metropolitana que desenvolveram o Curso de Extensão Gênero e as Múltiplas Sexualidades, ministrado no primeiro semestre de 2008 na Faculdade de Artes do Paraná.

A partir das falas desses sujeitos, as/os informantes relataram que na escola a sexualidade ainda é vista pelos vieses biológico e religioso, o que reforçaria a exclusão, violência e evasão dos homossexuais. De forma específica, o teatro ainda não apareceu como uma área de conhecimento fundamental para a escola. Segundo a autora, o teatro permite colocar em cena uma problematização das questões ligadas a gênero e sexualidade, possibilitando uma reflexão da homofobia no contexto escolar.

Joca (2013) refletiu as experiências da sexualidade, bem como os preconceitos vivenciados por jovens *gays* em escolas públicas de Fortaleza.

Uma primeira informação captada foi a importância que a escola representa para os estudantes, principalmente entre os *gays*, para esses além do estudo proporcionar um bom trabalho, sem conteúdo os homossexuais enfrentariam mais preconceito.

A discussão entorno da relação entre educação e trabalho em uma sociedade neoliberal é amplamente discutida e pesquisada por Osório (2001, p. 30) que comenta:

Com base nos ajustes necessários, a educação passa a ser vista como redentora de toda a tragédia do desemprego, tendo a responsabilidade de desenvolver habilidades básicas (conhecimento escolar, alfabetização...), habilidades específicas (tarefas produtivas – ofícios) e de gestão (qualidade, valores e atitudes), definidas a partir do novo conceito de mercado de trabalho, tendo como ‘missão’ ‘formatar’ em cada indivíduo ‘competências’, frutos do desenvolvimento dessas habilidades enunciadas, assegurando uma possível ‘empregabilidade’ e uma renda mínima.

A relação entre trabalho e homofobia certamente deve ser analisada para além da boa ou precária formação acadêmica do homossexual, afinal, trabalhadores homossexuais com formação educacional também são cotidianamente interpelados pela homofobia, é o que concluiu os pesquisadores Siqueira et al (2009).

A autora e os autores investigaram a relação entre homofobia e trabalho a partir dos depoimentos de nove homens homossexuais do Distrito Federal. De

acordo com seus resultados, a discriminação ocorreu de forma velada e em outras bem explícitas; os chefes hierarquicamente superiores não agiram frente ao ocorrido, afirmando que se tratava de algo do âmbito privado e não era de interesse da empresa. Foi relatada a presença de sabotagem para a concretização da demissão por justa causa; foi relatada também a existência de chantagem, que consistia em revelar a homossexualidade para todo o círculo de convivência do empregado homossexual e, por fim, apenas um entrevistado recorreu ao poder judiciário para denunciar a homofobia.

Voltando as questões pesquisadas por Joca (2013), segundo os estudantes pesquisados, viver a homossexualidade é difícil devido os xingamentos, deboches e humilhações que os homossexuais sofrem na escola. A discriminação sofrida interfere negativamente no processo ensino-aprendizagem, diminuindo o círculo de amizades e chegando até a evasão escolar. Além disso, os alunos homossexuais evitaram participar de atividades extracurriculares e das aulas de Educação Física, pois consideraram essas as atividades e ou aulas as quais sofrem mais preconceito, como podemos visualizar nas falas transcritas na pesquisa de Joca (2013, p. 6):

Na semana cultural eu nunca participei por causa que eu tinha vergonha. Mas só que no penúltimo ano que eu estudei, fui inventar de participar, e eu ficava na sala de exposição vestido de Lampião, mas todo pessoal que passava dizia que era pra eu ter me vestido de Maria Bonita. (risos). Aí depois desse ano eu nunca mais participei também (JG05).

Na quinta série, a professora mandava a gente pra ir na lousa, escrever a tabuada... Mas só que eu não queria ir, porque os meninos já tavam frescando comigo lá atrás. Aí ela disse que se eu não fosse, ele ia me botar pra fora da sala. Aí eu fui... e os meninos começaram a dizer: 'num sei o que... viado...' essas coisas, ai ela se estressou, mas foi comigo e não com os meninos! Aí ela disse assim, 'e tu viado, fica frescando ai com esses meninos!' Ai eu peguei e joguei o apagador na cara dela! Aí né... Eu não passei! (JG24).

Outro dado levantado foi considerar pelos alunos heterossexuais que os próprios alunos homossexuais são os culpados pelas agressões sofridas, pois esses demonstram comportamentos não condizentes com o gênero masculino, ou seja, são “depravados” e “pintosos”.

Alguns alunos gays disseram ignorar as agressões, contudo muitas vezes essas ultrapassam os muros da escola. Em um caso citado no texto, o pai de um aluno tinha que levar e buscar seu filho para impedir que o mesmo fosse agredido.

Sala e Grossi (2013) realizaram uma reflexão sobre o conteúdo dos cartazes apresentados por estudantes de escolas de ensino fundamental e médio da Grande Florianópolis, para participar no “Concurso sobre lesbofobia, transfobia e homofobia nas escolas”.

As autoras criticaram o uso do enunciado de orientação sexual, pois o principal discurso que o fundamenta é uma compreensão essencialista da sexualidade humana, que vincula a mesma a natureza física, biológica e psíquica das pessoas. Essa naturalização cristaliza a homossexualidade em uma essência que retira do sujeito qualquer condição de escolha. Ainda é forte o uso dessa expressão quando se propõe programas e normativas do governo sobre as sexualidades, como já apontadas nessa tese, além disso, alguns autores utilizam em suas análises, como por exemplo: Santos (2008a), Imperatori et al (2008), Souza et al (2010a), Daniliauskas (2010), Santos (2010) e Neves et al (2010).

Fundamentadas em De Sousa Filho, as autoras utilizam o enunciado opção sexual, pois o que o fundamenta é justamente a possibilidade de escolha, nesse contexto a sexualidade é fluída, aqui o sujeito é quem a controla e não a natureza imutável presente no enunciado de orientação sexual.

A partir das análises dos cartazes, o primeiro dado positivo foi o uso predominante de 80% da ideia de opção ou de escolha sexual e 20% usou a orientação sexual. Contudo, no momento de identificar o sujeito a maioria preferiu usar “Pessoas/Seres Humanos” ao invés de especificar as escolhas sexuais de grupos específicos como os homossexuais, as lésbicas, os/as bissexuais e os/as transexuais.

Acreditamos que quando se trata de conceber qual a melhor forma de se nomear algo, é comum e recorrente que um enunciado apareça em oposição ao seu anterior, isso não apaga por completo o seu valor histórico, como no caso do enunciado de orientação sexual, que ao longo do século XX contribuiu para colocar em debate as questões ligadas a diversidade sexual e no campo da educação a concretização de um tema transversal nomeado orientação sexual.

O debate nesse caso proporciona novas formas de se pensar as questões ligadas as sexualidades, que em ambos os casos (opção sexual e orientação sexual) são concebidas pelos/as estudiosos/as de gênero em sua expressão de pluralidade e não discriminatória, nesse caso, os jogos de saber e poder discursivos tendem a gerar resultados positivos para a comunidade LGBTTTQI.

Ainda analisando o conteúdo expresso nas mensagens foi constatado um discurso a favor da igualdade na diferença, 24% pediram respeito e o intolerável conceito de tolerância não foi encontrado em nenhum dos 253 cartazes analisados.

Intolerável, pois a tolerância para Sala e Grossi (2013, p. 7):

Mais concretamente, achamos que fala de tolerância quem se situa dentro de um grupo majoritário que serve de referência, e que é o suficientemente 'bondoso' como para aceitar, tolerar os desvios da norma (não brancos, não heterossexuais, não cristãos...). Tolerância, é reconhecimento simplificado do outro, é reforço do sentimento de superioridade; significa suportar, mais não respeitar a existência do outro e de seu pensamento, sentimento ou escolha diferentes.

Como dissemos as autoras não encontraram o discurso da tolerância nos cartazes de estudantes da Educação Básica, contudo, em nossa análise sobre os trabalhos publicados no SIFG vários autores/as utilizaram de tal discurso para fundamentarem suas análises rumo a uma sociedade tolerável as diferentes sexualidades, são eles: Cunha e Mendes (2002), Prado e Ribeiro (2008), Santos e Silva (2008), Bortolini e Cassal (2010), Gonçalves (2010), Rocha Filho (2010), Peçanha e Devide (2010), Kropeniski (2013), Almeida e Luz (2013) e Santos et al (2013).

O discurso da tolerância nos estudos de gênero e sexualidade tem diferentes concepções e usos, e, nesta tese o seu emprego quando possível será evitado pelos motivos acima comentados, porém, certamente outros/as autores/as o fazem de forma coerente e não negativa.

Voltando as análises, 87% dos cartazes fizeram referência à Ciência, Direito e Lei para fundamentar a mensagem do cartaz e 13% dos casos referendou a Deus ou a Bíblia. Outro dado significativo é o fato do amor (expresso em palavra ou desenho) ser o principal argumento favorável às relações homoafetivas.

Sala e Grossi (2013) perceberam que o amor era expresso a partir de uma leitura romântica do mesmo. A crítica das autoras recai sobre a ideia do amor substancial, duradouro e unicamente monogâmico.

Muñoz e Pinto (2013) também estudaram a formação de professores e verificaram como os acadêmicos do curso de Educação Física lidavam com o tema da homofobia no cotidiano das práticas corporais, projetos e espaços informais em uma universidade federal do sul do Brasil.

No campo conceitual, os autores trouxeram quatro tipos de homofobia e explicaram seus fundamentos. Na homofobia clínica a homossexualidade é considerada uma patologia/doença. A homofobia antropológica possui pressuposto evolucionista e acredita que a homossexualidade seria um problema a civilização, um atraso no desenvolvimento de uma sociedade monogâmica. A terceira é a homofobia burocrática, baseia-se na crítica a moral capitalista e visualiza uma sociedade comunista isenta da homossexualidade. A última, a homofobia geral, tem como referência a identidade de gênero que constrói padrões para a normalidade e anormalidade. Esses diferentes tipos de homofobia foram diferentes regimes enunciativos.

Ainda no campo conceitual, destacaram a homofobia afetiva, cognitiva, liberal, passiva e invisível. Na homofobia afetiva, a homossexualidade é condenada ao longo da história. Na cognitiva o homossexual não é rejeitado, porém ainda existe uma supremacia dos direitos heterossexuais. Na homofobia do tipo liberal, utiliza-se o enunciado da tolerância, que como já vimos coloca a heterossexualidade como superior. Na passiva existe uma indiferença ao sofrimento dos homossexuais e por fim a invisível que nega a existência de preconceitos aos homossexuais.

A partir da análise dos seus dados, o autor e a autora constataram que os/as acadêmicos estavam motivados a expressarem sobre o assunto, contudo trataram a homofobia pelo senso comum e a maioria acredita que não encontrará dificuldades para lidar com esse tema, o que para os autores seria preocupante, pois o conhecimento aprofundado do assunto possibilitaria que a mesma não passasse por uma invisibilidade tanto no contexto universitário quanto escolar.

Muñoz e Pinto (2013) ainda destacaram que no curso avaliado a discussão da homofobia é ausente, quando ocorre, ela se faz presente por um recorte psicológico (disciplina) ou por intervenções esporádicas não planejadas.

Santos et al (2013) investigaram a relação entre espaço escolar, homossexualidade e preconceito em Ponta Grossa/PR. Foram sujeitos da pesquisa 1956 alunos do ensino médio e 18 pedagogas.

Novamente aqui a família e a religião fundamentaram o discurso homofóbico. Ainda destacaram que a intolerância e agressões físicas e verbais direcionadas aos colegas homossexuais geraram exclusões e como os meninos são mais homofóbicos do que as meninas, os homossexuais estabelecem maior vínculos de amizade com as meninas.

Já as pedagogas confirmaram a existência de preconceito no espaço escolar e que muitas vezes esse é invisibilizado pela escola. As estratégias de ação das mesmas são localizadas e eventuais, pois para elas o preconceito sempre vai existir e pouco se pode fazer em prol dessa temática.

Freitas e Santos (2013) a partir de um curso de formação de professores na cidade do Rio de Janeiro, em parceria com a ONG Arco Íris, proporcionaram aos professores um repensar dos seus conceitos sobre a homossexualidade e a homofobia na escola e os resultados foram expostos no referido trabalho. Os autores reforçaram a importância que os movimentos sociais entre essas ONG's tem no trato das questões ligadas a gênero e sexualidade, principalmente privilegiando a escola como um local propício para o debate destas questões.

Os autores dividiram suas análises em dimensões e na dimensão políticas evidenciaram a importância do direito de todos poderem viver suas escolhas pessoais.

Assim como vários estudos aqui já apresentados, a família e as instituições religiosas são consideradas exemplos de repressão à homossexualidade. Além disso, os professores desconhecem o tema e ou apresentam falta de intimidade e capacitação para lidarem com a homossexualidade no espaço escolar.

Por outro lado, existem aqueles professores que dizem tratar a homossexualidade com naturalidade, porém Freitas e Santos (2013) criticaram essa postura, pois consideram que historicamente o enunciado de naturalização possui uma concepção essencialista, onde a reflexão e problematização não se fazem presentes, pois o que está ocorrendo é, foi, ou será sempre do mesmo jeito, como por exemplo, o preconceito sofrido pelos homossexuais.

Braga e Ribeiro (2013) propuseram compreender a homofobia por meio dos relatos contidos nos Livros de Ocorrência Escolar, cadernos em que são registrados, pelos docentes, os atos considerados indisciplinares e/ou de violência cometidos pelos alunos, principalmente em sala de aula.

Para as autoras, a homofobia não seria um conceito restritamente ligado à hostilidade e violência direcionada aos homens homossexuais, a homofobia seria (influenciadas por Junqueira) uma categoria analítica que abarcaria outras manifestações de violência como lesbofobia, gayfobia, travestifobia e transfobia. Porém elas visualizam a importância de se investigar questões específicas de

homofobia, que se articulam com a lógica sexo-gênero-sexualidade já comentada nesta tese.

Partindo para as análises, um primeiro dado significativo foi o fato de uma professora mediante uma situação de homofobia se preocupar prioritariamente com o andamento de sua aula e não com o discurso homofóbico, como podemos perceber em Braga e Ribeiro (2013, p. 7):

'04/04- O aluno estava agredindo verbalmente o colega Tiago Souza, dizia 'Sua bichona do caraio' e repetiu isso várias vezes, pedi que parasse e não adiantou. Professora Lúcia'.

'21/02 - O aluno não realiza nenhuma atividade proposta. Fica importunando os colegas; ficou dizendo que o colega era 'bichinha' e principiou uma discussão, atrapalhando a aula. Prof. Carmen'.

As autoras identificaram que a injúria é a forma de expressão da homofobia mais frequente no espaço escolar estudado e que a mesma estabelece uma relação de poder, onde não basta descrever a vítima da violência como "viado nojento", além dessa descrição, essa hierarquia deixa claro quem pode falar/ferir/insultar sobre o outro que geralmente se coloca numa situação de constrangimento/vergonha.

Segundo Braga e Ribeiro (2013, p. 9), a escola como um todo frente ao ato discriminatório/homofóbico se limita a chamar os pais dos agressores ou pior, solicita ao aluno homossexual que "corrija" seu comportamento anormal para não ser mais vítima de discriminação, como podemos ler:

'O aluno veio com o short dobrado (curto) a diretora Dona Jaqueline pediu que arrumasse e os alunos começaram a fazer gracinhas (tacando coisas no Murilo) ele não gostou e começou a chorar. O aluno tem sua sexualidade aflorada (homossexual) e os colegas não aceitam. Conversamos muito com o aluno e pedimos que seja mais discreto para que os outros não mexam com ele. Assinatura do aluno.'

'14/06/11. Roberto M. O aluno foi atendido pela Assistente Social devido estar adotando postura extremamente inadequada dentro do âmbito escolar, refere-se principalmente a sua 'sexualidade', tem excedido os limites, foi advertido sobre os excessos e garantiu que evitará o envolvimento em situações conflito dentro da escola. O mesmo foi orientado que se permanecer com tais atitudes será encaminhado para C.T. [Conselho Tutelar] e convidado a procurar outra U.E.[Unidade de Ensino] para estudar bem como o outro aluno envolvido nas ocorrências.'

As autoras fazem questão de frisar que o nome do aluno Roberto, foi constantemente registrado no livro, contudo, o/s nome/s do/s aluno/s agressor/es

nunca foi/foram registrado/s, com isso, a homofobia é além de invisibilizada, não leva a nenhum constrangimento/punição a quem a comete.

Passamos agora a analisar os trabalhos do SIFG que tiveram como foco de análises a homossexualidade no contexto escolar e que tangenciaram questões homofóbicas em seus dados, são eles: Granúzzio (2006), Daniel (2008), Góis e Soliva (2008), Rossi (2008), Caetano (2008), Silva (2010b), Longaray e Ribeiro (2010), Abreu e Silva (2013), Barduni Filho e Castro (2013), Maciel (2013) e Castro e França (2013).

5.3 HOMOSSEXUALIDADE E HOMOFOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Granúzzio (2006) investigou como os homossexuais são constituídos na escola brasileira de ensino fundamental e médio. Compuseram o estudo alunos e ex-alunos participantes dos seguintes grupos virtuais: o NUGSEX, GAY-RIBS, o JAH e o grupo MO.LE.CA.

A autora constatou que segundo seus informantes a escola discute a sexualidade pelo viés biológico/aparelho reprodutor ou abordam métodos preventivos. Para tal, utilizam de livros didáticos que não contribuem para a constituição do ser homossexual.

Por fim, Granúzzio (2006) conclui que segundo seus informantes, os mesmos não sofrem/sofreram discriminações dentro da escola. Porém, a autora salienta uma contradição ao analisar alguns depoimentos que revelaram um sentimento de pena por parte dos professores para com alunos homossexuais, afinal esses eram vistos como bons/estudiosos/as alunos/as.

Daniel (2008) compartilhou por meio de um breve relato de experiência algumas situações vividas numa escola pública estadual de Santa Catarina na qual era professora.

Segundo a autora, os alunos eram contrários à homossexualidade, pois tinham uma visão religiosa, a qual Deus criou o homem e a mulher e não os *gays*, que segundo eles são despidorados, algumas vezes sem limites, “tem que matá-los”, “horrrível”, “feio”, “são idiotas” e apenas três opiniões disseram que não tinham nada contra.

Ainda analisando os relatos dos seus alunos a autora se diz impressionada, estarrecida, intrigada com o preconceito exposto. O uso destas palavras nos

pareceu por um lado uma motivação para agir e por outro falta de fundamentação teórica para lidar com a homofobia no contexto escolar, reforçamos isso, pois a autora não citou nenhuma referência em seu texto. Ressalta-se que essa foi uma das únicas publicações de todos os campos discursivos que não tinham fundamentação teórica.

Essa ausência teórica pode ser também observada no momento em que a autora relatou o episódio do aluno João. João era segundo suas palavras “doce e delicado”, porém como sofria discriminação por ser homossexual passou a brigar com seus colegas de classe, externando um “comportamento irritante”.

A pesquisadora também relatou alguns embates que teve com seus colegas professores, o principal argumento utilizado por Daniel (2008) nesses momentos era que os alunos sofriam com o preconceito, tanto que em seu texto ela citou que um de seus alunos homossexual tomava remédios fortes para a depressão e para dormir. O principal resultado desse conflito foi que os outros professores acharam que ela estava falando em causa própria, por também ser lésbica.

Góis e Soliva (2008) examinaram o modo como estudantes universitários da UFF constroem redes e formas de socialização que envolvem um forte componente sexual.

O entendimento inicial é que os estudantes homossexuais constroem uma rede de amizade que os fortalecem na afirmação de sua identidade sexual, bem como na proteção de possíveis violências.

Os autores analisaram alguns grupos de homossexuais, que possuem diferentes características, contudo aqui focalizaremos no grupo chamado A Família. As relações neste grupo são estabelecidas no âmbito privado, buscam-se trocas sexuais com pessoas do mesmo sexo sigilosas, por sujeitos que não se declaram como homossexuais.

Aqueles que não se enquadram no padrão de masculinidade hegemônica não fazem parte deste grupo e os componentes de A Família procuram se manter distantes de outros grupos que se assumem e lutam pelos direitos LGBT, como por exemplo os grupos: o Clã púrpura, o Divas e o Diversitas.

Rossi (2008) analisou o BSH e o tema transversal orientação sexual dos PCN's. O ponto de partida de análise do BSH é que o mesmo é resultado de toda uma manifestação de ações políticas por parte do Movimento LGBTT no Brasil, movimento esse que pressionou o governo a construir políticas com sua parceria. A

crítica inicial é que o BSH foi construído baseado em um conceito de democracia individualista, na busca da cidadania.

Segundo o autor, a perspectiva individualista presente no conceito de cidadania se aproxima de uma política neoliberal, na qual cada grupo específico deve lutar exclusivamente pelos seus direitos, anulando qualquer olhar mais ampliado.

O conceito de cidadania é muito utilizado tanto na proposta dos ST's (incluindo a palavra cidadania no título e no resumo da proposta do ST); nas políticas direcionadas a população LGBT (desde o nome do programa, como veremos adiante) e nos trabalhos do SIFG, no sentido de resguardar os direitos LGBT, como por exemplo: Prado e Ribeiro (2008), Silva (2008a), Silva (2010b), Daniliauskas (2010), Mello et al (2010) e Torres (2010). O enunciado da cidadania.

Essa leitura não seria uma crítica ao BSH no sentido de desqualificá-lo ou menosprezar sua relevância, mas, ampliar a análise de tal política governamental pautada no conceito de igualdade de direitos, igualdade essa distante da realidade atual de uma sociedade capitalista como a nossa.

Os enunciados relativos à cidadania dentro dos estudos de gênero e sexualidade possuem distintas acepções, portanto, nesta pesquisa, tais enunciados serão evitados, o que não exclui a possibilidade de outros/as estudiosos/as o fazerem de modo adequado.

Para Rossi (2008), o foco da ação política direcionada a erradicar a homofobia, no caso do BSH, pode simplificar outras contribuições sociais mais amplas (sociedade em geral) como o enfrentamento/combate ao HIV/AIDS e a violência urbana.

Assim como feito por Sala e Grossi (2013), o conceito de tolerância presente nos dois documentos analisados é duramente criticado por Rossi (2008), contudo, as bases epistemológicas se diferenciam. Enquanto que Sala e Grossi (2013) falam a partir das teorias de gênero/*queer*, Rossi (2008) vê esse conceito como um princípio neoliberal, pois sua leitura é marxista. Assim como temos duas classes sociais, na relação de tolerar o outro, também é formada um binarismo, entre quem tolera (superior) e quem é tolerado (inferior).

É nesse mesmo contexto que os conceitos de educação inclusiva, igualdade e o respeito ao outro também são criticados por Rossi (2008), pois esses transferem

as responsabilidades das desigualdades sociais aos cidadãos, formando para o autor “novos sujeitos”.

O uso do discurso do respeito também está presente em alguns trabalhos apresentados no SIFG, como: Longaray e Ribeiro (2008), Peçanha e Devidé (2010), Silva (2010b), Daniliauskas (2010), Miranda (2010) e Souza (2013a). O respeito como enunciado.

Já o discurso da inclusão estava presente nos seguintes trabalhos: Longaray e Ribeiro (2008), Souza et al (2010a), Peçanha e Devidé (2010) e Bello e Santos (2010). O enunciado da inclusão.

O tema respeito possui no âmbito das teorias que versam sobre gênero e sexualidade variados pareceres, desse modo, optamos por resguardar o emprego de tal tema, contudo, há teóricos que versam sobre esta questão de maneira acertada.

Partindo para uma análise mais específica dos PCN's, a homossexualidade é analisada juntamente com outros temas polêmicos que sofrem diversos julgamentos morais como aborto e prostituição, ou a homossexualidade é abordada como uma fantasia sexual, algo passageiro. Perante o exposto, o autor sugere que o movimento LGBTT reivindique uma reformulação dos dois documentos analisados.

Caetano (2008) realizou uma investigação histórica dos discursos científicos das diversas práticas pedagógicas e culturais sobre a homossexualidade do Brasil, focalizando principalmente a década de 30 do século XX.

Com o objetivo de pesquisar a doença “homossexualismo”, Leonídio Ribeiro fundou no Brasil, no governo de Getúlio Vargas, o Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação da Polícia Civil, influenciado pelos franceses e italianos na busca de investigar o desejo homossexual.

As investigações de Leonídio Ribeiro além de buscarem identificar a “inversão sexual”, inversão no sentido de fugir a norma, o “homossexualismo” era visto como fruto de combinações genéticas e também educativas, por isso a família (principalmente as mães) e as escolas foram tão importantes em sua prevenção, análise e controle.

Apesar de uma concepção biológica da homossexualidade Leonídio Ribeiro compreendia que essa só seria manifestada se a escola a impulsionasse. Por isso, essa deveria ser mista, composta por meninos e meninas e não mais separadas por

sexo, pois o contato entre sexos diferentes inibiria a curiosidade de conhecer o que é igual e estimularia o corpo diferente.

Como já adiantamos, segundo as análises históricas de Caetano (2008), os mimos maternos, a realização de tarefas domésticas, a ausência de esportes competitivos e agressivos e a carência de referenciais masculinos impulsionavam que a doença “homossexualismo” se manifestasse para aqueles portadores de uma genética de “inversão sexual”. A “inversão sexual” teria como um dos seus sintomas a vadiagem, por isso o Estado também deveria contribuir na profilaxia da doença.

Segundo o autor, os esforços e estratégias para evitar a manifestação da homossexualidade descritas por Leonídio Ribeiro eram: afastar o menino de sua família, intensificar as atividades na escola condizentes ao seu sexo biológico, principalmente nas aulas de Educação Física com a prática de esportes de contato/agressivos e por fim, conviver na escola com meninas e outros alunos de menor idade, buscando com isso gerar conflitos geracionais que possibilitassem o aprendizado de sobrevivência.

Essa concepção de uma Educação Física que influencia nos comportamentos de gênero/sexualidade ainda está presente em pleno século XXI como podemos visualizar nas conclusões de uma pesquisa realizada por Cardoso et al (2010, p. 106):

E quando falamos em orientação sexual, percebemos que entre os dançarinos participantes existem mais homens bissexuais e homossexuais do que mulheres, o que reforça a ideia de que muitos homens com essas orientações se identifiquem mais com atividades rítmicas e de dança do que outras modalidades esportivas coletivas ou de combate.

Silva (2010b) expõe aqui os resultados de sua pesquisa de mestrado, a partir da história de vida de três estudantes *gays* que frequentavam o último ano do ensino médio noturno em 2007: Mateus (22 anos), Ricky (20 anos) e Vítor (22 anos) de uma escola de Pelotas/RS onde a pesquisadora atua como professora.

A autora entende que o fato de três estudantes declaradamente homossexuais e que não se colocam como inferiores nas relações sociais na escola (postura transgressora) desencadeiem confrontos com os heterossexuais, que sentem sua superioridade sexual ser colocada a prova. Por isso, ações foram realizadas por parte dos heterossexuais para colocarem os três alunos homossexuais na lógica da heteronormatividade.

A autora transcreveu uma fala que deixa claro como o poder de “xingar” o outro e agredir passa de um grupo para outro, ou seja, dos inferiorizados e sempre vítimas de um lado (homossexuais) e do outro os fortes e superiores (heterossexuais) isso se modifica frente a postura transgressora dos alunos homossexuais assumidos, como podemos perceber em Silva (2010b, p. 4):

Eu passei e fui falar com a professora e quando eu saí alguém gritou ‘não sei o quê viadinho’ e eu botei o pé na porta e disse pra ele: ‘tu tá falando comigo?’ Aí uma das gurias disse: ‘foi esse aqui’ e o guri ficou vermelho, e eu falei: ‘foi tu que falou então vou te dizer uma coisa: se tu tá com vontade de me comer vamos lá no banheiro ver quem come quem’ (Vítor).

No decorrer desta tese, o que mais se mostrou presente nos resultados das pesquisas até aqui analisadas foi a ausência de medidas por parte da direção da escola, que preferiu “não se comprometer” com assuntos “polêmicos” como a homofobia, evitando desta forma, se responsabilizar por discriminações e atos de violência para com aqueles que estão fora da norma, e, desta forma, os agressores permanecem na impunidade. Esse silenciamento foi analisado nas pesquisas de Teixeira et al (2011), Longaray e Ribeiro (2008), Joca (2010) e Souza et al (2010a).

A autora reforça novamente a postura transgressora dos três alunos, que não se deixaram abater e reivindicaram o direito de não serem separados, para tal, alegaram sofrer de homofobia e essa negociação resultou na volta a turma original. Entretanto novos confrontos foram surgindo, como o pedido dos alunos heterossexuais para que esses três alunos tivessem um banheiro separado dos meninos, o que gerou outro “problema” para a escola causado no comportamento desviante dos três alunos homossexuais, na compreensão da diretoria.

Longaray e Ribeiro (2010) analisaram as narrativas produzidas por um grupo focal composto por adolescentes de oito escolas de Ensino Médio, do Município do Rio Grande/RS acerca das representações de gênero relacionadas à homossexualidade. Segundo as autoras, seus informantes percebem que homossexualidade masculina causa maior estranhamento e nojo do que a homossexualidade feminina.

Abreu e Silva (2013) discutiram a homossexualidade em três surdos adultos homossexuais de classe média da região Centro-Oeste do Brasil, tendo como recorte seus processos de escolarização.

Os autores embasaram suas análises a partir de algumas dificuldades enfrentadas por pessoas surdas listadas por Maia, destas citaremos aqui duas dificuldades juntamente com duas falas que as concretizam.

A primeira seriam os problemas de comunicação e entendimento de conceitos, o que limita interações sociais e acesso a informações, como podemos perceber no relato transcrito por Abreu e Silva (2013, p. 7):

Mateus: Eu tava começando a aprender Libras, eu tava começando a descobrir o mundo tanto em Libras, quanto com a questão da sexualidade. Porque dos 18 anos que eu comecei a ter acesso a Libras e com 21 anos eu estava fluente em Libras e ai a informação realmente veio. Mas, a partir dos 18 anos eu fui começando a ter essa necessidade de estudar os termos, as palavras, compreender os significados. Eu não entendi, e ai que eu comecei a descobrir que eu não era heterossexual. Não, eu não sou bissexual. Ai eu disse: Ahhh, agora eu já sei, eu sou homossexual. Eu fiquei sabendo aos 18 anos (Transcrição entrevista 01).

A escola é um dos locais privilegiados para se trabalhar a linguagem, sendo esta extremamente importante para que os/as alunos/as possam se comunicar com o mundo a sua volta. Kunz (2009) nos lembra de que para além das já valorizadas linguagens escrita e oral, a escola deve possibilitar o ensino da linguagem corporal, sendo essa última muito importante para a aprendizagem das libras, a principal forma de comunicação dos surdos.

Já a segunda dificuldade seria a falta de acesso ao conhecimento adequado sobre questões básicas da sexualidade, conforme a fala analisada por Abreu e Silva (2013, p. 8):

Mateus: Um amigo ouvinte homossexual estava conversando comigo no MSN e usou uma palavra e perguntou: você não sabe o que é isso? É porque eu esqueci agora que palavra era. Intérprete: Por exemplo: pênis? Mateus: Não, isso eu sabia. É uma palavra mais forte. Uma palavra muito forte que eu esqueci agora, então ele usou uma palavra bem forte relacionada à sexualidade e eu não tinha a menor ideia do que significava. Eu não lembro bem o que era (Transcrição entrevista 01).

A autora e o autor concluem que as dificuldades dos homossexuais surdos são iguais aos homossexuais não surdos, porém o fato de serem surdos faz com que os mesmos enfrentem outros problemas como os descritos acima. Um ponto destacado é o papel que outros surdos desempenham na vida sexual dos homossexuais surdos, indo desde trocas de conhecimento ou o medo de que surdos heterossexuais descubram sua homossexualidade e com isso ajam de forma

homofóbica para com eles. A relação entre deficiência e homofobia não foi constatada nos outros campos discursivos.

Barduni Filho e Castro (2013) por meio de uma oficina intitulada “Tecendo teias de significados através de memórias de gênero e sexualidades”, realizada no Seminário “Currículo, Gênero e Sexualidade” na UEMG em Ubá-MG, objetivaram dar visibilidade às narrativas de estudantes de Licenciatura sobre as relações de gênero e sexualidades.

Segundo essas narrativas as homossexualidades são vividas sob conflitos tanto nas famílias como nas escolas. Os laços de amizade também foram citados, pois uma participante comentou ficar espantada ao saber que um amigo é gay.

Segundo os autores, o estereótipo do homossexual é construído às avessas da masculinidade e aproximado à feminilidade, criando desta forma um homossexual caricato, efeminado e inferiorizado nas relações sociais na escola, causando o seu isolamento neste espaço e na sociedade como um todo. Por fim, revelaram que as pessoas próximas ao sujeito homossexual também sofrem preconceito.

Maciel (2013) investigou a discussão da homossexualidade nos estudos sobre a identidade docente a partir do Banco de Teses da CAPES defendidos nos programas de pós-graduação em Educação. A autora utilizou os descritores ‘Homossexualidade e Professores’ e ‘Homossexualidade e Docência’, compuseram a amostra 04 teses de doutorado e 21 dissertações de mestrado, defendidas entre os anos de 1987 e 2010.

A autora constatou que a temática da identidade docente de sujeitos homossexuais resultou em duas formas de se investigar, uma que analisa as práticas pedagógicas desses professores a partir de um recorte de gênero e sexualidade e a outra ligada à formação de professores focalizando as homossexualidades.

De acordo com a autora, a homossexualidade ainda é concebida por uma naturalização e, além disso, os dogmas religiosos prevalecem, o que gera o disciplinamento dos corpos e em alguns casos a exclusão do aluno homossexual.

As questões religiosas estavam presentes em todos os campos discursivos, e, de forma geral eram usadas para justificar uma concepção reducionista da sexualidade humana, ao qual, apenas a heterossexualidade seria a forma correta de se vivenciar a sexualidade perante os ensinamentos bíblicos. Tal fato foi constatado

por vários/as pesquisadores/as, como: Junqueira (2009), Rizzato (2012), Sepulveda (2012a), Ribeiro (2005), Almeida e Mota (2009), Castro (2012), Souza et al (2010a), Santos (2011), Joca (2010), Gonçalves (2010), Daniliauskas (2011), Costa (2012), Martins (2010), Santos et al (2013), Freitas e Santos (2013) e Daniel (2008).

Em alguns casos, a laicidade do Brasil não era levada em consideração, como também não foi citada na maioria das pesquisas a pluralidade de manifestações religiosas, prevalecendo à católica e evangélica em detrimento de outras como as de raiz afro-brasileira, espiritismo que possuem uma concepção mais aberta em relação à diversidade sexual.

Maciel (2013) ainda comentou que em uma das pesquisas investigadas, os sujeitos participantes (no caso professores) solicitaram mais cursos de formação sobre o assunto e ainda visualizaram que quando a homofobia ocorre no contexto escolar isso se deve por conta da família e ou por causa da presença de um professor homossexual lecionando, pois os adolescentes teriam dificuldades em aceitar tal situação. Por isso, os professores homossexuais não deveriam revelar sua homossexualidade para seus alunos, isso deve ser regrado ao privado.

Conforme Maciel (2013), essa postura relatada é fortemente criticada pelos autores/as das teses e dissertações, pois segundo esses, o professor ao revelar sua identidade sexual aos seus alunos contribuiria como um exemplo positivo para os também alunos homossexuais, além de contribuir com o debate sobre a homofobia na educação.

O último trabalho que aborda questões ligadas à homossexualidade e homofobia é a pesquisa de Castro e França (2013) que problematizam a escrita/narrativa por meio de um instrumento chamado pelos autores como “diários de bordo” de estudantes de um curso de Pedagogia em uma universidade pública federal que cursaram uma disciplina optativa sobre gênero, sexualidade e educação.

Segundo os autores, nos diários as acadêmicas escreveram diferentes conflitos, reflexões e episódios de discriminação observados principalmente em estágios, em um desses relatos a estudante ouviu as “professoras” de educação infantil mencionarem que um aluno era “viadinho”, as aspas na palavra professora foram uma forma de não perceber nesta uma postura adequada de educadora.

Castro e França (2013) observaram a presença do discurso religioso-cristão, que historicamente tem influenciado na forma como a homossexualidade é concebida na família e socialmente.

Para finalizarmos as análises sobre homofobia no SIFG, partimos agora para as interfaces dos estudos de sexualidade com a discriminação direcionada a homossexualidade masculina, tendo como escopo de análise os seguintes trabalhos: Lago et al (2006), Fonseca e Souza (2006), Lima et al (2006), Moreira (2006), Balestrin (2006), Nogueira (2006), Souza (2008), Mokwa et al (2008), Quartiero e Nardi (2008), Santos (2008b), França e Calsa (2008), Imperatori et al (2008), Lionço et al (2008), Sena (2008), Cabiceira e Moreira (2008), Silva (2008b), Prado e Ribeiro (2008), Carvalho (2010), Tortato e Carvalho (2010), Freitas (2010), Zago (2010), Quartiero e Nardi (2010), Silva (2010c), Junqueira (2010), Wenez e Dornelles (2010), Daniliauskas (2010), Mello et al (2010), Bortolini e Cassal (2010), Torres (2010), Miranda (2010), Siqueira et al (2010), Sales (2010), Carvalhaes e Silva (2010), Neves et al (2010), Rizzato (2010), Bello e Santos (2010), Avila e Toneli (2010), Souza et al (2010b), Santos (2010), Silva (2013), Kropeniscki (2013), Miranda e Souza (2013), Almeida e Luz (2013), Gomes (2013), Mattos et al (2013) e Souza (2013b).

5.4 INTERFACES DOS ESTUDOS DE SEXUALIDADE COM A DISCRIMINAÇÃO DIRECIONADA A HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA

Lago et al (2006) realizaram uma pesquisa etnográfica em uma escola de Florianópolis/SC por três meses, na qual refletiram sobre a construção de masculinidades, embasados pela teoria psicanalítica/Freud. O foco das observações foram os professores, contudo os alunos também fizeram parte da mesma, por meio de desenhos.

Fundamentados em Lacan, os autores mencionaram, como o medo de perder o pênis de um aluno de apenas cinco anos, é forte na construção da masculinidade, a castração simbólica remete ao universo feminino, pois as mulheres não tem pênis. Porém, os alunos perceberam que o simples fato de ter pênis não garante que a masculinidade seja intocável e pronta.

Fonseca e Souza (2006) compreenderam a concepção e exercício da sexualidade de jovens de uma escola pública de ensino médio, do Rio Grande/RS.

Para esses jovens a família não conseguiu formar uma boa educação sexual e que apenas as mães se propuseram em ensinar algo. Outro dado encontrado foi a contradição entre criticar a falta de liberdade sexual imposta pela família, por outro

lado, esses jovens expressaram ser conservadores em relação a alguns comportamentos sexuais de seus colegas no contexto escolar.

Lima et al (2006) problematizaram os conceitos de gênero e diversidade sexual nas práticas escolares em educação física a partir do filme Billy Elliot. No filme a construção da masculinidade de Billy envolve as aulas de boxe, o seu péssimo desempenho nesta luta é apontado como um fracasso tanto da educação do pai de Billy quanto de si próprio, fracasso esse que não se repete na dança, pois o seu desempenho é muito bom.

Para não ser alvo de preconceito, Billy aproxima a dança do universo esportivo, o que segundo os autores causa uma esportivização da dança. Essa estratégia foi pensada para que principalmente sua família não ligasse à dança a homossexualidade.

Ainda pensando a esportivização da dança, Saraiva (2003) utiliza a palavra desportivização para compreender como algumas características típicas do esporte como o princípio da sobrepujança, ganhar a qualquer custo, influenciam a dança quando esta se submete, por exemplo, aos padrões de festival competitivo. Nesses festivais/*show* os critérios de comparação devem ser bem definidos para apontar a melhor coreografia, no caso do esporte, quem vai ganhar a medalha de ouro. Nessa busca do perfeccionismo, a dança-competição se molda as características esportivas e se distancia da dança como arte e da expressão dos processos subjetivos.

Moreira (2006) examinou as práticas de disciplina em sala de aula de duas oitava séries, em uma escola pública de Presidente Prudente, tendo como principais categorias de análise gênero e sexualidade.

Segundo a observação feita por Moreira (2006, p. 5) em que um professor para manter a disciplina em sala, falou para dois de seus alunos: “Muito bem! Agora vocês dois irão fazer amor! Meio estranho”. A suspeita de se ser *gay* é para um heterossexual algo muito difícil de lidar, por isso, o professor usou essa frase preconceituosa para reestabelecer a ordem na sala, desqualificando as relações homossexuais.

Em outra observação, a autora relatou uma fala de uma professora que lamentou o fato de um de seus alunos muito bonito, educado e trabalhador ser homossexual, o que segundo sua interpretação a homossexualidade pode ser

tolerada desde que os comportamentos do homossexual sejam considerados dignos.

Nogueira (2006) em sua revisão da literatura estudou como os jovens em seu espaço escolar recorrem a zoação e a bagunça nas relações de gênero. Para o autor a zoação é uma estratégia para estabelecer uma relação hierárquica de poder no espaço escolar e além da luta corporal, as brincadeiras de conotação sexual servem para a reafirmação da masculinidade. A zoação teria o seu limite temporal no ensino médio e logo após com o vestibular, em alguns casos com a paternidade, todos ocorrendo por volta dos dezoito anos.

Souza (2008) investigou diferentes modelos organizadores que demonstram os modos de enfrentamento de jovens de Mato Grosso e São Paulo perante a homofobia na escola.

De acordo com seus resultados, os homens se preocupam com sua identidade sexual, evitando serem vistos com pessoas não heterossexuais. Além disso, o sentimento de vergonha também é muito presente nas relações sociais entre os jovens e a principal forma de vencê-la é fortalecendo os laços de amizade.

Por fim, o autor concluiu que as diferentes formas de manifestação das relações de gênero estão mais presentes em São Paulo do que em Mato Grosso.

Mokwa et al (2008) buscaram entender por meio de uma pesquisa-ação o significado da música como meio facilitador de Educação para a apreensão da sexualidade como prática pedagógica de sete educadores/as.

A partir de seus resultados concebem que a música é uma ótima estratégia para compreensão da sexualidade, pois essa trabalha com a emoção e sentimentos que podem liberar lembranças boas e outras nem tão boas assim da sexualidade.

Quartiero e Nardi (2008) pesquisaram a construção de subjetividades em duas escolas da rede pública da cidade de Porto Alegre/RS considerando os discursos das políticas públicas acerca da diversidade sexual direcionadas a escola.

A visão de sexualidade nos contextos investigados é a essencialista, por isso, existe uma dificuldade de se pensar a diversidade sexual em sua pluralidade e os professores além de não se sentirem preparados para tal entendimento, não se percebem normalizando a sexualidade.

Assim como já feito por outros autores no SIFG, Quartiero e Nardi (2008) criticam os enunciados de inclusão, respeito e tolerância, porém a partir de uma base foucaultiana, esses enunciados proliferam discursos que legitimam uma

hierarquia na relação entre quem está na norma e quem não está na norma (que precisaria ser aceito, respeitado, tolerado e incluído). As políticas que se apropriam desses enunciados não estão preocupadas em estabelecer mudanças sociais, mas a continuidade dessa relação de poder, que objetiva “acolher” para poder vigiar e disciplinar melhor.

Na escola, o processo de normalização leva em consideração as questões acima levantadas e a partir dos dados até aqui analisados, pensamos que estamos longe de uma escola plural aberta a diversidade. O discurso que prevalece é o da inclusão, contudo, como já discutidos, esse enunciado efetivamente tem se construído a partir de seu antagonista, a exclusão, e com isso, a escola anuncia um discurso que esbarra em práticas preconceituosas e discriminatórias.

A revisão da literatura feita por Santos (2008b) teve por foco os estudos sobre sexualidade na educação. Diferentemente do entendimento de Sala e Grossi (2013), a autora critica o uso da expressão opção sexual e prefere orientação sexual, para ela os homossexuais se pudessem não optariam por essa identidade sexual, que historicamente sofre preconceito e discriminação.

Para endossar esse léxico e confundir os professores com o uso ou não de certas expressões, os PCN's apesar de colocarem o nome de orientação sexual para um dos temas transversais que devem perpassar por todas as diferentes disciplinas, concebem a identidade sexual pelo viés da opção sexual.

França e Calsa (2008) apresentaram quatro relatos de professores das 5ª e 6ª séries (chamados atualmente de anos) do ensino fundamental da cidade de Sarandi/PR sobre situações escolares e cotidianas que vivenciaram anteriormente com seus/as alunos/as.

Como já relatamos em outras pesquisas nesta tese, os sujeitos pesquisados pelas autoras também veem a homossexualidade como um problema grave, sendo considerado um desvio da norma do comportamento social aceitável, ou seja, heterossexual. Ainda alegaram não serem homofóbicos/as, entretanto algumas ações demonstram exatamente o contrário, como certas brincadeiras preconceituosas. Em geral, alegam não se sentirem preparados para agir perante ações homofóbicas,

Imperatori et al (2008) analisaram a linguagem sobre diversidade sexual dos livros didáticos recomendados pelo MEC e distribuídos pelo PNLD e PNLEM e dos

livros didáticos em circulação sobre orientação sexual e ensino religioso para crianças e adolescentes de escolas públicas do ensino fundamental e médio.

Em relação aos livros do PNLD e PNLEM, a análise foi composta de 67 livros mais distribuídos em todo o país nas disciplinas de Alfabetização; Ensino Fundamental (Língua Portuguesa, Ciência e História); e Ensino Médio (Língua Portuguesa, Ciências e Biologia) de diversas editoras. Foram analisados ainda 16 livros de Ensino Religioso e de 9 livros de Orientação Sexual.

A partir da análise dos livros didáticos, percebeu-se a não presença de outra manifestação da sexualidade que não fosse a heterossexual e essa é fortalecida por outros temas como família nuclear, reprodução, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência e casamento como assuntos pertencentes a esse padrão de normalidade.

Os autores ainda evidenciaram que a diversidade sexual aparece como outra possibilidade de discussão, em uma citação do filme *Billy Elliot*, porém como analisado por Lima et al (2006) a heterossexualidade ainda é central no discurso tanto do próprio Billy como de seus familiares e treinador.

Neste mesmo SIFG, Imperatori e demais autores analisaram 25 dicionários distribuídos pelo PNLD e pelo PNBE aos quais buscaram os significados atribuídos aos sujeitos diretamente afetados pela discriminação homofóbica.

Segundo Lionço et al (2008), os principais resultados encontrados foram: a omissão de palavras relacionadas à sexualidade nos dicionários infantis; a naturalização dos papéis de gênero e da família nuclear heterossexual; visão essencialista do sexo e da sexualidade; uso do sufixo ismo (conotação patológica) para definir gay, lésbica, bissexual, travesti e transexual.

Sena (2008) analisou o guia *Conversando e Descobrimo: a Criança e a Sexualidade*, elaborado pela Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes, com financiamento do Ministério da Saúde, com apoio do Governo do Estado de São Paulo e da Escola Paulista de Medicina e distribuído gratuitamente.

Assim como interpretado por Imperatori et al (2008) em relação aos livros e dicionários, esse guia parte de uma concepção essencialista da sexualidade pois seu discurso é fundamentado sob uma perspectiva médico-biologicista, centrando seu conteúdo apenas na descrição das funções dos aparelhos reprodutores masculino e feminino. As coincidências não param por ai, pois aqui o uso do sufixo ismo também é presente.

Cabiceira e Moreira (2008) investigaram as experiências relacionadas a gênero e sexualidade de crianças com idade entre 10 a 12 anos, de uma classe de 4ª série de recuperação de ciclo, de uma escola estadual.

A maioria dos alunos é contra as relações homoafetivas, porém essa postura é mascarada pelo discurso do respeito ao outro, no caso o homossexual. Como vimos, o discurso do respeito é tão forte quando se pensa na diversidade humana, porém, existem outros autores que são contrários a essa lógica, como por exemplo, Rossi (2008) e Quartiero e Nardi (2008).

A sexualidade mais uma vez é entendida a partir de pressupostos médico-biológicos, sendo sua causa genética. Tanto que as intervenções familiar, escolar e religiosa pouco influenciariam nessa tendência.

No entanto, o autor descreve e reconhece que o enunciado religioso/cristão é muito presente nos discursos dos professores investigados, citando dois casos, o primeiro foi uma professora de ciências que disse ter presenciado um testemunho em sua igreja de um ex-gay, que foi curado/libertado pela força da oração.

O segundo caso se trata de um missionário evangélico que foi esfaqueado e a alegação da violência é que ele deveria virar homem. Esse homem dava um testemunho em sua igreja, confessando o tempo em que era drogado, exercia a prostituição, se travestia e descrevia a agressão acima citada em detalhes. No decorrer do testemunho, ele mencionava como se tornou um missionário de Jesus e como constituiu uma família heterossexual em seu casamento.

Silva (2008b) reforça o entendimento expresso por Nardi (2008a) quando expõe que os professores alegam que a violência homofóbica se deve ao fato da escola se localizar em uma periferia. Entretanto Silva se afasta do entendimento de Nardi no instante que se apropria do conceito de cidadania.

Esse mesmo autor, Silva (2010c) pesquisou novamente a questão do respeito à diversidade sexual na escola João Antônio Mascarenhas a partir da noção de respeito aos direitos humanos, presente nas políticas públicas de educação.

O autor observou que existe uma associação entre indisciplina e a sexualidade considerada desviante. No contexto investigado, percebeu uma contradição aos quais alguns alunos utilizavam de cenas/performances homoeróticas como sentar no colo do colega, simular uma relação sexual anal, andar abraçado para desafiar os funcionários desta escola, contudo, esses não respeitam os alunos homossexuais e acabavam os humilhando.

Outra questão observada é que a reputação masculina está diretamente associada ao controle da sexualidade da mulher/aluna, além da já comentada taxação de comportamentos considerados efeminados.

Em seus estudos acerca do controle da sexualidade da mulher por parte do homem, Foucault (1985) comenta que este na intenção de governar aos outros deveria mostrar socialmente sua capacidade de governar a si mesmo e de governar sua esposa, deste modo estaria apto ao governo dos outros.

A religião também apareceu como parte de um discurso contrário às relações homoafetivas, como podemos visualizar no trecho de Silva (2010c, p. 7): “Eu não tenho preconceito com gay. Se o cara quer dar o cu, o cu é dele! Mas isso não tá certo porque Deus deu um pau pra ele comer as meninhas! E as lésbica também é palhaçada... com tanta rola no mundo!”.

O autor concluiu que ao não reconhecer as diferenças sexuais, isso possibilita o surgimento de desigualdades e a dificuldade de reconhecer as violações cometidas contra os direitos fundamentais da comunidade LGBTTT.

Wenetz e Dornelles (2010) problematizam como o tema da sexualidade é incorporado nas aulas de educação física escolar, principalmente quando o conteúdo é o futebol. As autoras observaram que o aluno que não joga por falta de gosto ou habilidade é considerado pelos colegas como homossexual.

Daniliauskas (2010) fundamentado nos direitos humanos analisou como a homossexualidade e a comunidade LGBTTT é concebida nos seguintes documentos: PNDH I, II e III (1996, 2002, 2010); o BSH (2004); o PNEDH (2009); PCN (1997, 1998, 2000, 2002b); e, Caderno SECADI 4 – GDE (2007).

O autor mencionou que o PNDH I foi o primeiro documento oficial do governo federal a citar a categoria homossexualidade numa perspectiva da garantia dos direitos humanos.

Em 2002 o ex presidente da República Fernando Henrique Cardoso lançou o PNDH II, que avançou na promoção dos direitos humanos dos LGBTTT em relação ao PNDH I, pois essa nova política tinha um tópico específico dentro da seção, Garantia do direito à liberdade: orientação sexual e gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais.

O também ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2010 lançou o PNDH III que na perspectiva do autor foi um avanço em relação ao

segundo documento, pois esse terceiro foi elaborado com base em propostas discutidas em um processo de conferências.

Daniliauskas (2010) entende que no PNDH I principalmente as ações em curto prazo não ocorreram de forma satisfatória e o PNDH II nem se concretizou como políticas de governo nem de estado. O foco no período temporal dessas duas políticas foi o combate a AIDS. A educação ganhou terreno no PNDH III e a principal questão foi a inclusão da temática LGBT nos currículos escolares.

Para Daniliauskas (2010) os PCN's foram relevantes no debate da orientação sexual na escola, porém a crítica tanto deste autor como de outros já mencionados nesta tese se refere ao fato de a homossexualidade ou ser discutida juntamente com temas polêmicos e de intenso julgamento moral como aborto, pornografia e prostituição, ou simplesmente nem ser mencionada como no volume destinado ao ensino médio.

O BSH lançado em 2004, no primeiro mandato do presidente Lula, é resultado da contribuição direta do movimento LGBT desde sua concepção, implantação e acompanhamento das ações. O autor criticou o foco na homofobia/violência, porém se mostrou favorável ao uso do enunciado cidadania. Afirma que no contexto da AIDS os homossexuais ou eram considerados os portadores que infectariam a sociedade ou o principal grupo de risco. No contexto da promoção da cidadania homossexual o foco recai sobre o direito humano em sua plenitude, porém objetivando o combate a violência/homofobia nesta mesma política, direcionando principalmente a integridade física e limitando desta forma o conceito de cidadania.

No BSH a educação ganha prioridade. O autor critica a ausência do papel da educação neste documento, porém destaca a presença de um tópico específico - V Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e a não discriminação por orientação sexual, que levou a discussão da diversidade sexual para o contexto escolar, atuando de forma concreta por meio de: formação inicial e continuada de docentes; materiais didáticos não discriminatórios; promoção de novos materiais educacionais, e, realização e divulgação de pesquisas acadêmicas/científicas.

A SECADI publicou em 2007 o Caderno SECADI 4, mais uma ação política na tentativa de expandir os conhecimentos de gênero e sexualidade no campo da educação, pois a escola seria um local para se problematizar a homofobia por exemplo.

A última política avaliada pelo autor é o PNEDH em suas três versões 2003, 2006 e 2007 implantadas no governo Lula. Esse documento é uma parceria entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos, MEC e Ministério da Justiça.

Segundo Daniliauskas (2010) as identidades LGBT não são citadas nos PNEDH, porém a educação, as relações de gênero e sexualidade são consideradas fundamentais para o pleno exercício da cidadania e dos direitos humanos. Aqui mais uma vez a homofobia não é foco das intervenções.

Mello et al (2010) também estudaram as políticas públicas para a população LGBT no Brasil, no entanto investigaram as políticas do Distrito Federal e de nove estados da federação e/ou de suas respectivas capitais: Amazonas, Pará, Ceará, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás. Além das políticas estudadas por Daniliauskas (2010), Mello et al (2010) acrescentaram os resultados da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada no ano de 2008.

Os autores comentaram que várias pequenas iniciativas surgem de forma isolada nos diversos municípios brasileiros e esse enorme quantitativo não permite que uma pesquisa faça generalizações acerca das políticas LGBT de todo o território brasileiro, por isso, os autores criticaram que mesmo com algumas políticas nacionais dirigidas a diversidade sexual, ainda necessitamos de ações concretas, organizadas e efetivas.

Sobre o BSH, Mello et al (2010) apontaram algumas deficiências do programa, como a inexistência de um quadro de servidores públicos especializados, responsável por sua implementação, monitoramento e avaliação; inexistência de ações conjuntas dos governos federal, estadual e municipal; ausência de previsão orçamentária específica, materializada no PPA, na LDO e na LOA e que o referido programa se torne uma política de Estado, independente do partido político que esteja governando.

Após investigar as políticas dirigidas a população LGBT, os autores e a autora concluíram que as principais carências dessas políticas: inexistência e fragilidade dos direitos civis; ideologias religiosas fundamentalistas e homofóbicas contribuem na luta contra a legitimidade das demandas da população LGBT em relação aos seus direitos e cidadania.

Torres (2010) analisou como a construção da cidadania LGBT na educação, está articulada aos discursos de Direitos Humanos. Para o autor, devemos estar

atentos para as lógicas heterossexistas embutidas nos discursos de Direitos Humanos.

Miranda (2010) investigou as técnicas pedagógicas que disciplinam os corpos, para tal, trouxe algumas falas ou situações de professores de escolas estaduais (não informada o nome nem cidade). Abaixo, uma dessas situações descritas por Miranda (2010, p. 4):

Para exemplificar como estamos ajustando, disciplinando e mascarando corpos, temos o caso de uma professora que no mês de agosto de 2007 numa escola Y, em pleno festejo do folclore decidiu dramatizar com sua turma a *Lenda da lara*. Ao perguntar aos alunos e alunas qual era o papel que cada um gostaria de representar, um de seus alunos se posicionou escolhendo o papel da *lara*. Neste momento a professora disse que não era possível e lhe ofereceu o papel para representar *Deus*, afirmando que este seria um papel melhor, mas o aluno continuou insistindo em desempenhar o papel da *lara*. A professora encaminhou a situação para a coordenadora pedagógica, e esta necessitou refletir juntamente com ela a possibilidade da criança representar o papel. Não convencida da possível representação, a professora justifica que a família questionaria e diria que a escola ou ela estavam fazendo apologia à homossexualidade.

Em outro momento a autora descreveu uma situação que ocorreu durante o planejamento de um projeto sobre sexualidade em uma escola. Uma professora solicitou que essa temática fosse trabalhada para além das questões médico-biológicas, incluindo, por exemplo, a discussão entorno da diversidade sexual, porém argumentos bíblicos e em defesa da família tradicional foram eficazes para que o projeto focasse apenas nas questões ligadas a reprodução humana heterossexual.

Diferentemente do olhar crítico do discurso ao respeito baseado nos direitos humanos expresso por Torres (2010), Miranda (2010) defende que a formação continuada dos docentes seja fundamentada por esse enunciado.

Siqueira et al (2010) pesquisaram as construções das identidades gênero e sexualidade relacionadas às experiências do trote universitário, presentes nos discursos e práticas de estudantes da Faculdade de Farmácia de uma universidade pública da região sudeste. Além disso, discutiram também as relações dessas identidades no espaço físico do CCS por meio de uma análise semiótica.

As autoras observaram que várias atividades discriminatórias ocorreram no prédio do CCS comandadas pelos/as veteranos/as. Dessas, aquelas direcionadas

aos homens tinham por objetivo ridiculariza-los ao aproximar o calouro do gênero feminino como, por exemplo: dançar eroticamente ou outras pautadas pela homofobia como: carregar cartazes com auto descrições que questionavam sua masculinidade e comer um pedaço de banana passada de boca em boca provocando o beijo entre dois homens.

Interessante notar que no próximo ano as vítimas passaram a desempenhar o papel de agressores/as. Por fim, as autoras citaram como os/as alunos/as do CCS rotulam os/as estudantes do curso de farmácia como homossexuais, até pelos estudantes desse curso, além disso, os estudantes homossexuais sofrem com homofobia. Os homossexuais também são rotulados como excêntricos e engraçados, o que para Nunan (2003) caracteriza o preconceito positivo, tal como ocorre com a pessoa gorda que se diz ter rosto bonito ou que toda mulher negra samba e rebola.

Carvalhaes e Silva (2010) analisaram as representações sociais sobre sexualidade e gênero, presentes nos discursos de três escolas da rede estadual do município de Araçatuba/PR.

As autoras constataram uma contradição, pois ainda que 80% afirmou que todas as pessoas são tratadas de forma igual, sem preconceito, 43% percebem a existência de estereótipos de gênero e papéis sociais cristalizados presentes na escola.

Carvalhaes e Silva (2010) reforçaram que a maioria dos profissionais que responderam os questionários se formou como professores no período que compreende a ditadura militar no Brasil, anos 60, 70 e 80, e que nesse contexto histórico as questões de gênero e sexualidade não eram discutidas.

Avila e Toneli (2010) estudaram as feminilidades-masculinidades/sexualidade nas relações professor/a-alunos a partir do relato de três professoras e de um professor de um colégio estadual da cidade de Eunápolis, no sul do estado da Bahia.

Os autores expuseram que os professores aceitaram trabalhar com o tema de sexualidade, pois assim evangelizaram/ensinaram a verdade sobre os princípios bíblicos e mostraram o caminho para uma vida digna e correta socialmente. As professoras ainda afirmaram que se os alunos partissem para vulgaridades parariam de falar sobre o assunto e só emitiriam seus conselhos se seus alunos estivessem abertos para ouvir.

Kropeniscki (2013) investigou os padrões heteronormativos de gênero e sexualidade por meio de uma oficina vinculada ao PIBID/CAPES/UFPR na disciplina de Educação Física em turmas do 9º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio de duas escolas públicas de Curitiba-PR.

Os resultados da autora se aproximam dos demais resultados já apresentados anteriormente, a qual os alunos são mais homofóbicos do que as alunas e esses acreditam que a homossexualidade seja um pecado perante as leis de Deus expressas na Bíblia. Além disso, a homofobia também aparece velada no discurso do respeito, imposto numa relação entre colegas com limites bem demarcados. A autora critica essa relação e prefere o discurso da tolerância.

Miranda e Souza (2013) analisaram as representações de educadoras/es da Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de Salvador/BA acerca de sexo, sexualidade e gênero e práticas pedagógicas, quanto ao enfrentamento dessas questões na escola.

Miranda e Souza (2013, p. 6) descreveram uma situação em que um aluno de cinco anos se fantasiou de odalisca e a professora comentou:

‘Todo dia é isto agora, além de querer beijar os meninos na sala, você agora só se vestir de roupa feminina. Assim já está passando dos limites. Você já está começando a gostar desta fantasia. Tem alguma coisa estranha com esse menino. Ele tem um jeitinho. E eu não sei mais o que fazer, ele pobre, preto e ainda, já pensou, crescer assim... Eu não vou deixar mais você ficar perto dos meninos. Ontem eu vi você alisando a mão de... Tem horas que eu não sei nem como agir com este menino. E o pior: a família ainda é crente’ (sic).

Essa fala revela os discursos ditos por outros professores já apresentados aqui em outras investigações, como as relações entre pobreza e desvios sexuais, família desestruturada e desvios sexuais, identidade de gênero e identidade sexual, além da falta de conhecimento para lidar com a diversidade sexual e a religião como um obstáculo para o reconhecimento das sexualidades.

Almeida e Luz (2013) analisaram como a educação sexual é percebida por dezenove docentes do Ensino Médio e Médio Técnico Profissionalizante dos cursos de Secretariado e Informática de Curitiba/PR.

As autoras descreveram o discurso de um professor que acredita e mais do que isso, tem convicção que Jesus pode salvar o homossexual do inferno, tanto que esse professor relatou conhecer um ex gay que pela experiência com Deus

concretizada em sua igreja se curou do desvio e do espírito que o possuía. As autoras consideram esse discurso como intolerante para com a diversidade sexual.

Mattos et al (2013) discutiram por intermédio de oficinas como algumas escolas do Rio de Janeiro produzem os gêneros de forma heteronormativa.

Os autores propuseram uma atividade ambígua, em que dois rapazes trocavam afetos (não disseram que eram homossexuais). As falas mais recorrentes revelaram um incômodo com essa relação, expressando a normalização e controle do corpo/sexualidade.

A partir da leitura dos trabalhos do SIFG, percebemos que uma significativa quantidade de publicações discutiram e apresentaram resultados provenientes de cursos/oficinas de formação de professores inicial ou continuada, por isso, decidimos analisar separadamente os trabalhos que tiveram esse foco para uma melhor compreensão dos enunciados ali presentes.

Balestrin (2006) investigou a temática da sexualidade que está presente em uma aula com carga horária de três horas vinculada a disciplina “Princípios Metodológicos de Ciências”. O lócus da investigação foi uma escola particular de Porto Alegre/RS, que faz parte de uma Congregação Religiosa Católica tradicional na área de formação de professoras. O principal resultado em relação à homofobia foi o reconhecimento por parte das futuras professoras de que os homens sofrem mais com a homofobia do que as mulheres.

Prado e Ribeiro (2008) refletiram a partir dos resultados de uma disciplina optativa do curso de Pedagogia da UNESP, campus de Presidente Prudente/SP, a questão da cidadania e combate à violência contra LGBT, que para os autores, o debate sobre a diversidade sexual deve ser pautado pelo respeito e pela tolerância.

Tortato e Carvalho (2010) divulgaram os resultados do curso “Construindo a igualdade na escola: Repensando conceitos e preconceitos de gênero” realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações de Gênero e Tecnologia do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da UTFPR. O curso foi financiado pela SECADI/MEC. Foram atendidas 313 professoras e 68 professores das redes municipal e estadual de Curitiba/PR e Região metropolitana. O curso teve uma carga horária de 60 horas/aula, dividida em quatro módulos, sendo que a homofobia foi tratada no quarto módulo com 10 horas/aula.

Como última tarefa do curso, os/as professoras/es deveriam elaborar um trabalho que tivesse por objetivo desenvolver algum dos conteúdos ministrados na

escola. A partir desses relatos, as autoras perceberam que os cursistas ampliaram suas visões sobre as temáticas estudadas, evidenciando uma consciência das ações propostas, porém essa consciência não foi suficiente para gerar intervenções nas escolas.

Zago (2010) capacitou profissionais das áreas da saúde e da educação da rede pública municipal de Porto Alegre ministrando o módulo “Sexualidades transgressoras”.

O autor entende que a norma define o normal e como consequência o anormal também está na norma, numa relação de duplo poder que possibilita a transgressão ou a normalização da transgressão. É nesse contexto que o discurso do respeito às diferenças parecem transgredir ao discurso sexista, porém isso é falso, pois para o homossexual ser respeitado esse deve se aproximar da norma sexual, que é a heterossexual.

Quartiero e Nardi (2010) investigaram os discursos sobre a diversidade sexual e suas contribuições para a constituição das subjetividades de jovens alunos e alunas em uma pesquisa realizada no Centro Estadual de Formação de Professores General Flores da Cunha. A escolha desta instituição se deu pelo fato de a pesquisadora ser a professora da disciplina de Ética e Cidadania e nesta o conteúdo da diversidade sexual deveria ser trabalhado.

Os autores informaram que esse Centro de Formação de Professores assinou um Termo de Ajustamento de Conduta, pois ocorreram denúncias que neste contexto escolar existiram discriminações motivadas por preconceitos sexuais e de gênero.

Quartiero e Nardi (2010) afirmaram que a assinatura do termo de ajustamento não ocasionou transformações nesta instituição, pois a direção avaliou como negativa a imposição deste ato e a maioria dos/as professoras/es e alunos nem ficou sabendo dos termos comprometidos.

Tendo por base o referencial teórico foucaultiano, a autora e o autor criticam assim como vimos com outros autores o uso do conceito de *bullying* na escola, pois este enunciado limitaria o fenômeno a partir de um olhar psicologizante e executado por questões individuais e/ou pequenos grupos. Desta forma, não levam em consideração as relações sociais que se utilizam de uma matriz heterossexista que normaliza a todos. Também criticam o enunciado tolerância, pois esse não

transgride a uma relação hierárquica de poder, onde certas subjetividades permanecem como subalternas e outras normais.

Os resultados das intervenções realizadas nas aulas de Ética e Cidadania foram considerados pelos autores como superficiais, pois não ultrapassavam o discurso do politicamente correto. Contudo a postura crítica e reflexiva da professora frente à temática de diversidade sexual inibiu os/as futuros/as professores/as de manifestarem preconceitos, porém esses continuaram ocorrendo nas outras disciplinas. Ou seja, o trabalho sobre diversidade sexual na escola não deve ser isolado, mais sim coletivo, para que os resultados possam ser ampliados.

Junqueira (2010) refletiu como a heteronormatividade se impregna no currículo escolar. Para tal, capturou relatos de docentes que participaram de atividades de formação no âmbito do BSH no período de 2005 e 2009.

O autor apresentou um interessante conceito chamado de pedagogia do insulto, ao qual inclui piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes que normalizam a sexualidade, resultando em processos de discriminação, violências e exclusão.

Nos relatos observados, a pedagogia do insulto estava presente, porém o autor presenciou discursos que eram comprometidos com a problematização e superação da homofobia na educação buscando com isso ampliação da liberdade social.

Bortolini e Cassal (2010) relataram as vivências construídas em quatro anos de diferentes cursos de formação continuada e analisaram o sexismo e a homofobia nas escolas. Para os autores, poucas pessoas se reconhecem preconceituosas como, por exemplo, para com os/as negros/as e mulheres, contudo, em relação aos LGBT o discurso discriminatório vem ganhando maior visibilidade.

Os autores consideram ser fundamental que os projetos de diversidade sexual nas escolas ocorram a partir de redes de instituições, profissionais e políticas, baseados na perspectiva dos direitos humanos para se trabalhar o sofrimento daqueles que não são tolerados socialmente.

Um dos resultados encontrados é que cerca de 50% dos projetos não foram implementados ou não tiveram uma continuidade, fruto da resistência do corpo docente e direção escolar. Por isso, os autores decidiram nos cursos de formação continuada mudar a avaliação final (em forma de intervenção) para ser efetivada

durante o processo de realização do curso, deste modo, osicineiros/as puderam acompanhar tanto a implantação quanto a execução dos mesmos.

Ainda perceberam uma mudança significativa de postura de estudantes LGBT nos últimos anos, pois estes/as se assumem, exigem que seus direitos sejam resguardados e enfrentam tanto os/as profissionais da escola quanto outros/as alunos/as que impedem de vivenciar de forma plena sua sexualidade. A escola por sua vez, não está preparada para debater e intervir tanto na presença de homofobia quanto perante essas posturas descritas dos/as LGBT, por isso, solicitaram cursos da temática em questão.

Rizzato (2010) divulgou alguns resultados de projeto de pesquisa intitulada: Professores, professoras e as questões de gênero, sexualidade e homofobia na escola: articulações com formação docente continuada, que ocorreu por meio de um curso realizado em 2006 e coordenado pela Ong CORSA em São Paulo, direcionado aos professores do Ensino Médio e do Ensino Fundamental II da rede pública estadual de ensino de São Paulo.

A autora também se fundamenta no conceito de direitos humanos para sensibilizar os/as cursistas sobre a diversidade sexual e principalmente os efeitos da homofobia.

Souza et al (2010b) impulsionados pelo projeto de extensão “Formação continuada de educadoras e educadores nas temáticas relativas às identidades de gênero e sexuais”, ocorrido em 2009 na UESB Campus de Jequié-BA, investigaram as contribuições deste curso no enfrentamento ao preconceito e discriminação de gênero e de diversidade sexual na escola.

Os resultados apontaram que para os professores a homossexualidade ainda assusta e causa repulsão, o que dificulta discutir a homossexualidade na escola. Ainda reforçaram que a concepção tradicional de família e influência das Igrejas tradicionais complicam o respeito à diversidade sexual e principalmente a homossexualidade que é vista como opção individual.

Uma professora relatou que um aluno por ser considerado homossexual pela sua família, a mesma o impedia de ir para escola. Ao final do curso, os autores perceberam que os professores repensaram seus preconceitos e alguns tentaram implantar projetos em suas respectivas escolas.

Aqueles que tentaram aplicar projetos na escola visualizaram que para a maioria de seus alunos a homossexualidade é sinônimo de vagabundagem e que se

pudessem agrediriam um colega de classe *gay* para corrigi-lo. Outros (as) comentaram que a família é muito preconceituosa ao ponto de não aceitarem que seus filhos/as sejam amigos/as de colegas homossexuais. Porém, dados positivos também foram relatados, como o fato de um aluno que era visto como *gay*, ser respeitado por seus colegas de classe, o que não acontecia anteriormente.

Santos (2010) analisou as questões de gênero e sexualidade presentes no curso de formação continuada para professoras da Rede Estadual de Educação da Bahia intitulado “Formação de Educadores em Gênero e Sexualidade”, realizado em 2008, na modalidade à distância.

A autora comentou o fato de que duas professoras admitiram não tratar da temática de gênero e sexualidade por terem dúvidas de como proceder, a partir disso, Santos (2010) interpretou que essa dúvida é fruto de um desconhecimento dos PCN's, pois como já discutimos aqui, esse trata da orientação sexual. Entretanto, a autora acredita que o conhecimento/leitura dos PCN's por si só provocaria mudanças e ampliação do conhecimento da diversidade sexual, o que já evidenciamos que não, mediante os resultados analíticos de vários autores aqui analisados como: Almeida (2011), César (2010), Rossi (2008) e Daniliauskas (2010).

Segundo a autora, uma professora relacionou a sexualidade ao ato sexual, o que para Santos (2010) evidenciaria uma resposta reducionista, pois concebe a sexualidade como parte integral da personalidade humana. Sua concepção de sexualidade baseada na psicologia é referendada pela OMS, a única a realizar tal conceituação dentro dos autores aqui levantados nessa tese. Acreditamos que os/as outros/as autores/as não utilizam a OMS por essa basear-se em fundamentos ou biológicos ou psicologizantes.

Souza (2013b) discute os resultados de oito projetos resultantes de um curso de 200 horas direcionado as professoras e licenciandas(os), organizado por uma universidade estadual baiana, para ampliar os conceitos de gênero e sexualidade a partir da concepção do respeito a diversidade sexual.

O curso teve um alto percentual de desistência (71%), que o autor acredita ser motivado por três questões, primeiro a resistência ao debate sobre homossexualidade e transexualidade, segundo acúmulo de trabalho e curso de capacitação e por fim, a elevada carga horária do curso em questão. Acreditamos que seria interessante que o autor e ou outros/as pesquisadores/as perguntassem as desistentes qual foi o motivo que fez com que essas se inscrevessem no curso,

pois ao se inscreverem em um curso sobre gênero/sexualidade a temática LGBTTTQI certamente seria discutida.

Assim como já debatemos anteriormente, aqui os participantes também veem que a questão religiosa compromete o trato dessa temática na escola e elegeram as duas mais tradicionais e conservadoras: católica e protestante. Também foi relatado que estudantes acreditam que a violência seria uma forma de correção ao desvio sexual de seus colegas da escola.

Dos trabalhos que trataram da formação de professores, observamos que a oferta do curso GDE foi significativa, por isso, passaremos agora a analisar os principais resultados divulgados por autores que investigaram, organizaram e ou pesquisaram a partir do GDE. Antes, apresentaremos um pouco sobre o referido programa.

O GDE foi idealizado pela SPM/PR, que coordenou o projeto, e pelo *British Council*, em parceria com a SECADI/MEC, a Secretaria de Ensino a Distância (SEED/MEC), SEPPIR/PR, CLAM/UERJ. Desde 2008, o curso foi incluído na rede de Educação para a Diversidade da UAB da CAPES/MEC.

O Curso GDE tem quatro módulos – Diversidade, Gênero, Sexualidade e Orientação Sexual, e Raça e Etnia, sendo o material didático elaborado pelo CLAM/UERJ (2009). Destinado a educadoras/es em exercício, tem carga-horária de 200 horas e dá certificado de curso de extensão para cursistas não-graduadas/os, ou de curso de aperfeiçoamento para cursistas graduadas/os.

O GDE era semipresencial e foi realizado principalmente em ambiente virtual, sob tutoria, em diferentes polos. Ao final do curso os participantes deveriam apresentar propostas pedagógicas que propusessem ações transformadoras de preconceitos, discriminações e desigualdades de gênero, orientação sexual e raça/etnia no contexto escolar. Todos os trabalhos abaixo analisaram os planos e trazem os principais resultados descritos.

Carvalho (2010) executou o GDE na Paraíba. Dos planos entregues, 11 tiveram como objetivo tratar a homofobia. A homofobia foi detectada pela frequência de *bullying* e dos discursos religiosos de alunos evangélicos, que concebem os *gays* como pecadores. Os organizadores avaliaram os planos como simples, o que levou a considerar que o aproveitamento do GDE não foi satisfatório.

Freitas (2010) executou o GDE em Goiás. A autora transcreveu um relato de uma professora que planejou trabalhar em suas aulas o estilo Emo, pois em uma de

suas salas havia um aluno Emo que sofria com preconceito. A direção se posicionou contra a proposta, pois estava preocupada tanto com a repercussão dos colegas da turma como dos pais, no entanto a professora assumiu o risco e permaneceu forte em seu propósito e executou o planejado.

Em outro depoimento de uma professora, essa deixa claro que antes do curso, perante a presença de debates sobre a diversidade sexual, logo encerrava o assunto, pois estava preocupada apenas com o andamento da aula e que após a conclusão do curso GDE isso se modificou.

No módulo de sexualidade ocorreu o maior número de desistências, principalmente pelo conflito entre os referenciais teóricos do curso com as convicções religiosas dos/as professores/as.

Sales (2010) executou o GDE no Maranhão. A autora assim como Freitas (2010) também relatou que a temática de sexualidade apresentou maior resistência por parte dos/as cursistas, principalmente devido às questões religiosas e do entendimento que a sexualidade é algo do âmbito privado, por isso, a família seria a responsável e a escola não deve ir contra a educação familiar propondo um discurso liberal da sexualidade.

Por outro lado, muitos participantes se colocaram favoráveis ao discurso do respeito à diversidade sexual e de uma educação inclusiva. Esses entendem que a sexualidade seria fruto de uma opção e que qualquer forma de violência motivada por preconceito sexual deve ser problematizada na escola.

Assim como em outros cursos de GDE a desistência foi significativa, aqui o percentual foi de 50% e somente mulheres concluíram o referido curso de capacitação docente. Nos resultados de Carvalho (2010) o percentual de desistência foi de 40% e no de Belo e Santos (2010) foi de 25%, os demais trabalhos não trataram desta questão em específico.

Neves et al (2010) executaram o GDE em Pernambuco. Para as autoras a orientação sexual ainda é uma temática delicada de ser tratada na escola, principalmente pela falta de conhecimentos ampliados por parte dos profissionais que ali trabalham.

As autoras utilizam do termo homossexualismo para tratar dessa sexualidade, contudo o uso de tal conceito remete a doença (sufixo ismo). O “homossexualismo” foi visto ora como pecado devido às questões religiosas ora como perversão,

evidenciada por práticas de promiscuidade/safadeza dos “anormais” na fala dos professores.

Para trabalhar os módulos do GDE, as autoras, assim como em outros trabalhos do SIFG utilizam da estratégia de exposição de filmes educativos, músicas e propagandas para sensibilizarem os participantes.

Bello e Santos (2010) executaram o GDE no Paraná. Fundamentadas na concepção da inclusão, as organizadoras do GDE solicitaram uma assinatura por parte da direção da escola, firmando o compromisso tanto da participação quanto da implementação de temas ligados aos quatro módulos do GDE, iniciativa que não encontramos nos demais trabalhos sobre formação de docentes. As autoras solicitaram aos tutores/as que indicassem os melhores projetos de intervenção e a partir desses Bello e Santos (2010) realizaram suas análises.

Nesses projetos a análise diagnóstica foi breve; as fundamentações continham citações do material do GDE; os objetivos estavam de acordo com a proposta do GDE; as intervenções eram marcadas pela perspectiva psicologizante, onde se pretendia, por exemplo, “aumentar a autoestima”, porém a efetivação desses projetos ainda é insuficiente, pois eram pontuais e não comprometidos com uma proposta a médio/longo prazo.

As autoras concluíram que reconhecem os limites dos projetos, porém avaliaram que houve mudanças nos posicionamentos dos/as cursistas.

Silva (2013) executou o GDE no Maranhão. A autora relatou que a sexualidade foi o tema com maior dificuldade por parte dos/as cursistas, isto porque confrontou com as suas convicções religiosas.

Gomes (2013) executou o GDE no Rio de Janeiro. Aqui novamente a sexualidade foi o tema com maior dificuldade por parte dos/as cursistas, o que foi percebido pelo baixo número de participação em fóruns virtuais.

As poucas postagens foram classificadas como uma política da tolerância a partir de uma condição, que o homossexual seja discreto, ou seja, se aproxime do padrão de comportamento heterossexual. Aqueles que fogem esse padrão são considerados culpados de sofrerem preconceito.

A autora percebeu certa contradição, pois os professores não se reconhecem como homofóbicos/as, porém revelaram que em suas escolas a homofobia estava presente, ou seja, apenas entre os/as alunos/as. Esses mesmos professores assumiram um discurso de respeito ao estado laico no Brasil.

A partir dos resultados das diferentes pesquisas veiculadas neste campo discursivo, diagnosticamos os seguintes enunciados sobre a homofobia na educação escolarizada: opção sexual/orientação sexual, tolerância, respeito, cidadania, inclusão, *bullying*, problema e a psicanálise.

Os enunciados de opção sexual/orientação sexual, tolerância, respeito, cidadania, inclusão e *bullying*, neste campo discursivo estão em tensão, pois os mesmos são tratados e usados de forma bem diferente pelos/as autores/as, cada qual argumentando o seu uso ou o seu não uso para a análise da homofobia na escola.

Conforme acreditam pesquisadores/as já mencionados, esses enunciados ao serem usados na análise da homofobia, acabam incorporando o discurso neoliberal do politicamente correto. Desta forma, o discurso científico não provocaria transformações na forma de se pensar a homossexualidade no tempo e contexto ao qual o mesmo foi veiculado.

Por outro lado, como podemos perceber na análise do SIFG, existem vários autores/as que pautam suas fundamentações e mais do que isso, projeções de uma possível resistência/transgressão das condições históricas atreladas à homofobia no contexto da educação escolarizada a partir desses enunciados.

Faz-se importante destacar que ao fazerem uso desses enunciados, os/as autores/as não expressaram discursos homofóbicos, longe disso, suas argumentações são pautadas pela área das humanas e principalmente aquelas ligadas aos direitos humanos.

Por sua vez, como essa tese é fundamentada a partir das contribuições foucaultianas e as principais críticas direcionadas ao uso desses enunciados foram concebidas por pesquisadores/as pós-estruturalistas, consideramos que o uso destes enquanto discurso científico analítico da homofobia na educação escolarizada, não devem ser empregados, pois esses não expressam uma leitura crítica de resistência e transgressão na relação de saber e poder produzida neste campo discursivo em particular, mas que deve ser estendida aos demais campos discursivos científicos.

Cabe ainda mencionar, que o SIFG se constituiu enquanto um campo discursivo de embates de cunho epistemológico, pois nos outros campos discursivos aqui analisados, as tensões e usos/não usos de certos enunciados não foram problematizados pelos/as pesquisadores/as, o que no SIFG foi uma constante.

Outros dois enunciados também estão presentes na produção científica sobre a homofobia no SIFG, o problema e a psicanálise.

O enunciado problema se constrói a partir da ideia de que a única sexualidade não problemática é a heterossexualidade, as outras formas, geralmente reduzidas em homossexualidade e bissexualidade são consideradas um problema de ordem social.

Historicamente a homossexualidade nem sempre foi considerada um problema, até porque sua nomeação ocorreu no século XIX. Nas décadas de 1980 e 1990 a homossexualidade foi considerada um problema de ordem epidemiológica, pois com o advento da AIDS, os homossexuais eram considerados o principal grupo de risco para o contágio do vírus. Em pleno 2016 a realidade é outra, não se fala mais em grupos de risco e sim comportamentos de risco, o que desloca a homossexualidade enquanto um problema de saúde, para a forma como todas as pessoas vivem/exercem sua sexualidade.

Então a homossexualidade no início do século XXI não seria mais considerada um problema? Não é o que esse enunciado nos diz, afinal o problema aqui é fundamentado a partir de uma moral, que regulariza a normalidade e cria um sujeito anormal.

Esse sujeito anormal, frequentemente é alvo de preocupação por parte dos pais, professores e outros atores sociais, em pelo menos duas posturas, uma que despreza o sujeito homossexual pela constituição de uma aberração e a outra seria a violência/homofobia direcionada aos homossexuais, aqui o que impera seria o medo de ver seus alunos e ou filhos sofrendo violências de diversas formas, como física, social e psíquica.

No contexto do enunciado problema, a escola em questão evidenciou uma dualidade ao considerar a homossexualidade um problema, pois o que se espera ao se diagnosticar um problema é que o mesmo seja trabalhado e sanado. Não estamos aqui afirmando que a homossexualidade deva ser considerada um problema, o que estamos tentando explorar é a total ausência de compromisso e ação frente a algo considerado um problema.

A prática do silenciamento foi a tônica dos professores e direção da escola que ao conceber a homossexualidade enquanto um problema só revelou a forma preconceituosa como tratam a diversidade sexual.

Muitas vezes, esse problema é diagnosticado pelas brigas e xingamentos que envolvem homossexuais, o que para esses professores e diretores atrapalha o bom andamento das aulas da escola. O pensamento ainda é o da ordem, disciplina e silêncio como fatores preponderantes para a concretização do processo de ensino aprendizagem, neste caso, a melhor solução é silenciar as brigas e xingamentos e não trata-las em profundidade.

O último enunciado analisado neste campo discursivo é a psicanálise. Essa área de estudo da psique humana, foi constituída a partir dos estudos médicos de Sigmund Freud, principalmente do inconsciente, desta forma, esse regime enunciativo funda o sujeito do inconsciente.

O sujeito com seus traumas, desejos, sonhos, além das etapas do desenvolvimento da mente, constitui o que o sujeito é, não em sua singularidade, afinal, todos os homens e mulheres passam pelas mesmas etapas de desenvolvimento da consciência e inconsciência.

Em se tratando de violência, o entendimento é que essa faria parte do desenvolvimento natural do ser humano, cabendo ao sujeito do inconsciente trabalhar suas pulsões para que o desejo de destruição seja realizado de forma saudável.

Essa forma de conceber a violência e no nosso caso em específico a homofobia esbarra na formação do sujeito histórico ao qual temos inserido a questão da sexualidade e homofobia.

De forma nenhuma estamos aqui julgando qual a melhor teoria para entendermos o fenômeno da violência/homofobia na sociedade. O que frisamos é que cada epistemologia tem suas raízes e fundamentações e formam a compreensão do sujeito.

Cabe destacar que ambas as perspectivas aqui mencionadas possuem argumentações contra a prática da homofobia na escola, e, mesmo que por caminhos diferentes, uma mais terapêutica e outra mais diagnóstica, ambas acreditam que a criação de leis não resolveria tal problematização.

No próximo capítulo, analisamos as pesquisas provenientes dos artigos científicos encontrados no qualis A1 e A2 área da Educação.

6 CAMPOS DISCURSIVOS QUALIS ÁREA DA EDUCAÇÃO E SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

O objetivo deste capítulo é analisar os resultados provenientes de trabalhos publicados na ANPEPP e em artigos na área de Educação, que tiveram como investigação a homofobia na educação escolarizada. Além disso, contextualizar os campos discursivos em questão, e, explicitar as relações de saber-poder produzidas no confronto de discursos dos diferentes autores/as.

Novamente analisamos alguns dados numéricos no sentido de mapearmos a totalidade da produção científica em cada campo na temática em questão a partir dos descritores: homofobia, homossexualidade e sexualidade entrelaçados com a educação escolarizada.

Não definimos um recorte temporal para delimitar a procura em relação aos artigos científicos. Já na ANPEPP, realizamos a procura desde a sua primeira edição (1988) até a sua décima quinta edição (2014).

6.1 QUALIS A1

6.1.1 Apresentação do campo discursivo

Para uma melhor visualização dos dados aqui encontrados, reunimos os mesmos no quadro a seguir.

Quadro 7 Distribuição das temáticas por revista

Revista	Homofobia no contexto escolar		Homossexualidade e homofobia no contexto escolar		Sexualidade e homofobia no contexto escolar	
	Encontrado	Analisado	Encontrado	Analisado	Encontrado	Analisado
Educar em Revista	6	4	5	1	22	2
Educação e Pesquisa	3	2	1	1	5	1
Pró-Posições	1	0	3	2	15	1
Psicologia: Reflexão e Crítica	0	0	5	2	11	0
Educação e Realidade	1	0	1	0	5	2
Paidéia	1	1	1	0	9	0
Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	1	1	0	0	2	0
Cadernos de Pesquisa	1	1	2	0	14	0
ETD – Educação Temática Digital	0	0	1	1	5	0
Educação em Revista	1	0	0	0	7	1
Educação e Sociedade	0	0	0	0	4	1
Ciência e Educação (Bauru)	0	0	1	0	5	1
Total	15	9	20	7	104	9

Fonte: Dados empíricos analíticos coletados na pesquisa.

Totalizamos 139 artigos encontrados, porém, desses, 25 artigos científicos tratam direta ou indiretamente a homofobia no processo da educação escolarizada e serão analisados a seguir. Desses, 09 analisam a homofobia na educação escolarizada, 07 focam na homossexualidade passando por questões como a homofobia e 09 investigaram as sexualidades e perpassaram pela homofobia na escola.

Somadas todas as revistas brasileiras presentes no Qualis A 1 – área de educação temos um total de 38, destas, 31,6% trazem artigos que discutem direta ou indiretamente a questão da homofobia na educação.

Quadro 8 Cartografia das regiões e Instituições Provenientes dos/as Autores/as

REGIÃO	INSTITUIÇÕES	NÚMERO DE AUTORES/AS	TOTAL
Sudeste	UFRJ	6	27
	UFES	5	
	UFSCAR	5	
	UNESP	3	
	UFMG	3	
	UFJF	1	
	Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora/MG	1	
	UFF	1	
	FAMIG	1	
	USP	1	
Sul	UFSM	5	13
	UFPR	4	
	UFRGS	3	
	UDESC	1	
Nordeste	UFPB	7	9
	URCA	2	
Centro-Oeste	UFMS	1	2
	UCG	1	
Norte	Nenhuma Instituição	0	0

Fonte: Dados empíricos analíticos coletados na pesquisa.

Somada toda a quantidade de autores/as temos 51⁶⁰ e identificada à região do Brasil a qual o/a pesquisador/a estava vinculado, temos os seguintes percentis: região sudeste com 52,9%, sul com 25,5%, nordeste com 17,7%, centro-oeste com 3,9%, e a região norte não publicizou nenhum artigo.

Assim como já apresentamos nas análises da ANPEd e SIFG, aqui novamente as regiões sudeste e sul são as que mais publicam artigos dentro da temática homofobia e educação, além disso, novamente a região norte não publicou.

Identificadas às instituições participantes, temos um total de 18, destas, são privadas: FAMIG e UCG, totalizando apenas 11,1%, o restante 88,9% são públicas, o que reforça os dados aqui já apresentados que apontam que a temática da homofobia foi investigada predominantemente pelas instituições públicas.

Passaremos agora a analisar os principais resultados das pesquisas que focalizaram suas análises na homofobia no contexto escolar, são eles: Martins-Silva et al (2012), Teixeira Filho et al (2011), Borges et al (2011), Dinis (2011), Pereira e

⁶⁰ Não contabilizamos nesse número um artigo da Universidade de Aveiro/Portugal e outro de Toronto, Ontario/Canada.

Bahia (2011), Borges e Meyer (2008), Seffner (2013), Asinelli-Luz e Cunha (2011) e Marinho et al (2004).

6.1.2 Homofobia no contexto escolar

Martins-Silva et al (2012) investigaram a concepção acerca da homossexualidade de 283 alunos dos últimos anos do ensino fundamental da região metropolitana de um estado da Região Sudeste, provenientes de escolas públicas e particulares.

Os autores e as autoras constataram uma aceitação da homossexualidade, pois a expressão de respeito à opção sexual estava presente. Ainda comentaram que embora tenham observado a menção da tolerância nos discursos dos/as adolescentes, a homossexualidade ainda é muito discriminada, resultando em atos agressivos.

Essa contradição nos discursos pode ser observada na forma como os sujeitos da pesquisa concebem a homossexualidade. Entre as respostas se destacaram a inversão de gênero, na qual o homem desejaria ser mulher. Outra forma seria a de respeito à opção sexual.

Na primeira representação a homossexualidade é caracterizada negativamente, pois essa inversão seria algo terrível, vergonhoso, “fruto de safadeza”. Na segunda, apesar de avaliarem como positivo a citação do respeito, Martins-Silva et al (2012) veem como limitante o uso desta palavra, principalmente por não superar o preconceito vivido pelos homossexuais.

Outras falas também apareceram como: insatisfação pessoal, curiosidade, problemas familiares, mau caráter, algo inato/biológico, doença e prática perversa.

Comparando o discurso dos alunos da rede pública em relação aos da rede particular, os primeiros se demonstraram mais preconceituosos.

Teixeira et al (2011) realizaram um estudo do tipo *survey* com 2.282 estudantes do ensino médio das cidades de Assis, Presidente Prudente e Ourinhos, todas de São Paulo. O autor e as autoras questionaram os preconceitos em relação à sexualidade, focalizando principalmente a homofobia.

De acordo com seus dados, frequentemente os/as professores silenciam no momento das ocorrências de práticas homofóbicas na sala de aula, no máximo,

exercem seu poder expressando aos alunos/as que não é permitido falar tal palavra ou agir de tal forma. Além disso, consideraram a internet uma importante fonte de informação e que os não heterossexuais acham normal rirem de sua sexualidade.

O autor e as autoras expuseram que vários alunos já pensaram em se matar (20,7% dos heterossexuais e 38,6% dos não heterossexuais) devido à discriminação sofrida principalmente por pessoas muito próximas como amigos/as, vizinhos, colegas da escola, professores e familiares. Segundo 23,6% dos/as estudantes consideram que os rapazes são os que mais discriminam por questões sexuais aos próprios colegas. Os/as que sofreram discriminação de cunho sexual, apontaram os locais que sofreram agressões: a escola, 61,2%, seguida da casa, 36,7% e de local público (rua, *shopping center*, parques etc.), 30,6%.

Os/as alunos/as que não se assumem são os menos discriminados, porém são os que mais pensam em cometer suicídio. Para finalizar, o autor e as autoras trouxeram o conceito de heterofobia, praticada pelos homossexuais, que aqui será analisado como um enunciado de resistência.

Borges et al (2011) pesquisaram a presença da homofobia em dez escolas públicas de Santa Maria/RS. As autoras e o autor descreveram que ao chegarem em uma escola e explicarem os objetivos da pesquisa, foram prontamente recebidos e aceitos pelo diretor da escola, pois segundo esse, alguns alunos estariam agindo de forma errônea, muitos deles por serem homossexuais e que por esse motivo, acreditava que ao abrir as portas para os pesquisadores a normalidade seria implantada.

Neste estudo, a homofobia foi classificada como simétrica quando realizada de aluno/a para aluno/a de mesma idade e ou ano escolar; a outra classificação seria assimétrica, quando realizada de professores/direção para com os/as alunos.

Contudo, já apontamos em outras pesquisas aqui analisadas como Neto (2006), Diaz e Souza (2010), Silva (2010b) e Silva e Viera (2009), o processo de resistências dos então vitimados, que saem do papel de vítimas e estabelecem outra relação de poder.

As brincadeiras também apareceram como fonte de ações homofóbicas, e elas geralmente não são percebidas pelos professores como expressão da homofobia. Aqueles/as professores/as que percebem e tentam estabelecer práticas de ações anti homofóbicas, sofrem com discriminação tanto na escola, como por

parte dos seus familiares, contudo esses entendem que aos alunos/as devem ser garantidos seus direitos humanos.

Dinis (2011, p. 41) efetivou uma revisão da literatura sobre a homofobia no contexto escolar e entende que:

Reconhecer conceitos como problemáticos implica em reconhecer a linguagem como construção histórico cultural, negando sua pretensa neutralidade e universalidade, mas não implica necessariamente inviabilizar todas as pesquisas que trabalham com categorias que possam ser questionadas, embora recentemente essa tenha sido uma atitude ingênua bastante presente na crítica acadêmica na área das Ciências Humanas.

O autor apresenta o conceito de “*bullying* homofóbico” para analisar a discriminação/violência direcionada a alunas/os *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

Contudo, Diaz e Souza (2010) e Quartiero e Nardi (2010) criticam o uso de tal enunciado, uma vez que esses concebem que os/as heterossexuais também são capturados pela heteronormatividade hegemônica, uma vez que existem práticas sexuais realizadas por heterossexuais que não estão de acordo com essa norma e esses sim são alvo de discriminação sexual. Outro ponto focado por esses autores é a questão de se analisar a violência na escola, motivada por assuntos sexuais por meio de um conceito que forma um binarismo, estabelecendo jogos de poder e neste uma ausência de resistência dos vitimados (mais fracos), ou seja, os homossexuais em relação aos mais fortes, que deteriam o poder, os heterossexuais.

Por fim, Dinis (2011) utiliza a figura de linguagem “amoladores de facas” para designar todas/os aqueles/as que sutilmente contribuem para que os discriminados sexualmente continuem nesta condição e mais que isso, em casos mais graves, até mortos. Entre esses amoladores estariam os professores/as, que principalmente por silenciarem frente às práticas homofóbicas, contribuem para a perpetuação da homofobia. Enunciado amoladores de facas.

Pereira e Bahia (2011) apresentam uma interessante revisão da literatura acerca da existência da homossexualidade na sociedade, uma vez que não individualizam a mesma, ao contrário, evidenciam uma “microcultura” presente e influente em nossa sociedade.

Borges e Meyer (2008) após realizarem entrevistas com professoras/es apontaram algumas dificuldades apresentadas por esses para tratarem da

sexualidade/homossexualidade na escola: reclamaram da falta de material didático sobre a temática; falta de discussão na formação inicial; alegaram outras prioridades temáticas na escola e a necessidade de especialistas autorizados para falarem da sexualidade.

Para encerrar, as autoras expressaram que o simples fato dos/as professores participarem de curso de formação docente na área da sexualidade parece colocar em xeque a heterossexualidade dos/as professores e os colocam em situações de discriminação/homofobia.

Seffner (2013) realizou uma etnografia em três escolas públicas de Porto Alegre, onde estudou as relações de gênero e sexualidade. Essas escolas tinham em comum o desenvolvimento de projetos de combate à homofobia e respeito à diversidade, proporcionando uma educação inclusiva.

O autor aponta algumas fragilidades dos conceitos de inclusão e diversidade, pois segundo ele, esses não expressam as condições existenciais das diferenças e da diversidade sexual, resultando em uma intensificação do processo de normalização.

Da mesma forma, também criticou o uso comumente do conceito de identidade, por conceber neste um viés essencialista, generalista e psicologizante, o exemplo clássico seria o fato dos homossexuais não serem culpados/optarem por serem homossexuais, pois nasceram assim. Ainda complementa que as ações de combate à homofobia geralmente caem na armadilha do conceito de identidade que capturam os sujeitos homossexuais, promovendo a sua visibilidade e essa exposição é condição para toda ação.

Seffner (2013) descreve o caso do aluno homossexual Renato, que se sentiu desconfortável mediante as ações de combate a homofobia realizadas em sua escola, isto porque, os seus colegas reclamaram que as palestras eram menos importantes do que as aulas tradicionais e que o único motivo delas ocorrerem era a presença dele na escola.

Outro caso relatado foi o do aluno homossexual Pedro, que se sentiu obrigado a falar de sua sexualidade após as intervenções contra o preconceito sexual na escola. Seus colegas se sentiram a vontade para perguntarem detalhes de suas relações sexuais. Pedro por sua vez não se sentiu bem e preferia não ser incomodado por ninguém.

Acreditamos que as intervenções realizadas nas escolas tem por objetivo tratar da homofobia como um acontecimento social e não individualizado, por isso, mesmo com a presença de relatos como os descritos acima, o trabalho deve continuar, para que possamos obter avanços na forma como os estudantes homossexuais são vistos nas escolas, como podemos observar no relato do próximo artigo.

Asinelli-Luz e Cunha (2011) realizaram uma análise quantitativa sobre a homofobia, a partir de dados do ENEM entre os anos de 2004 e 2008 publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

A autora e o autor constataram que a homofobia foi presenciada por 45,8% dos estudantes de Santa Catarina e 78% dos estudantes do Amapá. Esse percentual reforça os dados até aqui apresentados que analisam a geopolítica dos estudos de homofobia, sendo que aparentemente, onde mais se tem estudos publicados, possibilitaria menos ações homofóbicas. Logicamente que não queremos aqui cair em um falso causa e efeito, contudo, acreditamos que quanto maior forem os esforços para se educar os/as estudantes para a diversidade sexual, menor a presença de homofobia. Além disso, aqueles que mencionaram sofrer com ações homofóbicas, foram mais pessimistas em relação à qualidade da educação do ensino médio por eles vivenciada quando comparados com quem não sofreu tais discriminações.

Assim como já apontado em diversos resultados de pesquisas apresentados nesta tese, os homossexuais masculinos tiveram maior percentual de discriminação sexual, contudo, segundo Asinelli-Luz e Cunha (2011, p. 99):

A análise dos indicadores da discriminação homofóbica no período entre 2004 e 2008, destaca a queda abrupta no percentual de estudantes que relataram ter sofrido ou presenciado a discriminação homofóbica ao contrastar as cortes (sic) de concluintes em 2004 e 2005. É interessante notar que no ano de 2004 foi lançado no Brasil um programa federal de combate à violência e discriminação contra LGBT, Programa Brasil sem Homofobia, cuja implementação possibilitou o acesso a informações sobre a homofobia. Assim sendo, esta mudança pode indicar um decréscimo na invisibilidade da homofobia a partir do estímulo de ações de promoção dos direitos humanos.

Por fim, a autora e o autor se aproximam do entendimento de que as ações de combate à homofobia no contexto escolar trazem benefícios para toda a escola e

não apenas aos sujeitos homossexuais, como proposto por Rossi (2008) em seu trabalho publicado no SIFG.

Marinho et al (2004) investigaram a homofobia explícita (discriminatória) e a implícita (sutil) de 231 estudantes universitários de uma universidade pública do estado da Paraíba frente aos homossexuais. Para tal, propuseram uma adaptação de um instrumento de medida da homofobia proposta por Castillo e colaboradores. Verificaram a presença das duas formas de homofobia, principalmente nos homens.

Passamos agora a analisar os artigos científicos que tiveram como foco de análises a homossexualidade no contexto escolar e que tangenciaram questões homofóbicas em seus dados, são eles: Vianna (2015), Roselli-Cruz (2011), Dinis (2012), Dinis e Cavalcanti (2008), Souza e Dinis (2010), Scardua e Souza Filho (2006) e Lacerda et al (2002).

6.1.3 Homossexualidade e homofobia no contexto escolar

Vianna (2015) estudou a introdução do conceito de gênero nas políticas públicas de educação no Brasil no governo Lula. Uma leitura foucaultiana trataria essas políticas a partir do conceito de biopolíticas, que de forma introdutória de acordo com Foucault (2008, p. 431) seria:

[...] a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças ... Sabe-se o lugar crescente que esses problemas ocuparam desde o século XIX e que desafios políticos e econômicos eles vêm constituindo até hoje.

É importante frisar que para Foucault a análise das biopolíticas só pode ser efetivada a partir do entendimento da forma de governo da população, ou seja, a governamentalidade em uma sociedade pautada pelos princípios liberais/neoliberais.

A autora comenta que nas políticas dos dois mandatos do governo Lula a discussão e projetos voltados à inclusão/diversidade sexual não provocaram uma superação das desigualdades sociais. Essa mesma conclusão também foi apontada por Seffner (2013).

Em relação ao BSH, a autora evidencia a luta entre dois polos, de um lado os adversários da própria gestão pública, a Conferência dos Bispos do Brasil e grupos

evangélicos (políticos e civis). De outro lado os aliados da própria gestão pública, ONGs e universidades. Também relatou a falta de recursos orçamentários para a concretização de ações duradouras e efetivas.

Ainda em relação ao BSH, a mesma observou um deslocamento da direção das ações do programa, que no início estavam voltadas para as questões de violência física e assassinatos de homossexuais e aos poucos foram ampliadas para outros focos como a cidadania e direitos/justiça social, com destaque para a educação. Entendemos esse deslocamento como uma estratégia de correlação e enfrentamento de forças.

Outra política analisada por Vianna (2015) foi o *Kit gay*⁶¹, que assim como relatado no programa BSH, foi rodeado de contradições, como o veto da Presidenta Dilma Rousseff no mesmo período em que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável para pessoas do mesmo sexo.

Roselli-Cruz (2011) realizou um estudo descritivo para entender a relação entre palavrão/sexualidade/homossexualidade. Participaram 52 alunos do sexo masculino com idades entre 9 e 14 anos, frequentadores de no mínimo dois anos naquela escola pública. Dos 520 palavrões encontrados, 85% têm conotação sexual e 15% não têm.

O autor observou que a maioria dos palavrões tinha como objetivo atingir a sexualidade do ofendido em alguma dessas possibilidades: 1. O ofendido não faz sexo porque não consegue fazer (tem dificuldade erétil); 2. Não gosta de sexo e não o faz; 3. Ninguém quer fazer sexo com o ofendido e 4. O ofendido é homossexual.

Em relação a essa última categoria, conforme Roselli-Cruz (2011) a expressão “vai tomar no cú” e “viado” são as mais usuais e em relação a esse último palavrão, quem o recebe deve negar ou até partir para a agressão física para afastar a possibilidade de sua sexualidade ser colocada a prova. Além disso, o estudante ofendido heterossexual pode criar uma barreira para com a aceitação da homossexualidade, pois em última instância, se essa não existisse o mesmo não seria ofendido. Analisaremos a diante essas expressões como formas de marcação.

Ainda pensando a relação entre palavrão e homossexualidade, o autor verificou outras consequências como: solicitação de transferência de escola,

⁶¹ O kit gay é composto de um caderno com atividades para utilização dos/as professores(as) em suas aulas, seis boletins para discussão com alunos(as) e três audiovisuais, além disso, cada audiovisual continha um guia, um cartaz e cartas de apresentação para gestores(as) e educadores(as). O seu principal objetivo era debater a homofobia, lesbofobia e transfobia na escola.

transtornos para a família, medos, aumento da violência, baixo desempenho escolar, reprovação e evasão da escola.

Dinis (2012) apresenta as concepções de 103 estudantes dos últimos anos de um curso de Psicologia de uma universidade pública brasileira sobre a homossexualidade e gênero.

Esse mesmo modelo de pesquisa foi realizado com outros grupos de estudantes, resultando em outros artigos publicados tanto em revistas Qualis A 1: Dinis e Cavalcanti (2008) com 297 formandos/as de Pedagogia e Souza e Dinis (2010) com 88 formandos/as de Licenciatura em Biologia, como em uma revista Qualis A 2: Lima e Dinis (2008) com 75 formandos/as de Licenciatura em Educação Física, essa última será analisada juntamente com as publicações Qualis A 2, as outras serão analisadas conjuntamente.

Conforme Dinis (2012, p. 65):

Foi dispensada a identificação da pessoa pesquisada, para atender às exigências éticas de uma pesquisa científica, mas também como forma de possibilitar uma maior liberdade de expressão. Pelos mesmos motivos, preservaremos o nome da instituição na qual foi realizada a pesquisa.

Entretanto, nas publicações anteriores, Souza e Dinis (2010), Dinis e Cavalcanti (2008) e Lima e Dinis (2008) nomeiam a UFPR como *lócus* da investigação.

As justificativas para cada estudo foram direcionadas as questões históricas de cada área investigada. Para a Psicologia, foi citada a importância que esta tem na escola no trato da sexualidade, sendo muitas vezes os/as psicólogos/as, considerados/as os/as especialistas para trabalhar a homossexualidade no ambiente escolar. No caso da Pedagogia, foi mencionada a ausência de pesquisas na área de educação que enfoquem a questão da homossexualidade na formação do/a professor/a e por fim, na Biologia, os autores queriam comprovar a hipótese de que os discursos dos futuros biólogos eram fundamentados pelo determinismo biológico, o que não ocorreu, pois somente 11% dos formandos/as acreditavam que se nasce homossexual e 60% que torna-se homossexual.

Os três grupos de estudantes responderam positivamente as várias questões ligadas à homossexualidade, todas com índice acima de 65%: contratariam um/a profissional/professor homossexual; não mudariam sua conduta se soubessem que

seu colega é homossexual; trabalhariam em uma escola que tivesse homossexuais (alunos e professores) e aceitariam um filho *gay*.

As justificativas para essas questões se mostraram contraditórias, pois eram carregadas de “poréns”, certas condições para agirem “positivamente”, como: desde que mantenham uma postura adequada; tenham um comportamento quase assexual; que os colegas homossexuais não deem em cima e outro argumento citado foi o receio de serem identificados como homossexuais por andarem e ou serem amigos de homossexuais.

No geral, os/as autores/as lembraram de que várias dessas imposições não são reforçadas para sujeitos heterossexuais, como por exemplo, exigência que esses tenham uma postura adequada para serem professores. Além disso, classificaram as justificativas como politicamente corretas e pautadas no conceito de tolerância, o qual assim como já vimos, também é criticado pelos autores dos três artigos.

Quando perguntados/as se os pais devem interferir em uma mudança de orientação sexual, todos os grupos afirmaram que não devem, chegando a 91% dos estudantes de psicologia. No entanto, os autores assim como em diversos momentos, preferem analisar os argumentos daqueles que expressam preconceito e trazem poucos dados qualitativos dos discursos não preconceituosos.

As justificativas mencionadas para a intervenção dos pais na orientação sexual dos seus filhos reportaram a questões religiosas para a constituição de uma família.

Dinis (2012) ainda pergunta aos futuros psicólogos/as se esses colaborariam para um/a paciente a mudar sua orientação sexual. Diferentemente da postura expressa em relação aos pais, apenas 35% não ajudariam. O autor comentou que 27% dos entrevistados não responderam essa questão (que obteve maior percentual sem justificativa), além disso, Dinis (2012) lembra da existência da proibição de ações nesse sentido expressa por resolução do Conselho Federal de Psicologia, que pauta questões éticas do exercício da profissão.

Contudo, ao compreendermos a sexualidade como expressão cultural e social, atravessada por questões biológicas, porém não essencialistas, a sexualidade não seria amarrada em identidades sexuais fixas e imutáveis, como já discutimos anteriormente. Não queremos dizer que os/as psicólogos devam ajudar

em uma “cura *gay*”, porém podem e devem contribuir para que seus pacientes exerçam sua sexualidade de forma tranquila e prazerosa.

Em relação à adoção de crianças por pessoas homossexuais, apenas os/as estudantes de pedagogia são contra com 48%, porém tanto os/as futuros psicólogos como os/as estudantes de Biologia se mostraram favoráveis com 77% e 73% respectivamente. Favoráveis, todavia, novamente as justificativas dos três grupos demonstraram ser contraditórias, uma vez que reforçaram um discurso psicologizante, que afirma a necessidade de uma figura materna e outra paterna (no sentido biológico de ser homem e mulher) para o crescimento sadio da criança. Outros citaram que a criança sofreria preconceito por ser nossa sociedade pautada pelo sexismo e pela heteronormatividade hegemônica.

Quando perguntados/as sobre sua postura perante a diversidade sexual, ambos os grupos se consideraram não preconceituosos. Porém, a incidência de indiferentes chamou a atenção nos estudos de Dinis (2012) e Souza e Dinis (2010), com um percentual de 21% e 39% respectivamente.

Para ambas as posturas, os/as autores classificaram as justificativas como politicamente corretas, pois se assumir preconceituoso/a em nossa sociedade não é considerado uma atitude inteligente. Por isso, o discurso do respeito/amizade surgiu mais uma vez, logicamente pautado em certas condições para a sua concretização, o que na compreensão dos autores seria uma forma de proteção para a não taxaço de ser considerado preconceituoso/a.

Além desse argumento, novamente a religião foi citada, reiterando o amor pelo sujeito homossexual e a reprovaço do seu pecado (exercício da homossexualidade) entre outras justificativas. Também estava presente a ideia de que pensar diferente não é ser necessariamente preconceituoso quando se trata de diversidade sexual.

Por fim, Souza e Dinis (2010) comentaram que um percentual dos estudantes de Biologia que se consideraram preconceituosos reconheceram seus preconceitos e afirmaram querer mudar.

Ainda pensando a questão da diversidade sexual, todos os grupos consideraram importante estudar essa temática na universidade e afirmaram ter estudado a temática de sexualidade durante o curso, mas, se sentem inaptos/as em seu trato na escola, chegando a 81% na pesquisa de Dinis e Cavalcanti (2008).

Outra questão que foi analisada nos artigos é a influência dos professores homossexuais para com seus alunos/as. Todos os grupos não acreditam nessa influência, pois para esses, não seria apenas um fator que levaria alguém a ser homossexual e sim vários.

Aqueles que acreditam na influência expressaram a possibilidade da existência de certo contágio, o que para os autores/as ocorreria por transmissão da crença de um “vírus”. Além disso, foi citado que quanto menor for a criança maior a influência, principalmente dos pedófilos. Contágio como enunciado.

Apenas na pesquisa de Souza e Dinis (2010) foi perguntado sobre os PCN's. Os/as futuros biólogos/as alegaram que possuem pouco conhecimento sobre esse material, fato esse questionado pelos autores, pois mesmo criticando esse documento, acreditam ser importante que os textos sejam debatidos durante a formação inicial dos biólogos/as.

Scardua e Souza Filho (2006) investigaram as representações sociais de 350 participantes estudantes universitários do Rio de Janeiro/RJ que se auto definem como heterossexuais, homossexuais e bissexuais com relação à homossexualidade.

Os autores concluíram que os heterossexuais concebem a homossexualidade como um problema/falta que resulta em preconceito e agressões por parte da sociedade e em nenhum momento apontaram aspectos positivos para com a homossexualidade.

Ainda para os/as heterossexuais, as causas da homossexualidade estariam ligadas a diferentes fatores intencionais (não essencialistas) como: as influências sociais gerais; problema psicológico e/ou biológico; decepção/não satisfação em relações com pessoas do sexo oposto e à busca por uma realização pessoal e/ou felicidade.

As representações sociais dos/as homossexuais foram consideradas como não intencionais, ou seja, essencialista, pois o fato de serem homossexuais seria algo natural, não controlado por eles/as, discurso muito usado para não serem “culpados” por sua sexualidade.

Todavia, aspectos sociais também foram citados, como a escolha de se assumir ou não. Os autores alertaram que o fato de não se assumir implica em uma menor visibilidade das homossexualidades o que dificultaria o seu reconhecimento social.

Lacerda et al (2002) também investigaram as representações de estudantes universitários, porém com uma amostra menor que no artigo anterior, 220 estudantes de João Pessoa/Paraíba.

Os autores averiguaram que a maioria dos/as estudantes expressou preconceitos direcionados aos homossexuais, sendo classificados/as em dois grupos, os/as flagrantes (visão mais negativa da homossexualidade) e sutis (visão um pouco menos negativa do que os flagrantes).

As representações sociais que fundamentaram as concepções dos/as estudantes para com a homossexualidade foram tipificadas em cinco categorias: 1 - explicações ético-morais, como a falta de caráter, de respeito e de valores morais; 2 - explicações religiosas expressam a fraqueza espiritual e afastamento das explicações Bíblicas (que expressam a reprovação de Deus ao pecado da sodomia); 3 - explicações psicossociais que concebem a homossexualidade como uma das possibilidades das orientações sexuais; 4 - explicações psicológicas, como a vivência de traumas sexuais no período infantil e por fim, temos 5 - as explicações biológicas, que relacionam a homossexualidade a doença resultante de distúrbios de natureza fisiológica, hormonal ou gestacional.

Os estudantes classificados como não preconceituosos e sutis, eram em sua maioria do curso de Psicologia e se aproximaram das explicações psicossociais, já os flagrantes eram em sua maioria do curso de Engenharia Civil e se aproximaram das explicações religiosas e ético-morais. As explicações biológicas foram reconhecidas principalmente pelos estudantes de Medicina.

Para finalizarmos as análises sobre homofobia nos artigos publicados no Qualis A 1 – área da educação, partimos agora para as interfaces dos estudos de sexualidade com a discriminação direcionada à homossexualidade masculina, tendo como escopo de análise os seguintes trabalhos: Quirino e Rocha (2012), Quirino e Rocha (2013), Ferrari e Almeida (2012), Rabelo (2013), Sales e Paraíso (2013), Dinis (2008), Furlani (2007), Britzman (2009) e Siqueira et al (2012).

6.1.4 Interfaces dos estudos de sexualidade com a discriminação direcionada a homossexualidade masculina

Quirino e Rocha (2012) pesquisaram a percepção de professores/as do Ensino Fundamental e Médio de uma escola pública de Juazeiro do Norte-CE sobre sexualidade e educação sexual.

Os autores criticam o uso do termo opção sexual, pois consideram que os sujeitos não escolhem sua identidade sexual. Também preferem nomear de educação sexual quando se desenvolve intervenções na escola, ao invés de orientação sexual como preconizam os PCN's.

Nas falas das/os professoras/es foi recorrente o uso da expressão opção sexual, a qual os autores consideraram inadequada e reflexo da falta de atualização dos mesmos. Contudo, como vimos, alguns/as pesquisadores/as preferem usar opção sexual, para fugirem da perspectiva essencialista de orientação sexual. Acreditamos que no campo de estudos de gênero e sexualidade, temos que tomar cuidado ao criticarmos o uso de certos enunciados em decorrência de outros, afirmando ser adequado ou inadequado, pois o crescente número de pesquisas e debates possibilitam avanços e reflexões que muitas vezes não conseguimos acompanhar.

Assim com discutimos nas pesquisas realizadas por Souza e Dinis (2010) Dinis e Cavalcanti (2008) e Dinis (2012), aqui foi presenciado a ideia da existência de contágio por parte do homossexual para com as crianças, principalmente as menores.

Quirino e Rocha (2013) publicaram outro artigo que possui os mesmos objetivos e caminhos metodológicos, contudo neste os autores apresentam outros dados relevantes para a temática da homofobia.

Os autores presenciaram a utilização do xingamento “viado” dito entre os meninos e o silenciamento do professor frente a essa agressão, mostrando que a preocupação do professor foi centralizada apenas no conteúdo formal. Além disso, alguns naturalizaram o uso dessa palavra na escola, considerando apenas uma forma de brincadeira dos alunos, o que também já criticamos nesta tese.

Seus sujeitos entendem que os homossexuais são os culpados do preconceito recebido, uma vez que se comportam de acordo com o gênero feminino. Se fossem discretos não seriam discriminados.

Conforme Quirino e Rocha (2013), os professores sensíveis à causa homossexual, creem que os alunos homossexuais devem ser tratados como os heterossexuais, porém isso não é possível, pois a existência do preconceito ainda é forte em nossa sociedade.

Os autores concluem que para termos uma escola emancipadora, cidadã, inclusiva, aberta às diversidades, o trabalho e sensibilização da temática de gênero e sexualidade deve continuar seguindo firme nos campos teórico e prático.

Ferrari e Almeida (2012) a partir dos registros de indisciplina realizados pelas escolas investigadas da cidade de Juiz de Fora/MG perceberam que as ações diagnosticadas unicamente como sendo casos de indisciplinas reduzem as práticas dos escolares a um determinante apenas, e que este não daria conta de abarcar as diferentes motivações as quais levaram à prática das ações consideradas anormais pelos professores e direção escolar. Esse dado também foi apontado pelo estudo de Ferrari (2007) quando o autor descreve e analisa a brincadeira da loba.

Nos relatórios analisados, a maioria dos casos descritos envolve meninos, dos 21 casos analisados apenas um diz respeito a situações de “indisciplina” com meninas. Para os autores, esse dado por si só já representa o quanto os homens são influenciados pelo contexto social a se expressarem com agressividade e violência, pois só assim assegurariam sua masculinidade.

Para encerrar, os autores propõem desnudar o normal, não trabalhar com o conhecimento linear e fixo além de possibilitar que a escola seja um espaço que assegure o cuidar de si.

Rabelo (2013) averiguou as representações sociais de gênero de 209 professores do ensino público de duas realidades distintas: Distrito de Aveiro (Portugal) e do Rio de Janeiro/RJ.

A autora descreveu o depoimento de um professor brasileiro que evidenciou o quanto a homofobia não atinge unicamente os homossexuais, Rabelo (2013, p. 914):

[...] eu sou muito carinhoso, então homem não é carinhoso, homem não chora, homem não tem jeito pra cortar, pra colar. [...] Eles querem chamar a gente de bicha? Por mim, pode me chamar, eu não tenho nada pra provar a ninguém, hoje eu já tô nessa etapa, eu também tive muito medo disso tudo, então eu tive que me afirmar como homem.

A autora também expôs o preconceito sofrido por outro professor brasileiro, só que homossexual, que relatou um fato ocorrido em sua infância no qual sua avó foi chamada na escola para ser aconselhada a disciplinar o corpo afeminado de seu neto.

Os professores brasileiros desse estudo relataram que pelo simples fato de serem homens e docentes já se coloca em xeque sua sexualidade e a homofobia foi experimentada por vários deles, chegando a serem demitidos de escolas por tais suspeitas e outros que não foram demitidos pensaram em abandonar a carreira.

Em relação aos professores portugueses, nada foi mencionado em relação à homofobia, o que foi insistentemente questionado por Rabelo (2013), contudo os professores confirmaram que nada sofreram. Acreditamos que outros estudos devam ser realizados dentro da realidade portuguesa para aprofundamento da existência ou não de preconceitos sexuais.

Sales e Paraíso (2013) buscaram entender o funcionamento da “zuação” de cunho sexual expressa por jovens/rapazes na escola e no Orkut, a escolha dos homens se deu por se considerar que a heteronormatividade é mais cobrada nesses, resultando também em maior homofobia. A zuação como práticas.

As autoras observaram e confirmaram a escolha acima citada em algumas situações, como o repúdio recebido por um aluno chamado Ricardo, que segundo seus colegas mantinha segredinhos, o que foi considerado comportamento inadequado aos homens e comumente realizado por mulheres ou homossexuais.

A “zuação” não foi concretizada apenas pelos alunos, pois as autoras relataram um fato por elas observado em que uma professora para assegurar silêncio em sala, utiliza desta técnica insinuando que fará um *blog* cor-de-rosa para o aluno “bagunceiro”.

Dinis (2008) realizou uma revisão da literatura sobre diversidade sexual, gênero e homossexualidade na educação. Todos esses enunciados são abordados a partir de um olhar histórico-cultural em oposição ao essencialismo que hegemonicamente os naturalizam.

O autor chegou até a citar no caso da homossexualidade o discurso que retira do indivíduo a “culpa” por ser *gay*, pois o mesmo já nasceu assim e desta forma não teria o poder de escolher não ser o que ele é. Esse entendimento foi capturado pelas políticas de tolerância, que pregam respeito aos direitos dos homossexuais, entretanto não conseguem superar as desigualdades sociais impostas aos

homossexuais, que permanecem sendo rotulados pela categoria identidade como diferentes/exóticos.

Furlani (2007) a partir da análise de uma coleção de livros paradidáticos averiguou como a Educação Sexual era conceituada neste acervo.

A autora identificou que a homossexualidade era difundida e representada pela figura do monstro⁶², o que segundo a mesma dissemina a ideia de que o monstro deva ser eliminado por força de violência se assim for necessário. Como vimos em vários trabalhos publicados no SIFG, a violência por parte dos alunos para com os estudantes homossexuais, eram justificadas como “corretivas”, ou seja, o monstro deve ser domado. Contrariamente, o monstro é necessário como parâmetro para que outros sejam considerados normais.

Britzman (2009) realizou uma revisão da literatura sobre a homossexualidade a partir de uma concepção do *Eros*.

Para a autora, quando se discute a homossexualidade na educação essa é compreendida a partir de categorias como violência, homofobia, estereótipos, preconceitos, barreiras sociais e outras, o que ela se propõe é discuti-la por meio do amor e do desejo, pautados em uma perspectiva psicanalista, na qual a sexualidade não seria investigada por causas patológicas e ou distúrbios, mas sim, pelo inconsciente. Além do mais, haveria um deslocamento da centralidade da causa da homossexualidade para as questões já citadas como o amor homossexual e seus desejos.

Siqueira et al (2012) pesquisaram o trote universitário, realizado por estudantes de Farmácia de uma universidade pública, que denotavam questões de gênero e sexualidade.

As autoras perceberam que os alunos veteranos/as, realizaram diferentes atividades que objetivavam ridicularizar os calouros, submetendo esses a auto-definições que questionavam sua masculinidade e desempenho sexual, como dançar sensualmente, provocar o beijo entre homens e outras situações como a descrita a seguir:

Nossa, muita humilhação! E, aí eu subi lá em cima, li o negócio pra todo mundo, sabe? Tipo, assim: ‘desculpa meu supremo veterano por ter sido tão idiota...’ Sabe? Eu sou uma bicha enrustida, não sei o que... Sabe? Um negócio bem assim, humilhante! ‘Vou fazer de tudo

⁶² Furlani (2007) não cita Foucault para falar dos monstros, a mesma se fundamenta em Jeffrey Jerome Cohen.

para ajudar na faculdade porque eu sou um lixo, e nããã...’ Várias coisas, desse tipo assim (SIQUEIRA et al, 2012, p. 154-155).

Além dos dados aqui relatados, as autoras comentaram que a partir das entrevistas realizadas com esses estudantes, foi possível identificar que o curso de Farmácia foi considerado como um curso que possui muitos homossexuais e essa percepção era recorrente tanto em estudantes de outros cursos, como nos próprios estudantes de Farmácia.

Para finalizar, Siqueira et al (2012) expuseram que os calouros humilhados neste ano, infelizmente serão os líderes do próximo ano no trote aos futuros calouros, ou seja, cria-se uma corrente que parece não ter fim.

No próximo subitem, analisamos as pesquisas provenientes do Qualis A2 área da Educação.

6.2 QUALIS A2

6.2.1 Apresentação do campo discursivo

Assim como feito nas análises da ANPEd, SIFG, BDTD e Qualis A 1 área da Educação, aqui também analisamos os artigos científicos que tratam da homofobia no contexto escolar, homossexualidade e homofobia e por fim, as interfaces dos estudos das sexualidades com a homofobia direcionada à homossexualidade masculina.

Quadro 9 Distribuição das temáticas por revista

Revista	Homofobia no contexto escolar		Homossexualidade e homofobia no contexto escolar		Sexualidade e homofobia no contexto escolar	
	Encontrado	Analisado	Encontrado	Analisado	Encontrado	Analisado
Currículo sem Fronteiras	2	2	2	0	2	1
Práxis Educativa	1	1	1	1	1	0
Revista Estudos Feministas	8	1	9	0	73	1
Revista e-curriculum	1	1	0	0	1	0
Psicologia & Sociedade	2	1	4	0	21	0
Cadernos Pagu	1	1	13	0	62	0
Educação	0	0	1	1	4	0
Perspectiva	0	0	3	1	10	0
Total	15	7	33	3	174	2

Fonte: Dados empíricos analíticos coletados na pesquisa.

Totalizamos 222 artigos encontrados, porém, desses 12 artigos científicos tratam direta ou indiretamente a homofobia no processo da educação escolarizada e serão analisados a seguir. Desses, a maioria 07 analisaram a homofobia na educação escolarizada, 03 focaram na homossexualidade passando por questões como a homofobia e por fim 02 investigaram as sexualidades e perpassaram pela homofobia na escola.

Somadas todas as revistas brasileiras presentes no Qualis A 2 – área de educação, temos um total de 82, destas, 9,8% trazem artigos que discutem direta ou indiretamente a questão da homofobia na educação. Temos então um dado diferente do encontrado no Qualis A1, pois mesmo com um número inferior de revistas brasileiras, no Qualis A1 o número de artigos que tratam da homofobia na educação é maior do que no Qualis A2, talvez isso se deva entre outros motivos ao maior prestígio/pontuação que uma publicação A1 recebe, ou ao fato do perfil das revistas no Qualis A1 ser mais aberto às questões da sexualidade na educação.

Quadro 10 Cartografia das regiões e Instituições Provenientes dos/as Autores/as

REGIÃO	INSTITUIÇÕES	NÚMERO DE AUTORES/AS	TOTAL
Sul	UFRGS	3	13
	FURG	3	
	UFPR	3	
	UFPEl	2	
	SED/PR	1	
	UEM	1	
Centro-Oeste	UFG	8	9
	UCG	1	
Sudeste	UFJF	2	5
	UNESP	1	
	UERJ	1	
	UFSCAR	1	
Nordeste	Nenhuma Instituição	0	0
Norte	Nenhuma Instituição	0	0

Fonte: Dados empíricos analíticos coletados na pesquisa.

Somada toda a quantidade de autores/as temos 27 e identificada à região do Brasil ao qual o/a pesquisador/a estava vinculado, temos os seguintes percentis: região sul com 48,2%, centro-oeste com 33,3%, sudeste com 18,5% e as regiões norte e nordeste não publicizaram nenhum artigo.

Aqui novamente a região sul se destacou no número de autores/as que publicam artigos sobre a temática de homofobia e educação, o dado diferenciado é o fato de a região centro-oeste ficar a frente da região sudeste no quantitativo de autores, além disso, na região nordeste não houve publicação, assim como na região norte.

Identificadas às instituições participantes, temos um total de 12, destas, apenas a UCG é privada, perfazendo apenas 8,3%, os restantes 91,7% são instituições públicas, o que reforça os dados já apresentados nos outros campos discursivos, que apontam que a temática da homofobia foi e é investigada predominantemente pelas instituições públicas. É importante destacar que a UCG está presente tanto no SIFG como nas análises das publicações do Qualis A1 e A2 – área da educação, evidenciando sua importância no cenário nacional neste campo de estudos dentre as instituições privadas.

Passaremos agora a analisar os principais resultados das pesquisas que focalizavam suas análises na homofobia no contexto escolar, são eles: Mello et al (2012), Mello et al (2014), Longaray et al (2011), Silva e Vieira (2009), Leite (2011), Oliveira Júnior e Maio (2015) e Nardi (2008b).

6.2.2 Homofobia no contexto escolar

Mello et al (2012, p. 418)⁶³ analisaram as políticas públicas direcionadas à população LGBTT e visualizaram avanços especialmente do Poder Executivo Federal no sentido de propor uma política social que garanta os direitos humanos dessa população específica, contudo, os autores e a autora colocaram esse avanço em parênteses, uma vez que a concretização dessas ações políticas ainda são precárias e deficientes, não somente por parte do Governo Federal, como também do Estadual e Municipal, estas dificuldades seriam:

- a) ausência de respaldo jurídico que assegure sua existência como políticas de Estado, livres das incertezas decorrentes das mudanças na conjuntura política, da homofobia institucional e das pressões homofóbicas de grupos religiosos fundamentalistas; b) dificuldades de implantação de modelo de gestão que viabilize a atuação conjunta, transversal e intersetorial, de órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, contando com a parceria de grupos organizados da sociedade civil; c) carência de previsão orçamentária

⁶³ Esses autores publicaram Mello et al (2014) os mesmos dados de 2012.

específica, materializada no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA); e d) reduzido número de servidoras públicas especializadas, integrantes do quadro permanente de técnicas dos governos, responsáveis por sua formulação, implementação, monitoramento e avaliação.

Os autores e a autora criticaram ações pontuais por parte do Governo, pois segundo os mesmos, quando uma política foi implantada, essa só ocorreu porque algumas poucas gestoras mais sensibilizadas pela temática da homofobia enfrentaram a homofobia institucionalizada.

As gestoras e ativistas entrevistadas, argumentaram alguns problemas enfrentados para a implantação e concretização de políticas públicas destinadas à população LGBTT, Mello et al (2012, p. 423) aglutinaram em quatro problemas centrais:

- ausência de arcabouço jurídico explícito que legitime a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas à garantia da cidadania da população LGBT, a exemplo de legislação federal que proíba a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, que assegure direitos conjugais e parentais a casais de pessoas do mesmo sexo e que permita a alteração de nome e sexo nos documentos de registro de pessoas travestis e transexuais;
- constatação de que os documentos que preveem ações e programas direcionados à população LGBT, nos três níveis de governo, geralmente assumem a forma de atos normativos secundários, oriundos do Poder Executivo – decretos, portarias, resoluções, recomendações e instruções –, dotados de menor ‘força’ normativa, quando comparados a leis, ou mesmo de nenhum caráter normativo, quando não passam de documentos divulgados de maneira absolutamente informal, como foi o caso do Brasil sem Homofobia e do Plano Nacional LGBT, por mais que resultem de demandas e pressões de grupos da sociedade civil;
- dificuldade de se assegurar efetividade aos atos normativos secundários antes referidos, o que traz grande insegurança jurídica, já que podem ser sumariamente revogados por vontade do governante da vez; no tocante aos dispositivos programáticos, que se traduzem em iniciativas como o Brasil sem Homofobia, o Plano Nacional LGBT e o PNDH 3, a maior e quase intransponível dificuldade é a falta de meios explícitos para efetivá-los;
- grande quantidade de projetos de lei, especialmente em nível federal, que quase nunca vão à discussão e votação – em face da atuação de parlamentares e de grupos da sociedade civil que insistem em negar a legitimidade das demandas da população LGBT –, além de uma tendência mais recente de aumento do número de projetos de lei que explicitamente vetam direitos.

As práticas sociais no contexto atual lentamente se abrem para a diversidade sexual, mas estamos longe de uma sociedade plural no que tange à diversidade, por

isso, acreditamos que o trabalho individual, ou seja, aquele realizado por cada um de nós deva ocorrer, além disso, consideramos que o professor tem um papel importante para a formação de pessoas mais esclarecidas sobre essa temática. Por fim, devemos continuar cobrando dos governos ações de combate as diversas discriminações motivadas por questões ligadas às sexualidades.

Longaray et al (2011) analisaram as narrativas de alunos/as do primeiro ano do Ensino Médio, de oito escolas do município de Rio Grande/RS sobre homofobia no contexto escolar. Importante destacar que as autoras também criticam o enunciado de tolerância na produção discursiva sobre a homofobia, principalmente por acreditarem que esse não rompe com o *status* de superioridade da heterossexualidade em relação à homossexualidade.

De acordo com as autoras, dos 221 adolescentes que participaram da pesquisa, 173 já presenciaram ou escutaram insultos direcionados aos homossexuais. Os insultos mais presentes foram chamar de “bichinha” e “mariquinha”. Outros dados também foram citados como o fato de 63 terem visto pessoas atirando objetos, empurrando, agredindo fisicamente e 58 já presenciaram espancamentos. Todas essas violências foram em sua maioria feitas por homens, o que segundo as autoras, teria ligação com a forma como a masculinidade é construída socialmente, aproximando os homens das ações de agressão.

A temática da família foi abordada por Longaray et al (2011), pois muitos dos estudantes relataram que seus familiares não aceitam que seus membros tenham amigos homossexuais e se os familiares descobrissem que os mesmos fossem gays, reagiriam negativamente e se esforçariam para mudar a identidade sexual ou até os espancariam.

Não só a família foi considerada uma instituição homofóbica, a escola também, pois alunos/as e professores/as agem de forma preconceituosa, reforçando a ideia de um contágio dos homossexuais para com os heterossexuais como já relatado nas pesquisas de: Dinis (2012), Dinis e Cavalcanti (2008), Souza e Dinis (2010) e Quirino e Rocha (2012).

Entretanto, dados que consideramos positivos também estão presentes no artigo, como o fato de quase a totalidade dos entrevistados afirmarem que não se importam se seu professor é gay, o que importa é que seja um bom professor. Destacamos também, a presença de falas de estudantes abertos ao diálogo para

com a diversidade sexual, outros/as que se assumem homossexuais e por fim, alunos/as heterossexuais que se colocam contra a homofobia.

Silva e Vieira (2009) relataram as vivências de três estudantes *gays* (Mateus, Ricky e Vítor) que frequentavam o último ano do Ensino Médio noturno no ano de 2007.

Para o autor e a autora, a presença desses estudantes na escola causou diferentes reações, que vão desde brincadeiras sutis, reclamações à direção por parte dos alunos (fato que levou a diretora a tentar separar os três da mesma sala) o que não ocorreu, pois esses três alunos não se colocavam no lugar de vítimas, ou seja, transgrediam a imagem de que os *gays* são frágeis e indefesos.

Silva e Vieira (2009) também comentaram da corporeidade dos três estudantes, pois os corpos desses eram considerados fora da norma heterossexual, criando um monstro⁶⁴ na escola, que deve ser controlado a qualquer custo. Todas as ações realizadas por eles na escola (como por exemplo, uma conversa paralela) eram consideradas resultantes da sua sexualidade monstruosa, o que não acontecia com os outros alunos (no mesmo exemplo citado).

Nas falas dos três estudantes estava presente à incorporação da “bicha louca”, como eram tratados pelos outros estudantes, ou seja, “não deixavam barato” as agressões. Uma estratégia era colocar em suspeita a heterossexualidade dos agressores utilizando para isso do deboche, piadas e da ironia. O enunciado da bicha louca.

Porém, os estudantes homossexuais entendem que socialmente os homossexuais mais discretos, próximos ao padrão heterossexual, sofrem menos preconceito do que as “bichas loucas”. Outro conceito emitido por eles foi a crítica à forma restritiva de compreensão da sexualidade por parte dos alunos heterossexuais, pois esses remeteram a sexualidade apenas à questão do ato sexual, fato este questionado por Mateus, Ricky e Vítor.

Leite (2011) estudou a relação entre violência e heteronormatividade em uma escola pública da rede municipal do Rio de Janeiro/RJ, em quatro turmas de oitavo e nono ano do Ensino Fundamental.

A autora descreveu diversas situações ocorridas neste contexto e aqui comentaremos duas delas. A primeira foi a exposição de um aluno realizada no

⁶⁴ O autor e a autora não citam Foucault para falarem do monstro. Citam: Jeffrey Jerome Cohen.

momento em que uma professora foi entregar um caderno considerado feminino para este, o aluno se mostrou constrangido e se ausentou da escola por quatro dias.

O segundo caso, foi a intervenção de uma gestora da escola que ao receber um aluno que foi agredido em sala de aula, culpabilizou-o pelos maus tratos recebidos dos seus “colegas de turma”. Para a gestora, o fato de o menino ser *gay*, o fragiliza e seus comportamentos não masculinos resultaram em ações de discriminação. Ao final da conversa, ela pediu para o aluno mudar seus “trejeitos”, não fazer mais fofocas e se dar o respeito, o que foi questionado pelo aluno.

Por fim, Leite (2011) comentou que a homofobia nesta escola não era condicionada unicamente aos homossexuais, todos que tinham comportamentos fora do padrão de masculinidade impostos aos homens eram cobrados e sancionados pela homofobia.

Oliveira Júnior e Maio (2015) analisaram alguns dos programas governamentais direcionados ao combate da LGBTQIAfobia. A escolha por essa sigla se justifica, pois para o autor e a autora as discriminações direcionadas a Lesbofobia, Gayfobia, Bifobia, Bigênerofobia, Transfobia, Travestifobia, Tansgênerofobia, Queerfobia, Intersexofobia, Aliadofobia e Assexofobia são de ordens diferentes e não podem ser analisadas da mesma forma. Além disso, a sigla favorece ao leitor, pois repetir todas essas expressões seria algo cansativo. O termo aliadofobia é usado por considerar que pessoas próximas também sofrem com homofobia. Esse discurso já esteve presente nesta tese como uma justificativa ao revés, ou seja, o afastamento dos heterossexuais para com os homossexuais seria uma forma de não colocarem suspeitas na sua masculinidade. A LGBTQIAfobia como um enunciado de resistência.

Em relação ao *Kit Gay*, o autor e a autora expressaram que a atitude da Presidenta Dilma Rousseff foi um péssimo exemplo, pois se muitos professores acreditavam que a temática da homofobia não devia ser tocada na escola, após o veto do Kit Gay, esse comportamento foi reforçado e sedimentado.

Já o *Guia Adolescentes e Jovens para a Educação entre Pares* foi enviado às escolas públicas como um material produzido pelo governo no combate a LGBTQIAfobia. Aqui a diversidade sexual foi tratada como principal conteúdo do guia.

Conforme Oliveira Júnior e Maio (2015), outro material distribuído nas escolas foi o *Kit HQ – Histórias em Quadrinhos*, resultante da parceria entre o Ministério da

Saúde e o da Educação, que tinha como meta trabalhar a relação entre sexualidade e saúde por meio de seis revistas que discutiam diferentes temáticas como: homossexualidade, gravidez na adolescência e uso da camisinha.

Ainda segundo o autor e a autora, esse Kit também sofreu sanções por parte do governo, pois em dois momentos (2010 e 2013) foi ordenada a interrupção da entrega deste material nas escolas, para não gerar polêmicas, principalmente com setores religiosos, que atrapalhariam o processo eleitoral.

Nardi (2008b) fundamentado em Foucault problematizou a relação entre os dispositivos de sexualidade com a educação escolar em dois contextos distintos, França e Brasil.

Para o autor, a psicologia no contexto brasileiro tem um *status* de destaque, pois esta aprofundaria as causas da homossexualidade a partir de enunciados normalizadores/patológicos de um discurso científico.

Esse olhar psicopatologizante é chamado por Nardi (2008b) como “patologização da pobreza”, de raízes higienista/eugênicas, constrói dois polos opostos e hierárquicos, um selvagem/pobre/doente/perverso/negro-mestiço/não-educado e outro civilizado/rico/classe média/normal/branco/educado.

É no polo selvagem que a homofobia se concretizaria, pois para muitos, a existência de famílias desestruturadas, pobres e com muitos filhos (no sentido malthusiano de reprodução não controlada) possibilitaria a proliferação de patologias sexuais.

Já no contexto francês, conforme o autor, teríamos outra realidade. Em termos normativos, a sexualidade/homofobia na escola na França é discutida a partir da circular do ministério da educação (nº 2001-245) de novembro de 2001 e assim como no Brasil, tinha por objetivo implementar a prevenção de DST/AIDS. Contudo, segundo os professores entrevistados, tal norma não gerou mudanças concretas nas escolas no trato das sexualidades/homofobia.

Por isso, assim como no Brasil que manteve parcerias com ONG's para a realização de cursos de formação docente e ou ações com alunos sobre a diversidade sexual, na França isso também ocorreu, porém de forma diferenciada, pois grande parte das ações eram realizadas nas periferias de Paris, coordenadas e ministradas em sua por maioria por palestrantes brancos e não imigrantes.

O autor relatou ter presenciado algumas dessas ações e descreveu duas situações aparentemente opostas, uma de não aceitação e outra de “aceitação”. A

primeira foi a rejeição da homossexualidade principalmente dos estudantes homens muçulmanos, negros, de origem árabe magrebina, maiores de idade que não aceitam a igualdade dos direitos homossexuais por questões religiosas, pois consideram a homossexualidade além de pecaminosa uma doença.

Esses estudantes entendem que a imposição francesa de apoio à diversidade sexual, não considera os valores sociais e culturais de suas raízes africanas⁶⁵.

A segunda foi realizada em um curso de formandas de secretariado, no qual podem ser percebidos discursos de respeito à diversidade, desde que longe das mesmas.

Nardi (2008b) fez questão de afirmar que a homofobia não está presente apenas na periferia/negra de Paris. Para exemplificar, o mesmo citou um caso de expulsão de cinco estudantes da mais importante escola tradicional parisiense (Colégio Henry IV).

Passamos agora a analisar os artigos científicos que tiveram como foco de análises a homossexualidade no contexto escolar e que tangenciaram questões homofóbicas em seus dados, são eles: César et al (2013), Lima e Dinis (2008) e Ferrari e Castro (2013).

6.2.3 Homossexualidade e homofobia no contexto escolar

César et al (2013) realizaram uma revisão da literatura, que pretendeu discutir a relação entre o movimento homossexual e governo, nas ações políticas de homofobia no campo educacional, a partir do referencial foucaultiano.

A justificativa para tal análise se fundamenta na ideia que o movimento homossexual ao se unir com o governo em políticas de combate a homofobia, corre o risco de primeiro perder seu teor crítico e transformador ao se moldar aos mecanismos de controle e produção de “novos sujeitos” capturados principalmente pelo uso da categoria identidade sexual, presente em todos os programas de combate a homofobia produzidos pelo Brasil nos últimos anos, conforme César et al (2013, p. 196):

⁶⁵ É importante lembrar que em vários países africanos a homossexualidade é considerada crime, com punição que vai desde detenção até a morte do culpado. Para maiores informações ler as reportagens: <<http://acapa.virgula.uol.com.br/politica/pesquisa-mostra-dados-da-aceitacao-homossexualidade-no-mundo-veja-numeros/2/13/25242>> Acesso em: 29 jul. 2015 e <<http://acapa.virgula.uol.com.br/politica/africa-reforca-legalmente-a-repressao-contra-a-comunidade-lgbt/2/13/23756>> Acesso em: 29 jul. 2015.

Assim, para além das inegáveis conquistas jurídico-políticas da comunidade LGBT, por meio da aliança entre o Estado e movimentos sociais, podem-se observar reconfigurações de sofisticadas estratégias biopolíticas de controle e regulação da própria população LGBT, tanto do ponto de vista do Estado como do ponto de vista dos próprios movimentos. Ou seja, com os processos de governamentalização dos movimentos, impõe-se o risco de que estes percam a capacidade criativa de crítica e autocrítica, presente em períodos anteriores da história dos movimentos de homossexuais. Neste contexto, o preço a pagar pode ser uma participação pacificada, incluída na ordem social estabelecida, heteronormativa, ou seja, uma ordem social alicerçada na ideia de normalidade heterossexual, como já alertava Foucault no início dos anos de 1980.

Para a autora e autores, Foucault deixou claro que lutar por direitos homossexuais em uma sociedade pautada pela heterossexualidade não surtiria resultados transformadores e considerando o exposto nas ações de combate a homofobia nas escolas, na qual é recorrente o discurso de respeito e tolerância, essa estratégia de alteridade/inclusão para se obter um maior controle dos corpos e torná-los dóceis, fica ainda mais evidente.

Esse esforço de “folclorização” como foi chamado pela autora e autores, resultará no máximo na criação do dia do orgulho gay, ou, dia de combate à homofobia. Analisaremos a diante a folclorização enquanto práticas.

Ainda pensando nas ações de combate à homofobia na escola, César et al (2013, p. 197) reforçaram que:

A análise dos documentos educacionais que abordam a sexualidade na escola, se amparada por uma reflexão de inspiração foucaultiana sobre o dispositivo da sexualidade, a biopolítica e a governamentalidade, demonstrará a insistência dos textos metodológicos em produzir a incitação discursiva do sexo para melhor controlá-lo e geri-lo. Em geral, nos documentos oficiais propõe-se que a orientação sexual ou educação sexual devam impregnar toda a área educativa. A nova verdade do sexo, produzida por meio de novas técnicas de governo, engendra formas idealizadas de viver a sexualidade ao mesmo tempo em que visa administrar os corpos de crianças e jovens. Além da prevenção dos riscos do sexo – doenças e gravidez –, dentre as tecnologias que asseguram um modelo ideal de sexualidade para jovens escolares se apresenta ainda a preocupação com relação às chamadas identidades sexuais ou de gênero. Nos textos educacionais, estas identidades são exemplificadas por meio de características ou estereótipos que deverão ser questionados.

Como proposta de encerramento do artigo, a autora e os autores propõem que a temática da sexualidade seja problematizada a partir dos estudos pós-estruturalistas e pós-identitários de gênero, como por exemplo, a Teoria *Queer* que critica os discursos de uma educação inclusiva, tolerante, naturalizante, a-histórica, monolítica e de formação binária (normal/anormal, masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual).

Como já adiantamos na análise dos artigos Qualis A 1, a pesquisa de Lima e Dinis (2008) tiveram o mesmo formato, objetivo e método das publicadas por Dinis e Cavalcanti (2008), Souza e Dinis (2010) e Dinis (2012). A única diferença foi o grupo de 75 estudantes, que no caso foi o de Licenciatura em Educação Física, grupo este composto por acadêmicos provenientes de duas estruturas curriculares distintas.

A escolha desse grupo de alunos se justificou pela ausência de pesquisas na área de Educação Física sobre a homofobia, além disso, foi comentada a relação histórica de como o corpo veio e vem sendo tratado por esta área do conhecimento (sexista, classificatória competitivista, machista, higienista e influenciada pelo determinismo biológico).

As semelhanças entre as diferentes pesquisas (analisadas no Qualis A 1) também foram percebidas nos resultados encontrados no artigo de Lima e Dinis (2008), pois a maioria dos acadêmicos de Educação Física: não mudariam de conduta para com um colega *gay* e acreditam que os pais não devem tentar mudar a orientação sexual de seus filhos.

Contudo, como a autora e o autor investigaram grupos de alunos de estrutura curricular diferentes, outras questões se mostraram divergentes, como: um grupo foi contra a adoção e outro a favor e um grupo acredita na influência de um professor homossexual na orientação sexual de seus alunos e o outro não acredita. Essa divergência pode ser fruto da diferença de formação recebida no mesmo curso, pois enquanto o grupo considerado mais preconceituoso afirma não ter discutido a diversidade sexual, o grupo menos preconceituoso afirma ter tido tal temática em sua formação.

Por fim, as justificativas contraditórias também foram percebidas neste grupo (como ocorreu nas outras três investigações já analisadas). Isto porque novamente surgiu a ideia de contágio *gay*, como se fosse possível transmitir por um vírus a homossexualidade; cobrança de postura profissional apenas aos professores homossexuais; ideia de família tradicional; respaldo da Psicologia como uma rota de

fuga para explicações sexistas e preconceituosas, além dos dogmas religiosos para fundamentar suas respostas.

Na contramão de tais justificativas, foi possível visualizar que a sexualidade foi concebida como uma construção individual, ou seja, em última instância caberia somente ao sujeito a decisão de vivê-la como se quer e cabe ao profissional de Educação Física estar aberto ao diálogo para com essa diversidade de vivências das sexualidades.

Mesmo que essa concepção “mais aberta” de um grupo de alunos tenha sido encontrada pela autora e pelo autor, consideramos que individualizar a sexualidade resulta em retirar da mesma seu caráter político, ou seja, manter a sexualidade no campo privado e individual é uma estratégia de não torná-la pública, o que garantiria a permanência de um padrão sexual apenas, ou seja, a heteronormatividade hegemônica.

Ferrari e Castro (2013) investigaram a questão das homossexualidades a partir de suas vivências em três cursos para docentes realizados em Juiz de Fora/MG.

Os autores constataram que as falas das professoras continham a ideia de ajuda, pois sendo essas professoras mais sensíveis as causas de gênero e sexualidade, assumiam o papel de intervenção frente ao problema social, no caso a homofobia.

Também foi comentado da relação entre saber-poder daquelas que participaram dos cursos, pois estudar as homossexualidades lhes conferiam um ar de transgressão da norma sexual, com isso, seriam autorizadas a intervir nos casos de homofobia na escola, pois estariam preparadas para atuar diferentemente de quem não realizou o curso de formação docente. Essa atuação extrapolou os muros das escolas, pois os autores perceberam que as professoras em diversos momentos citaram situações ocorridas com familiares, pessoais e ou vizinhos, nas quais exerceram um papel significativo mediante o ocorrido.

Para finalizarmos as análises sobre homofobia nos artigos publicados no Qualis A 2 – área da educação, partimos agora para as interfaces dos estudos de sexualidade com a discriminação direcionada à homossexualidade masculina, tendo como escopo de análise os seguintes trabalhos: PocaHy e Nardi (2007) e Gonçalves et al (2013).

6.2.4 Interfaces dos estudos de sexualidade com a discriminação direcionada a homossexualidade masculina

Pocahy e Nardi (2007) apesar de usarem o termo heteronormatividade para explicarem a homofobia, que seria fruto de uma sociedade que estabelece a norma heterossexual como a ordem natural na relação entre a tríade sexo-sexualidade-gênero, o que gera desta forma ações de discriminação, também criticam o uso do conceito de homofobia, pois entendem assim como Costa (2012), que este é fortemente ligado a fobia (psicopatologia), também compreendem que além dos homossexuais, outras expressões da sexualidade sofrem homofobia, entre esses, os heterossexuais que vivenciam/experimentam outras formas não normalizadoras da sexualidade heterossexual, como também afirma Castro (2012).

Os autores realizaram oficinas em Porto Alegre/RS, no sentido de desconstruírem com os jovens as práticas de normalização estipuladas pela heteronormatividade, uma vez que para os autores, os jovens marcados pela vulnerabilidade social e sexual, são construídos e se constroem no avesso da norma e em certos momentos estabelecem a homonormatividade⁶⁶, respaldada principalmente pelo acesso à cultura de consumo *gay*.

Gonçalves et al (2013) analisaram questões de gênero, sexualidade, preconceito, subjetividade e homofobia em 41 livros didáticos do ensino médio brasileiro.

Segundo as autoras, desse total de livros, 25 tratam da sexualidade, sendo em sua maioria livros da área de Biologia. Além disso, foi observada a prevalência da abordagem heterossexual, vinculada a ideia tradicional de família e casamento, invisibilizando outras configurações familiares e de casamento.

Os livros de Língua Portuguesa foram os destaques positivos, pois abordavam questões como o preconceito em geral, as autoras sentiram a falta de uma discussão do preconceito de forma mais específica, tratando da homofobia por exemplo. Já os livros de Matemática inovaram trazendo problemas matemáticos que envolviam a sexualidade, porém, as autoras perceberam que as questões tratavam unicamente da heterossexualidade, desta forma, recomendaram que nas próximas edições a diversidade sexual fosse realmente abordada.

⁶⁶ Único trabalho que trouxe esse conceito.

Encerrando a análise dos artigos publicados no Qualis Educação A 1 e A 2, observamos que apenas uma investigação (LACERDA et al, 2002) foi publicada antes do lançamento do BSH.

Além disso, destacamos a representatividade quantitativa e também qualitativa dos seis artigos (5 em revistas A 1 e um em A 2) de Nilson Fernandes Dinis, escritos ora sozinho, ora em conjunto com três pessoas⁶⁷, um ex orientando de iniciação científica, Leandro Corsico Souza na pesquisa: (Homossexualidade e gênero no discurso da Biologia. 2007. Iniciação Científica. (Graduando em Ciências Sociais) - UFPR. Orientador: Nilson Fernandes Dinis), a ex-orientanda também de iniciação científica, Roberta Ferreira Cavalcanti na pesquisa: (Homossexualidade e gênero no discurso da Pedagogia. 2007. Iniciação Científica. (Graduando em Pedagogia) - UFPR, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Nilson Fernandes Dinis) e a ex-orientanda de mestrado, Francis Madlener de Lima na pesquisa: (O discurso sobre a homossexualidade no universo escolar: um estudo no curso de licenciatura em Educação Física. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFPR, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Nilson Fernandes Dinis).

A partir dos resultados das diferentes pesquisas veiculadas neste campo discursivo, diagnosticamos os seguintes enunciados sobre a homofobia na educação escolarizada: heterofobia, LGBTQIAfobia, bicha louca, amoladores de facas e contágio. Além disso, identificamos formas de marcação do sujeito homossexual por meio de apelidos, brincadeiras, zuação e palavrões.

Os enunciados de heterofobia, LGBTQIAfobia e bicha louca neste campo evidenciam práticas de resistência.

Os dois primeiros enunciados são empregados neste campo discursivo enquanto possibilidades do uso de um conceito que ora amplia o leque analítico sobre as diferentes violências motivadas por questões ligadas as sexualidades (LGBTQIAfobia) e ora nos mostra que sujeitos homossexuais também praticam atos discriminatórios, muitas vezes movidos pela forma como concebem a heterossexualidade (heterofobia). Uma ressalva deve ser marcada para o uso analítico da sigla LGBTQIAfobia, uma vez que essa não inclui o H de heterofobia.

⁶⁷ Dados extraídos do currículo Lattes de Nilson Fernandes Dinis, no site: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4703185U4>> Acesso em: 29 jul. 2015.

É importante marcar que um enunciado não é fixo, cristalizado e eterno, a sua construção é histórica e flexível, por isso, está sempre em movimento. É o caso do enunciado LGBTQIAfobia, pois se para alguns/as autores/as o enunciado de homofobia dá/daria conta de todas as formas de violência/preconceito/discriminação contra os/as LGBTQIA, outros/as pensam que tais formas são realizadas de formas diferentes e portanto devem ser analisadas e conceituadas também diferentemente, resultando disso o enunciado LGBTQIAfobia.

Já o enunciado bicha louca, nos apresenta modos de subjetivação dos sujeitos homossexuais agredidos por ações homofóbicas, que não se enquadram no papel frágil da vítima e exercem distintas resistências.

Historicamente as práticas consideradas loucas eram cometidas por sujeitos igualmente considerados loucos, tanto as práticas como os sujeitos eram estudados e a partir de então nomeados cientificamente e classificados patologicamente doentes.

No contexto escolar ao qual este enunciado era empregado, seu uso se apresentava enquanto uma forma moral de colocar na linha da anormalidade os sujeitos homossexuais, estes que por suas práticas de resistência não se conformavam com tal classificação, exerciam ora de forma coletiva ora de forma agressiva práticas de transgressão na tentativa de serem o que são e assegurarem a permanência na escola.

Contudo, tal permanência na educação escolarizada não é uma tarefa fácil para sujeitos considerados anormais, é o que nos diz os enunciados de amoladores de facas e contágio.

Enquanto que um enunciado muitas vezes se constitui de forma até não direta (amoladores de facas) o outro (contágio) aparece fundamentado pela medicalização da vida, na qual uma possibilidade humana de exercer a sexualidade é nomeada um transtorno/doença criando sujeitos doentes e anormais.

Estes sujeitos doentes seriam em tese portadores de um vírus/genes que poderia ser passado para sujeitos normais e com isso a contaminação ocorreria. O contraditório é que esse contágio não aconteceria pelo contato sanguíneo (sexual) e sim pelo convívio social entre sujeitos contaminados e não contaminados. Esse foi um dos argumentos usados, por exemplo, para a não adoção de crianças por casais homoafetivos.

O enunciado de amoladores de faca se apresentou enquanto resultado de práticas de objetivação dos/as professores/as principalmente aquelas de silenciamento, negligência e brincadeiras, estas últimas geralmente consideradas não homofóbicas, porém se constituem como práticas sutis de discriminação sexual.

Sabemos que as pessoas amolam suas facas para que a navalha se torne novamente eficiente e que a utilização desse objeto seja igualmente exercida. No contexto escolar, os/as professores/as seriam os amoladores de faca, para que a homofobia pudesse ser materializada ocasionando práticas de violências, exclusão, abandono escolar e até morte por parte dos sujeitos homossexuais, que em tese seriam apunhalados por qualquer um que portasse a faca afiada.

Para encerrar, é importante mencionar que o enunciado não é apenas uma nomeação ela também se sustenta em práticas que dão visibilidade a um sujeito. A título de exemplo temos o enunciado da bicha louca, que produz imagens de um homossexual escandaloso, que no teatro da cena urbana resulta na produção de um sujeito caricato e mais que isso, um sujeito desvalorizado e potencialmente violentado.

Neste campo discursivo encontramos formas de marcação do sujeito homossexual por meio de apelidos, brincadeiras, zuação e palavrões que tem por finalidade a prática discriminatória destes sujeitos, e, como a escola pouco ou nada faz em relação a essas práticas, os enunciados se fortalecem e resultam mais uma vez em exclusão, abandono escolar, suicídio e diferentes formas de violência.

No próximo subitem, analisamos as pesquisas provenientes do Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

6.3 SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Do primeiro até o terceiro simpósio, os trabalhos apresentados foram publicados em seus respectivos grupos na íntegra, ou seja, cada autor(a) apresentou separadamente sua investigação. Não foi encontrado nenhum estudo sobre homofobia⁶⁸.

⁶⁸ É importante mencionar que também buscamos trabalhos que versavam sobre a homofobia na educação, como por exemplo, no GT de Psicologia escolar/educacional, porém não encontramos nenhum trabalho e ou citação sobre o referido tema.

A partir do quarto simpósio cada GT elaborou e publicou um documento síntese que resgatou as discussões, resultados e encaminhamentos do seu GT.

Foi no quarto simpósio que ocorreu a criação do GT de Psicologia e Relações de Gênero. Segundo D'Avila Neto (1992), a principal temática das pesquisas apresentadas nesse simpósio tratou de questões relacionadas às mulheres.

No quinto simpósio o texto coletivo permanece fazendo uma análise de todos os trabalhos, porém foi publicado o resumo das pesquisas apresentadas em cada GT.

Nos resumos do GT de Psicologia e Relações de Gênero, não foi encontrado nenhum estudo que trata de homofobia. No texto coletivo, também não foi encontrado nada sobre homofobia e segundo Alonso (1994) a indicação do relatório final é que as produções do GT foquem nas relações entre gênero com as categorias raça, etnia e classe social.

Já no sexto simpósio, o texto coletivo trouxe dez temáticas que o GT de Psicologia e Relações de Gênero deveria priorizar, dentre esses o foco permanece nas questões sobre as mulheres, D'Avila Neto (1996). Não foi encontrado nada referente à homofobia.

Por problemas no *site*, o texto de análise coletiva dos trabalhos produzidos no sétimo simpósio do GT de Psicologia e Relações de Gênero não está disponível.

Uma importante informação é fornecida no oitavo simpósio, sendo que o texto coletivo traz um histórico do GT de Psicologia e Relações de Gênero e propostas, além dos resumos. Não encontramos nessa produção o tema da homofobia. De acordo com Ferreira (2000) a principal temática do GT continua sendo os estudos sobre as mulheres.

Nos nono e décimo simpósios, não encontramos nenhum grupo que discutiu questões de gênero e sexualidade.

No décimo primeiro simpósio, volta a termos um GT que trate de gênero e sexualidades, porém renovado até no nome, ficando a partir desse simpósio GT de Psicologia e Estudos de Gênero, contudo não foi possível analisar os resumos das pesquisas, novamente por questões operacionais/técnicas no *site*. Entretanto, conseguimos visualizar as propostas completas de GTs que foram enviadas para aprovação, apesar disso, não conseguimos baixar o arquivo que trazia os relatórios dos GTs aprovados, pelo mesmo motivo já mencionado.

Segundo a proposta enviada, Lago (2006), o GT de Psicologia e Estudos de Gênero se propôs a dar continuidade às investigações que relacionam os estudos feministas com gênero e psicologia, mas é possível perceber que as temáticas de pesquisas e demais intervenções no GT foram ampliadas, pois anteriormente eram centralizadas nos estudos sobre mulheres e agora o GT se configura como um grupo renovado que se propôs a investigar: constituição do sujeito, trabalho, sexualidade, violência e identidade. Não encontramos nessa produção o tema da homofobia.

A partir do décimo segundo simpósio, a produção dos GTs não é mais publicizado separadamente em um *link* distinto no *site* da ANPEPP, agora é possível encontrar a produção de todos os GTs aprovados para o simpósio no mesmo *link* (anais).

Pela primeira vez, no décimo segundo simpósio, no GT de Psicologia e Estudos de Gênero, apareceu à palavra homofobia, quando Lago (2008) relata no texto coletivo (anais) a participação em eventos dos participantes do referido GT.

Seis integrantes desse GT apresentaram trabalhos e ou participaram de mesas redondas no Seminário Homofobia, Identidade e cidadania LGBTTTT, que foi organizado pela Dra. Miriam Grossi, na UFSC, nos dias 5 e 6 de setembro de 2007. Nos anais do GT não apresenta nenhum dado qualitativo da participação, apenas informa a participação do referido seminário.

Ainda segundo Lago (2008), as diferentes temáticas do GT de Psicologia e Estudos de Gênero possibilitam um debate inter e transdisciplinar, por esse motivo as atividades do GT procuraram se articular com diferentes áreas do conhecimento. Não encontramos nessa produção o tema da homofobia na educação escolarizada.

No décimo terceiro simpósio, segundo Lago (2010), os temas investigados foram: maternidade no sistema penitenciário; jovens masculinos profissionais do sexo; interseções entre os conceitos de gênero, raça e sexualidade no feminismo; formação em psicologia e estudos sobre gênero e sexualidade, estudos de gênero e deficiência; vulnerabilidade, adolescência, AIDS e suicídio; gênero, homens e masculinidades na psicologia social; feminismo e psicanálise, juventude e trabalho.

Em relação à temática de gênero e sexualidades, no décimo quarto simpósio, temos uma ampliação de mais um GT que trata diretamente dessas questões, a partir da criação do GT Psicologia e Sexualidades.

Nesse simpósio, o GT Psicologia e Estudos de Gênero, menciona pela segunda vez que produz pesquisas e outras atividades com a temática de homofobia, porém não menciona nenhuma pesquisa e ou atividade nomeadamente direcionada para tal. Além desse tema, segundo Lago (2012) o GT investiga: família, geração, conjugalidade, prostituição, políticas LGBT, formação e publicações, feminismo, raça\etnia, suicídio, deficiência e juventude.

Já o GT Psicologia e Sexualidades, que tem como principal tema as sexualidades a partir da Psicologia Social, traz de imediato no seu primeiro documento síntese seis ações que tratam da homofobia e algumas dessas relacionadas com a educação, algo que não foi encontrado no GT de Psicologia e Estudos de Gênero.

O formato de documento síntese não permite que se faça uma análise do discurso mais aprofundada, pois como o próprio nome indica, o documento deve retratar uma síntese da produção e ações do GT.

Todavia, a partir das considerações de Nardi (2012), foi possível visualizar as atividades de pesquisa, ensino e extensão do GT Psicologia e Sexualidades, e, dentre essas aquelas que tratam da homofobia e principalmente na esfera na educação, analisamos abaixo tais atividades.

Dois dos núcleos de pesquisas descritos no documento síntese tratam da homofobia, o MARGENS/UFSC vêm trabalhando a partir do conceito de heteronormatividade para compreender os processos de discriminação e concomitantemente os processos de resistência em relação às sexualidades.

O NUH/UFMG estuda as sexualidades dissidentes que são submetidas a diferentes preconceitos, para tal, realiza análise a partir do conceito de gênero.

Dentre as publicações, uma trata diretamente do objeto de estudo desta tese, Nardi (2010).

Vários temas ligados à sexualidade são abordados nesse capítulo, como por exemplo, os conceitos de Foucault sobre dispositivo, dispositivo de sexualidade, jogos de verdade, discurso, biopoder e biopolíticas. Além desses, o autor fundamenta seu texto tendo por base outros conceitos muito utilizados nos estudos sobre homossexualidade/homofobia, como por exemplo, heteronormatividade, preconceito, violência e discriminação.

Assim como já questionado por outros autores (já levantados aqui) o termo homofobia também é criticado por Nardi (2010), que prefere usar a sigla

LGBTTTIQfobia e o que vier a se associar a este jogo, o autor também critica o uso dessa sigla, por relacionar tais letras a jogos de captura identitárias, mas a utiliza mesmo assim.

Além dos conceitos mencionados, Nardi (2010) resgata algumas importantes pesquisas relacionadas à homofobia em geral e a homofobia na educação, como por exemplo as pesquisas de Abramovay et al (2004) e Carrara et al (2003). Também analisa alguns dos principais documentos, programas e projetos sobre a homofobia na educação como a inserção do tema de sexualidade nos PCN's, o BSH e o projeto realizado na cidade de Porto Alegre chamado Educando para a Diversidade, proveniente de edital ligado ao BSH.

O diferencial deste artigo em relação aos já analisados nesta tese é o papel de destaque que a Psicologia ganha no trato com as sexualidades e homofobia no âmbito escolar.

Alguns itens levantados que tratam e debatem a relação entre psicologia e sexualidade são: o sofrimento psíquico dos violentados pela homofobia, a fronteira entre o normal e o patológico, o respaldo técnico para a adoção de crianças por casais homoafetivos e o principal ponto discutido pelo autor foi a legitimidade de um discurso científico sobre a sexualidade para que se possa discuti-la na escola.

Voltando as atividades realizadas pelo GT Psicologia e Sexualidades, por intermédio da organização de um grupo de estudo, o NEPAIDS, bem como a participação de integrantes do NUH, NUPSEX e do próprio NEPAIDS, o GT esteve envolvido no evento (Homo)Sexualidades, juventudes e violências no ano de 2011.

Por fim, o documento ainda aponta duas pesquisas conjuntas em andamento (considerando o ano de publicação dos anais 2012), realizada pelos(as) integrantes do GT Psicologia e Sexualidades, são elas: Subjetivação e Experiência: análise de ações dirigidas à redução da homofobia e do heterossexismo na educação CNPq. Integrantes: Paula Sandrine Machado e Henrique C. Nardi. A outra pesquisa: Homofobia e processos de subjetivação na comunidade homossexual do Recife CNPq. Integrantes: Luis Felipe Rios, Luciana Vieira e Karla Galvão Adrião.

No décimo quinto simpósio, o nome do grupo de Psicologia e Sexualidades ganha a expressão Política, ficando o seu nome: Psicologia, Política e Sexualidades. As informações já mencionadas e publicadas no documento síntese de 2012 permanecem e além dessas, duas novas informações que tratam da homofobia são acrescentados (NARDI, 2014).

A primeira é a inclusão de um grupo de estudo chamado MULTIVERSOS/UNIFOR (Processos de Subjetivação, Educação e Sexualidades), que como o próprio nome diz, tem um olhar para a educação e direitos humanos, problematizando diversas questões como o sexismo e a hetero/homonormatividade.

Já a segunda informação se refere à publicação na Revista Temas em Psicologia, número especial editado por Maria Cristina Antunes com a temática “Homossexualidade”⁶⁹, ao qual teve envio de artigos.

Procuradas as publicações no site da revista⁷⁰ confrontando com a relação dos integrantes do GT Psicologia, Política e Sexualidades, publicada nos anais do evento no ano de 2014, concluímos que quatro componentes tiveram seus artigos publicados, são eles/as: Luís Felipe Rios, Vera Silvia Facciolla Paiva, Marcos Roberto Vieira Garcia e Maria Cristina Antunes.

O interessante neste caso é observar que a temática no *dossiê* em questão não tratava de artigos sobre “homossexualidade” e sim acerca do HIV/AIDS, por esse motivo, não iremos analisar o discurso proveniente dos referidos artigos⁷¹ uma vez que os mesmos não tratam de homofobia.

Assim como dito no décimo quarto simpósio Lago (2012), no décimo quinto não houve acréscimo nas temáticas investigadas pelo GT de Psicologia e Estudos de Gênero, o que ocorreu foi a retirada da temática de deficiência, Lago (2014).

⁶⁹ Essas aspas são do autor do documento síntese.

⁷⁰ Ver: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-389X20130003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 26 abr. 2015.

⁷¹ RIOS, Luís Felipe. Homossexualidade, juventude e vulnerabilidade ao HIV/Aids no candomblé fluminense. **Temas em Psicologia**. Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 1051-1066, dez, 2013. ANTUNES, Maria Cristina; PAIVA, Vera Silvia Facciolla. Territórios do desejo e vulnerabilidade ao hiv entre homens que fazem sexo com homens: desafios para a prevenção. **Temas em Psicologia**. Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 1125-1143, dez, 2013. PAIVA, Vera Silvia Facciolla. Psicologia na saúde: sociopsicológica ou psicossocial? Inovações do campo no contexto da resposta brasileira à AIDS. **Temas em Psicologia**. [online]. Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 531-549, dez, 2013. SANTOS, Maria Altenfelder; NEMES, Maria Ines Battistella; NASSER, Ana Cristina Arantes; BASSO, Cáritas Relva; PAIVA, Vera Silvia Facciolla. Intervenção em adesão baseada na abordagem construcionista do cuidado: perspectiva dos profissionais de saúde. **Temas em Psicologia**. Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 651-673, dez, 2013. PAIVA, Vera Silvia Facciolla; FERRARA, Andrea Paula; SANTOS, Mafoane Odara Poli; PARKER, Richard. Enfrentamento religioso e política: as lições da resposta à Aids. **Temas em Psicologia**. [online]. Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 883-902, dez, 2013. GALINDO, Wedna Cristina Marinho; FRANCISCO, Ana Lúcia; RIOS, Luís Felipe. A instrução e a relação como modos de aconselhamento em HIV/Aids. **Temas em Psicologia**. [online]. Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 989-1004, dez, 2013. GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Diversidade sexual, situação de rua, vivências nômades e contextos de vulnerabilidade ao HIV/AIDS. **Temas em Psicologia**. Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 1005-1019, dez, 2013. ZUCCHI, Eliana Miura; PAIVA, Vera Silvia Facciolla; FRANCA JUNIOR, Ivan. Intervenções para reduzir o estigma da Aids no Brasil: uma revisão crítica. **Temas em Psicologia**. [online]. Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 1067-1087, dez, 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese, “Discursos científicos sobre a homofobia no processo de escolarização: enunciados e problematizações” discutiu a homofobia enquanto uma questão que se constitui em nossa sociedade moderna de forma muito presente, porém essa presença ainda não resultou em políticas concretas na direção da valorização da diversidade sexual, que ultrapasse aos discursos marcados de intencionalidade.

Ora, isto se transforma em uma questão compreensível, na medida em que, essas políticas não conseguem romper com as práticas culturais históricas e preconceituosas que classificam biologicamente a espécie animal, em macho ou fêmea, traduzidos por suas características genitais, em homens e mulheres, não dando espaço para o cuidado de si, por intermédio de outras formas de relações que não sejam pautadas pela heterossexualidade. Se de um lado, há uma captura de inúmeros processos de objetivações, de outro, reafirmam-se aspectos jurídico-médicos, seja pela especulação de uma moral ou por disfunções psicológicas ou orgânicas.

As práticas sociais se alimentam do princípio de que os indivíduos são produtos de inúmeros processos de objetivação que ocorrem nas redes de poderes, que os capturam, dividem, classificam. Estamos assim diante daquilo que Foucault (1988) denominou de uma teoria de repressão, na medida em que pouco a pouco, vai recobrir dispositivos relacionados à sexualidade, criando mecanismos de interdição de forma generalizada, ligada à difusão de dispositivos que tentam deter a sexualidade, nos marcos regulatório e, tentando justificar e encobrir, sua natureza autoritária e coercitiva, pois a sexualidade deve se curvar às determinações das práticas culturais, devendo sempre ser submetida aos efeitos de uma lei.

Mas, por outro lado, a teoria da repressão vai compensar essa difusão geral do dispositivo de sexualidade, pelo jogo das interdições, no discurso que Foucault (1988, p.120-121) produziu sobre o fim do século XVIII: “Existe em nós um elemento de valor que se deve temer e poupar, a que devemos prestar todos os cuidados se não quisermos que engendre males infinitos”, passou-se a um discurso que diz: “Nossa sexualidade, por oposição à dos outros, está submetida a um regime de repressão tão intensa que o perigo, agora, está nisso; não somente o sexo é um segredo temível, como não cansaram de dizer às gerações precedentes os diretores

espirituais, os moralistas, os pedagogos e os médicos, não somente é preciso desencavar sua verdade, mas, se ele carrega consigo tanto perigo é porque – por escrúpulo, senso aguçado do pecado ou hipocrisia, como quiser – o reduzimos a silêncio por tempo demais”.

Urge problematizar exaustivamente, a sexualidade, a partir de pressupostos epistemológicos críticos, que possam discutir as relações de poder e saber imbricadas no sujeito, embora não sejam suficientes, já que políticas e leis sempre esbarram nos mecanismos seletivos da sociedade, em oposição às tentativas a essas formas de resistências.

Ganha corpo o papel de cada instituição neste jogo. A escola como parte constituinte da sociedade, carrega os valores morais, religiosos, culturais e outros em suas diretrizes e ações pedagógicas, formando sínteses de negação cultural, social e individual. Com isso, temos mais uma instituição disciplinadora e controladora de corpos. Corpos esses que expressam sexualidades e talvez a homossexualidade e principalmente a masculina seja o principal foco de uma vigilância intensa e muitas vezes cruel pois este é o projeto da sociedade. Nessa direção, tanto professores/as como alunos/as são diariamente alvos de diferentes formas de violência e discriminação.

É nesse cenário que as ciências humanas e sociais por meio da produção de novos conhecimentos, têm por competência investigar a escola e buscar aprofundar as demandas sociais ali presentes, que vão desde assuntos técnicos do processo de ensino aprendizagem até questões como a emergência do enunciado homofobia.

Esta tese, por ter sua vinculação com a área da Educação, teve por objeto a homofobia no processo de escolarização e por objetivo geral investigar os enunciados que formam discursos científicos sobre a temática da homofobia particularmente na educação escolarizada, a partir da análise de alguns campos discursivos científicos que circulam na área da Educação.

Para atingir tal objetivo, formulamos um problema de pesquisa que ficou assim caracterizado: Que enunciados formam os discursos científicos sobre a homofobia, considerando os diversos campos de discursividades científicas que atravessam a área da Educação?

Nada tão fácil ou evidente. Após as análises minuciosas dos campos discursivos selecionados, chegamos a alguns enunciados que formam o discurso da homofobia na produção científica da área de Educação.

No campo discursivo Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, encontramos os seguintes enunciados: genético, cultural, médico/patologizante, criminal, moral, moral religiosa e identidade/práticas identitárias.

Os enunciados sobre identidade e práticas identitárias se destacaram, pois foram usados pelos/as autores/as como sendo centrais para o debate da homofobia na escola. A rigidez do que é considerado macho, masculino e homem colocaria os homossexuais masculinos mais próximos da fêmea, feminino e mulher, que historicamente são consideradas subordinadas e dominadas pelas concepções de homens (signo ao significado).

Neste caso, os homossexuais, são considerados frágeis e uma espécie de aberração da natureza, uma vez que o natural/normal para um macho, masculino e homem é ser heterossexual, reduzido a uma visão biológica, formando com isso uma indissociação entre sexo, sexualidade e gênero.

Ainda foram destaque o debate em torno da questão da origem da homossexualidade, como podemos diagnosticar nos enunciados genético, cultural, médico/patologizante e criminal.

Acreditamos que a discussão centralizada na origem da homossexualidade serviu historicamente para perpetuar diferentes formas de discriminação e violências para com os sujeitos homossexuais e sujeito fáceis de repressão, não pelo que são, mas as ameaças que produzem às regulamentações às práticas sociais.

Se a origem fosse de cunho biológico, bastaria agir a partir dos conhecimentos médico/biológicos para impedir o nascimento, desenvolvimento ou a própria cura do homossexual, sujeito anormal.

Se a origem fosse cultural/social, bastaria impedir, por exemplo, a constituição de famílias homoafetivas, a garantia dos direitos civil, criminal, trabalhista aos homossexuais e a adoção de crianças, para que esses sujeitos não vivessem/exercessem sua sexualidade desviada. Dessa forma, as instituições família, escola e igreja teriam papel central na vigilância desta anormalidade.

Por esses e outros motivos, é que acreditamos que a discussão central para a questão da homossexualidade e homofobia na sociedade não é sua origem ou origens, e sim, as condições sociais que a fazem tornar socialmente uma sexualidade considerada anormal.

No campo discursivo Seminário Internacional Fazendo Gênero, localizamos os seguintes enunciados: opção sexual/orientação sexual, tolerância, respeito, cidadania, inclusão, *bullying*, problema e psicanálise. O destaque se deu no embate de posições epistemológicas opostas ao uso e o não uso dos enunciados opção sexual/orientação sexual, tolerância, respeito, cidadania, inclusão e *bullying*.

Para alguns críticos esses enunciados estão mergulhados e enraizados no discurso neoliberal e servem para falsear uma aparente conquista ou apoio aos homossexuais e a luta contra a homofobia. Por outro lado, percebemos que diferentes autores/as nesta tese usaram tais enunciados de modo crítico e não reacionário como mencionado anteriormente.

Em uma pesquisa baseada em pressupostos foucaultianos, acreditamos que esses enunciados devam ser não evitados, mas devem ser considerados com cautela, o que não quer dizer que ao usa-los o/a autor/a seja um acrítico, porém o uso desses enunciados deve ser problematizado no fazer ciência nas diferentes áreas do conhecimento. Mas estão postos e criam condições de verdadeiros.

No campo discursivo dos periódicos Qualis (A1 e A2) área da educação, encontramos os seguintes enunciados: heterofobia, LGBTQIAfobia, bicha louca, amoladores de facas e contágio. Também foram analisadas as práticas que são materializadas nesses diferentes enunciados, como: apelidos, brincadeiras, zuação e palavrões. O destaque foram os enunciados que evidenciaram práticas de resistência a homofobia na sociedade e na escola.

A heterofobia, a LGBTQIAfobia e a bicha louca, mostram que a homofobia não deve ser analisada a partir de um viés unidimensional, pautado na violência e definição rígida dos papéis de agressor/a (dominador/a e forte) de um lado, aquele/a que detém o poder, e, do outro lado o agredido (submisso e fraco), aquele destituído de poder.

Como o poder é circulante e a possibilidade de resistência ser concreta nas relações de poder, exceto quando o sujeito está na condição de escravo, a homofobia pode e deve ser resistida de diferentes formas pelos sujeitos homossexuais, é justamente o que encontramos em algumas das pesquisas aqui analisadas.

Nos campos discursivos Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e no Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em

Psicologia, não encontramos nenhum enunciado referente à homofobia na educação escolarizada.

Em relação a nossa hipótese, confirmamos que a partir do lançamento do Programa Federal Brasil sem Homofobia, que ocorreu em maio de 2004, a homofobia passou a se configurar como uma problemática, ganhando uma visibilidade com suporte institucional, passando a ser tratada como política de governo, que ao mesmo tempo valoriza a diversidade e a discrimina.

Desta forma, diferentes campos discursivos científicos, formaram diferentes enunciados após 2004, como podemos perceber nos campos discursivos abaixo.

No campo discursivo Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, em 2004 encontramos um trabalho publicado sobre homossexualidade e homofobia na escola, porém somente em 2009 localizamos uma produção sobre homofobia no contexto escolar.

No campo discursivo Seminário Internacional Fazendo Gênero, em 2006 encontramos um trabalho publicado sobre homossexualidade e homofobia na escola, porém somente em 2008 identificamos um trabalho sobre homofobia no contexto escolar.

No campo discursivo Qualis área da educação A1, em 2002 encontramos um artigo publicado sobre homossexualidade e homofobia na escola, porém somente em 2004 localizamos um artigo sobre homofobia no contexto escolar. Cabe destacar que o artigo de 2002 foi o único publicado antes do lançamento do programa nacional Brasil Sem Homofobia.

No Qualis área da educação A2, em 2008 encontramos um artigo publicado sobre homossexualidade e homofobia na escola e no mesmo ano localizamos um artigo sobre homofobia no contexto escolar. Em 2007 encontramos um artigo sobre as interfaces dos estudos de sexualidade com a discriminação direcionada à homossexualidade masculina.

No campo discursivo Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, em 2006 encontramos uma dissertação publicada sobre homossexualidade e homofobia na escola, porém somente em 2008 encontramos uma dissertação sobre homofobia no contexto escolar.

No campo discursivo Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, não encontramos nenhuma publicação referente à homofobia na educação escolarizada. Esse dado pode ser decorrente da forma

estrutural como as produções acadêmico-científicas dos GT's são publicizadas no Simpósio, pois apenas se menciona de forma resumida as produções.

Além disso, podemos levar em consideração o não prestígio dessa temática nos programas de pós-graduação em Psicologia e/ou pela forma conservadora como a Psicologia vem investigando os conhecimentos psicológicos em seus diferentes campos de atuação. Faz-se necessário frisar que essa área está presente nos outros campos discursivos aqui analisados.

Em outros campos discursivos a primeira produção científica sobre as interfaces dos estudos de sexualidade com a discriminação direcionada à homossexualidade masculina, ocorreu em termos temporais após a publicação de trabalhos, teses e dissertações que focavam a homofobia no contexto escolar bem como a homossexualidade e homofobia na escola.

Importante ressaltar que em todos os campos discursivos encontramos primeiramente produções científicas que focalizavam a homossexualidade na escola e a homofobia perpassava como uma das grandes temáticas de discussão, porém não se configurava como o objeto de investigação.

As publicações que tinham como objeto de investigação a homofobia no processo de educação escolarizada aconteceram posteriormente das discussões centradas na homossexualidade. Em termos numéricos, temos apenas uma publicação em 2004 e as outras todas a partir de 2008.

Ainda em relação à análise dos enunciados realizada nesta tese, foi possível levantar uma cartografia da produção científica sobre a homofobia na educação escolarizada, apontando a região do Brasil, bem com o tipo de instituição veiculada ao autor/a.

A partir dos dados encontrados, identificamos que em todos os campos discursivos as regiões Sul e Sudeste são as regiões do Brasil com maior quantitativo de publicações sobre essa temática e nas regiões Nordeste e principalmente o Norte do país pouco ou nada se encontrou em relação à homofobia no processo de educação escolarizada.

Ao se elaborar políticas governamentais, deve-se atentar para essa discrepância, formulando ações para equalizar melhor a produção e veiculação do conhecimento científico, tanto na temática da homofobia, como em outras áreas/temas pouco investigadas por essas regiões. As questões ligadas às políticas governamentais certamente não são as únicas explicações para as diferenças de

publicações nas diferentes regiões, por isso, sugerimos que outras pesquisas possam aprofundar essa questão.

Outro dado importante foi a quase totalidade das publicações serem realizadas em instituições públicas, sedimentando esse espaço como o *locus* para a produção acadêmico-científica acerca da homofobia na escola.

Além desses dados cartográficos, foi possível perceber um crescente quantitativo em relação às capacitações de professores/as em relação à temática da homofobia após o lançamento do BSH (2004), principalmente o GDE.

Esse dado foi mais expressivo no campo discursivo do Seminário Internacional Fazendo Gênero, pois esse criou simpósios temáticos específicos para o diálogo e troca de experiências sobre a formação docente e das ações realizadas no GDE de todo o Brasil e que abrangiam a homofobia enquanto um dos seus conteúdos.

Destacamos ainda dois outros resultados desta investigação, o primeiro foi a crítica ao enunciado de heteronormatividade, pois consideramos que existe uma diversidade de formas de se viver e expressar a heterossexualidade, contudo, entendemos que uma entre essas possibilidades se estabelece como norma/padrão, por isso, sugerimos o uso de heteronormatividade hegemônica, quando se quer nomear essa possibilidade sem com isso, generalizar e ou incluir em um único enunciado todas as outras manifestações.

O segundo diz respeito a pouca produção e veiculação de teses de doutorado no banco de dados da BDTD em relação à quantidade de dissertações de mestrado que analisaram a homofobia na educação escolarizada. Almejamos que essa temática seja mais investigada nos programas de doutorado no Brasil.

Em três anos de estudos e pesquisas neste doutoramento, as dificuldades também se fizeram presentes, e, em se tratando da materialização da análise do discurso científico sobre a homofobia na educação escolarizada, destacamos a ausência e ou incompletude de informações em alguns dos *sites* pesquisados que constituíram os campos discursivos, e, não menos importante, foi a inexperiência em análise do discurso a partir dos pressupostos foucaultianos do autor desta tese.

Como as questões existem para serem ao menos problematizadas, acreditamos que os acima descritos não prejudicaram os resultados desta tese. Tanto que pretendemos continuar investigando e aprofundando os enunciados científicos sobre a homofobia e de forma mais particular identificar os enunciados

aqui analisados nas políticas educacionais brasileiras passadas e naquelas em andamento.

Mediante tudo o que foi pesquisado, nossa tese é de que a homofobia se tornou uma problemática no âmbito acadêmico após o lançamento do programa Brasil Sem Homofobia e a partir dos discursos produzidos pela área de Educação, se veiculou enunciados conservadores como aqueles que explicam a origem da homossexualidade e outros que fixam uma identidade sexual padronizada e não flexível, contudo, existem os enunciados transgressores que buscam a resistência nas ações homofóbicas, ampliando enunciados e siglas, bem como propõem posturas não vitimizadoras nas relações entre homofóbico/a e homossexual.

Por fim, se faz necessário evidenciar a relevância social e acadêmica em se pesquisar a homofobia na escola. Não queremos aqui apontar a verdade, o discurso “correto” e ou “falso”, queremos compreender as redes, deslocamentos que formaram os enunciados que se articulam no discurso da homofobia na educação escolarizada, sem com isso, tornar tais enunciados os únicos e verdadeiros formadores do discurso.

Urge pesquisar, martelar, desnaturalizar, historicizar, problematizar, analisar, escavar e tornar visível as relações de saber e poder presentes no fazer ciência e em especial na compreensão da homofobia na educação escolarizada. Nossa intenção é que essa pesquisa contribua para fomentar os estudos acerca de tal problemática.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventude e sexualidade**. Brasília: L Brasil, 2004.

ABREU, Fabrício Santos Dias de; SILVA, Daniele Nunes Henrique. Sexualidade, escola e surdez: processos de escolarização de surdos homossexuais. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=4> Acesso em: 23 maio. 2015.

ALMEIDA, Kaciane Daniella de; LUZ, Nanci Stancki da. Educação sexual e ensino médio técnico: abordagens da educação sexual no ensino médio técnico. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=208> Acesso em: 23 maio. 2015.

ALMEIDA, Neil Franco Pereira de. (Homo)sexualidades e gênero nos documentos oficiais da educação In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 34., 2011, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: ANPEd, 2011. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

ALMEIDA, Neil Franco Pereira de; MOTA, Maria Veranilda Soares. Docências que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero: a escola como espaço de imposições de poderes e resistências. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 32., 2009, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPEd, 2009. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://32reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

_____. A visibilidade da sexualidade do/a docente homossexual na escola. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 33., 2010, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPEd, 2010. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

ALONSO, Luiza. Psicologia e relações de gênero. In: Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 5., 1994, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPEPP, 1994. Relatório do GT. Disponível em: <<http://www.infocien.org/Interface/Simpos/An05T33.pdf>> Acesso em: 23 abr. 2015.

ALTMANN, Helena; AYOUB, Eliana; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Gênero na prática docente em educação física: “meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar”? **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 491-501, maio-agosto/2011.

ANJOS, Gabriele. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 274-305, jul./dez. 2000.

ANJOS, Luiza Aguiar. Vôlei masculino é pra homem: representações o homossexual e do torcedor a partir de um episódio de homofobia. **Movimento**. Porto Alegre, v. 21, n. 1, jan./mar., p. 11-24, 2015.

ASINELLI-LUZ, Araci; CUNHA, Josafá Moreira da. Percepções sobre a discriminação homofóbica entre concluintes do ensino médio no Brasil entre 2004 e 2008. **Educar em Revista** (Impresso). Curitiba, n. 39, p. 87-102, abr., 2011.

AVILA, André Heloy; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Processos singulares de produção da educação sexual escolar: as diversidades. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=223> Acesso em: 23 maio. 2015.

BACKES, José Licínio; PAVAN, Ruth. A produtividade dos conceitos de identidade, diferença e cultura nos estudos de gênero articulada com as Epistemologias. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 34., 2011, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: ANPEd, 2011. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

BALESTRIN, Patrícia Abel. Onde “está” a sexualidade? algumas representações de sexualidade num curso de formação de professoras. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 7., 2006, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2006. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/st_07_A.html> Acesso em: 23 maio. 2015.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. Preconceito e discriminação como expressões de violência. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 119-141, jun./abr. 2002.

BARDUNI FILHO, Jairo; CASTRO, Roney Polato de. Tecendo teias de significados através de memórias das relações de gênero e sexualidades. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=96> Acesso em: 23 maio. 2015.

BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. Heteronormatividade ou reconhecimento? Professores e professoras diante da homossexualidade. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 34., 2011, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: ANPEd, 2011. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

_____. A educação sexual na primeira metade do século XX no Brasil. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 33., 2010,

Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPEd, 2010. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

BELELI, Iara. “Eles[as] parecem normais”: visibilidade de gays e lésbicas na mídia. In: Seminário das margens aos centros: sexualidades, gêneros e direitos humanos, 1., 2008, Goiânia. **Anais eletrônicos...** Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008. Seminário. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art06_beleli.pdf> Acesso em: 06 jan. 2016.

BELLO, Melissa Colbert; SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es e os desafios na construção de práticas curriculares de enfrentamento ao preconceito e a discriminação no âmbito escolar no Paraná. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=223> Acesso em: 23 maio. 2015.

BERNARDES, Dora Luisa Geraldês. Dizer “não” aos estereótipos sociais: as ironias do controle mental. **Análise psicológica**, Lisboa, v. XXI, p. 307-321, 2003.

BORGES, Roberta da Costa. **Pais e mães heterossexuais: relatos acerca da homossexualidade de filhos e filhas**. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Educação)-Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP, 2009.

BORGES, Zulmira Newlands. A Homofobia na escola na perspectiva de professores de ensino médio e fundamental de Porto Alegre, RS. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008. Comunicações Livres. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st51.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

BORGES, Zulmira Newlands; MEYER, Dagmar Estermann. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. (Impresso). Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 59-76, 2008.

BORGES, Zulmira Newlands; PASSAMANI, Guilherme Rodrigues; OHLWEILER, Mariane Inês; BULSING, Muriel. Percepção de Professoras de Ensino Médio e Fundamental sobre a Homofobia na Escola em Santa Maria (RS). **Educar em Revista** (Impresso). Curitiba: UFPR, n.39, p. 21-38, 2011.

BORTOLINI, Alexandre; CASSAL, Luan Carpes Barros. Diversidade sexual na escola: pensando as práticas de formação continuada. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=236> Acesso em: 23 maio. 2015.

BRAGA, Denise da Silva. Vidas na fronteira - corpos, gêneros e sexualidades: estranhando a normalidade do sexo. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-

Graduação e Pesquisa em Educação, 33., 2010, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPEd, 2010. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

BRAGA, Keith Daiani da Silva; RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Homofobia na escola: análise das narrativas do livro de ocorrência escolar. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=96> Acesso em: 23 maio. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm> Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. **Lei nº 7.716**, de 5 de Janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília 5 de Janeiro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm> Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. Brasília: MEC/SEF, v. 10, 1997.

BRITZMAN, Deborah P. Professor@s e Eros. **Educar em Revista** (Impresso). Curitiba, n. 35, p. 53-62, 2009.

CABICEIRA, Geisa Orlandini; MOREIRA, Maria de Fátima Salum. As crianças em ação: suas falas sobre gênero, sexualidade e infância. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008. Comunicações Livres. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st51.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

CAETANO, Marcio. Os discursos científicos, as práticas pedagógicas e o controle do corpo e da sexualidade na escola. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008. Comunicações Livres. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st51.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flavio. Educação Física escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, Brasil, v. 10, n. 23, 2003.

CARRARA, Sérgio; RAMOS, Sílvia; CAETANO, Márcio. **Política, Direitos, Violência e homossexualidade: Pesquisa 8ª Parada do Orgulho GLBT**. Rio de Janeiro: CLAM, CESeC, Grupo Arco-Íris, 2003.

CARDOSO, Fernando Luiz; SILVEIRA, Rozana Aparecida; ZEQUINÃO, Marcela Almeida; MARTINS, Caroline; SOUZA, Cícero Augusto. Autopercepção corporal e preferências motoras de praticantes de dança. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 97-112, janeiro/março de 2010.

CARNEIRO, Maria L. B. **Um toque de bola em pés femininos**: um estudo sobre o futebol feminino de Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

CARVALHAES, Flávia Fernandes de; SILVA, Marcela Lima da. Gênero e sexualidade: o que a escola tem a ver com isso? In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=223> Acesso em: 23 maio. 2015.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Gênero e diversidade na escola: análise de planos de ação de professor@s em formação continuada na paraíba. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=146> Acesso em: 23 maio. 2015.

CASSAL, Luan Carpes Barros. Homofobia e Cidade: um ensaio sobre lâmpadas, segurança e medo. **Revista Polis e Psique**, v. 3, n. 3, p. 24-38, 2013a.

_____. Enfrentamento à homofobia: notas sobre tiros, lâmpadas, cartazes e medos. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013b. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=51> Acesso em: 23 maio. 2015.

CASTELLUCCIO, Mateus de Castro. O papel do estado na promoção da cidadania e direitos humanos LGBTT: a experiência do centro de referência em direitos humanos de combate à homofobia em Mato Grosso do Sul. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=48> Acesso em: 23 maio. 2015.

CASTRO, Alexandre Silva Bortolini de. Sexualidade, gênero e diversidade: currículo e prática pedagógica. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 35., 2012, Porto de Galinhas. **Anais eletrônicos...** Porto de Galinhas: ANPEd, 2012. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://35reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

CASTRO, Roney Polato de; FRANÇA, Filipe Gabriel Ribeiro. A diversidade sexual e de gênero na escrita-narrativa de estudantes de pedagogia em diários de bordo. In:

Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=96> Acesso em: 23 maio. 2015.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Quatro intervenções para uma pedagogia queer. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 31., 2008, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPEd, 2008. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://31reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

_____. Governando corpos e sexualidades na escola. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 33., 2010, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPEd, 2010. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André; SIERRA, Jamil Cabral. Governamentalização do Estado, movimentos LGBT e escola: capturas e resistências. **Educação**. Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 192-200, maio/ago., 2013.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado: pesquisas de antropologia política**. 34 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2001.

CÓRDOVA, Luiz Fernando Neves. **Trajetórias de homossexuais na ilha de Santa Catarina: temporalidades e espaços**. 320 f. Tese (Doutorado em Filosofia)- Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

COSTA, Angelo Brandelli. **Preconceito contra orientações não-heterossexuais no Brasil: critérios para avaliação**. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CUNHA, Alda Maria Alves da; MENDES, Elieth Barros. **Homofobia no meio docente: intolerância x estratégias**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 5., 2002, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2002. Comunicações Livres. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/5/grupos/grupos44.htm>> Acesso em: 23 maio. 2015.

CUNHA, Amélia Teresinha Brum da. As produções brasileiras sobre masculinidades publicadas na ANPEd (2000/2004 - 2012). In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=96> Acesso em: 23 maio. 2015.

D'AVILA NETO, Maria Inácia. Psicologia e relações de gênero. In: Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 4., 1992, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: ANPEPP, 1992. Documento Síntese.

Disponível em: <<http://www.infocien.org/Interface/Simpos/An04T21.pdf>> Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. Psicologia e relações de gênero. In: Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 6., 1996, Teresópolis. **Anais eletrônicos...** Teresópolis: ANPEPP, 1996. Relatório do GT. Disponível em: <<http://www.infocien.org/Interface/Simpos/An06T62.pdf>> Acesso em: 23 abr. 2015.

DANIEL, Joice Farias. Ensinar para respeitar a diversidade sexual: um desafio na escola de ensino básico. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008. Comunicações Livres. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st05.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

DANILIAUSKAS, Marcelo. De "temas polêmicos" a "sujeitos de direitos": LGBT nas políticas públicas de direitos humanos e de educação (Brasil, 1996-2010). In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=180> Acesso em: 23 maio. 2015.

_____. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação:** uma análise do programa Brasil sem homofobia. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DAÓLIO, Jocimar. **Cultura: educação física e futebol.** 2 ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

DIAZ, Gabriela Andrea; SOUZA, Mériti de. *Bullying* homofóbico: um nome “diferente” para a violência? In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=74> Acesso em: 23 maio. 2015.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista** (Impresso). Curitiba: UFPR, v. 39, p. 39-50, 2011.

_____. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação e Sociedade.** Campinas, v. 29, n. 103, p. 477-492, ago., 2008.

_____. Discursos sobre homossexualidade e gênero em um curso de formação em psicologia. **ETD – Educação Temática Digital.** Campinas, v. 14, n. 1, p. 62-75, jan./jun., 2012.

DINIS, Nilson Fernandes; CAVALCANTI, Roberta Ferreira. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação em pedagogia. **Pró-Posições**. Campinas, v. 19, n. 2, p. 99-109, ago., 2008.

DULAC, Elaine Beatriz Ferreira. **Sexualidades e Educação**: uma análise de questões levantadas por professores/as de um curso voltado à educação para a diversidade. 2009. 174 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins; GROSSI, Miriam Pillar; PEDRO, Joana Maria. Estratégias brasileiras de combate à homofobia na escola (2004-2009). In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=37> Acesso em: 23 maio. 2015.

FERRARI, Anderson. “Devido ele ser *afeminado*. Foi constrangedor porque ele era meu amigo e ainda me envolveram na questão”: *bullying* e homofobia na escola. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008. Comunicações Livres. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st46.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

_____. “O que é loba??? é um jogo sinistro, só para quem for homem...”: gênero e sexualidade no contexto escolar. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 30., 2007, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPEd, 2007. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

FERRARI, Anderson; ALMEIDA, Marcos Adriano de. Corpo, Gênero e Sexualidade nos Registros de Indisciplina. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 865-885, 2012.

FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato de. “Quem está preparado pra isso?”... Reflexões sobre a formação docente para as homossexualidades. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 295-317, jan./jun., 2013.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; KLUMB, Márcia Cristiane Völz; MONTEIRO, Maria Cecília Madruga. Mapeando a produção sobre gênero e sexualidades na ANPEd. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013b, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013b. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=51> Acesso em: 23 maio. 2015.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; NUNES, Georgina Helena Lima. Panorama da produção sobre gênero e sexualidades apresentada nas reuniões da ANPEd (2000-2006). In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 33., 2010, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPEd, 2010.

Trabalhos completos. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; NUNES, Georgina Helena Lima; KLUMB, Márcia Cristiane Völz. As temáticas gênero e sexualidades nas reuniões da ANPEd de 2000 a 2006. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 55, p. 899-920, dez., 2013a.

FERREIRA, Maria Cristina. Psicologia e relações de gênero. In: Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 8., 2000, Serra Negra. **Anais eletrônicos...** Serra Negra: ANPEPP, 2000. Histórico, propostas e resumos contribuídos. Disponível em: <<http://www.infocien.org/Interface/Simpos/An08T30.pdf>> Acesso em: 23 abr. 2015.

FONSECA, Adriana Dora da; SOUZA, Maria de Lourdes de. A concepção e a vivência de sexualidade e gênero entre jovens do ensino médio de uma escola pública. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 7., 2006, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2006. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/st_07_A.html> Acesso em: 23 maio. 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____. **A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 19ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. Polêmica, Política e Problematizações. In: _____. **Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 5 ed. São Paulo: Loyola; 1999.

_____. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FRANÇA Fabiane Freire; CALSA, Geiva Carolina. As contribuições dos estudos de gênero e sexualidade no cotidiano escolar dos docentes. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008. Comunicações Livres. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st40.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

FRANCO, Neil. **A diversidade entra na escola: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero.** 2009. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

FREITAS, Eliane Martins de. O curso gênero e diversidade na escola e a formação continuada. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=146> Acesso em: 23 maio. 2015.

FREITAS, José Guilherme de Oliveira; SANTOS, Mônica Pereira dos. Escola, homossexualidade, homofobia: escrevendo uma nova história... In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=96> Acesso em: 23 maio. 2015.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria das sexualidades.** Rio de Janeiro: Imago, 2002.

FURLANI, Jimena. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual. **Educação em Revista.** Belo Horizonte, n. 46, p. 269-285, dez., 2007.

_____. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da educação sexual. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 28., 2005, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPEd, 2005. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://28reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

GATO, Jorge; LEME, Vanessa Barbosa Romera; LEME, Alessandro André. Atitudes relativamente à homossexualidade em Portugal e no Brasil. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=180> Acesso em: 23 maio. 2015.

GÓIS, João Bosco Hora; SOLIVA, Thiago Barcelos. Entre amigos: sociabilidades entre jovens homossexuais na universidade. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008. Comunicações Livres. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st20.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

GOMES, Rosilene Souza. Educação em sexualidade na escola: entre a normalização e a perspectiva dos direitos humanos. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis:

Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=208> Acesso em: 23 maio. 2015.

GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza; BORGES, Lenise Santana. Imagens que falam, silêncios que organizam: sexualidade e marcas de homofobia em livros didáticos brasileiros. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 35-61, Jan./Abr., 2013.

GONÇALVES, Luiz Carlos. A diversidade sexual na escola: inserindo-se a abordagem do tema no currículo de uma escola técnica. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=75> Acesso em: 23 maio. 2015.

GRANÚZZIO, Patrícia Magri. A questão homossexual e as práticas escolares. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 7., 2006, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2006. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/st_07_A.html> Acesso em: 23 maio. 2015.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: Uma Revisão Teórica. **Antropologia em primeira mão**. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, n. 1, 2004.

GROSSI, Miriam Pillar; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. 1. ed. Florianópolis: Mulheres, 1998.

GUERRA, Paula Bierrenbach de Castro. Psicologia social dos estereótipos. **Psico-USF**, v. 7, n. 2, p. 239-240, jul./dez. 2002.

GUIMARÃES, Mariuza Aparecida Camillo. **A normalização na prática pedagógica e a constituição do conceito de inclusão nas escolas comuns da educação básica**. 2005. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2005.

_____. **Dispositivos normalizadores da educação inclusiva: os enunciados dos conselhos de educação**. 2012. 177 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2012.

HEILBORN, Maria Luiza. Entre as tramas das sexualidades brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, n. 01, 2006.

_____. Ser ou Estar Homossexual: dilemas de construção da identidade social. In: PARKER, Richard e BARBOSA Regina (Org.). **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 136/145, 1996.

<<http://27reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 02 mar. 2015.

<<http://28reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 02 mar. 2015.

<<http://29reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 02 mar. 2015.

<<http://30reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 02 mar. 2015.

<<http://31reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 02 mar. 2015.

<<http://32reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 02 mar. 2015.

<<http://33reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 02 mar. 2015.

<<http://34reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 02 mar. 2015.

<<http://35reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 02 mar. 2015.

<<http://36reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 02 mar. 2015.

<<http://acapa.virgula.uol.com.br/cultura/fernanda-montenegro-comenta-boicote-a-novela-apos-beijo-lesbico-caca-as-bruxas/3/4/26158>> Acesso em: 12 ago. 2015.

<<http://acapa.virgula.uol.com.br/cultura/parabens-globo!-publico-comemora-beijo-gay-entre-felix-e-niko-em-amor-a-vida-reveja-a-cena!/3/4/23685>> Acesso em: 12 ago. 2015.

<<http://acapa.virgula.uol.com.br/lifestyle/por-comercial-prolgbt-o-boticario-vai-receber-selo-da-ordem-dos-advogados-do-brasil/1/27/26788>> Acesso em: 12 ago. 2015.

<<http://acapa.virgula.uol.com.br/politica/africa-reforca-legalmente-a-repressao-contra-a-comunidade-lgbt/2/13/23756>> Acesso em: 29 jul. 2015.

<<http://acapa.virgula.uol.com.br/politica/nao-contem-com-a-publicidade-para-omitir-a-realidade-diz-conar-sobre-o-boticario-com-lgbt/2/14/26888>> Acesso em: 12 ago. 2015.

<<http://acapa.virgula.uol.com.br/politica/pesquisa-mostra-dados-da-aceitacao-homossexualidade-no-mundo-veja-numeros/2/13/25242>> Acesso em: 29 jul. 2015.

<<http://bdtd.ibict.br>> Acesso em: 02 mar. 2015.

<<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4703185U4>> Acesso em: 29 jul. 2015.

<<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/camara-de-sp-aprova-em-1-votacao-plano-municipal-de-educacao.html>> Acesso em: 12 ago. 2015.

<<http://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2015/03/laudo-aponta-que-aluno-de-ferraz-sofreu-lesao-pulmonar-diz-familia.html>> Acesso em: 12 ago. 2015.

<<http://globo.globo.com/rede-globo/profissao-reporter/t/programas/v/transexuais-falam-sobre-adequacao-sexual-e-como-encaram-a-sociedade-parte-2/3774027/>> Acesso em: 21 nov. 2014.

<<http://gshow.globo.com/novelas/amor-a-vida/Fique-por-dentro/noticia/2014/01/final-feliz-para-o-amor-de-niko-e-felix.html>> Acesso em: 12 ago. 2015.

<<http://oglobo.globo.com/blogs/pagenotfound/posts/2012/03/08/primeiro-homem-gravido-curte-familia-mas-sofre-isolamento-435184.asp>> Acesso em: 11 jul. 2014.

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-389X20130003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 26 abr. 2015.

<<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/publico/pesquisaPublicaClassificacao.seam?conversationPropagation=begin>> Acesso em: 02 mar. 2015.

<<http://www.abglt.org.br/port/leiest3157.html>> Acesso em: 20 mar. 2015.

<http://www.abglt.org.br/port/leis_os.php#> Acesso em 23 mar. 2015.

<<http://www.anpepp.org.br/old/5-Simposios/simposios.htm>> Acesso em: 02 mar. 2015.

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=208> Acesso em: 23 maio. 2015.

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=96> Acesso em: 23 maio. 2015.

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/st_07_A.html> Acesso em: 23 maio. 2015.

<<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st05.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

<<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st40.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

<<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st44.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=146> Acesso em: 23 maio. 2015.

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=223> Acesso em: 23 maio. 2015.

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=74> Acesso em: 23 maio. 2015.

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=80> Acesso em: 23 maio. 2015.

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=605> Acesso em: 02 mar. 2015.

<<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/discriminacao/cenferenciadedurban.htm>> Acesso em 15 fev. de 2015.

<<http://www.naohomofobia.com.br/lei/index.php>> Acesso em 23 mar. 2015.

<<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/apresentacao>> Acesso em: 29 dez. 2015.

<http://www.sepex.ufsc.br/anais_4/trabalhos/560.html> Acesso em 03 jan. 2015.

<<http://www.youtube.com/watch?v=3NM1ihmbmK0>> Acesso em: 12 ago. 2015.

<<http://www.youtube.com/watch?v=eCTATR7bwXs>> Acesso em: 12 ago.

<<http://www.youtube.com/watch?v=hAILEv4GYj4>> Acesso em: 12 ago. 2015.

<<http://www.youtube.com/watch?v=KgQtUpdp7MQ>> Acesso em: 12 ago. 2015.

<<http://www.youtube.com/watch?v=nY3W98NDq2E>> Acesso em: 12 ago. 2015.

<<http://www.youtube.com/watch?v=Rn8ET9Nos9g>> Acesso em: 12 ago. 2015.

IMPERATORI, Thaís; LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora; Santos, Wederson. Qual diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros? In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008. Comunicações Livres. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st40.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

JESUS, Mauro Louzada de; DEVIDE, Fabiano Pries. Educação física escolar, co-educação e gênero: mapeando representações de discentes. **Movimento**. Porto Alegre, v. 12, p. 123-140, 2006.

JOCA, Alexandre Martins. Diversidade sexual na escola: um “problema” posto à mesa. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em:

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=75> Acesso em: 23 maio. 2015.

_____. Educação, juventudes e homossexualidades: extratos da sociabilidade de jovens gays em escolas públicas de Fortaleza. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=38> Acesso em: 23 maio. 2015.

JOLLY, Susie; ILKKARACAN, Pinar. **Gênero, sexualidade e direitos sexuais: uma visão geral.** Boletim Bridge n. 18, Universidade de Sussex, Brighton, Reino Unido. jan. 2007.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo, cotidiano escolar e heteronormatividade em relatos de professoras da rede pública. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=37> Acesso em: 23 maio. 2015.

_____. “Não temos que lidar com isso. Aqui não há gays nem lésbicas!” - Estados de negação da homofobia nas escolas. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 32., 2009, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPEd, 2009. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://32reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

KICH, Francis Deon. Da invisibilidade à visibilidade política: homossexualidade e processos de ruptura no Brasil. **Revista Fórum Identidades.** Ano 2, v. 3, p. 129-136, jan-jun, 2008.

KROPENISCKI, Fernanda Battagli. Homofobia mascarada: reflexões sobre discursos discentes. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=38> Acesso em: 23 maio. 2015.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do Esporte.** 7. ed. Ijuí: Unijui, 2009.

LACERDA, Marcos; PEREIRA, Cícero; CAMINO, Leoncio. Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica.** Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 165-178, 2002.

LAGO, Mara Coelho de Souza. Psicologia e Estudos de Gênero. In: Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 11., 2006, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: ANPEPP, 2006. Propostas completas dos GTs. Disponível em: <<http://www.anpepp.org.br/old/5-Simposios/GTs/gts-XIsimposio.htm>> Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. Psicologia e Estudos de Gênero. In: Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 12., 2008, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: ANPEPP, 2008. Documento Síntese. Disponível em: <http://www.anpepp.org.br/old/XIISimposio/XII-Anais/Simposio_da%20_ANPEPP_%202008.pdf> Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. Psicologia e Estudos de Gênero. In: Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 13., 2010, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: ANPEPP, 2010. Documento Síntese. Disponível em:

<<http://www.anpepp.org.br/old/XIIISimposio/Anais%2013%20Simposio%20ANPEPP.pdf>> Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. Psicologia e Estudos de Gênero. In: Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 14., 2012, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: ANPEPP, 2012. Documento Síntese. Disponível em: <<http://www.anpepp.org.br/old/xivsimposio-anpepp/anais-xivsimposioanpepp2012.pdf>> Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. Psicologia e Estudos de Gênero. In: Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 15., 2014, Bento Gonçalves. **Anais eletrônicos...** Bento Gonçalves: ANPEPP, 2014. Documento Síntese. Disponível em: <http://www.anpepp.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=437> Acesso em: 23 abr. 2015.

LAGO, Mara Coelho de Souza; BEIRAS, Adriano; MÜLLER, Rita de C. Flores. O ter em oposição ao ser: reflexões sobre masculinidade em um grupo de meninos. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 7., 2006, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2006. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/st_07_A.html> Acesso em: 23 maio. 2015.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

LEITE, Miriam Soares. Significação da violência e heteronormatividade no contexto da prática curricular. **Revista e-curriculum.** São Paulo, v. 7 n. 1, p. 01-18, Abril/2011.

LIMA, Francis Madlener de; DINIS, Nilson Fernandes. O discurso sobre a homossexualidade na visão de estudantes de Educação Física. **Perspectiva.** Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 693-716, jul./dez., 2008.

LIMA, Francis Madlener de; NETTO, Nilo Silva Pereira; MARTINS, Ricardo Marinelli. Possibilidades de problematização acerca do gênero e da diversidade sexual nas práticas escolares em educação física a partir do filme Billy Elliot. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 7., 2006, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2006. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/st_07_B.html> Acesso em: 23 maio. 2015.

LIONÇO, Tatiana; IMPERATORI, Thaís; SANTOS, Wederson; DINIZ, Debora. Significando a diversidade sexual: uma análise dos dicionários em uso nas escolas públicas. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008. Comunicações Livres. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st40.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

LONGARAY, Deise Azevedo; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Problematizando as questões homofóbicas no espaço da escola. In: Seminário Internacional Fazendo

Gênero, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008. Comunicações Livres. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st51.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

_____. Discutindo a relação entre os marcadores sociais de gênero e a homossexualidade. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=37> Acesso em: 23 maio. 2015.

LONGARAY, Deise Azevedo; RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Fabiane Ferreira da. “Eu não suporto isso: mulher com mulher e homem com homem”: analisando as narrativas de adolescentes sobre homofobia. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 1, p. 252-280, Jan/Jun, 2011.

LOPES, Zaíra de Andrade. **Representações sociais a cerca da violência de gênero**: significados das experiências vividas por mulheres. Tese (Doutorado Psicologia)-Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias das sexualidades. In: _____ (org.). **O Corpo Educado: Pedagogias das sexualidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. Corpos que escapam. **Estudos feministas**. V. 04. Brasília/Montreal/Paris: Labrys, 2003.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

_____. **Um corpo estranho**: Ensaio sobre as sexualidades e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

MACIEL, Patrícia Daniela. A produção acadêmica sobre a homossexualidade e a identidade docente. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=96> Acesso em: 23 maio. 2015.

MALUF, Sônia Weidner. Corporalidade e desejo: Tudo sobre minha mãe e o gênero na margem. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 143-153, 2002.

MARINHO, Carla de Ataíde; MARQUES, Ethyenny Francisca Menezes; ALMEIDA, Daniela Rodrigues de; MENEZES, Anderson Rio Branco de; GUERRA, Valeschka Martins. Adaptação da escala de homofobia implícita e explícita ao contexto brasileiro. **Paidéia**. Ribeirão Preto, v. 14, n. 29, p. 371-379, dez., 2004.

MARRETTO, Carina Alexandra Rondini; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva; BESSA, Juliana Cristina. Homofobia no contexto escola. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=75> Acesso em: 23 maio. 2015.

MARSIGLIA, Denys Munhoz. **Silêncio e invisibilidade:** a atitude discriminatória de professores diante da homossexualidade na escola. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2009.

MARTINS, Guaraci da Silva Lopes. A homofobia no contexto arte/vida. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=245> Acesso em: 23 maio. 2015.

MARTINS, Marco Antônio Matos; FERNANDEZ, Osvaldo; NASCIMENTO, Érico Silva do. Acerca da violência contra LGBT no Brasil: entre reflexões e tendências. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=146> Acesso em: 23 maio. 2015.

MARTINS-SILVA, Priscilla de Oliveira; SOUZA, Eloisio Moulin de; SILVA JUNIOR, Annor da; NASCIMENTO, Danielly Bart do; BALBI NETO, Rafael Rubens de Queiroz. Adolescentes e homossexualidade: representações sociais e identidade social. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 42, n. 146, p. 474-493, ago, 2012.

MATTOS, Amana Rocha; BATISTA, Tassia Pacheco; SOARES, Diego Carvalho de Oliveira. Fazer-se menina, fazer-se menino: liberdade, gêneros e heteronormatividade na escola. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=180> Acesso em: 23 maio. 2015.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; BRITO, Walderes. Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso). Florianópolis, v. 22(1), p. 297-320, 2014.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu** (UNICAMP. Impresso), v. 39, jul/dez, p. 403-429, 2012.

MELLO, Luiz; MAROJA, Daniela; BRITO, Walderes. Políticas públicas para população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...**

Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em:

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=180> Acesso em: 23 maio. 2015.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; RIBEIRO, Cláudia; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Gênero, sexualidade e educação. 'Olhares' sobre algumas das perspectivas teórico metodológicas que instituem um novo G.E. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 27., 2004, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPEd, 2004. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://27reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

MIRANDA, Amanaiara Conceição de Santana. As técnicas pedagógicas disciplinando corpos. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=224> Acesso em: 23 maio. 2015.

MIRANDA, Amanaiara Conceição de Santana; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e. Na creche e na pré-escola: práticas pedagógicas diante de manifestações da sexualidade infantil. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=208> Acesso em: 23 maio. 2015.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, jun., 2009.

MOKWA, Valéria Marta Nonato Fernandes; GONINI, Fátima Aparecida Coelho; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. O resgate das lembranças da juventude através da música como meio facilitador para apreensão da sexualidade. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008. Comunicações Livres. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st33.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

MOREIRA, Maria de Fátima Salum. Tensões e diferenças na sala de aula: práticas docentes, gênero e sexualidade. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 7., 2006, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2006. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/st_07_A.html> Acesso em: 23 maio. 2015.

MUÑOZ, Letícia Virginia de Bona; PINTO, Fábio Machado. A homofobia no curso de formação de professores de Educação Física: uma análise preliminar. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013. Comunicações Livres. Disponível em:

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=80> Acesso em: 23 maio. 2015.

NASCIMENTO, Márcio Alessandro Neman. Homofobia e homofobia interiorizada: produções subjetivas de controle heteronormativo? **Athenea Digital**, Universidade Estadual de Londrina, vol. 17, p. 227-239, mar. 2010.

NARDI, Henrique Caetano. O estatuto da diversidade sexual nas políticas de educação no Brasil e na França: a comparação como ferramenta de desnaturalização do cotidiano de pesquisa. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, Edição Especial, p. 12-23, 2008b.

_____. Psicologia e sexualidades. In: Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 14., 2012, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: ANPEPP, 2012. Documento Síntese. Disponível em: <<http://www.anpepp.org.br/old/xivsimposio-anpepp/anais-xivsimposioanpepp2012.pdf>> Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. Psicologia, Política e sexualidades. In: Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 15., 2014, Bento Gonçalves. **Anais eletrônicos...** Bento Gonçalves: ANPEPP, 2014. Documento Síntese. Disponível em: <http://www.anpepp.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=437> Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. Educação, heterossexismo e homofobia. In: POCAHY, Fernando. (Org.). **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer**. Porto Alegre: NUANCES, p. 151-167, 2010.

_____. Políticas de combate à homofobia na educação na França e no Brasil: racialização e desigualdade como componentes do dispositivo da sexualidade. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8., 2008a, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008a. Comunicações Livres. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st05.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

NARVAZ, Martha; NARDI, Henrique Caetano. Problematizações feministas à obra de Michel Foucault. **Revista Mal-estar e Subjetividade**. Fortaleza, v. VII, n. 1, p. 45-70, mar., 2007.

NETO, Luiz Ramires. Um silêncio desconcertante: a homossexualidade permanece invisível na escola. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 27., 2004, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPEd, 2004. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://27reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

_____. **Habitus de gênero e experiência escolar: jovens gays no ensino médio em São Paulo**. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NEVES, Eva Verônica Nunes; RIBEIRO, Georgia Daniella Feitosa de Araújo; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Gênero e diversidade: derrubando barreiras socioculturais na formação de professoras/es. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=223> Acesso em: 23 maio. 2015.

NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz. Jovens generificados no espaço escolar: zoação e bagunça como vetores das relações de gênero. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 7., 2006, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2006. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/st_07_A.html> Acesso em: 23 maio. 2015.

NOVA ESCOLA: a revista de quem educa. São Paulo: Abril S.A. 222. ed. mai. 2009.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade:** do preconceito aos padrões de consumo. Caravansarai: Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, Meire Rose dos Anjos; MORGADO, Maria Aparecida. Jovens, sexualidade e educação: homossexualidade no espaço escolar. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 29., 2006, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPEd, 2006. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. Diversidade sexual e homofobia: a cultura do “desagendamento” nas políticas públicas educacionais. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 35-53, jan./jun., 2015.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. Políticas e desafios na educação para os trabalhadores empregados e desempregados. **Intermeio** (UFMS), Campo Grande, v. 7, n. 14, p. 23-41, 2001.

_____. As instituições: discursos, significados e significantes, buscando subsídios teóricos e metodológicos.... In: OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento (Org.). **Diálogos em Foucault**. Campo Grande - MS: Editora Oeste, v. 1, p. 95-134, 2010a.

_____. Escolarização: pacto de silêncio pela indiferença. In: OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento (Org.). **Diálogos em Foucault**. Campo Grande - MS: Editora Oeste, v. 1, p. 135-158, 2010b.

_____. Interdições, facções e conhecimento: as produções acadêmicas e a educação especial/inclusão social. In: FREITAS, Soraia Napoleão. (Org.). **Diferentes contextos de educação especial/inclusão social**. 1ed. Santa Maria: MEC/CAPES/PROESP-Pallotti, v. 1, p. 61-78, 2006.

_____. (Des) regularização do sujeito: constituições, mecanismos, concessões... In: OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. (Org.). **Poderes e Saberes: Corpus em Educação**. 1ed. Campo Grande - MS: Oeste, v. 1, p. 69-99, 2013.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento; LEÃO, Tatiana Calheiros Lapas. O referencial foucaultiano na pesquisa: análise das dissertações e teses produzidas no PPGEdU/UFMS. In: OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. (Org.). **Poderes e Saberes: Corpus em Educação**. 1ed. Campo Grande - MS: Oeste, v. 1, p. 17-38, 2013.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento; OSÓRIO, Alda Maria do Nascimento. O direito à Educação: os desafios da Diversidade social. **Revista Educação Especial**. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, n. 24, 2004.

PALMA, Yáskara Arrial; LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro. Vivências pessoais e familiares de homossexuais femininas. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 13, n. 4, oct./dec. 2008.

PAMPLONA, Renata Silva. **O kit anti-homofobia e os discursos sobre diversidade sexual**. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

PEÇANHA, Morjana Britto; DEVIDE, Fabiano Pries. A prática pedagógica em relação ao *bullying* homofóbico nas aulas de educação física escolar: o discurso dos docentes do primeiro segmento do ensino fundamental. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=225> Acesso em: 23 maio. 2015.

PEREIRA, Graziela Raupp; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. **Educar em Revista** (Impresso). Curitiba: UFPR, v. 39, p. 51-71, 2011.

PEREIRA, Henrique; LEAL, Isabel. Medindo a homofobia internalizada: A validação de um instrumento. **Análise Psicológica**. Lisboa, v. 3, n. XXIII, p. 323-328, 2005.

PEREIRA, Isabela Scheufler. Centro de referência e promoção da cidadania LGBT da capital (Rio de Janeiro/RJ): caracterizando o perfil do homofóbico. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=51> Acesso em: 23 maio. 2015.

PEREIRA, Marcos Emanuel. **Psicologia social dos estereótipos**. São Paulo: Pedagogia e Universidade, 2002.

POCAHY, Fernando Altair; NARDI, Henrique Caetano. Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 15(1), p. 45-66, 2007.

PRADO, Vagner Matias do; RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. O debate sobre a diversidade sexual na escola: Reflexões acerca do combate à homofobia no contexto escolar. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008. Comunicações Livres. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st51.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

PRADO FILHO, Kleber. Michel Foucault, historiador do pensamento. In: MARQUES, Welisson; CONTI, Maria Aparecida; FERNANDES, Cleudemar Alves. (Org.). **Michel Foucault e o discurso: aportes teóricos e metodológicos**. 1ed. Uberlândia: Edufu, p. 87-100, 2013.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói** (UNISC. Online). Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 38, p. 45-59, jan./jun., 2013.

QUARTIERO, Eliana Teresinha. **A Diversidade Sexual na Escola Produção de subjetividade e políticas públicas**. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

QUARTIERO, Eliana Teresinha; NARDI, Henrique Caetano. Escola inclusiva e não-sexista? Políticas Públicas e Produção de Subjetividades. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008. Comunicações Livres. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st33.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

_____. Uma escola em ajustamento: sexismo e formação de professoras/es. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=146> Acesso em: 23 maio. 2015.

QUIRINO, Glauberto da Silva; ROCHA, João Batista Teixeira da. Prática docente em educação sexual em uma escola pública de Juazeiro do Norte, CE, Brasil. **Ciência e Educação (Bauru)**. Bauru, v. 19, n. 3, p. 677-694, 2013.

_____. Sexualidade e educação sexual na percepção docente. **Educar em Revista** (Impresso). Curitiba, n. 43, p. 205-224, mar., 2012.

RABELO, Amanda Oliveira. Professores discriminados: um estudo sobre os docentes do sexo masculino nas séries do ensino fundamental. **Educação e Pesquisa** (USP. Impresso). São Paulo, v. 39, n. 4, p. 907-925, dez., 2013.

RAMOS, Sílvia; CARRARA, Sérgio. A Constituição da Problemática da Violência contra Homossexuais: a Articulação entre Ativismo e Academia na Elaboração de Políticas Públicas. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 185-205, 2006.

REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS. UFSC, CFH. V. 15, n. 21. Florianópolis: EDUFSC, 1997.

REVISTA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE: GÊNERO E SAÚDE. UFSC, CCS. V. XVII, n. 1, jan/jun, Florianópolis: EdUFSC, 1998.

RIBEIRO, Cláudia Maria; XAVIER FILHA, Constantina. Trajetórias teórico-metodológicas em 10 anos de produção do GT 23. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 36., 2013, Goiânia. **Anais eletrônicos...** Goiânia: ANPEd, 2013. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://36reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Por minha culpa, minha culpa, minha máxima culpa... a educação sexual no Brasil nos documentos da inquisição dos séculos XVI e XVII. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 28., 2005, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPEd, 2005. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://28reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

RIZZATO, Liane Kelen. Percepções docentes sobre a homofobia na escola: entre dissonâncias e continuidades. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 35., 2012, Porto de Galinhas. **Anais eletrônicos...** Porto de Galinhas: ANPEd, 2012. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://35reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

_____. Professores, professoras e as questões de gênero, sexualidade e homofobia na escola: articulações com formação docente continuada. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=223> Acesso em: 23 maio. 2015.

_____. **Percepções de professores/as sobre gênero, sexualidade e homofobia:** pensando a formação continuada a partir de relatos da prática docente. 2013. 278 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ROCHA FILHO, João Silva. O currículo escolar e as relações de heterossexismo e homofobia na educação básica. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=75> Acesso em: 23 maio. 2015.

ROSA, Marcelo Victor da. **Educação Física e homossexualidade:** investigando as representações sociais dos estudantes do centro de desportos/UFSC. Florianópolis, 2004. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

ROSELLI-CRUZ, Amadeu. Homossexualidade, homofobia e a agressividade do palavrão: seu uso na educação sexual escolar. **Educar em Revista** (Impresso). Curitiba, n. 39, p. 73-85, abr., 2011.

ROSO, Adriane; STREY, Marlene Neves; GUARESCHI, Pedrinho Arcides; BUENO, Sandra Nora. Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. In: **Psicologia e Sociedade**. Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre. Belo Horizonte, vol.14, n.2, p. 74-94, jul/dec. 2002.

ROSSI, Alexandre José. Políticas para homossexuais: uma breve análise do programa Brasil sem homofobia e do tema transversal orientação sexual. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008. Comunicações Livres. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st46.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

_____. **Avanços e limites da política de combate à homofobia**: uma análise do processo de implementação das ações para a educação do Programa Brasil sem Homofobia. 2010. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; EGGERT, Edla. Homossexualidade, medicina e educação: a construção de uma pedagogia dos manuais médicos. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 36., 2013, Goiânia. **Anais eletrônicos...** Goiânia: ANPEd, 2013. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://36reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

SALA, Arianna; GROSSI, Miriam Pillar. “Somos iguais nas diferenças sexuais. Homofobia, lesbofobia e transfobia nunca mais”. Análise dos discursos contra a violência heterossexista produzidos por adolescentes brasileiras/os no marco do projeto papo sério. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=38> Acesso em: 23 maio. 2015.

SALES, Shirlei Rezende; PARAÍSO, Marlucy Alves. O jovem macho e a jovem difícil: governo da sexualidade no currículo. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 603-625, jun., 2013.

SALES, Tatiane da Silva. Gênero e sexualidade: importância da formação profissional pelo curso gênero e diversidade na escola no estado do Maranhão. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=223> Acesso em: 23 maio. 2015.

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos; CARVALHAIS, Andressa Cerqueira; HANKE, William. Relações entre homossexualidade, espaço escolar e preconceito em Ponta

Grossa – Brasil. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=86> Acesso em: 23 maio. 2015.

SANTOS, Ana Cristina Conceição. Formação de professoras(es) em gênero e sexualidades: novos saberes, novos olhares. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=223> Acesso em: 23 maio. 2015.

SANTOS, Claudiene; RAMOS, Maria Eveline Cascardo; TIMM, Flávia Bascuñan; CABRAL, Daniela Gontijo; LOBO, Tainah Dourado de Miranda. Diversidade sexual na escola e a homofobia: a capacitação de professores como estratégia de intervenção. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008. Comunicações Livres. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st05.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. Sexualidades e gêneros: questões introdutórias. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8., 2008b, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008b. Comunicações Livres. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st40.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

SANTOS, Luciene Neves. **Corpo, gênero e sexualidade:** educar meninas e meninos para além da homofobia. 2008a. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008a.

SANTOS, Luciene Neves; SILVA, Ana Márcia. Corpo, gênero e sexualidade: para além de educar meninas e meninos. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008. Comunicações Livres. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st10.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

SANTOS, Raquel Alexandra Pinho dos. **“Isso é o que não mudou ainda”:** diversidade sexual, homofobia e cotidiano escolar. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SARAIVA, Maria do Carmo. **Dança e Gênero na Escola:** formas de ser e viver mediadas pela Educação Estética. 2003. 441 f. Tese (Doutorado em Motricidade Humana). Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2003.

_____. **Co-educação física e Esporte:** Quando a diferença é mito. 2 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

SARASA, Olga Viñuales. **La cadena simbólica**: relación entre sexo, género, prácticas sexuales y orientación sexual, 2008. In api.ning.com/.../OlgaViñualesCADENASIMBLICAUimp2008.pdf

SAYÃO, Deborah Thomé. A construção de identidades e papéis de gênero na infância: articulando temas para pensar o trabalho pedagógico da educação física na educação infantil. **Pensar a Prática**, v.5, p. 01-14, jul./jun. 2001-2002.

SCARDUA, Anderson; SOUZA FILHO, Edson Alves de. O debate sobre a homossexualidade mediado por representações sociais: perspectivas homossexuais e heterossexuais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 482-490, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 2, v. 15, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da hetereducatividade no espaço escolar. **Educação e Pesquisa** (USP. Impresso). São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, mar., 2013.

SEMINÁRIO Nacional Sobre Preconceito, Inclusão e Deficiência, 1. Rio de Janeiro, 2005.

SENA, Fabiana Aguiar de Castro. Infância e sexualidade: construindo artefatos pela educação. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st44.html> Acesso em: 23 maio. 2015.

SEPULVEDA, Denize de Aguiar Xavier. A formação da identidade e o processo de subjetivação de alunos com orientação homossexual. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 35., 2012a, Porto de Galinhas. **Anais eletrônicos...** Porto de Galinhas: ANPEd, 2012a. Trabalhos completos. Disponível em: <http://35reuniao.anped.org.br> Acesso em: 07 abr. 2014.

_____. **Emancipação social e exclusão no cotidiano escolar**: a homofobia e sua influência nas tessituras identitárias. 2012b. 241 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012b.

SERRA, Arthur Galvão. **Arqueogenealogia da Orquestra Viver Bem!** 2013. 144 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2013.

SIERRA, Jamil Cabral. O governo da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para a teorização político-educacional LGBT. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 35., 2012, Porto de Galinhas. **Anais eletrônicos...** Porto de Galinhas: ANPEd, 2012. Trabalhos completos. Disponível em: <http://35reuniao.anped.org.br> Acesso em: 07 abr. 2014.

_____. Gilda e a vida queerizada. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 36., 2013, Goiânia. **Anais eletrônicos...** Goiânia: ANPEd, 2013. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://36reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). **Falas de gênero: teorias, análises, leituras**. 1. ed. Florianópolis/SC: Mulheres, 1999.

SILVA, Aline Ferraz da. Homossexualidades e educação formal: um olhar gay no currículo. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010b, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010b. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=37> Acesso em: 23 maio. 2015.

_____. **Pelo sentido da vista: um olhar gay na escola**. 2008a. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008a.

SILVA, Aline Ferraz da; VIEIRA, Jarbas Santos. Pelo sentido da vista: um olhar gay na escola. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 2, p. 185-200, Jul/Dez., 2009.

SILVA, Claudio Roberto da. Um cenário sob tensão: a diversidade sexual e o direito ao respeito na escola. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8., 2008b, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008b. Comunicações Livres. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st51.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

_____. A igualdade ainda vai chegar. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010c, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010c. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=37> Acesso em: 23 maio. 2015.

_____. **A igualdade ainda vai chegar: desafios para a construção da “cultura do respeito” aos direitos de cidadania do segmento LGBTTT em uma escola pública do município de São Paulo**. 2010a. 186 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010a.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. Gênero e sexualidade nos PCNs: uma proposta desconhecida. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 30., 2007, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPEd, 2007. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

SILVA, Luís Augusto Vasconcelos da. Masculinidades transgressivas em práticas de barebacking. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, 17(3): setembro-dezembro, p. 675- 699, 2009.

SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da. Gênero e sexualidade na formação docente continuada e nos espaços escolares: uma análise do curso GDE na UFMA. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=154> Acesso em: 23 maio. 2015.

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. Corpos, escola & sexualidades: um olhar sobre um programa de orientação sexual. In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 32., 2009, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPEd, 2009. Trabalhos completos. Disponível em: <<http://32reuniao.anped.org.br>> Acesso em: 07 abr. 2014.

SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua; LIMA, Helena Karla Barbosa de; ANDRADE, Augusto José de Abreu. Homofobia e violência moral no trabalho no Distrito Federal. **Revista O&S**. Salvador, v. 16, n. 50, p. 447-461, jul/set, 2009.

SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de; FONSECA, Marina Cardoso Gondin da; DE SÁ, Márcia Bastos; LIMA, Ana Cristina Moreira. Construções identitárias de estudantes de farmácia no trote universitário: questões de gênero e sexualidade. **Pró-Posições**. Campinas, v. 23, n. 2, p. 145-159, ago., 2012.

SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de; SÁ, Marcia Bastos de; FONSECA, Marina Cardoso Gondin da. Discursos e práticas construtores de identidades de estudantes universitários de farmácia: questões de gênero e sexualidade. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=80> Acesso em: 23 maio. 2015.

SOLOMON, Andrew. **Longe da árvore**: pais, filhos e a busca da identidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SOUZA, Janice Aparecida de. **Estratégias de escolarização de homossexuais com sucesso acadêmico**. 2013a. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013a.

SOUZA, Leandro Corsico; DINIS, Nilson Fernandes. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação docente em biologia. **Pró-Posições**. Campinas, v. 21, n. 3, p. 119-134, dez., 2010.

SOUZA, Leonardo Lemos de. Representações sobre os enfrentamentos à homofobia na escola por jovens de Mato Grosso e São Paulo. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008. Comunicações Livres. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st20.html>> Acesso em: 23 maio. 2015.

SOUZA, Leonardo Lemos de; MEDEIROS, Paula Azevedo de; DUARTE, Juliana Farias. Gênero, sexualidade e ética na educação: um estudo com professores sobre a homofobia na escola. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010a, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010a. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=146> Acesso em: 23 maio. 2015.

SOUZA, Marcos Lopes de. Formação docente: desenvolvendo e analisando ações educativas para o combate ao sexismo e à homofobia nas escolas. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013b, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013b. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=96> Acesso em: 23 maio. 2015.

SOUZA, Marcos Lopes de; QUEIROZ, Marcos Salviano Bispo; FARIA, André Luiz. Tem diversidade na sala de aula: a experiência da formação continuada de educadoras nas temáticas relativas às identidades de gênero e sexuais. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010b, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=223> Acesso em: 23 maio. 2015.

TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra; BESSA, Juliana Cristina. Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista. **Educação e Pesquisa** (USP. Impresso). São Paulo, v. 37, n. 4, p. 725-742, 2011.

TOREZAN, Zeila Cristina Facci; AGUIAR, Fernando. O sujeito da psicanálise: particularidades na contemporaneidade. **Revista Mal-Estar e Subjetividade** (Impresso). Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 525-554, 2011.

TORRES, Marco Antônio. Direitos humanos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) na educação e as lógicas heterossexistas. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=48> Acesso em: 23 maio. 2015.

TORTATO, Cíntia de Souza Batista; CARVALHO, Marília Gomes de. Gênero e sexualidade no cotidiano escolar: sobre as resistências. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=146> Acesso em: 23 maio. 2015.

VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, set, 2015.

VIANNA, Cláudia; RIDENTI, Sandra. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Diferença e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. 2. ed. São Paulo: Summus, 1998.

WAJSKOP, Gisela. A brincadeira entre a teoria e a prática: pistas para uma reflexão. **Revista Motrivivência**. Florianópolis, ano 07, n. 08, dez, p. 116-123, 1995.

WENETZ, Ileana; DORNELLES, Priscila Gomes. Gênero e sexualidade: saberes (in)visíveis na educação física escolar? In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=37> Acesso em: 23 maio. 2015.

ZAGO, Luiz Felipe. Quando a diferença range os dentes. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. Comunicações Livres. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=146> Acesso em: 23 maio. 2015.